

Vanêssa Silveira Pereira Simon

**TRAJETÓRIAS FENONÔMICAS E EMPODERAMENTO:
HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES NA ECONOMIA
SOCIAL E SOLIDÁRIA CATARINENSE**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Doutora em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luís Boeira

Florianópolis
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Simon, Vanêssa S. Pereira

Trajetórias fenomenômicas e empoderamento: : Histórias de vida de mulheres na economia social e solidária catarinense / Vanêssa S. Pereira Simon ; orientador, Sérgio Luís Boeira - Florianópolis, SC, 2015.

286 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Administração.

Inclui referências

1. Administração. 2. Empoderamento feminino. 3. Economia social e solidária; . 4. História oral temática;. 5. Trajetória fenomenômica . I. Boeira, Sérgio Luís. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Administração. III. Título.

Vanêssa Silveira Pereira Simon

**TRAJETÓRIAS FENONÔMICAS E EMPODERAMENTO:
HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES NA ECONOMIA
SOCIAL E SOLIDÁRIA CATARINENSE**

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de Doutora em Administração, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 10 de setembro de 2015.

Prof. Marcus Venicius Andrade de Lima, Dr.
Coordenador do CPGA/UFSC

Banca Examinadora:

Prof. Sérgio Luís Boeira, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina - CPGA/UFSC

Prof.^a Eloise Helena Livramento Dellagnelo, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina - CPGA/UFSC

Prof. Mauricio Roque Serva de Oliveira, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina - CPGA/UFSC

Prof.^a Teresa Kleba Lisboa, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina - PPGICH/UFSC

Prof.^a Graziela Dias Alperstedt, Dr.^a
Universidade do Estado de Santa Catarina – ESAG/UDESC

Prof.^a Simone Ghisi Feuerschütte, Dr.^a
Universidade do Estado de Santa Catarina – ESAG/UDESC

Este trabalho é dedicado a todas as
mulheres maravilhosas que encontrei
nessa caminhada, e foram muitas...

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, entidade superior que nos permite a vida e todos os desafios contidos nela.

Agradeço aos meus pais, que me deram a vida e me amparam sempre. Em especial agradeço a minha mãe, Suzana, figura especial que sempre me incentivou e me apoiou, incansavelmente. Nesse trabalho em particular, foi a revisora de todo o trabalho – e dei muito trabalho para ela.

Ao meu marido Simon, agradeço pelo apoio nesse outro caminho, pelo entendimento das ausências, das angústias e pelo carinho sempre. NEOQUEAV.

À Júlia, presente mais que especial de Deus, agradeço o apoio, a compreensão, o carinho, as conversas, as risadas, os cafunés e toda ajuda constante em casa, nesse trabalho e no dia a dia.

Aos demais membros da família, meu muito obrigada pelo apoio sempre.

Agradeço ao meu orientador, Sérgio Luís Boeira, todo o suporte durante essa longa trajetória. Seu apoio e sua orientação foram definidores dos caminhos que tomei – e nos quais muito me realizei. Muito obrigada.

Aos membros da banca, Eloise Helena Livramento Dellagnelo, Graziela Dias Alperstedt, Mauricio Roque Serva de Oliveira, Simone Ghisi Feuerschütte, Teresa Kleba Lisboa, pessoas especiais na minha vida que escolhi pelo muito que poderiam contribuir neste trabalho, mas, principalmente, pelo carinho que tenho por todos. Cada um, de alguma maneira, teve participação muito importante na minha vida e fez com que meu percurso acadêmico, desde o tempo do mestrado, fosse mais suave.

Aos amigos do núcleo ORD, meus sinceros agradecimentos por tudo o que compartilhamos nesses anos – e não foram poucas coisas. Em especial, gostaria de agradecer ao Maurício Serva, que abriu as portas dessa que foi a mais rica experiência para mim durante o doutorado. Sou uma pessoa muito melhor preparada academicamente pelo que vivenciei no ORD. Aos colegas da organização do Colóquio, agradeço por termos vivenciados belas experiências juntos, e por tolerarem minhas idiossincrasias – para não dizer minhas rabugices. Em especial, gostaria de agradecer ao Danilo Melo e ao Gustavo Matarazzo pelo companheirismo incondicional, pelas alegrias, pelas conversas, pelos lanches, almoços e vinhos – vocês tornaram tudo mais leve.

Agradeço aos professores do CPGA, aos servidores, e todos aqueles que, de alguma maneira, estavam envolvidos com minha passagem por esse Programa.

Faço um agradecimento muito especial aos integrantes do movimento de Economia Solidária de Santa Catarina, em especial aos de Florianópolis. Sem a aceitação e, principalmente, sem a colaboração deles, esse trabalho seria inviável. De maneira particular, gostaria de agradecer a Mirian Abe e a Leila Severo pelo apoio durante todo meu percurso, pelos esclarecimentos a respeito do movimento, pelas indicações de outras pessoas que me ajudaram e pelas muitas conversas após as reuniões do Fórum e pelo carinho constante.

Agradeço a cada uma das **Marias** que tornaram esse trabalho possível. Todas foram extremamente solícitas, me receberam em suas casas ou nos seus ambientes de trabalho e compartilharam comigo suas histórias, sem restrições. Vocês fizeram com que esse trabalho se tornasse mais rico para mim, e espero para aqueles que irão ler esse estudo. Parabéns pelas conquistas de vocês, são um exemplo a ser seguido.

A primeira história que gostaria de contar é a história das mulheres. Hoje em dia ela soa evidente. Uma história “sem as mulheres” parece impossível. Entretanto, isso não existia. Pelo menos no sentido coletivo do termo: não se trata de biografias, de vidas de mulheres específicas, mas das mulheres em seu conjunto, abrangendo um longo período – o que é relativamente recente, pois tem mais ou menos trinta anos.

(PERROT, 2012)

RESUMO

A invisibilidade da mulher na e para a ciência é um fato que, principalmente a partir da década de 1960, com o movimento feminista, passa a ser questionado e estudado. Em paralelo a isso, a Economia Social e Solidária é um campo de estudo em crescimento que apresenta como base princípios como democracia, igualdade, equidade e, claro, solidariedade, e tem como fundamento o desenvolvimento humano e econômico, a partir de outros paradigmas econômicos, ideológicos, políticos e sociais. Com isso, apresenta-se como uma possibilidade de campo de atuação para as mulheres em que condições de equidade são tidas como basilares. Por outro lado, aproxima-se da Economia Feminista, que busca dar uma visibilidade maior para as mulheres dentro da Economia, entendendo essa de maneira plural, ou seja, próximo ao que a Economia Social e Solidária traz em seu bojo. O Empoderamento Feminino surge, então, como uma possibilidade de fazer com que as mulheres possam ter um crescimento pessoal e coletivo, ou seja, o processo de empoderamento pode ser construído a partir da participação no movimento de Economia Social e Solidária. Esse processo de empoderamento aproxima-se da Teoria da Delimitação de Sistemas de Guerreiro Ramos, especificamente ao conceito de fenonomia, um sistema social em que os indivíduos envolvem-se em atividades automotivantes, que possibilitem a singularidade aflorar, mas com consciência social. Ou seja, a processo de empoderamento das mulheres ligadas à Economia Social e Solidária pode ser entendido como uma trajetória fenonômica, uma trajetória de crescimento individual que se consolida no coletivo, ou seja, numa isonomia, que Guerreiro Ramos identifica como ambientes igualitários, sem burocracia nem hierarquia. Assim, esse estudo tem como objetivo compreender como se viabiliza o empoderamento de mulheres participantes em empreendimentos sociais e solidários no estado de Santa Catarina em convergência com uma trajetória fenonômica. Para isso, utilizou-se das histórias de vida das entrevistadas, a partir do tópico do empoderamento para trazer o ponto de vista dos sujeitos e suas ações para esse processo.

Palavras-chave: Economia social e solidária; economia feminista; empoderamento feminino; história oral temática; trajetória fenonômica

ABSTRACT

The invisibility of women in science and for science is a fact that, especially since the 1960s, with the feminist movement, is now questioned and studied. Parallel to this, the Social and Solidarity Economy is a field of study in growth that has based principles such as democracy, equality, equity and, of course, solidarity, and is based on the human and economic development, from other economical ideological, political and social paradigms. Thus, it presents itself as a possibility of playing field for women in that equity conditions are considered basic. On the other hand, approaches to the Feminist Economics, which seeks to give greater visibility for women in the economy, understood in a plural way, i.e. close to what the Social and Solidarity Economy brings with it. The Female Empowerment then arises as a possibility to make women have a personal and collective growth, i.e. the empowerment process can be built from the participation in the movement of Social and Solidarity Economy. This empowerment process approaches to Guerreiro Ramos' theory of delimitation systems, specifically the concept of 'fenonomia', a social system in which individuals engage in self-motivating activities that enable the uniqueness, but with a social conscience. Meaning that the process of women's empowerment linked to the Social and Solidarity Economy can be understood as a 'fenonômica' trajectory, an individual growth trajectory which is consolidated in the collective, i.e. an 'isonomia' (equality), that Guerreiro Ramos identifies as equal environments with no bureaucracy or hierarchy. Thus, this study aims to understand how it enables the empowerment of women participating in social and solidarity enterprises in the state of Santa Catarina in convergence with a 'fenonômica' trajectory. For this purpose, we used the oral histories of the interviewees from the empowerment topic to bring the point of view of the subjects and their actions to this process.

Keywords: Social and solidarity economy. Feminist economics. Women's empowerment. Thematic oral history. "Fenonômica" trajectory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Formas e redes de empoderamento	93
Figura 2: Paradigma paraeconômico	102
Figura 3: Mesorregiões de Santa Catarina	132
Figura 4: <i>Continuum</i> do empoderamento	232
Figura 5: Processo de empoderamento	257
Figura 6: Trajetória fenomênica em convergência com o processo de empoderamento	264

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Níveis de interpretação	118
Quadro 2: Níveis de interpretação da pesquisa.....	120
Quadro 3: Objetivos X Metodologia.....	123
Quadro 4: Características da entrevistadas	134

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGRECO – Associação dos Agricultores Agroecológicos das Encostas da Serra
ASA – Ação Social Arquidiocesana
CASAN – Companhia Catarinense de Água e Saneamento
CEPAGRO – Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
CEPESI – Centro Público de Economia Solidária de Itajaí
CFES – Centro de Formação em Economia Solidária
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
ESS – Economia Social e Solidária
FUCAS – Fundação Catarinense de Assistência Social
FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau
GPS – Global Positioning System- Sistema de posicionamento global
IDG – Índice de Desigualdade de Gênero
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina
IGEOP – Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis
INFRAERO – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MST – Movimento dos Sem Terra
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
ONG – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT – Partido dos Trabalhadores
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SESC – Serviço Social do Comércio
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina
UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí
UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville

Sumário

1	INTRODUÇÃO	23
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO	23
1.2	PROBLEMA DE PESQUISA	28
1.3	OBJETIVOS.....	29
1.3.1	Objetivo Geral.....	29
1.3.2	Objetivos Específicos.....	29
1.4	JUSTIFICATIVA.....	29
2	REFERENCIAL TEÓRICO	33
2.1	CIÊNCIA E GÊNERO	33
2.2	ECONOMIA SOLIDÁRIA E SOCIAL	45
2.2.1	Economia Social e Solidária e Gênero.....	62
2.3	ECONOMIA FEMINISTA	69
2.3.1	Economia feminista e economia social e solidária	73
2.4	EMPODERAMENTO.....	76
2.5	EMPODERAMENTO FEMININO	85
2.6	FENONOMIA E ISONOMIA.....	97
2.6.1	Paradigma paraeconômico e Economia Social e Solidária.....	108
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	114
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	114
3.2	ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS.....	115
3.2.1	História Oral Temática.....	115
3.2.2	Metodologia Reflexiva.....	118
3.3	COLETA DE DADOS	121
3.3.1	Observação Participante.....	121
3.3.2	Entrevista.....	122
3.4	CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA	124
3.4.1	Contexto da pesquisa.....	129
3.4.2	Mulheres da pesquisa	132
3.5	INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	136
4	O PROCESSO INTERPRETATIVO	138
4.1	APROXIMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO ..	138
4.1.1	Participação no Fórum	143
4.1.2	Feira de Santa Maria	151
4.1.3	Outros momentos do campo.....	155
4.2	UM POUCO DAS HISTÓRIAS DAS MULHERES.....	159

4.2.1	Maria Fernanda	160
4.2.2	Maria Augusta	164
4.2.3	Maria Cristina	168
4.2.4	Maria Amélia	174
4.2.5	Maria Elizabete	182
4.2.6	Maria Carolina	188
4.2.7	Maria Beatriz	192
4.2.8	Maria Rosa	199
4.2.9	Maria Helena	203
4.2.10	Maria Tereza	207
4.2.11	Maria Júlia	213
4.2.12	Maria Clara	216
4.2.13	Maria Antônia	223
4.3	INTERPRETAÇÕES INICIAL, TEÓRICA E REFLEXIVA DO MATERIAL EMPÍRICO	227
4.3.1	<i>Continuum</i> do empoderamento	229
4.3.2	Inconformismo ou o rompimento da Síndrome Comportamentalista – poder psicológico	232
4.3.3	Educação – poder social	234
4.3.4	Participação nos movimentos sociais – poder político ..	236
4.3.5	A ESS como agente externo catalizador - poder social e político	239
4.3.6	Solidariedade na ESS X Comportamento individualista utilitário da economia de mercado – poder psicológico e social ..	244
4.3.7	Coletivo - poder social e político	249
4.3.8	Crescimento pessoal – poder psicológico	251
4.3.9	Críticas à ESS – poder psicológico	253
4.3.10	Articulação entre os poderes do empoderamento – social, político e psicológico	256
4.3.11	Papel das mulheres	257
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	265
	REFERÊNCIAS.....	273
	APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista.....	288

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A invisibilidade das mulheres é um aspecto que pode ser percebido desde fatos corriqueiros do dia a dia até o papel desempenhado por ela nas ciências, e mesmo nos estudos sobre as mulheres.

Percebe-se que ao longo dos séculos, as mulheres viviam num universo restrito, num espaço privado e, portanto, excluídas do espaço social e político e essa exclusão teve reflexos nas pesquisas sobre/com mulheres. Entender e filtrar os conhecimentos ordinários, que correm à margem da formalidade, é uma constante da epistemologia feminista, pois, novamente, as mulheres foram esquecidas e, conseqüentemente, esquecidas também da academia. Assim, a epistemologia feminista alerta para que os valores, experiências e objetivos que estão postos hoje representam apenas um grupo e não abarca toda a humanidade, ou seja, as diferentes raças, gêneros, idades e orientações sexuais. Sendo assim, pesquisar mulheres, numa perspectiva feminista, é desafiar a lógica dominante de um mundo hierárquico e patriarcal (CASTRO; EGGER, 2012).

As experiências do cotidiano tecidas em conversas informais em ambientes privados, normalmente seus lares são cruciais para pesquisas com mulheres. Ao trazer esse conhecimento construído em espaços do cotidiano, traz-se essas mulheres como conhecimento, suas produções saem da invisibilidade e elas percebem-se atuantes na sua própria história, uma vez que esta não está dada (CASTRO; EGGER, 2012).

Portanto, um conhecimento que não considera a contribuição das mulheres acaba sendo parcial, limitado e, conseqüentemente, exclusivo, uma vez que o poder de contar a história ficou a cargo dos homens num padrão normativo androcêntrico, ou seja, também excludente de outros homens e não apenas das mulheres.

Há uma necessidade de dar voz às mulheres e à experiência feminina como formas de lidar com a opressão patriarcal apresentada pela ciência. É necessário o desenvolvimento de métodos e teorias distintos dos convencionais positivistas, métodos embasados nos posicionamentos e percursos das mulheres, enfatizando o uso de biografias como forma de evidenciar as experiências femininas e o

modo peculiar de as mulheres perceberem o mundo (OLIVEIRA; AMÂNCIO, 2006).

A percepção dessa invisibilidade feminina me levou a procurar um campo de estudo que possibilitasse uma maior equidade para as mulheres. Em razão dos seus princípios, a Economia Social e Solidária (ESS) pareceu-me esse espaço de atuação.

A ESS propõe uma articulação específica entre as esferas econômicas, políticas e sociais ao trazer a ideia de solidariedade em contraponto ao individualismo utilitário predominante na sociedade de mercado. Entretanto, não se propõe a ser um setor à parte, mas interagir com o modelo hegemônico, numa perspectiva particular, com princípios econômicos diversos e outra maneira de entender a ação organizacional ou coletiva (LAVILLE; GAIGER, 2009).

O diferencial da ESS é entender a lógica econômica incorporando o social e, com isso, não separar as dimensões culturais, políticas, éticas mantendo o caráter substantivo dessas manifestações (LISBOA, 2002; 2009).

A ESS, ao dar relevância ao social, compromete-se com a coletividade e assim, valoriza as experiências de auto-organização em que valores como autonomia, cooperação e democracia sejam preponderantes. Assim, os empreendimentos econômicos solidários são compostos por distintas formas de organização em que a livre associação, os princípios autogestionários, a cooperação e a eficiência estão presentes, congregando indivíduos que foram excluídos do mercado tradicional por suas convicções ou porque estão à procura de formas alternativas de sobrevivência (LAVILLE; GAIGER, 2009).

No Brasil, há um consistente número de empreendimentos sociais e solidários (19.708), que contemplam 1.423,631 pessoas, dispersos por todo o país (SENAES, 2013).

É possível perceber que essa é uma área importante por congrega um grande número de pessoas envolvidas em diversos tipos de atividades, organizadas também de várias maneiras. Isso reafirma a ideia, que será apresentada ao longo do trabalho, da diversidade da ESS e da possibilidade de se pensar em outras formas de inserção econômica e social que não considerem apenas as questões econômicas, mas que vejam o mercado como um dos muitos enclaves da sociedade.

Apesar das possibilidades de aproximação entre essas duas áreas (ESS e gênero), verifiquei, nas pesquisas realizadas, que ainda estão sendo muito pouco estudadas em conjunto, mas são áreas que podem ser vistas de maneira complementar. As mulheres são a maioria da população brasileira e da população economicamente ativa, contudo,

são pouco aproveitadas, reconhecidas e valorizadas, como mostrei ao longo do trabalho. Não há, também, uma presença paritária das mulheres no mercado de trabalho tradicional, e apenas um pequeno grupo participa das tomadas de decisões, fato que ocorre tanto com as mulheres de maneira geral, quanto especificamente nos empreendimentos da ESS: apenas 160 empreendimentos (0,82% do total de empreendimentos) no Brasil e 35 (4,84%) em Santa Catarina são coordenados por mulheres, de acordo com Atlas da ESS (SENAES, 2013). Essas disparidades na ESS tornam-se contraditórias, uma vez que esse movimento tem como base princípios como democracia, igualdade, equidade e, claro, solidariedade, e tem como fundamento o desenvolvimento humano e econômico, a partir de outros paradigmas econômicos, ideológicos, políticos e sociais (FRANÇA FILHO, 2003).

Contudo, refletia se, por sua configuração de um espaço autogestionário, cooperativo, preocupado com as questões sociais, não seria um espaço promissor para que as mulheres possam atuar e crescer em números como também individualmente? Não seria um espaço que, à medida que fosse consolidando-se, não geraria oportunidades para um aprimoramento da participação das mulheres nos empreendimentos e também em posições de tomada de decisão, propondo um quadro mais equânime?

Percebe-se que há uma relação direta entre os fundamentos da ESS e os relacionados às questões de gênero por serem ambos fundados em princípios contrários à discriminação, pelo menos no que se refere aos princípios. Essa ideia é reforçada pelos estudos da economia feminista, que busca olhar a economia não apenas pelos critérios clássicos, mas entendendo que outras dimensões também devam ser consideradas, com destaque para a participação das mulheres nesse cenário (QUINTELA, 2006). Assim, aproxima-se da ESS como possibilidade de entendimentos dos movimentos econômicos com outras dimensões que não apenas a do mercado. Além disso, por ter com premissa o papel da mulher na economia, poderia auxiliar para a consolidação da atuação das mulheres dentro da ESS, rompendo com o quadro que ora se apresenta de preponderância de empreendimentos majoritariamente masculinos. Uma parceria entre esses temas robustece o olhar da sociedade para além do econômico, apontando questões sociais, culturais e, por que não feministas, potencializando as possibilidades de uma sociedade mais justa, mais democrática, mais solidária.

Um conceito fundamental para minimizar as discrepâncias em relação a gênero de maneira geral e na ESS é o empoderamento das

mulheres. Há uma polissemia sobre o conceito de empoderamento, bem como um uso indiscriminado do termo. Ao longo do trabalho tento esclarecer esse ponto, mas o que posso afirmar por enquanto é que, ao falar de empoderamento, estou buscando um conceito que possibilite ao indivíduo, nesse caso as mulheres, afirmar-se perante um grupo com autonomia, decidindo ou participando das decisões a respeito de sua vida, melhorando sua qualidade de vida, possibilitando uma visão mais crítica da realidade e da precariedade, subordinação, dominação e discriminação em que muitas vezes se encontram (LEÓN, 1999). O empoderamento, ao incentivar a mudança de atitude das mulheres, apresenta-se como uma estratégia importante para a mudança do cenário discriminatório da sociedade atual. Esse processo pode ter nos espaços da ESS um lugar fértil para sua consolidação em razão dos fundamentos do movimento, o que, basicamente, permitiria uma equidade entre os indivíduos participantes. Ou seja, um movimento cooperativo, autogestionário, democrático em tese, não permitiria uma discrepância de atuação entre seus indivíduos, ao contrário, não incentivaria o fortalecimento de seus participantes, empoderando-os para que possam atuar de maneira equitativa em seus processos?

Outro tema importante para complementar esse estudo é o paradigma paraeconômico de Guerreiro Ramos (1989). Esse paradigma tem um entendimento de uma sociedade multicêntrica composta por uma série de enclaves. A crítica do autor à sociedade atual dirige-se à sobreposição do enclave econômico e formal sobre os demais enclaves – muitas vezes nem reconhecidos – o que acaba por sufocar as manifestações dos demais. Ao reconhecer e conceituar outras dimensões, Guerreiro Ramos (1989) abre espaço para outras formas de o indivíduo realizar-se, uma vez que essa autorrealização pode ocorrer nas dimensões sociais, culturais, políticas.

Com isso, a ideia da ESS aproxima-se ao que ele sugere em termos de sociedade multicêntrica, pois em seus princípios não privilegia o econômico e, por sua configuração, permite que o indivíduo se realize a partir do momento que considera toda forma de atuação como relevante para o movimento.

Destaco, para esse estudo, a fenomenia como um enclave no qual o indivíduo pode realizar-se, de maneira mais ampla, por ser composta por espaços pequenos e/ou individuais, com grande potencial criativo, sem a predominância do imperativo econômico. Para isso, tem que buscar autonomia, com o desenvolvimento de uma consciência crítica em que possa de fato agir e não se comportar para assim, buscar sua autorrealização. Imagino que as mulheres, portanto, durante o seu

processo de empoderamento, que proporciona um crescimento individual, com maior autonomia e consciência crítica, podem ser percebidas numa trajetória fenonômica, ou seja, na sua trajetória de crescimento aproximam-se do que Guerreiro Ramos (1989) descreveu como fenomenia. Seriam dois conceitos que convergiriam quando prezam pela ação das mulheres em relação à sua autonomia, à sua autorrealização, numa preocupação com a melhoria da qualidade de vida de cada uma.

Ressalto, porém, que é ao atuar nas isonomias, ou seja, no coletivo, num ambiente de iguais, que amplie a capacidade crítica, em que têm vez e voz, em espaços como as feiras, os fóruns, os próprios empreendimentos, que o processo de empoderamento consolida-se. Há, portanto, uma confluência entre esses conceitos que terão que ser pensados de maneira conjunta para entender o empoderamento das mulheres, ou seja, as mulheres aos desenvolverem o seu processo de empoderamento descrevem uma trajetória fenonômica que se consolida num espaço isonômico.

Com isso em mente, compreendi que a melhor forma de abordar essa temática seria “conversando” com as mulheres da ESS para entender um pouco mais como os temas ESS, gênero, economia, solidariedade, empoderamento são percebidos ou vividos por elas nos empreendimentos. Por isso, optei pela história oral temática como uma das estratégias de pesquisa, pois assim pude ouvi-las e retirar de suas histórias aquilo que deu suporte à pesquisa com relação aos temas estabelecidos. Seriam elas a contar como percebem a ocorrência desses tópicos em suas vidas, o meu papel seria interpretar essas histórias. Com isso, coloca-se os sujeitos e suas ações em evidência, pois é a partir das mulheres que serão feitas as contextualizações, as interpretações do processo de empoderamento de cada uma, aprofundando a compreensão da participação delas nos espaços da ESS e seu crescimento pessoal e em comunidade, reforçando os conceitos de fenomenia e isonomia.

A ideia de trabalhar com a história de cada uma é retirar essas mulheres da invisibilidade para a ciência, alterando um pouco o quadro de predominância dos homens nos estudos, trazendo um pouco da feminilidade na forma com que elas encaram suas vidas, suas mudanças, seus ganhos e perdas. Ao participarem da ESS, uma maneira de entender a economia sob um outro enfoque, ou seja, não atuarem no mercado tradicional, também não têm sua ação destacada. Porém, ao relatarem suas histórias, poderão ressaltar os pontos importantes para elas. Ao mesmo tempo, nessas narrativas, o processo de empoderamento vai sendo mostrado à medida que contam de onde partiram e onde se

encontram hoje tanto no nível pessoal como com relação ao movimento de ESS.

Para complementar a percepção a respeito da realidade em que elas viviam, aproximei-me do movimento de ESS de Santa Catarina, especificamente de Florianópolis, como observadora, mas também como participante, uma vez que o próprio movimento demandou minha participação ativa, impossibilitando qualquer distanciamento que eu eventualmente buscasse. Isso permitiu que eu entendesse o que era de fato o movimento, sua atuação, a maneira como entende a participação feminina e, também, compreender o lugar de onde as mulheres que entrevistei eram provenientes.

Entretanto, é preciso destacar a contribuição deste trabalho para a área da ciência a qual estou vinculada, ou seja, a administração. Entendo que esse estudo contribui primeiramente ao trazer o tema de gênero para a administração e para os estudos organizacionais, mais especificamente associado à ESS. Todavia, essa pesquisa agrega a esses temas não de uma maneira normativa, mas na ação das mulheres, enfocando suas vidas reais, e, além disso, a partir do olhar delas próprias.

Ao se acrescentar a esses temas a questão da Teoria da delimitação dos sistemas de Guerreiro Ramos, pensando o processo de empoderamento das mulheres da ESS convergente com uma trajetória fenonômica que se consolida nos espaços isonômicos, procura-se aprofundar os estudos nesse campo que, como os demais, é pouco pesquisado – apenas duas dissertações tratam especificamente de fenonomia: a de Tonet (2004) e a de Bessen (2010).

Assim, este trabalho pretende contribuir para a compreensão do processo de empoderamento das mulheres da ESS catarinense, entendendo esse processo como convergente com uma trajetória fenonômica, a partir da visão delas dessa ação, por meio de suas histórias de vida, tendo o empoderamento como fio condutor dessas narrativas e proponho o seguinte problema de pesquisa:

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Pelo explanado acima, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: **Compreender o processo de empoderamento de mulheres participantes em empreendimentos sociais e solidários no estado de Santa Catarina em convergência com uma trajetória fenonômica, a partir de suas histórias de vida.**

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

- Compreender como se viabiliza o processo de empoderamento de mulheres participantes em empreendimentos sociais e solidários no estado de Santa Catarina, em convergência com uma trajetória fenonômica, por meio da história oral temática.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar o contexto da Economia Social e Solidária catarinense, bem como a participação das mulheres no movimento;
- b) Descrever e analisar as trajetórias de vida de mulheres que participam em empreendimentos sociais, de modo a perceber o processo de empoderamento em convergência com uma trajetória fenonômica.

1.4 JUSTIFICATIVA

Em linhas gerais, esse estudo pretende mostrar que a invisibilidade da mulher na ciência suscita estudos que promovam uma alteração nesse quadro. A ESS, por seus princípios, pode auxiliar a mudança desse quadro ao ter espaços cooperativos, autogestionários. A economia feminista, assim como a ESS, apresenta outro entendimento da economia, destacando o trabalho da mulher. O paradigma paraeconômico entende a sociedade como multicêntrica e sem predomínio do econômico, com especial atenção ao indivíduo nas fenomenias e nas isonomias como espaços entre iguais – enclaves propícios ao empoderamento feminino. O empoderamento feminino apresenta-se como possibilidade de elas tornarem-se mais autônomas, autoconfiantes, com consciência crítica – o que pode ser associado a uma trajetória fenonômica.

Portanto, esse trabalho propõe um avanço no conhecimento a partir do momento que associa esses temas e reflete sobre eles sob o enfoque dos estudos organizacionais. Ao tentar compreender como se viabiliza o processo de empoderamento de mulheres participantes em empreendimentos sociais e solidários no estado de Santa Catarina, em

convergência com uma trajetória fenonômica, por meio da história oral temática, busca-se colaborar para a consolidação de aspectos relevantes para esse campo de estudo ampliando o escopo de pesquisas e atuação.

Entendo que se pode, a partir disso, refletir mais profundamente sobre a temática de gênero em um campo que, apesar dos fundamentos, ainda não encontra, na prática, sustentação para essas discussões, como se verá ao longo do trabalho. Além disso, pretende-se conjecturar sobre os aspectos fenonômicos dessa aproximação, de maneira a aprofundar e propiciar uma expansão das discussões a respeito do paradigma paraeconômico de Guerreiro Ramos, especificamente da fenomenia.

Espero que, ao finalizar esse estudo, ele possa servir como suporte para uma ampliação das pesquisas envolvendo esses temas, bem como propor uma discussão no campo científico da relevância dos estudos de gênero, da ESS, sob uma perspectiva que se aproxima da vida dos sujeitos, buscando entender o contexto de onde essas mulheres partem e o que alcançam com o desenvolvimento de suas potencialidades.

Como contribuição teórica, é possível perceber que apesar de a Economia Social e Solidária (ESS) ser um campo amplo, não se destaca nos estudos de Administração no Brasil de maneira geral. Em abril de 2012, quando iniciei esse estudo, ao pesquisar no portal Scielo artigos que continham a expressão “economia solidária”, encontrei 35 artigos, dos quais apenas 04 estavam em periódicos de Administração. Porém, esse fato, aos poucos, vem sofrendo modificações. Em nova pesquisa realizada em julho de 2015, localizei 63 artigos, sendo 13 (20,65%) em periódicos de Administração, um aumento significativo que pode sinalizar um possível crescimento do interesse pelo tema. Esse trabalho procura, assim, contribuir para a mudança desse fato, ou seja, reforçar o interesse no tema da ESS pelos pesquisadores em Administração ao entender que a maneira como a ESS percebe a sociedade pode ser relevante para esse campo de estudo ao ampliar o campo de pesquisas.

Além disso, ao associar esse tema a outro também em crescimento dentro da ciência, que é a questão das mulheres e sua atuação, pretendo cooperar para que haja um incremento nas pesquisas com esse tema.

Ao trabalhar com histórias de vida temática e observação participante, por meio da metodologia reflexiva, será possível desvelar um aspecto muito próprio das pessoas envolvidas, dando um caráter bastante peculiar a esse estudo e que almejo que possa suscitar o interesse de outros pesquisadores para aprofundar esse estudo e contribuir para o aprimoramento das teorias e metodologias aqui

apresentadas, colaborando, dessa maneira, para a construção ou ampliação das discussões e teorias presentes.

Para finalizar essa parte do trabalho, é necessário justificar o local da pesquisa. A escolha de Santa Catarina não ocorreu apenas por acessibilidade. É claro que esse foi um fator importante, pois a ideia era entrevistar várias mulheres, e isso seria complicado num país de dimensões continentais como o Brasil. Também não foi por preocupação com a generalização, pois essa não é uma intenção desse estudo, visto as metodologias que escolhi, a ênfase era para a singularidade de cada história. A escolha considerou, além da acessibilidade, a diversidade e as peculiaridades do estado. O tamanho das cidades, as características étnico-culturais, o tipo de desenvolvimento, o não predomínio da capital sobre as demais cidades, o grande número de cooperativas e o número considerável de empreendimentos de ESS tornam Santa Catarina um estado com características distintivas, no contexto brasileiro. Um trabalho com esses temas, desenvolvido no estado, apresenta propriedades para além da realidade catarinense. Se há no Brasil um ambiente propício para o aprimoramento da ESS, a estruturação de um trabalho de empoderamento feminino, esse espaço seria Santa Catarina, por todas as particularidades expostas ao longo do estudo.

Com isso, acredito que esse trabalho a partir de Santa Catarina poderá possibilitar outros enfoques, em outras regiões, em outras composições de temas, mantendo o tema das mulheres em evidência.

Assim, entendo que minha contribuição, com esse trabalho, será trazer a voz das mulheres entrevistadas, de maneira a valorizar a atuação de cada uma, reforçando a importância de se estudar essa temática sob diferentes aspectos e olhares. Nesse caso específico, tento ressaltar o processo de empoderamento dessas mulheres e as consequências disso para elas e para o contexto em que vivem e, assim, aproximando a universidade da sociedade. Acredito que contribuo também ao produzir conhecimento com as mulheres e para as mulheres tentando alterar um pouco o quadro de invisibilidade das mulheres na ciência, numa trajetória ainda pouco aprofundada – a das fenomenias.

Para isso, no capítulo seguinte apresento o referencial teórico desta tese, com os temas abordados de maneira a construir uma base conceitual que dê suporte à pesquisa realizada neste trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CIÊNCIA E GÊNERO

Nesse capítulo, tenho a intenção de mostrar como a ciência moderna nasceu patriarcal e “masculino-machista”, as prováveis causas dessa condição e como ela se desenvolveu ao longo do tempo, reiterando esse pensamento. Há, contudo, alguns pensadores que contestam essa posição, propõem uma forma diferenciada de fazer e entender a ciência e destacam o papel das mulheres na ciência e para a ciência, numa epistemologia feminista. Assim, pretende-se mostrar que os valores, experiências e objetivos, que estão postos hoje, representam apenas um grupo e não abarca toda a humanidade, ou seja, as diferentes raças, gêneros, idades e orientações sexuais. Com isso, um estudo que distinga o conhecimento produzido pelas mulheres pode contribuir na construção desse novo olhar sobre as ciências, principalmente, as ciências sociais.

A ciência moderna, fruto da revolução científica do século XVII, nasceu notadamente patriarcal e “profundamente **masculino-machista**”, fundada numa perspectiva mecanicista com destaque para a racionalidade e a objetividade, promovendo um mundo melhor onde os fatos poderiam ser controlados e previstos (JAPIASSU, 2001; 2011; YAMAMOTO; ICHIKAWA, 2008). Com isso, houve uma repressão aos sentimentos e à sensorialidade, e, assim, dentro do enfoque racional e objetivo, estabeleceu-se a inferioridade feminina, exaltando consequentemente a superioridade masculina.

O projeto dessa ciência que se iniciava era fazer uma apropriação do conhecimento de maneira a exercer o poder, dominar, manipular, com ideários de consumo e dominação – novos atributos da ciência. A ciência moderna objetivava dominar a natureza, pois saber e poder (saber é poder, segundo Bacon) são conceitos que caminham juntos, afirma Japiassu (2001; 2011). Esse pensamento ocorre em conjunto com a ascensão da burguesia, que promove uma mudança de mentalidade na sociedade com a valorização das atividades práticas, estimulando o racionalismo e a eficácia, reforçando os atributos revelados na nova forma de ciência que se instalava. Essa perspectiva de uma sociedade não mais centrada em Deus, mas no comércio e na indústria, veio ao encontro das aspirações dessa burguesia nascente, ávida de poder econômico e político. Poder que não seria mais advindo

do direito natural como era com a nobreza, mas fruto do trabalho (negócio = negação do *otium*) (JAPIASSU, 2001, 2011).

Com isso, a ciência, nessa visão de mundo racionalista e mecanicista que valoriza a eficácia e a prática, ao destacar os ideais práticos e a sociedade empreendedora, acaba por destacar os negociantes, engenheiros e industriais, que poderão ser os responsáveis pelas transformações almeçadas (JAPIASSU, 2001; 2011).

Essa nova perspectiva muda a concepção de natureza, que agora precisa obedecer à ordem racional da filosofia experimental, e os fenômenos naturais passam a ser explicados pelo sistema mecânico, como uma máquina – o que acaba por vigorar como programa geral da ciência. E a ideia de máquina oculta a ideia de dominação e manipulação do exercício do poder. Entretanto, trata-se de um pensamento reducionista por não abordar questões importantes como consciência, subjetividade, liberdade (JAPIASSU, 2001; 2011).

Santos (1987) corrobora esse pensamento ao afirmar que o senso comum e as humanidades não são considerados, de maneira geral, confiáveis como os científicos. A matemática forneceu à ciência moderna o instrumento de análise e também a lógica de investigação, e, por isso, conhecer passou a significar quantificar e pressupôs uma redução na complexidade para facilitar a compreensão. Sendo assim, há um privilégio do “como funciona” em detrimento do “qual o agente ou qual o fim” (SANTOS, 1987, p. 16), o que rompeu com o senso comum, ou pelo menos pretendeu isso. A ideia de mundo máquina transforma-se na grande premissa da ciência que, a partir do século XVIII, com a ascensão da burguesia, se estabelece. O conhecimento passa a ser visto então pela maioria dos estudiosos como utilitário e funcional.

Japiassu (2001; 2011) afirma ainda que o modelo galileu-newtoniano de ciência anulou as qualidades sensíveis do mundo como as emoções, paixões e sentimentos, ou seja, para conhecer era necessário abandonar as impressões, os desejos, as sensações, enfim, a subjetividade. Ao se abandonar essas características do mundo humano, há uma velada censura sobre a liberdade, que, nessa nova perspectiva do saber redutor e analítico, é vista como um mito, uma ilusão, pois não é fundada no saber científico.

Por essas características é que se pode dizer que ciência moderna já nasceu numa dimensão predominantemente masculino-machista intrinsecamente, pois é fruto dessa herança cultural do século XVII, dominado pela racionalidade científica em que força e poder estão a serviço da produção. Ao promover o domínio da natureza, a ciência estruturou-se a partir de um princípio de racionalidade, fundado numa

filosofia marcadamente patriarcal-masculino-machista (JAPIASSU, 2001; 2011)¹.

Houve então uma intenção de mudança de paradigma com o surgimento da ciência moderna. A natureza orgânica era tida como mulher portadora de mistérios e do caráter sagrado da mulher – mãe, símbolo máximo da feminilidade. Entretanto, agora a natureza é mecanizada, matéria inerte, passiva, submetida à dominação masculina do cientista que usa a razão para explorar, conquistar e dominar. O novo saber expropria as mulheres, tidas como feiticeiras, bruxas, curandeiras, por utilizarem-se dos saberes tradicionais associados às paixões humanas e aos sortilégios – bem distintos do racionalismo dominante. Somente o homem faz ciência (masculina e sem interesse pelas causas finais), pois tão-somente ele sabe e tem o poder, uma vez que na ciência mecanicista consideram-se as causas eficientes, o que divide o mundo em poderes ativos e substratos passivos. Assim, a natureza passa de um “receptáculo de formas e qualidades” para um depósito de energias quantificáveis em que o homem é o responsável por “domesticar e subjugar” – uma ciência falocrata (JAPIASSU, 2001; 2011 p. 23).

A ciência, na versão dominante, é considerada axiologicamente neutra, seu conhecimento transcenderia o sexo, estaria apenas preocupada com o saber, com as atividades intelectuais, tanto que os cientistas usam jalecos como vestimentas para “esconder” as diferenças sexuais. Somente poderia ser feita por indivíduos autônomos e libertados de ideias preconcebidas, motores de uma sociedade predominantemente masculina. Assim, a ciência onipresente e onipotente acaba por se converter num símbolo de força e num instrumento de opressão e repressão do qual o homem se utiliza para dominar, um instrumento que poderá valorizar predominantemente as

¹ Capra (2008) sustenta que Leonardo da Vinci foi o verdadeiro “pai da ciência moderna”, abordando o conhecimento científico como olhos de artista. O resgate da contribuição de Leonardo da Vinci amplia a controvérsia sobre as origens da ciência moderna e sobre as forças institucionais que a delimitaram. Quanto às origens da dominação masculina sobre as mulheres, jovens e crianças, Morin (1973) sustenta que tal processo tem raízes na pré-história, nas sociedades primáticas, em diferenciações psicoculturais, fiseoendócrinas e socioantropológicas. No entanto, assim como a dominação masculina tem raízes profundas, o mesmo acontece entre racionalidade e afetividade. Tanto Morin quanto Maturana e Verden-Zoller (2004) ressaltam as interações entre transformações anatômicas, fisiológicas, emocionais, linguísticas, simbólicas e racionais. Destacam o amar e o brincar como os fundamentos esquecidos do humano do patriarcado à democracia.

características tidas como masculinas, racionais (JAPIASSU, 2001; 2011).

O objetivo por trás da dicotomia que se impôs a partir de então (homem/razão/objetividade/forte/dominador/cerebral X mulher/sentimento/fraca/meiga/emocional) para justificar a dominação machista era afirmar a incontestável e histórica superioridade masculina em todos os campos e agora justificada e legitimada racionalmente pela ciência que se utiliza da razão masculina.

Entretanto, as ciências sociais não conseguem explicar o comportamento humano a partir dos pressupostos da ciência moderna, e, portanto, são vistas por uns como pré-paradigma por não atender às pressuposições e por outros como um sinal de crise, num sinal de transição para um outro paradigma científico (SANTOS, 1987).

Japiassu (2001; 2011), referenciando-se em Marcuse, aponta a necessidade de uma ciência nova que encarnasse o princípio feminino, promovendo a paz, a alegria e o fim da violência, corroborando o pensamento de Santos (1987). Não uma ciência feminina, mas uma ciência não mais governada pelo princípio masculino, uma ciência que possibilitasse a superação dos dualismos, pois, afinal, seria uma metade da humanidade contra a outra.

Santos (1987), nesta mesma linha de pensamento, afirma que um novo paradigma está surgindo para as ciências, um paradigma emergente, uma nova maneira de olhar as ciências. Esse novo paradigma terá as ciências sociais como catalisador, e para isso terá que recusar as formas de positivismo lógico ou empírico, com uma revalorização das humanidades, numa perspectiva em que conhecimento científico e conhecimento vulgar não serão vistos como dicotômicos e estanques.

Para esse novo paradigma “de um conhecimento prudente para uma vida decente” (SANTOS, 1987, p. 37), todo conhecimento científico-natural é científico-social. Com isso, tende a ser um conhecimento não dualista, em que distinções como natureza/cultura, observador/observado, subjetivo/objetivo serão reconhecidas numa abordagem mais abrangente, interdisciplinar, não dicotômica. Há uma aproximação entre as ciências naturais e sociais que, por sua vez aproximam-se das humanidades numa nova perspectiva de ciência, e assim a pessoa, como autor e sujeito do processo, vai para o centro do conhecimento.

Outra característica do paradigma emergente proposto por Santos (1987; 1989) é que o conhecimento científico visa constituir-se num senso comum. Sendo assim, reconhece que há no senso comum importantes aspectos que podem enriquecer o tido como conhecimento

científico, o que dá uma nova perspectiva para a ciência. Pois o senso comum, na visão de Santos (1989, p. 37), é o “menor denominador comum daquilo em que um grupo ou um povo coletivamente acredita, ele tem, por isso, uma vocação solidarista e transclassista”. E acrescenta que é possível uma relação entre ciência e senso comum, em que um é feito do outro e ambos fazem algo novo, em que o senso comum seja a base da ciência, um saber prático que não deixe de ser esclarecido e democraticamente distribuído. Com isso, a hegemonia da ciência moderna se quebraria, sem, contudo, abrir mão das expectativas geradas por ela, numa totalidade que a transcenda, de maneira a buscar a emancipação e a criatividade da existência individual e social.

Nessa perspectiva, os estudos das mulheres e seus saberes ganhariam destaque e retomariam visões e conceitos “perdidos” ao longo do tempo de ciência predominantemente masculino machista, como chamada por Japiassu (2001; 2011).

Ampliando o que foi visto anteriormente, a partir agora de uma perspectiva mais feminista, Matos (2008) afirma que durante séculos as mulheres estiveram excluídas da possibilidade de fazer ciência e contribuir para a produção do conhecimento. As religiões, num primeiro momento, e as organizações científicas, posteriormente, foram grandemente responsáveis por essa opressão.

Perrot (2012) acrescenta que as religiões como judaísmo, cristianismo e islamismo confiaram a Escritura e a sua interpretação aos homens – Bíblia, Torá e Corão seriam de responsabilidade dos homens, e, assim, iniciados em escolas e seminários especiais de transmissão e sociabilidade masculinas.

Nesse ponto de vista, a Reforma Protestante aparece como uma ruptura a esse pensamento ao fazer da leitura da Bíblia uma obrigação de cada indivíduo, homem ou mulher, o que contribuiria para a instrução das mulheres. Com isso, espalharam-se escolas para os dois sexos pela Europa do Norte e Leste (regiões que aderiram ao protestantismo). Isso teria consequências sobre a condição das mulheres, seu acesso ao trabalho e à profissão e até sobre o feminismo contemporâneo (PERROT, 2012).

Entretanto, afirma Matos (2008), em diversos países da Europa, a erudição e a pesquisa ocorriam inteiramente nas universidades, que estavam profundamente radicadas na vida eclesiástica, pois as universidades surgiram da Igreja. Como as mulheres estavam excluídas desta última, também foram excluídas dessas novas instituições, as universidades. A percepção leiga da razão pura e do conhecimento desinteressado desse contexto reflete o compromisso ascético cristão de

purificar a alma da poluição do corpo, e, portanto, excluir as mulheres da busca pela razão pura.

A vinculação entre conhecimento universitário e religião fez com que filosofia e ciência moderna se empenhassem em excluir mulheres da busca por conhecimento. As mulheres eram impedidas de estudar e também de receber instrução profissional, o que evidencia a tendência androcêntrica da ciência que durante séculos perdurou. Os movimentos organizados de mulheres, bem como os movimentos feministas em todas as suas formas promoveram, ao longo do século XX, grandes modificações nesse cenário, inclusive dentro do próprio modo de perceber o conhecimento (MATOS, 2008).

Para Tabak (2002) e Santos e Ichikawa (2008), a exclusão das mulheres da ciência deve-se às barreiras culturais que foram sendo levantadas ao longo da história, ou seja, ainda está fortemente ancorada na persistência dos estereótipos sexuais, na educação construída sobre valores de dominação e controle tipicamente masculinos. Há por parte da sociedade, ainda patriarcal, um desestímulo à integração da mulher na ciência. A mulher não é estimulada a se ver como cientista, principalmente durante os anos do ensino médio, quando farão suas opções por um curso universitário. Além disso, fatores como preconceitos, casamento, gravidez, filhos, baixos salários, dificuldades de ascensão profissional, pressão social são fatores decisivos para o desestímulo à participação feminina na carreira científica.

Ainda sobre a invisibilidade das mulheres nas ciências, Citeli (2000) reporta-se a uma revisão e classificação da bibliografia sobre mulheres e ciência que apontam para uma volumosa produção sobre o tema nos anos 1970/80. Esses estudos não só identificaram a invisibilidade das mulheres nas ciências, mas também documentaram e estudaram um significativo número de mulheres que foram ignoradas pela ciência convencional ou que tiveram seus trabalhos creditados a outras pessoas ou, ainda, classificados como não ciência.

A investigação realizada por Griffin (2006) do lugar das mulheres na ciência, legitimado local de produção de conhecimento, foi mais uma pesquisa a expor a extensão da invisibilidade das mulheres como sujeitos da ciência. Reiterando o que foi posto anteriormente, definiu-se a mulher como diferente dos homens, biologicamente inferior e inadequada para o exercício da ciência. Com isso, a ciência caracterizou-se como androcêntrica, numa relação de constituição mútua entre o sujeito masculino e o conhecimento definindo, e, desse modo, a mulher foi apresentada como inadequada para a ciência e os homens garantiram seu próprio poder (GIFFIN, 2006).

Desse modo, a objetividade científica e a neutralidade do cientista seriam asseguradas por meio do método científico visto como único, neutro, negando a ação dos sujeitos no mundo social. Enquanto não se considera os sujeitos no seu cotidiano como produtores de conhecimento e da construção da realidade social, o sujeito científico poderia ser neutralizado por meio das regras científicas reiterando o pensamento de Giffin (2006), Japiassu (2001, 2011) e Santos (1987, 1989).

Além disso, a exclusão das relações de poder do conhecimento científico faz parte da retórica da ciência e das suas formas de legitimação enquanto saber, poder e forma de poder disciplinar. A objetividade torna-se portanto, uma dessas estratégias discursivas e que visa, por sua vez, estabelecer as verdades e os fatos científicos (OLIVEIRA; AMÂNCIO, 2006).

Entretanto, essa maneira de perceber a ciência como um conhecimento objetivo e universal foi contestada e esse entendimento binário repensado (GIFFIN, 2006).

Nesse repensar do conhecimento, Matos (2008) afirma que a visão ocidental cartesiana, racional, que orienta o pensamento científico desde meados do século XVII, seria inadequada, tendenciosa e profundamente andro e etnocêntrica. Uma epistemologia mais feminista contestaria as tradições racionais binarizantes e hierarquizantes em contraponto ao reconhecimento dos processos relacionais emergentes da simultaneidade, complexidade, multiplicidade, pluralismo e diversidade. Com isso, a autora aponta a epistemologia feminista como uma das primeiras formas de produção do conhecimento que questiona a posição hegemônica do conhecimento burguês e ocidental.

A epistemologia moderna ainda encontra-se centrada numa regularidade, previsibilidade, certeza e, como foi visto, vem sendo criticada por várias e distintas correntes como a complexidade, a teoria do caos e o próprio feminismo, entre outras vertentes que priorizam a diferença, as alternativas, descentralizações e incertezas em sua configuração e apresentam um processo de abertura e mudanças.

Dessa forma, o feminismo acrescenta criticamente ao saber e à racionalidade científicas, diretamente de encontro à afirmação ocidental de um contexto homogêneo, estável ou plano unidimensional baseado na univocidade de sentidos (uma palavra, um significado) e de relações duais de racionalidade, a concentração e a valorização crítica, multicultural, emancipatória e reflexiva de configurações transversais e multidimensionais

dos saberes que, ainda que não desconsiderem por completo as polarizações dicotômicas, dialéticas ou antinômicas, as recoloca num plano de densidades diversas (inclusive contraditórias) e complexas. É assim que muitas das distinções tradicionais (sujeito-objeto, ciência-filosofia, masculino-feminino, razão-emoção, cultura-natureza, público-privado, homem-mulher, entre outras) passam a ser construções sociais levadas a cabo por um tipo específico de sociedade científico-cultural historicamente datada que precisa urgentemente ser interrogada e, eventualmente, questionada (MATOS, 2008, p. 348).

O pensamento hegemônico foi questionado por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento científico. Oliveira e Amâncio (2006) afirmam que a partir dos anos 1970 houve uma preocupação crescente do feminismo com a crítica à ciência. Simone de Beauvoir, por exemplo, logo no pós-guerra, iniciou uma série de críticas aos pressupostos antropocêntricos, tanto da filosofia quanto na ciência, e na persistência em apresentar uma visão de mundo centrada nas referências do masculino. Alguns dos pressupostos da crítica feminista à ciência ocorreram diante da evidência de que a maioria dos cientistas são homens e numa denúncia do androcentrismo na produção científica. O cerne da preocupação feminista é em relação à discriminação e sub-representação das mulheres na ciência, evidenciadas pela manutenção das metodologias positivistas, mantendo os valores de neutralidade e objetividade inalterados, ou seja, mantendo os valores tradicionais androcêntricos.

Se se entende que a epistemologia define um campo e uma forma de produção do conhecimento, um campo conceitual em que se produz conhecimento científico, a maneira que se estabelece a relação sujeito-objeto do conhecimento, dever-se-ia observar a constituição de uma epistemologia feminista. O feminismo aqui entendido não apenas como uma forma de crítica ao modo dominante de produção científica, mas também como modo alternativo de articulação nessa esfera (RAGO, 1998).

Assim,

sob essa perspectiva, a ideia da ‘objetividade’ científica e da ‘neutralidade’ do sujeito do conhecimento, que seriam garantidas através do ‘método científico’, envolveu uma negação da ação dos sujeitos no mundo social: enquanto

os sujeitos do cotidiano não são reconhecidos como participantes da produção do conhecimento e da construção da realidade social, o sujeito científico seria ‘neutralizado’ através das regras científicas (GIFFIN, 2006, p. 637).

Esse pensamento permite uma reflexão sobre a ciência e reforça o que Santos (1987) afirma na questão da transição paradigmática, uma nova visão da subjetividade e do conhecimento.

A epistemologia feminista abarca uma série de trabalhos com diferentes posturas, tanto em relação ao feminismo quanto à própria epistemologia. Entretanto, o ponto comum é o questionamento de alguns pressupostos básicos da epistemologia tradicional, basicamente, a necessidade de considerar o contexto social do sujeito para se compreender a ciência (ICHIKAWA, YAMAMOTO, BONILHA, 2008, 2011).

Entende-se que a teoria feminista não rompe com os modelos dominantes, muitos ainda permanecem como tal nas ciências humanas. A perspectiva binária igualdade/diferença de entendimento das discussões feministas pode ao final, aprofundar tanto a dominação quanto a exclusão que atualmente ocorrem ao representar polos já consagrados pela estrutura atual de dominação. A epistemologia encarrega-se de desvendar essas diferenças. E por isso é interessante perceber a contribuição feminista às transformações que estão ocorrendo na produção do conhecimento (RAGO, 1998; GIFFIN, 2006).

Essa epistemologia feminista (que podem ser várias) afirmam Rago (1998) e Calvelli e Lopes (2012), destaca que a lógica atual não consegue pensar a diferença por trabalhar constantemente com a identidade (caráter particularista, ideológico, racista e sexista). São conceitos identitários e, portanto, excludentes, em que o mundo privado (doméstico, feminino) é considerado menor frente à esfera pública (homem, branco, heterossexual, civilizado do primeiro mundo), o que reitera o apontado anteriormente por Japiassu (2001,2011) e Santos (1987).

As questões femininas foram incorporadas em vários campos do conhecimento de fora para dentro, não nasceram no interior de seus campos e não foram incorporações simples, desestabilizaram e provocaram rupturas em algumas partes. Entretanto, muito permaneceu, e uma questão que tem que ser sempre refletida é “a que vem uma epistemologia?”, para não se correr o risco de apenas deslocar a relação poder/saber que tanto se questiona (RAGO,1998).

O sujeito dessa epistemologia deveria ser considerado a partir de suas determinantes culturais, das relações sociais, sexuais e étnicas. Com isso, a objetividade e neutralidade herdadas do positivismo, associadas ao conceito universal de homem, deixam de ser basilares ao incorporar a dimensão emotiva, subjetiva e intuitiva do conhecimento, afirmam Calvelli e Lopes (2012).

Jaggar (1997, p. 158) afirma que esse paradigma binário que separa mente/corpo e razão/emoção considera então corpo e emoção como prejudiciais à ciência. Assim, o positivismo terminou por desassociar razão de emoção, o que tornou essas últimas reações fisiológicas, movimentos involuntários, ou seja, as emoções não teriam relevância nenhuma fora delas mesmas e são percebidas como fatores de perturbação dos fenômenos racionais (JAGGAR, 1997).

Ao se relacionar emoções humanas e percepção por meio dos valores que permitem julgamentos, percebe-se que, assim como a observação acaba por direcionar e moldar a emoção, o contrário também é verdadeiro. E com isso, o mito da investigação imparcial revela-se como associado aos grupos dominantes de maneira classista, racista e masculinista (JAGGAR, 1997).

Porém, também estão presentes contradições no feminismo no modo de conceber a relação indivíduo e social.

Após uma consolidação do debate científico em vários campos disciplinares a partir das críticas ao viés androcêntrico desses campos, assim como ao pressuposto da objetividade, as mulheres feministas no campo acadêmico buscaram ampliar, nas ciências humanas e sociais, o escopo das reflexões a partir de uma nova concepção teórico conceitual: os estudos de gênero (MATOS, 2008).

Os estudos de gênero - palavra utilizada para expressar as relações sociais fundamentadas em desigualdades socialmente construídas – iniciaram-se no feminismo, que ressaltava o problema da exclusão das mulheres e dominação dos homens. As pesquisas foram ganhando espaço e introduzindo novas formas de pensar, com reflexos no meio científico e com destaque para as pesquisas de mulher, gênero e ciência, numa crítica feminista (YAMAMOTO, ICHIKAWA, 2008).

O conceito de gênero surge então em meados da década de 1970 e ao longo dos anos 1980 dissemina-se pela ciência. A ideia era separar sexo - característica analítica marcada pela biologia - de gênero, que enfatiza a construção histórica, social e política, implicando numa análise relacional. Entretanto, esse pensamento também vem sendo questionado por apontar para um “binarismo estéril” (MATOS, 2008, p. 336). Por meio de ressignificações, numa nova perspectiva analítica que

perpassa por outras dimensões como classe, raça, sexo, o gênero tem tido importante papel nas ciências humanas ao denunciar que mesmo nas estruturas atuais estão presentes opressão colonial, econômica, geracional, racista e sexista, que trabalham em condições distintas da realidade e condição humanas.

Entretanto, essa amplitude a que se prestava o conceito de gênero, se por um lado tornava a discussão mais inclusiva, por outro foi questionada por importante parte do feminismo, pela possibilidade de tornar o conceito de gênero politicamente desmobilizador em razão de uma fragmentação e desempoderamento que poderia provocar. Poder-se-ia perder o foco da situação política de opressão vivenciada pelas mulheres em favor de uma multiplicidade das diferenças de gênero, comprometendo assim a agenda feminista propriamente dita (MATOS, 2008; RAGO, 1998).

A adoção de uma perspectiva que aborde o campo de gênero pretende fazer avançar a discussão sobre o sujeito e o empoderamento das mulheres e também sobre as ciências e suas perspectivas numa versão multicultural decorrente dessa ampliação do escopo epistêmico abordado anteriormente. A questão do gênero como sujeito do conhecimento, desnaturaliza as identidades sexuais e destaca a dimensão relacional com ênfase para a incorporação da emoção, subjetividade, intuição ao conhecimento abandonando a ideia de uma única forma de construir conhecimento (MATOS, 2008; CALVELLI, LOPES, 2012).

Entretanto, Oliveira (2008a, p. 240) afirma que:

É importante destacar que as pesquisadoras feministas em sua maioria não propugnam que as mulheres podem, tanto quanto os homens, raciocinar e fazer ciência, mas que praticarão a ciência de modo diverso, com uma metodologia diferente que permite observar e compreender com intencionalidade os fenômenos em sua diversidade e complexidade e, assim, incluir as emoções até agora proscritas do conhecimento científico em categorias explicativas de análise.

A relação entre feminismo e a construção do conhecimento é um processo reflexivo de apreensão da realidade ou a expressão da relação sujeito/objeto na maneira como o pesquisador enquadra a realidade e se enquadra nela. Com isso, a dimensão do cotidiano foi trazida para as ciências humanas, ou seja, as diferentes experiências das mulheres e suas histórias de vida. O feminismo, como campo de estudo,

transita por entre o cotidiano das mulheres o que resgata a possibilidade do diálogo no processo de construção e desconstrução do conhecimento. Os estudos de gênero configuram-se ao mostrarem as assimetrias de poder e o entendimento de que os objetos são construídos por meio de práticas sociais e sexuais transformando-se assim, em sujeitos/objetos e, não mais, em apenas objetos. Essa epistemologia feminista, ao desenvolver um diálogo com o que se está posto, promove um enriquecimento teórico-metodológico importante para o pensamento das ciências humanas (OLIVEIRA, 2008a; CALVELLI, LOPES, 2012).

Há a necessidade de uma crítica da epistemologia e uma desconstrução do discurso binário e universalizante da ciência positivista por meio da crítica às abordagens cartesianas. O discurso da ciência somente poderá ser amplamente compreendido se possibilitar interpretações não absolutas e, especificamente nas ciências sociais, com objetos/sujeitos de estudo que “falam, pensam, sentem, como aponta a epistemologia feminista ao explicitar o caráter social da ciência, a relatividade dos sistemas de verdade e a politização do discurso” (OLIVEIRA, 2008a, p. 236).

As contribuições dessa quebra das concepções absolutizadoras, hierarquizantes pelo modo feminista de pensar os pressupostos da pesquisa científica enriquecem o próprio campo ao buscar novos parâmetros da produção do conhecimento, incorporando a subjetividade como forma de conhecimento, dando novos significados na interpretação do mundo, propondo uma nova relação entre teoria e prática. Um agente não isolado, isento, imparcial, mas subjetivo e que afirma sua particularidade (RAGO, 1998).

É preciso enfatizar, ressalta Giffin (2006), que o avanço na continuada elaboração de um novo paradigma epistemológico em diversas áreas do conhecimento não foi capaz de reverter as tendências dominantes na construção do conhecimento e que, referenciando em Santos (1987), o conflito paradigmático é cada vez mais um conflito social de grupos e interesses organizados. No processo de globalização neoliberal, que estende as relações, mas também aumenta as desigualdades, é importante marcar as diferenças na relação com os que não são nossos semelhantes no cotidiano da produção do conhecimento (GIFFIN, 2006). Assim, o conhecimento produzido pelas mulheres poderá ser extremamente enriquecedor para a ciência nessa nova perspectiva. Um espaço que contempla o trabalho da mulher numa perspectiva que vai de encontro ao cenário dominante é a Economia Social e Solidária e, portanto estudos sobre a participação das mulheres na Economia Social e Solidária, como uma possibilidade de perceber os

outros saberes, outra forma de economia, podem se complementar nessa nova abordagem, como se verá em seguida.

2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E SOCIAL

Nessa parte do trabalho, pretendo ressaltar os muitos conceitos derivados da ideia de uma economia que contraste com o individualismo utilitário predominante nas economias de mercado e justificar minha escolha do termo ESS. Depois, busco explicar mais detalhadamente o que entendo por ESS - uma lógica econômica não separada das dimensões culturais, políticas, éticas, com autonomia, sem privar do caráter substantivo, num projeto que, efetivamente, valorize a dimensão social da atividade econômica. E sendo assim, a ESS poderia ser um espaço em que as mulheres fossem efetivamente valorizadas em face aos princípios democráticos, igualitários e de contraposição à ideologia neoliberal de valores universalizantes.

A evolução da espécie humana foi caracterizada por associações e cooperações. A desestruturação dessa vida comunitária vem como consequência da Revolução Industrial do século XVIII. Entretanto, encontrou reação por meio das ideias cooperativistas de Proudhon, dos socialistas utópicos como Fourier, Saint-Simon, Owen, e já no século XIX com o socialismo de Marx e Engels. No início do século XX ainda é presente na ideia de kibutz no hoje estado de Israel e no socialismo real da antiga URSS (RATTNER, 2008).

Entretanto, essas tentativas de se organizar segundo princípios justos e solidários não tiveram o mesmo sucesso do capitalismo, que se instalou em grande parte desses espaços citados. Rattner (2008) afirma que isso ocorreu porque uma economia solidária exige um alto grau de conscientização e motivação dos envolvidos, além de princípios éticos e de solidariedade. A Economia Solidária demanda a participação de todos, que assim se tornam cidadãos e sujeitos do processo histórico. Em oposição ao desenvolvimento capitalista, há na economia solidária uma ênfase em justiça social, autorrealização e preservação do meio ambiente a serem concretizados não por caminhos como revoluções e golpes de Estado, mas, ao contrário, em paralelo ao sistema capitalista vigente.

Reintjes (2008) afirma que a economia solidária surge como uma resposta à deterioração social, econômica e cultural proveniente da desumanização da economia, que afeta principalmente a população mais

vulnerável. A economia solidária pensada globalmente e com uma marca ética forte contribui para democratizar e socializar a economia e a própria sociedade. Visa buscar as raízes da economia colocando-a a serviço das necessidades das pessoas, necessidades que deixam de ser apenas de demanda de consumo de mercadoria. Reiterando o pensamento de Rattner (2008), a economia solidária vem conscientizando e motivando pessoas a transformar valores, estruturas e relações econômicas. Em que uma “mundialização cooperativa da solidariedade, uma economia (do grego *eco-nomia*) recriada como a gestão e o cuidado (*nomia*) da casa (*oikos*), desde o doméstico, o lar e a comunidade local até o planeta Terra” (REINTJES, 2008, p. 89).

A expressão economia solidária refere-se a inúmeras experiências, desde formas de agricultura familiar, assentamentos do Movimento dos Sem Terra (MST), cooperativas, recicladores, experiências de finanças solidárias, clubes de troca, entre outras tantas, apontando para uma grande diversidade de atividades. De acordo com Lisboa (2009), o termo economia solidária consolidou-se e foi um aglutinador dessas diversas experiências, o que possibilitou articulá-las em torno de um amplo movimento social. E como assinala Andion (2005, p. 82), o fortalecimento da sociedade civil, “é um fenômeno central para a compreensão do surgimento e da legitimação da chamada economia solidária em diferentes países”.

Laville e Gaiger (2009) afirmam que a economia solidária é um conceito utilizado amplamente, que possui acepções diversas, mas que estão diretamente associadas à ideia de solidariedade em contraposição ao individualismo utilitarista, comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado. De acordo com os autores, a origem do termo Economia Solidária data da década de 1990, quando várias atividades econômicas foram organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática. Essas atividades primavam pela solidariedade acima do interesse individual e o ganho material, afirmando-se pela socialização dos recursos produtivos e adoção de critérios igualitários, podendo ser compostas por organizações de produtores, consumidores, poupadores, entre outros (SINGER, 2003; LAVILLE; GAIGER, 2009).

Assim, surgiu uma variedade de termos que englobam experiências do setor mercantil, não mercantil e não monetário, que trabalham com o conceito de solidariedade, mas que, dependendo de como e onde são utilizadas, remetem a sentidos diferentes. É o caso de terceiro setor, economia social, economia solidária, economia popular, economia plural, economia informal. Faz-se necessário um breve olhar

sobre as principais nomenclaturas a fim de esclarecer minimamente os conceitos e suas diferenças.

França Filho (2001, 2002) afirma que o que estes termos possuem em comum é o espaço em que se vive e trabalha, intermediário entre as esferas do Estado e do mercado. Entretanto, as distinções são mais difíceis de pontuar, pois os limites são muito tênues. Contudo, existem diferentes e importantes noções relacionadas aos contextos sociopolíticos de surgimento de cada termo e das interpretações a respeito do que essas práticas ou iniciativas podem desempenhar na sociedade em relação ao mercado e ao Estado.

De qualquer maneira, a crítica à ciência econômica por não integrar a dimensão social está presente em qualquer dessas teorias. Afinal, a complexidade da sociedade atual e conseqüentemente a necessidade de associar a economia às dimensões sociais e ecológicas faz com que uma visão unidimensional com base apenas na noção de mercado não se sustente mais. Num plano mais macro, essa visão reducionista acaba por limitar um potencial considerável de criação de riqueza e de emprego, que se apresenta sob outras formas que não são percebidas pela lógica reducionista (SAUVAGE, 1996; LECHAT, 2002).

Uma economia plural busca fortalecer as organizações da sociedade civil, em paralelo às empresas privadas e públicas, que desenvolvem atividades econômicas ao mesmo tempo em que desenvolvem projetos sociopolíticos, ou seja, consideram as dimensões social, econômica e política sem privilegiar nenhuma. Essas organizações incorporam a sociedade civil à noção de Estado-mercado, mas de maneira a redefinir o papel de cada um (ANDION; SERVA; LÉVESQUE, 2003).

O primeiro termo a destacar é o Terceiro Setor, de tradição anglo-saxônica, em que a ideia de filantropia é bem presente, associada às organizações sem fins lucrativos (*non-profit organizations*). São desvinculadas do aparelho burocrático do Estado e do conjunto de empresas privadas e outras instituições que compõem a economia de mercado. Assim, esse conceito abarca desde Organizações Não Governamentais (ONGs), fundações empresariais e institutos, organizações populares, cooperativas de crédito e organismos internacionais (FRANÇA FILHO, 2001, 2002; ANDION 2005).

As características essenciais desse campo são a formalidade, as iniciativas privadas independentes sem distribuição de lucros, participação voluntária desvinculada de partidos políticos e de organizações religiosas. Entretanto, esse conceito não representa, por

exemplo, a realidade latino-americana com suas diversidades de movimentos e o caráter de informalidade de muitas organizações.

Sendo assim, a nomenclatura anglo-saxônica é insuficiente para suportar a infinidade de iniciativas não governamentais e não mercantis, principalmente da América Latina. É um conceito de inspiração neoclássica que é percebido como uma esfera compartimentada e suplementar que se ajusta funcionalmente ao Estado e ao mercado (FRANÇA FILHO, 2001, 2002).

Economia social e economia solidária já possuem um caráter mais europeu. A relação com o Estado social é constitutiva das iniciativas associativistas. Assim, ultrapassam a visão apresentada no Terceiro Setor - suplementar a economia - e se caracterizam como elemento constante de interação com os poderes públicos (FRANÇA FILHO, 2001, 2002).

Os conceitos de economia solidária e economia social têm origem nos movimentos associativistas operários de resistência popular do início do século XIX. São amplamente influenciados pelas ideias de ajuda mútua, cooperação e associação, em razão das turbulências provocadas pela Revolução Industrial. O associativismo como forma de gestão autônoma e democrática surge então como resposta. De acordo com Gaiger (2009, p. 82), “a rentabilidade econômica representava antes um meio do que um fim, orientando-se pelos objetivos sociais das organizações”. Era dessa maneira um movimento que não concordava em desvincular dos aspectos econômicos o social, o político, o cultural, entre outros, buscando uma transformação social sem, entretanto, passar pela tomada de poder político, mas, sim, ampliando as experiências. A questão política, nessa origem, dizia respeito principalmente ao direito ao trabalho buscando formas alternativas ao trabalho assalariado que começava a tornar-se hegemônico pelo capitalismo nascente, ou seja, almejava-se uma combinação das dimensões sociais, econômicas e políticas (FRANÇA FILHO, 2001, 2002; GAIGER, 2009).

A partir disso, vieram as mútuas, as cooperativas e as associações que combinavam recursos provenientes do mercado (venda e troca de bens e serviços), não mercantis (subvenções públicas) e alheios à lógica monetária como a ajuda mútua, opondo-se assim à redução da economia ao princípio do mercado, com acumulação privada.

A crise dos anos 1970 afetou o equilíbrio do Estado Providência, e novas experiências tiveram lugar, o mesmo acontecendo em relação ao socialismo centralizado. As grandes ideologias políticas cedem lugar a movimentos que buscam respostas mais específicas, como questões raciais, paz, ecologia. O aumento do desemprego e novas formas de

exclusão social estimularam a busca por alternativas, como a economia social e economia solidária (GAIGER, 2009).

Com relação à economia social, pode-se afirmar que tem características particulares para responder a um enquadramento econômico ao qual as esferas públicas e privadas não conseguem dar resposta, ou seja, atua num intervalo entre o Estado e o mercado. Pode ser entendida com base em valores que evidenciam a finalidade social da atividade e uma racionalidade própria dos agentes (CAEIRO, 2008).

Defourny (2009, p. 156) resume economia social associada “às atividades econômicas concernindo à sociedade de pessoas que busquem democracia econômica associada à utilidade social”. Continua afirmando que se pode associar à ideia de solidariedade a de hibridação de recursos mercantis, não mercantis e não monetários. Com isso, favorece as condições de vida dos envolvidos à medida que, em muitos países, trabalha com a divisão de lucros entre membros das cooperativas e grupos produtores.

Para as organizações da economia social, Serva (1997a) e Chaves, Demoustier, Monzón (2010) afirmam que são organizações que exercem atividades econômicas, compostas na sua maioria por cooperativas e associações e que tenham como princípios o serviço para a coletividade acima da perspectiva do lucro, numa gestão democrática que prioriza as pessoas e o trabalho sobre o capital com autonomia de gestão.

Andion (2005) reitera esse pensamento ao afirmar que têm uma regulação com base na troca mercantil, aproximando-se do mercado, mas com a produção visando atender às necessidades dos seus membros. Assim, têm fins de lucro que deverá ser redistribuído entre os membros de maneira proporcional (ANDION, 2005; DEFOURNY, 2009; CHAVES, DEMOUSTIER, MONZÓN, 2010).

Lechat (2002) afirma que a economia social é composta então, por organismos produtores, em que a participação é proveniente da vontade de cada um, em que o poder não tem origem na detenção de capital nem este fundamenta a aplicação de recursos. De acordo com Monje-Reyes (2011), a economia social entende a sociedade como um espaço constituído por indivíduos, famílias, comunidades e coletivos de diversos tipos, que atuam fazendo transações entre a utilidade material e valores de solidariedade e cooperação. A economia social produz sociedade e não apenas utilidades econômicas, porque consegue gerar valores de troca que satisfazem a necessidade dos próprios produtores ou de suas comunidades, os quais fazem isso sem estar estimulados pela ganância ou pelo desejo de acumulação de capital sem limites, voltando

a unir produção e reprodução ao produzir para satisfazer as necessidades definidas como legítimas pela sociedade.

Durante o século XX, a economia social debilita-se com a perda de força do movimento operário e com a assimilação, pelo regime Estado-mercado, da função de geração de riqueza e assistência social, e a solidariedade fica relegada a um papel secundário. A institucionalização causou a fragmentação e perda de unidade da economia social, chegando à França, por exemplo, a existir organizações como grandes bancos, com estruturas tecnoburocráticas, que muito se assemelhavam às grandes empresas públicas ou privadas (FRANÇA FILHO, 2001, 2002; GAIGER, 2009).

Demoustier (2006, p.125) afirma que essa debilitação da economia social fez com que se pensasse um novo contrato social em que as atividades econômicas se dessem nas “relações de proximidade para construir novas solidariedades”.

Serva (1997a), reiterando as ideias acima, afirma que a economia social limitou-se ao princípio da redistribuição, afastando-se de pontos importantes como a economia política. Isso acabou por mostrar a economia social como uma atividade secundária, despolitizada e complementar ao modo econômico hegemônico. Demoustier (2006) acrescenta que emergem então, as atividades econômicas portadoras de vínculos sociais, com inserção e busca de satisfação de grupos populares marginalizados, afins, portanto, à noção de serviços de proximidades e de recomposição entre o econômico e o social, a partir do ‘impulso recíprocitário’, citando Laville.

Com relação à expressão economia solidária, Calbino e Paula (2013) afirmam que há uma diversidade de concepções entre os autores que estudam o tema, e, portanto, não há ainda um consenso do que seja a economia solidária num espectro de correntes e concepções com ideologias distintas inclusive.

Para Serva (1997a), as organizações de economia solidária surgem promovendo mudanças institucionais, atuando prioritariamente nesse primeiro momento nos serviços de proximidade (educação, creche, inserção profissional), e faz referência aos princípios de intercâmbio, redistribuição, reciprocidade e administração doméstica elaborados por Polanyi, ou seja, a atividade econômica incrustada no social.

Emerge juntamente com o feminismo, a agroecologia e o revigoreamento da agricultura familiar num contramovimento de defesa da sociedade em relação à hegemonia do mercado, como parte de uma

transição paradigmática e civilizatória sintonizada com novas formas de possibilidades organizacionais (LISBOA, 2003).

A economia solidária tem uma lógica distinta tanto do mercado quanto do Estado. Organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações sociais por meio da reciprocidade e adotando formas comunitárias de propriedade. Distingue-se da economia estatal, pois não prevê formas de propriedade institucional nem autoridade central. A ênfase é evitar as separações entre o econômico, social e político, pois é na articulação desses três setores que se situa o essencial da economia social ou solidária, que tenta dar conta de iniciativas da sociedade civil que não se encaixam no que está legalizado - como por exemplo, na França, as cooperativas, mutualidades e associações (LECHAT 2002).

Na América Latina, o conceito de economia solidária é atribuído às iniciativas que por meio da livre associação democrática dos trabalhadores visam ao ganho econômico e benefícios como qualidade de vida, participação cidadã e a solidariedade na cooperação da atividade econômica, no uso comum dos meios de produção e autogestão. Vale-se de recursos e relações mercantis, não mercantis e não monetárias, como a europeia, e igualmente rejeitam a cisão entre o econômico e o social (GAIGER, 2003).

Corroborando o pensamento de Gaiger (2003), França Filho (2001, 2002, 2003) afirma que a economia solidária então se apresenta com a noção de uma nova forma de relacionamento entre a economia e a sociedade, que vai além da ideia de experiências, com um estatuto diferente da empresa capitalista. A noção de economia solidária tem uma perspectiva de regulação com a escolha de um projeto político de sociedade com uma outra forma de sustentação da maneira de viver dos indivíduos, com uma sociedade não mais centrada nas esferas do Estado e do Mercado. Há então diferentes formas de captação de recursos, uma hibridação de economias, ou seja, economia mercantil, não mercantil e não monetária, combinadas, o que permite uma perenidade dos projetos criados por permitir articulações entre esses diferentes recursos. Assim, a oferta ocorre juntamente com a demanda: os serviços são concebidos e propostos em razão de necessidades sociais reais e locais. Não é a lógica de rentabilidade do capital investido, mas a realização de desejos reais dos grupos locais por causa da interação entre os diferentes participantes dessa iniciativa. Associa a ideia de iniciativa e solidariedade ao inserir a noção de solidariedade no meio das atividades coletivas econômicas.

Por isso Gaiger (2009) destaca a eficiência econômica dos empreendimentos solidários em função da equidade e da autogestão e a não aceitação da lógica instrumental do modelo hegemônico atual. São

práticas econômicas com princípios não utilitaristas, que contêm sociabilidades densas e decisivas à sobrevivência de amplos segmentos sociais.

Calbino e Paula (2013) afirmam que a economia solidária pode ser percebida como uma diversidade de atividades que são direcionadas para o trabalho e renda, desde empreendimentos produtivos e de prestação de serviço a organizações que dão suporte (financeiro, comercial, de consumo) aos empreendimentos. Esses empreendimentos assumem características que os distinguem tanto da atividade econômica capitalista tradicional como também da economia informal (COSTA; CARRION, 2009; CALBINO; PAULA, 2013).

Para finalizar o entendimento dos vários conceitos, diferentemente do terceiro setor, a nova geração de economia social não buscava cumprir uma “economia de reparação” (Gaiger, 2009, p. 84) refutando a separação entre social e econômico e o debate político em torno do modelo de sociedade:

Seu olhar crítico sobre o silêncio da Economia Social precedente a respeito dessas questões, sua insistência quanto à dimensão política das iniciativas que promove e sua adesão aos movimentos altermundialistas conduziram vários dos seus defensores a designá-la de *Economia Solidária*, termo então predominante na América Latina (GAIGER, 2009, p. 85).

Nem por isso, continua o autor, a economia social deve ser negligenciada, pois ainda possui bastante atuação, principalmente em relação ao mutualismo. Contudo, a economia social mais clássica possui uma conotação mais institucional e problemas de isomorfismo. Englobou ramos diversos em que propôs uma via de convergência entre projetos sociais distintos e até incompatíveis.

Monje-Reyes (2011, p. 707, tradução nossa) afirma que cada um dos conceitos “são desenvolvimentos epistemológicos que se interconectam e articulam entre si, como base de uma discussão crítica da atual concepção dominante da economia neoliberal”.

Para Caeiro (2008, p. 62), muitas vezes a tentativa de separação entre economia social e economia solidária não vai além de “puro e pretenso preciosismo linguístico”, pois o que deve prevalecer é a realidade econômica e social em que estão inseridas.

Por isso Gaiger (2009) propõe a denominação híbrida de Economia Social e Solidária (ESS) que contempla os compromissos dos fundadores com a nova geração.

Corroborando esse pensamento, Lamas (2013) afirma que, apesar das concepções distintas, não se observa nas diferentes atividades e territórios uma oposição entre elas, mas a incorporação simultaneamente do tradicional e do contemporâneo das iniciativas da economia social e as reflexões recentes da economia solidária (NAMORADO, 2009; LAMAS, 2013).

Lamas (2013, p.81) continua:

as abordagens que uma e outra refletem são próximas, os domínios porventura são coincidentes, além do que, as diferenças de raízes históricas, o diferente grau de impregnação normativa e as diferenças quanto ao modo como se articulam com o estado não têm impedido uma aproximação entre elas. Esta aproximação pode ter intensidades diferentes em cada país, mas a sua existência permite acreditar que elas podem somar-se em uma designação única que abranja os dois conjuntos: economia social e solidária.

E será este o termo utilizado daqui para frente neste trabalho, pois, como afirma Demoustier (2006, p. 114), essa “questão não depende de uma verdade científica e sim de escolhas políticas e sociais pelas quais cada um, na qualidade de cidadão, é responsável.” Ao cientista cabe apenas o papel de esclarecer as escolhas.

As muitas visões do termo parecem colocar a economia social e solidária em um processo de construção contínua, que se por um lado pode dificultar formações consensuais sobre o tema, por outro indica uma possibilidade de abrir espaço para o diálogo, negociação e as conversações entre diferentes saberes, direcionados para diferentes modos de se pensar e construir o mundo (COSTA; CARRION, 2009).

Retomando, ESS é um conceito amplamente utilizado com a ideia de solidariedade, que contrasta com o individualismo utilitário característico do comportamento econômico predominante na sociedade de mercado. São atividades, portanto, em que a solidariedade predomina em relação ao interesse individual e o ganho material, com a socialização dos recursos produtivos e a adoção de critérios igualitários (LAVILLE; GAIGER, 2009).

Neamtan (2002) faz uma ressalva importante, a de que é preciso entender os termos ‘economia’ e ‘social’, uma vez que ESS combina termos que podem parecer contraditórios. A ‘economia’ refere-se à produção concreta de bens ou de serviços pelo negócio ou empresa que contribui para um aumento líquido da riqueza coletiva. Já ‘social’ refere-se à rentabilidade social, em oposição ao lucro econômico puramente. Rentabilidade social é avaliada em termos de contribuição para o desenvolvimento democrático, para o encorajamento de uma cidadania ativa e autônoma e de projetos que promovam a iniciativa individual e coletiva, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e de bem-estar da população, nomeadamente por meio do aumento dos serviços disponíveis.

Como afirma França Filho (2003), a ESS pode ser entendida como alternativa à crise de emprego em várias sociedades ou apenas como um paliativo à crise do sistema capitalista. Entretanto, indiferente a essas percepções, é fato que é um fenômeno que ganha relevância no cenário atual da reconfiguração das relações entre mercado e Estado e que, de qualquer modo, está, portanto, associado à exclusão social crescente por uma crise do Estado-providência, com a falência dos mecanismos de regulação econômica e política da sociedade. Esse fenômeno pode se apresentar como novas formas de regulação da sociedade que se traduzem por práticas socioeconômicas que visam a um novo tipo de serviço, os “serviços de proximidade”, antes tidos apenas como serviços da esfera doméstica.

Essa forma de pensar a ESS como uma nova forma de regulação da sociedade (de maneira modesta, ressalva França Filho (2003), objetiva se opor às duas formas tradicionais de interpretar o fenômeno. A primeira vê essas experiências como maneiras de reativar as formas de sociabilidade comunitaristas, em que grupos fechados guiados pela tradição e costumes, num retorno ao passado a fim de buscar evidências para a solução dos dilemas atuais, não percebem a dimensão política das iniciativas socioeconômicas desse fenômeno. A segunda, em que o fenômeno não dever ser percebido sob um ponto de vista liberal, ou seja, como possibilidade de se constituir um setor à parte, um terceiro setor que justapõe os outros dois – Estado e mercado – e procura corrigir as lacunas deixadas por estes com relação à satisfação das necessidades. Uma visão funcionalista, com função de ajustamento social, como uma espécie de economia subsidiária às formas mercantis e estatistas, portanto, um paliativo ao sistema.

A interpretação que se propõe da ESS é a de um tipo de articulação específica entre as esferas econômicas, políticas e sociais em

razão das diferentes lógicas que perpassam essas experiências. Logo, trata-se de uma forma de economia que não vem constituir um setor à parte (terceiro setor), mas interagir com as formas econômicas dominantes, numa perspectiva particular de princípios econômicas diversos, considerando outros imperativos da ação organizacional ou coletiva como um projeto associativo, por exemplo.

Assim, do ponto de vista das implicações organizacionais, assistimos ao nascimento de iniciativas locais, portadoras de um caráter novo, relativo ao seu modo de funcionamento e à sua finalidade. Pois, essas experiências reúnem usuários, profissionais e voluntários, preocupados em articular criação de emprego e reforço da coesão social, ou geração de atividades econômicas com fins de produção do chamado liame social (ou dos laços sociais), ou, simplesmente, geração de atividades econômicas com finalidades sociais (FRANÇA FILHO, 2003, p. 15).

Os participantes desse tipo de atividade estabelecem um vínculo de reciprocidade como alicerce de suas relações de cooperação, caracterizando a solidariedade que se estende então a setores sociais mais necessitados, por meio da mobilização dos trabalhadores desempregados, e, também, via serviços prestados a pessoas desamparadas. Laville e Gaiger (2009) afirmam que é por meio dessa inserção social e comunitária que a ESS atua na saúde, educação e preservação ambiental, e é graças à solidariedade que o indivíduo se engaja em assuntos de interesses comuns, criando os:

espaços públicos de proximidade, cuja autonomia em relação aos espaços de poder instituídos contribui para sedimentar as bases de um modelo democrático dialógico, no qual o sistema representativo expõe-se à pressão legítima de mecanismos constituídos de participação direta (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 162, grifo dos autores).

Entretanto, afirma Lisboa (2002, 2009), é importante ressaltar que esses empreendimentos encontram-se no mercado e não numa esfera não mercantil ou não monetária nem num setor não lucrativo

como o terceiro setor. A ESS não está na dimensão da não lucratividade, até porque existe a dimensão do lucro nos empreendimentos, mesmo que com outros nomes como resultado, sobras ou excedente. É a presença dessa dimensão que permite ao empreendimento reinvestir em si mesmo, renovar, dando sustentabilidade à atividade econômica.

Contudo, continua o autor, a originalidade da ESS é estar no mercado sem se comprometer com a busca incessante do lucro, como demonstra a prática do preço justo nos empreendimentos. Mesmo nos empreendimentos de finanças solidárias existe a preocupação com rentabilidade, porém, pautada pelo respeito aos valores éticos e humanistas. Ou seja, é a posição solidária dentro da troca mercantil a grande novidade da ESS. Todavia, não se pode pensar as atividades como mera subsistência “duma economia pobre para pobres, duma ‘economia de sobrevivência nas catacumbas’ ” (LISBOA, 2009, p. 110). Pensa-se numa economia que busca um avanço da civilização pelo desenvolvimento das forças produtivas de forma sustentável, gerando um novo padrão de relacionamento humano.

O diferencial está na ideia de solidariedade não como mero adjetivo, mas dando forma à nova lógica econômica que incorpora o social. É a economia não separada das dimensões culturais, políticas, éticas com autonomia sem privar do caráter substantivo (LISBOA, 2002, 2009).

Laville e Gaiger (2009) reiteram esse pensamento e afirmam que atualmente a sociedade, marcadamente direcionada para o mercado, afasta-se da natureza social e comprometida com a coletividade, e não consegue satisfazer as necessidades humanas, e assim amplia as regiões de pobreza do mundo. Nesse cenário, há uma necessidade premente de transformação social que contenha outras formas de vida, em que valores como justiça, redistribuição e ensino de humanização estejam minimamente presentes. Reforçam igualmente que é necessário valorizar as experiências em que a auto-organização esteja presente, defendendo os direitos básicos do trabalho, associando-se e trabalhando de maneira coletiva, formando um arcabouço de experiências e convicções morais que permitam a sociedade singrar novos rumos.

Entretanto, as experiências de cooperação por si só não são suficientes se não se pautarem por uma mudança no estilo de vida, que rompa com o produtivismo, para não acabar reproduzindo o modo de vida capitalista, afirma Lisboa (2009). Somente a dimensão dos valores - autonomia, cooperação e democracia - não são é suficiente para superar o espírito capitalista, que subordina a sociedade às finalidades do mercado. Isto implica em enfrentar o desafio de construir uma nova

abordagem de estilo de vida com ética e consumo solidário com austeridade, que busca “uma *oikonomia* que articule eficiência com suficiência” (LISBOA, 2009, p. 110). Remetendo às ideias de Polanyi, o autor afirma que é necessária uma reforma na consciência humana em que o móvel da ganância seja substituído pelo da convivência. A ESS é “uma forma de enfrentar os desafios contemporâneos sem subterfúgios, afirmando uma economia vinculada diretamente à reprodução ampliada da vida de seus membros e não a serviço da lei do valor econômico” (LISBOA, 2009, p. 111).

Contudo, Singer (2000) afirma que não se pode ser ingênuo e apresentar a ESS como bastião dos novos tempos, mas como uma entre outras formas de se perceber o mundo atual.

Para que as experiências em ESS avancem, é necessário a conjugação de três tipos de recursos, afirmam Laville e Gaiger (2009): os provenientes da reciprocidade entre os membros por meio da preocupação com o coletivo livre de contrapartidas; os oriundos do Estado com embasamento no princípio da redistribuição; e, por último, os derivados das relações de troca com o mercado.

Dessa maneira, a ESS torna-se participante de uma economia plural, com iniciativas entre as economias públicas e privadas, enquadrando-se, assim, num tipo híbrido de economia. Essa economia plural, por entender a economia de uma maneira mais substantiva, admite uma pluralidade de formas de produzir e distribuir riquezas olhando o econômico para além da visão dominante de economia de mercado, o que permite perceber singularidades próprias da ESS. Assim, é possível pensar a ESS como uma atuação micro dentro do nível macro da economia plural. Além disso, articula-se com as economias mercantil, não mercantil e não monetária, numa outra maneira de definir o ato econômico, e não numa ‘nova economia’ que serviria de ajuste às disfunções do sistema econômico vigente. A ESS também permite pensar em modos de gestão com diferentes lógicas, que estarão em tensão nas dinâmicas organizativas (FRANÇA FILHO, 2007).

Um outro aspecto relevante da ESS é a autogestão, pois institui novas articulações nas relações de trabalho e em relação às discussões de cidadania, uma vez que busca respostas aos anseios de bem-estar, reconhecimento e significado de vida. Assim, quando se estabelecem comunidades de trabalho com base nos experimentos de coletividade, a atividade econômica passa a ser percebida como um meio para a consecução de determinado fim, alterando a racionalidade vigente. Um sentido de pertencimento a uma comunidade vigora, caracterizando uma

identidade propriamente social. A ESS, de acordo com Lavelle e Gaiger (2009), dinamiza as redes de interação participativa que se estendem, o que promove sistemas mais amplos de reciprocidade, nos quais a experiência concreta de gestão do bem comum credita novos valores em relação às noções de justiça e de interesse público.

Entretanto, pertencer à ESS não é apenas justapor uma atividade econômica com fins sociais, um estatuto, um agrupamento de pessoas. É necessário ter um projeto que seja constantemente reavaliado, de valorizar a dimensão social da atividade econômica em relação aos objetivos, mas, também, em relação ao próprio funcionamento da empresa coletiva (DEMOUSTIER, 2006).

As organizações de ESS podem assumir diferentes configurações, mas surgem a partir da iniciativa da sociedade civil organizada, e todas possuem em comum um papel social proveniente de um projeto definido que será medido não apenas pelos produtos e serviços gerados, mas, principalmente, pela sua contribuição à sociedade ou ao coletivo mais próximo. Podem ser considerados espaços enraizados na esfera pública, pois são a expressão dos cidadãos em transformar a realidade em que vivem, a democratização da economia a partir do engajamento destes. Sem querer propor uma substituição da solidariedade redistributiva por uma solidariedade mais recíproca, porém, definir as modalidades em que atuam para completar a solidariedade redistributiva por uma recíproca que pode atuar como fator de produção e, portanto, participar na criação de riquezas. A proximidade e reciprocidade entre os indivíduos que operam nessas organizações é que redefinem as relações econômicas em que assalariados, voluntários, cooperados, gestores, usuários atuam coletivamente, participando da concepção da oferta e da demanda dos bens e serviços, reforçando a capacidade de resistência da sociedade à automatização social, além de permitir uma hibridação de diferentes fontes de financiamento. As organizações da ESS possuem o grande diferencial de transitar e articular entre as esferas social, política e econômica visando aumentar as oportunidades de socialização democrática, a oferta de trabalho, questionando politicamente as relações da economia e do social, contribuindo assim para uma busca de alternativas às crises da integração social do trabalho e dos vínculos civis (ANDION, 2005).

Lavelle e Gaiger (2009) corroboram essa ideia ao afirmarem que os momentos históricos de desamparo e insegurança em relação a certas formas de organização de vida acabam por promover o associativismo. A ESS torna-se atrativa enquanto suas atividades tiverem uma racionalidade própria em que a cooperação com o outro seja um

movimento lógico, tornando menores as possibilidades de degeneração. Os autores afirmam que as alternativas apresentadas pela ESS constroem-se nas dialéticas do próprio sistema hegemônico, ou seja, por não se submeterem ao domínio da acumulação, podem expandir-se em setores de baixo interesse para o mercado, mas de importância social fundamental, como os serviços de proximidade e os sistemas locais de produção.

Desse modo, os empreendimentos econômicos solidários são compostos por diversas modalidades de organizações econômicas, em que a livre associação do trabalho, os princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade estão presentes. Esses empreendimentos congregam indivíduos excluídos do mercado de trabalho por causa de suas convicções e indivíduos à procura de alternativas coletivas de sobrevivência, afirma Gaiger (2003). Podem ser caracterizados como cooperativas, associações, grupos de produção, empresas autogestionárias, que combinam as atividades econômicas com ações que visam à educação, cultura, ao sentido de comunidade de trabalho e ao compromisso com o coletivo.

Esses empreendimentos possuem, portanto, duas dimensões: econômica e social. A econômica, ao promover economicamente os sócios por meio da geração de trabalho e renda sem a primazia do lucro, ou seja, o capital em função do trabalho e não o trabalho em função do capital como nas organizações capitalistas convencionais. Com relação ao social, esses empreendimentos preocupam-se com outros elementos, como melhoria da qualidade de vida dos associados por meio da educação, saúde, inserção social. Assim, promovem alternativas de geração de trabalho e renda, apresentam-se como alternativa ao desenvolvimento local, trabalhando com as possibilidades locais, transformando-as, uma busca que toda a sociedade pretende (MAZZEI; CRUBELLATE, 2011).

As empresas de ESS, ao tentar conciliar eficiência econômica, democracia e solidariedade, propõem valores fortes provenientes do socialismo, do cristianismo social, do humanismo, e sempre atentas aos desafios sociais e políticos. E por isso,

sem dúvida elas têm dificuldades para se afirmar diante de um liberalismo insidiosamente conquistador e de uma concorrência endurecida pela crise e pela mundialização. Sem dúvida também sua integração na gestão de atividades muito sociais ou muito concorrenciais enfraqueceu o espírito rebelde de suas origens.

Sem dúvida também as empresas coletivas têm dificuldades para se unir quando o que as separa (estatutos, atividades, tamanho, escolhas estratégicas...) mascara o que as une. Sem dúvida, por fim, esse mundo da economia social e solidária aparece ao neófito – e às vezes até mesmo ao militante aguerrido! – como muito complexo, com seus estatutos atípicos, suas divisões e às vezes seus escândalos [...] (DEMOUSTIER, 2006, p. 11).

Entretanto, apesar de tudo o que foi exposto ser verdade, cabe ressaltar que as empresas coletivas são diversas, plurais, e, por isso, as questões que se apresentam também são numerosas e complexas. E hoje, diferentemente de como se apresentavam no século XIX, em que buscavam alternativas ao capitalismo, estão apoiadas na gestão do cotidiano, o que sinaliza a impotência para modificar as estruturas postas, como a preocupação em promover num curto prazo o progresso social (DEMOUSTIER, 2006).

Como apontado até o momento, uma definição precisa e única de ESS é extremamente difícil, pois ainda é uma expressão conceitual em disputa, dependendo da visão de mundo de quem pesquisa sobre ela. Portanto, controvérsias, imprecisões terminológicas, contradições teóricas e práticas políticas distintas estão inerentes ao uso do termo, e para alguns, até as noções de ‘economia’ e ‘solidariedade’ são opostas, e, portanto, não poderiam configurar juntas na mesma expressão. Por ser um campo em formação, é necessário refletir sobre as diferentes assimilações do termo para se perceber que são feitas apropriações muitas vezes antagônicas dessa ideia (COSTA; CARRION, 2009; ARAÚJO, 2014; HENRIQUES, 2014).

Henriques (2014), em seu trabalho sobre as disputas em torno do conceito de economia solidária, mostra que há estudos de caso que apontam as novas relações existentes no espaço do trabalho e tentam caracterizar as experiências como elas estão configuradas nos dias de hoje. Há também os estudos teóricos que buscam criar o projeto político de ESS, que são marcados pelo tom de projeção que os estudiosos e militantes do movimento gostariam de encontrar nas práticas, mas que nem sempre condizem com as experiências efetivas. Há ainda os estudos que, a partir de uma perspectiva crítica, negam a ideia de que o projeto político teria a força necessária para ser uma alternativa ao sistema hegemônico.

De qualquer maneira, é preciso refletir que tanto a autogestão como característica diferencial como a ESS, como um novo modo de produção, são passíveis de críticas ao estarem inseridos numa sociedade capitalista. Difícil falar em autogestão numa sociedade hegemônica. Além disso, as experiências de ESS ainda se mostrariam muito limitadas para se falar numa mudança nas ‘relações sociais de produção’ e nas ‘forças produtivas’ (ARAUJO, 2014; HENRIQUES, 2014).

Henriques (2014) aponta a participação das iniciativas da ESS na economia do Brasil ainda é muito frágil (2%), em razão de a maior parte das atividades serem de subsistência ou produção artesanal, o que indica ainda uma fragilidade das iniciativas e a dificuldade em apontar a ESS como um sistema alternativo ao capitalismo no Brasil. Diferenciam-se das empresas privadas por não se pautarem pela lógica hegemônica, mas ainda são compostas por iniciativas individuais ou familiares com estruturas que também não configuram efetivamente uma gestão coletiva. Além disso, os empreendimentos, muitas vezes, são compostos por pessoas com baixa instrução e idade avançada, com pouco ou nenhum recurso inicial, o que faz com que acabem sendo apoiados por organizações outras como igrejas, ONGs e o próprio Estado, reiterando o problema da autogestão (ARAUJO, 2014).

Entretanto, afirmam Costa e Carrion (2009), mesmo que as práticas da ESS não sejam representativas, numericamente falando, são práticas inovadoras do ponto de vista qualitativo e ético e como tal merecem ser pesquisadas.

Mas, para Henriques (2014), nos textos do Fórum Brasileiro de Economia Solidária percebe-se que há um projeto político que delinea o que se quer alcançar, o que não necessariamente se reflete na realidade, apresentando potencialidades econômicas, políticas e sociais que efetivamente ainda não foram comprovadas, o que aprofunda o entendimento de ESS, no Brasil, como uma utopia.

Há também autores que não só refutam a ideia de que a ESS teria uma nova racionalidade econômica, como acreditam que ela é funcional ao capitalismo, uma vez que está inserida no mercado e no seu processo de valorização, além de propor uma interface mais harmoniosa, evitando o confronto direto, perpetuando o sistema hegemônico (HENRIQUES, 2014).

Pelo fato de a ESS ser percebida como uma ‘outra economia’ realça o caráter de alternativa, de resistência aos pensamentos e práticas do sistema dominante. Entretanto, não pode ser encarada como uma alternativa igualmente totalizante e hegemônica, mas no sentido de

valorizar as diversidades e particularidades dos envolvidos (COSTA; CARRION, 2009).

Portanto, é importante valorizar as iniciativas sociais a partir de suas especificidades. Um projeto político tem que apontar para onde se quer chegar, mas tem que considerar as fragilidades e limitações impostas pelo meio. Também é importante fazer uma análise crítica da questão do trabalho, mas não se pode atribuir aos participantes do movimento condições que eles não podem nem têm interesse em carregar. Além disso, não se pode negar as experiências que acontecem pelo fato de elas não se enquadrarem em modelos teóricos previamente formulados. Uma perspectiva crítica aliada a um pensamento utópico, sem desconsiderar a realidade, é fundamental para a construção de uma ESS alinhada ao movimento, evitando a apropriação de outras ideologias (HENRIQUES, 2014).

Além disso, os limites da ESS não podem querer ser vistos como possibilidade de substituir ou não o modelo econômico vigente, mas como um “potencial pedagógico de estabelecer diálogos e provocar um amadurecimento político para a construção de uma *economia plural* (grifo dos autores)” em contraposição à ideologia neoliberal que visa universalizar os valores (incompatível com a realidade política, econômica, social e cultural atual) (COSTA; CARRION, 2009, p. 80).

E dentro dessa perspectiva de contraposição aos valores universalizantes, pode-se associar o trabalho das mulheres (normalmente desconsiderado e/ou desvalorizado nesse contexto neoliberal) e a economia social e solidária numa nova perspectiva de enfrentamento da realidade apontada.

2.2.1 Economia Social e Solidária e Gênero

A população mundial atual é de cerca de 7,2 bilhões de pessoas, e desse total, aproximadamente, 49% são mulheres, com uma média de expectativa de vida em torno de 72 anos, enquanto a dos homens é de 68 anos (UNFPA, 2015).

A Organização das Nações Unidas (2015) desenvolveu alguns índices que auxiliam a representar os níveis de desenvolvimento e as questões de gênero:

- Índice de desenvolvimento humano (IDH) – expressa o desenvolvimento humano como ampliação das possibilidades vitais dos seres humanos

- Índice de desigualdade de gênero (IDG) – expressa as desvantagens femininas em três diferentes dimensões: saúde, capacidade produtiva e mercado de trabalho.

Se observarmos os 10 primeiros colocados em IDH, veremos que são todos países desenvolvidos: Noruega, Austrália, Suíça, Holanda, Estados Unidos, Alemanha, Nova Zelândia, Canadá, Singapura, Dinamarca. O Brasil ocupa a 79ª posição, o que ainda é qualificado como alta posição de desenvolvimento humano. Isso porque enquanto a média do IDH mundial foi de 0,724, o Brasil alcançou 0,744, ficando, contudo, atrás dos índices da América Latina e Caribe (0,741) e dos países considerados com altos níveis de desenvolvimento (0,758) (ONU, 2015).

Com relação ao IDG, o Brasil tem um índice de 0,441, ficando atrás, por exemplo, da Argentina (0,381), Uruguai (0,364), Chile (0,355), Estados Unidos (0,262), Espanha (0,100) e França (0,080) (ONU, 2015).

A população brasileira é de aproximadamente 202 milhões de pessoas de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011). Sendo aproximadamente 100,7 mulheres e 98,5 homens; 85% vivendo em área urbana e 15% em área rural. A população economicamente ativa (acima de 15 anos) é de 69,88%, e dessa população 59,74% são mulheres. A média gasta em afazeres domésticos pelas mulheres é de 24 horas, e o tempo gasto pelos homens é de praticamente metade, 10 horas. Apesar de a média de anos de estudo das mulheres ocupadas ser de 9,2 anos e a dos homens 7,9, ainda assim a remuneração das mulheres é menor, 73,8% da remuneração paga aos homens. Com relação aos postos de liderança as diferenças aumentam – para cada mulher, há 6 homens (BRASIL, 2015).

Percebe-se a importância e o potencial da população feminina brasileira. Entretanto, conforme dados apresentados anteriormente, temos um alto IDG, o que tanto indica o pouco aproveitamento da população economicamente ativa, quanto aponta para problemas que essa população tem em relação ao acesso às possibilidades do mercado de trabalho formal - 0,737 mulheres para cada homem na população economicamente ativa (ONU, 2015).

O que se percebe é que, apesar da incorporação da mulher ao mercado de trabalho, não há ainda uma presença paritária nas organizações de maneira geral. Em se tratando de tomada de decisão, a participação feminina é ainda mais reduzida nas empresas em geral e nas ESS em particular, que por essa razão deixam de aproveitar um

estilo feminino de gestão fundamental, especialmente para as ESS, afirmam León, Lario e Hernandez (2011).

Com relação especificamente à ESS no Brasil, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES, 2013) informa que existem aproximadamente 19,7 mil empreendimentos solidários. Nos empreendimentos, há perto de 1,4 milhões de envolvidos, e destes, 620 mil são mulheres (não divulgam por tipo de empreendimento). Entretanto, não se encontrou estudos que analisem os dados do Atlas da Economia Solidária ou outro tipo de estudo que aprofunde os dados da ESS com relação a gênero.

De qualquer maneira, os números apresentados, se por um lado mostram a importância do setor para a economia e o desenvolvimento social, por outro mostram a falta de informação com relação às questões de gênero, pois não há uma sistematização específica para esse tema, o que demonstra que mesmo dentro da ESS a questão de gênero ainda não merece destaque.

Apesar de terem características e valores distintos das organizações tradicionais, os autores afirmam que essas características estão presentes também na ESS.

Esse destaque ocorre por causa da perceptível relação entre a ESS e o tema das desigualdades entre homens e mulheres. As entidades de ESS baseiam-se em valores como democracia, igualdade, equidade e solidariedade e centram seus interesses entre os mais desfavorecidos, o que demonstra uma sensibilidade maior para os problemas e necessidades das pessoas. Além disso, percebem o desenvolvimento humano e econômico a partir de outros tipos de questões como as econômicas, ideológicas, políticas e sociais. Forma-se assim uma relação direta entre os fundamentos da ESS e os relacionados à igualdade de gênero, uma vez que esses empreendimentos têm por base princípios contrários à discriminação (BONET; MORENO, 2004; LEÓN; LARIO; HERNANDEZ, 2011).

As organizações da ESS estão inseridas em uma sociedade com valores distintos e, portanto, não estão isentas de absorverem esses valores. Entretanto, há que se tomar cuidado para que não acabem perdendo sua identidade ao passar a reproduzir esses comportamentos discriminatórios, pois isso fere seus princípios fundamentais. As organizações de ESS precisam ser coerentes com seus valores, potencializando-os dentro da ESS e também no restante da sociedade. De maneira distinta ao pensamento neoclássico, que percebe o ser humano apenas como homem econômico, a ESS, por sua vez, o considera um ser multifacetado, entretanto, não isento de apresentar

discriminação de gênero em razão das influências do contexto social e cultural em que está inserido. As estruturas familiares e da sociedade acabam sendo reproduzidas no âmbito da ESS (BONET; MORENO, 2004).

Os autores apontam como uma incongruência as grandes diferenças entre os gêneros no âmbito da ESS, apesar dos princípios que conformam o setor. Incongruência não apenas no sentido de que há mais homens que mulheres, que eles exercem cargos de direção e elas nem sempre, mas também com relação ao tempo, pois, em função das atividades domésticas, elas dedicam muitas vezes apenas parte do tempo para as atividades cooperativas, o que reitera o exposto anteriormente.

Por causa das atividades domésticas ainda serem basicamente atividades femininas, há tanto no mercado de trabalho quanto nas cooperativas uma resistência à entrada da mulher. Entretanto,

verificou-se que o empreendimento social, como um todo, defende a decisão democrática, promulga a distribuição baseada na primazia das pessoas e do trabalho frente ao capital e à consecução dos objetivos sociais distintos do lucro [...] E, portanto, é um setor que contribui significativamente para o cumprimento de uma série de funções econômicas que colaboram para a construção de uma sociedade mais plural, participativa, democrática e solidária. Neste sentido, também se observa a existência de uma relação estreita entre os objetivos perseguidos pelas políticas de igualdade de oportunidades e os valores ou princípios orientadores preconizados pela economia social (GONZÁLEZ; GARCÍA, 2011, p. 91, tradução nossa).

A igualdade formal entre mulheres e homens alcançada pelo reconhecimento dos direitos, juntamente com os êxitos conseguidos pelas mulheres e o próprio avanço da sociedade neste campo, pode dar a sensação de que não existe discriminação feminina, que é uma coisa do passado. Entretanto, discriminação de gênero é uma realidade na sociedade atual que, além de impedir que as mulheres tenham as mesmas oportunidades que os homens, provoca uma perda tanto na contribuição feminina ao mercado de trabalho como do valor social que podem ter para as empresas e para a sociedade em geral. É necessário promover uma mudança de maneira a permitir que ascendam e permaneçam em posições que possam exercer plenamente suas

atribuições, promovendo um desenvolvimento participativo e equitativo (LÓPEZ, 2005).

Nesse sentido, a organização das mulheres no âmbito da ESS vem ganhando maior visibilidade. De modo geral ao longo do tempo, a mulher estava sempre associada à dependência de alguém, ocultando dessa forma sua condição de sujeito no processo de construção de direitos e cidadania (CRUZ; CAVALCANTE; PESSOA, 2013).

Entretanto, a ESS, ao propiciar um agir coletivo, apresenta-se como uma alternativa para aqueles que estavam excluídos do mercado de trabalho formal e do consumo, que passam a ganhar visibilidade. Além disso, oferece pontos coincidentes com os anseios desses excluídos, por meio da busca de trabalho e renda em um trabalho coletivo e solidário. Permite também uma transformação do papel das mulheres na sociedade ao possibilitar uma inclusão sociopolítica por meio do trabalho em grupo, apesar de não ser um movimento apenas de mulheres, quebrando essa associação à dependência exposta anteriormente (CULTI, 2004; CRUZ; CAVALCANTE; PESSOA, 2013; ALVES, 2014).

Guérin (2005, p. 12) afirma que a ESS “é uma resposta possível, tanto do ponto de vista conceitual como do operacional”, uma vez que as “mulheres são frequentemente as primeiras atrizes da economia solidária; mas o mais importante (...) oferecem uma oportunidade inédita para avançar na luta contra as desigualdades entre os sexos”. Por isso, continua, é urgente analisar o lugar e o papel das mulheres no movimento que está em desenvolvimento, e verificar tanto as oportunidades e perspectivas como os possíveis riscos e empecilhos (GUÉRIN, 2003,2005).

Todavia, a inserção das mulheres nas relações de trabalho não é simples, tanto pelas desigualdades de cunho social como também por sofrerem desigualdades nas próprias relações de trabalho, na questão do desemprego, além de que, quando empregadas, também desempenham o trabalho doméstico ou outros trabalhos precários, de modo que não são reconhecidas, nem têm muitas vezes seus direitos garantidos (OLIVEIRA, 2008b).

Ao criar oportunidades de geração de trabalho e renda dentro de uma perspectiva de trabalho com autogestão, cooperação, solidariedade num espaço que permite a participação efetiva, a ESS contribui para a valorização dessas mulheres, sua autoestima, numa atitude crítica em relação ao sistema vigente, valorizando assim a participação das mulheres no espaço público (MENDONÇA; FILIPE; LIRA, 2010).

Corroborando esse pensamento, Culti (2004) afirma que os “grupos se associam em empreendimentos solidários para compensarem, pela agregação de recursos que cada um dispõe, a ausência de direitos sociais e econômicos provocada pela concentração capitalista e insignificante crescimento econômico” (CULTI, 2004, p. 2). Ou seja, é a camada excluída da população que toma iniciativa de se associar e se organizar em grupos e associações e/ou outros empreendimentos autogestionários, numa iniciativa real de desenvolvimento.

A autora continua afirmando que a ESS se torna assim um espaço favorável, uma vez que se preocupa com a valorização da identidade individual dos seus participantes em geral. Isso em decorrência de que, normalmente, são oriundos de um processo de exclusão e, conseqüentemente, têm uma baixa autoestima, e que no processo participativo é preciso ser trabalhada para que passem a se sentir valorizados enquanto indivíduos capazes e cidadãos (CULTI, 2004).

Guérin (2005) afirma que a participação das mulheres nos empreendimentos solidários se destaca, e que muitas experiências são destinadas a elas pensando que precisam conciliar a vida profissional com a vida familiar e têm maior dificuldade de acesso à propriedade e ao crédito e, por isso, normalmente, são as primeiras a se auto-organizarem (GUÉRIN, 2005; OLIVEIRA, 2008b).

Essa inserção das mulheres na ESS ocorre por motivos diversos, mas, em comum, pode-se apontar a geração de renda, a sensação de pertencimento a um projeto em construção – o que difere da sensação de emprego assalariado. Além disso, a ESS, por trabalhar com a autogestão, possibilita a repartição de poder, ganhos, decisões, promovendo o desenvolvimento do indivíduo como sujeito social (MENDONÇA; FILIPE; LIRA, 2010).

Entretanto, possibilitar o acesso das mulheres a atividades que possibilitem uma alternativa de renda não é suficiente para garantir igualdade concreta. A ESS possibilita espaços intermediários entre o privado e a vida pública, o monetário e o não monetário, preenchendo o que Guérin (2005, p. 17) chama de “três funções intersticiais”, que auxiliam no enfrentamento do caráter multidimensional da pobreza, a inadequação das instituições e a desigualdade na divisão das obrigações familiares. Quais sejam:

- exerce um papel de justiça de proximidade fundamental frente à multidimensionalidade da pobreza;

- constitui espaços de reflexão e deliberação coletivas possibilitando um acesso a esfera pública que as mulheres normalmente não têm, permitindo que participem da transformação das instituições;
- contribui para a redefinição da articulação entre família, autoridades públicas, mercado e sociedade civil, admitindo uma redefinição e revalorização que amenizem as desigualdades na própria família e possibilitem que mulheres e homens conciliem melhor a vida familiar e profissional.

Nesse sentido, a ESS em seus princípios, possibilita o processo de igualdade entre os sexos, ao favorecer tanto os espaços locais de mediação entre os domínios apontados, como também uma melhor articulação entre a vida familiar e profissional, além de ser um espaço de discussão que permite expressar as reivindicações e pressionar as autoridades públicas.

Desse modo, Guérin (2003, 2005) afirma que nos empreendimentos é possível converter as desigualdades de direitos das mulheres em direitos efetivos, por meio da consolidação dos espaços coletivos de diálogo, reflexão e deliberação.

Assim, as atividades na ESS permitem mais reconhecimento e visibilidade às atividades das mulheres, quebrando inclusive a ideia de que são trabalhos comunitários (por serem vistos como territórios de mulheres). São atividades coletivas e solidárias, mas não assistencialistas. Pelo contrário, afirma Culti (2004), são atividades geradoras de renda por meio de cooperativas e outros empreendimentos autogeridos com marcante presença feminina. Sendo assim, a representatividade das mulheres em setores tidos como masculinos dentro da ESS desconstrói a ideia de superioridade masculina, assimilada ao longo do tempo, nas atividades que geram renda efetivamente (CULTI, 2004).

A autora continua afirmando que a ESS possibilita que as mulheres se tornem proprietárias dos meios de produção em condições igualitárias aos homens, por ser uma propriedade coletiva. A renda também é mais similar entre homens e mulheres, uma vez que o excedente é redistribuído entre os cooperados em razão do princípio democrático de direitos dos envolvidos no empreendimento, independentemente do sexo, o que diferencia do capitalismo, que tem, de forma presente, a diferença de remuneração entre homens e mulheres (CULTI, 2004).

Conhecer o perfil da situação da mulher na ESS é importante, pois permitirá, a partir dos resultados obtidos, desenvolver ferramentas para o desenvolvimento profissional, implementar medidas que permitam praticar um modelo de gestão adequado, além de difundir a idoneidade da ESS como um referencial para as mulheres, afirma Sánchez (2011).

Um aprofundamento no entendimento do papel da mulher na ESS requer um maior conhecimento da participação dessas mulheres na economia como um todo e portanto, os estudos da economia feminista podem auxiliar nesse desvelar do atuação da mulher.

2.3 ECONOMIA FEMINISTA

Apresento a economia feminista como uma aproximação dos conceitos de economia e feminismo, que reiteram o entendimento de que a ESS pode efetivamente ser um espaço em que as mulheres possam afirmar-se enquanto sujeitos. Mostro que as ciências econômicas pautaram-se na ideia da produção direcionada para o mercado, afastando-se da ideia original do termo – cuidados da casa -, e que, ao fazerem isso, apartaram as mulheres da esfera econômica. Com os movimentos feministas, esse conceito passa a ser reavaliado.

A origem da palavra economia remonta ao período aristotélico em que era definida como *oiko* (casa, lugar) e *nomia* (regras, normas da casa), ou seja, cuidar da casa, do lugar em que se está. Sendo assim, a casa pode ser percebida como um espaço de produção onde mulheres atuam de forma realçada, em que todas as tarefas e tudo o que se refere à família e suas necessidades humanas (trabalho invisível) seja de bens e serviços, seja de afetos, e suas relações são desenvolvidas por elas. Em se pensando a partir desse conceito, os economistas deveriam considerar o trabalho desenvolvido pelas mulheres como a base dos seus estudos (QUINTELA, 2006).

Entretanto, as ciências econômicas pautaram-se, a partir da Revolução Industrial, na esfera da produção direcionada para o mercado, para o que se poderia comercializar de forma monetária, e a produção dirigida para os cuidados da casa, marido, filhos, idosos, alimentação, e todo o lado do cuidado emocional e material tornaram-se invisível para a economia clássica e neoclássica. Mesmo os trabalhos realizados por mulheres na agricultura familiar, por exemplo,

permanecem velados nos debates sobre mundo do trabalho, políticas de geração de emprego e renda, e mesmo em espaços como a economia solidária essa discussão ocorre de forma localizada (QUINTELA, 2006).

A introdução da característica “gênero” revela que os corpos teóricos das ciências sociais não conseguem oferecer um tratamento apropriado à questão da desigualdade entre mulheres e homens. O viés androcêntrico do saber científico presente nas interpretações de dados e resultados, na escolha dos temas ocorrem numa perspectiva que acaba por universalizar as normas e valores de uma cultura construída pelo domínio masculino. Mesmo as políticas direcionadas às mulheres são normalmente políticas sociais e raramente econômicas, reforçando o pensamento de que as mulheres não têm relação com os processos macroeconômicos. O trabalho profissional das mulheres é normalmente visto como complementar às responsabilidades domésticas, ratificando o patriarcalismo (CARRASCO, 1999; PESSOA; RAMOS; PEIXOTO, 2004; QUINTELA, 2006; SANTOS, 2010).

Como aponta Boaventura Santos (2009), a epistemologia que conferiu à ciência a exclusividade do conhecimento tido como válido não considerou trabalhadores, mulheres, indígenas, afrodescendentes, que compõe basicamente os países e regiões do sul, ou seja, que foram colonizados. Com isso, há a necessidade de uma epistemologia alternativa ao modelo androcêntrico formal. Decorrente desse pensamento, houve um período marcado por movimentos sociais em protesto para que as desigualdades fossem questionadas e transformadas (CASTRO; EGGERT, 2012).

Assim, coincidindo com a primeira onda do feminismo, diversas autoras da economia escrevem sobre o direito das mulheres a ter emprego ao mesmo tempo em que denunciam as desigualdades de condições trabalhistas e salariais entre os sexos. A partir de então, aumentaram-se consideravelmente os trabalhos econômicos que estudam a problemática das mulheres face o acesso ao mercado de trabalho e o desenvolvimento do pensamento feminista pressionando diversas áreas e campos de estudo (CARRASCO, 1999).

Nos anos 1970 inicia-se a chamada economia feminista com uma crítica aos paradigmas neoclássico e marxista pela maneira como ambos analisam a situação socioeconômica das mulheres. A economia neoclássica é acusada ao racionalizar o papel tradicional dos sexos na família e no trabalho, justificando e reforçando o *status quo* existente. Já o marxismo é denunciado pelas noções “neutras” de gênero nos conceitos de proletariado, exploração, produção e reprodução e pela suposta convergência natural de interesses econômicos entre mulheres e

homens da classe trabalhadora. Ou seja, apesar de premissas e métodos diferentes, ambas as escolas têm tratado a divisão por sexo do trabalho tanto na família como na sociedade com se estivessem biologicamente determinada (CARRASCO, 1999; QUINTELA, 2006).

A economia feminista questiona basicamente o viés androcêntrico da economia, utilizado por pesquisadores e evidenciado nas representações abstratas do mundo em que se omite e exclui as mulheres e suas atividades - não se consegue ver o comportamento econômico das mulheres. O *homo economicus* que a economia dominante observa não é qualquer um, sem sexo, raça ou classe social, é o homem branco, de 30 e poucos anos e detentor do capital, ou seja, não reflete toda a humanidade (CARRASCO, 1999; NOBRE; FARIA, 2002; QUINTELA, 2006).

Além disso, as feministas ressaltam que não há uma autonomia para exercer as escolhas como alega a tendência predominante, uma vez que há relações de poder e conflito, tanto na sociedade como na família, fazendo com que uns tenham mais autonomia que outros. Além de difundir o mito da independência, “o pressuposto da autonomia esconde todo o trabalho da reprodução, da produção das pessoas, que é feito em sua maioria pelas mulheres” (NOBRE; FARIA, 2002, p. 01).

A economia feminista não partilha de um consenso, participam pesquisadores procedentes de diversas escolas da economia (neoclássica, marxista, funcionalista), bem como de diversas tradições do feminismo (liberal, radical e socialista), destacando também a interdisciplinaridade nas análises dos fenômenos sociais (CARRASCO, 1999). Ao se aprofundar nos estudos, é preciso deixar claro de que economia feminista se fala, entretanto, aqui se pretende apenas dar um panorama do assunto e sua convergência com a ESS e, portanto, não será aprofundada nenhuma corrente.

Principalmente nas décadas seguintes à de 1980, os trabalhos de economia feminista ganham destaques a partir do momento que as críticas às categorias tradicionais abrem novas teorizações e pesquisas, e o poder analítico da categoria gênero junta-se à crítica ao tratamento teórico sobre a mulher, estabelecendo então as bases para a construção teórica feminista. As problemáticas mais significativas são o viés androcêntrico no pensamento econômico, as questões relacionadas com o trabalho das mulheres nas suas diversas vertentes (trabalho doméstico, patriarcado, valoração do trabalho familiar e mercado de trabalho e relações de gênero), a falsa neutralidade dos modelos e políticas macroeconômicas (CARRASCO, 1999).

De maneira geral, percebe-se que as mulheres não têm sido totalmente esquecidas, mas têm sido consideradas, implícita ou explicitamente, como exceções às regras, alheias à esfera econômica e com uma participação marginal nas atividades econômicas nacionais. Há uma tradição em ignorar a divisão sexual do trabalho e ocultar o trabalho familiar doméstico e sua articulação com o sistema capitalista, mantendo uma rígida separação entre as dicotomias público e privado, razão e sentimento, trabalho mercantil e trabalho doméstico, empresa e família. O que se compreende é que, apesar de a contribuição econômica das mulheres para a reprodução familiar ser decisiva, isso ocorre de maneira invisível aos olhos da maioria dos pensadores clássicos. Basicamente, porque o emprego feminino é considerado circunstancial e complementar ao masculino, uma vez que a responsabilidade primordial da mulher é o lar. A economia feminista, portanto, vê o trabalho de forma mais ampla, incluindo o mercado informal, o trabalho doméstico, a divisão sexual do trabalho na família e associa a reprodução como fundamental à nossa existência, com isso, incorporando a saúde, educação e outros temas correlacionados (CARRASCO, 1999; NOBRE; FARIA, 2002).

Ao pensar a economia como um todo, há outros valores que fazem as pessoas se moverem e tomarem decisões que não somente a competição e a eficiência. A competição, assim como as desigualdades, não são algo natural entre as pessoas, são o resultado de como se organiza a vida social e econômica na sociedade (NOBRE; FARIA, 2002; SANTOS, 2010).

Quintela (2006, p. 21) acrescenta que:

a economia feminista não restringe seus estudos apenas às ciências econômicas. Entrelaça a economia com a sociologia, a antropologia e a história, buscando recriar o campo teórico que possa dar conta da crítica à macroeconomia, à concepção de políticas econômicas e à releitura da história do pensamento econômico, construindo novos métodos de análise e investigação.

Assim, tenta-se uma aproximação com a Economia Social e Solidária para fazer essas análises e investigações.

2.3.1 Economia feminista e economia social e solidária

Assim como a economia feminista, a ESS procura na prática e na teoria criar a economia de forma que ela seja “centrada no trabalho, na cooperação e na solidariedade” (QUINTELA, 2006, p. 22), em que diversas reflexões sobre práticas fazem ascender a ideia de que economia deve ser centrada na valorização do trabalho livre gerido pelos próprios trabalhadores. A ideia de economia como *oikos nomia* (regras/cuidados da casa) é reforçada nesse sentido de que a sociedade se torne cidadã ativa e organizada em diversas formas cooperativas e associativas de produzir, comercializar, consumir, financiar, em torno de valores de corresponsabilidade e solidariedade, justiça social. Assim como a valorização das relações sociais num contexto de preocupação com a sustentabilidade ambiental, igualdade, justiça de gênero, raça e valorização do trabalho reprodutivo (QUINTELA, 2006; SANTOS, 2010).

A economia feminista e a ESS podem ser bastante convergentes ao se perguntarem a quem atende a economia e como ela pode ser útil às pessoas. Além de que, ambas se debruçam numa crítica sobre a separação entre o econômico e o social. A economia feminista, com suas muitas vertentes, pode ajudar a ampliar a observação da ESS ao papel das mulheres e sua inserção nos grupos de produção, comercialização, consumo, bem como construir instrumentos de ação que permitam diminuir as diferenças entre homens e mulheres (QUINTELA, 2006; SANTOS, 2010)².

Outro ponto de possível convergência é a busca em visibilizar as formas econômicas de sustentação material praticada pelas mulheres de maneira concreta, buscando seu bem viver, uma vez que o entendimento delas da realidade é distinto do dos homens (QUINTELA, 2006).

Ou seja, a ESS é interessante para a economia feminista como uma possibilidade de romper a divisão sexual do trabalho (dos homens) no espaço público e trabalho reprodutivo (de mulheres) na esfera privada (NOBRE, 2014).

² Ao apresentar um enfoque ecológico da história, Warren Johnson (1981, p. 33, 34) afirma que “son muchas las razones para creer que fueran las mujeres, a lo largo de um extenso período, las inventoras de la agricultura. Así como había tabúes que excluían a las mujeres de la caza, los hombres, generalmente, no recogían alimentos vegetales. Las mujeres se dedicarían a encontrar maneras nuevas de usar las plantas, ya que en caso de conseguirlo se incrementaría la capacidade de abastecimiento del medio y se podría tener un respiro en la ingrata tarea del control de la población”.

A ESS pode contribuir no enfrentamento às desigualdades de gênero por meio da utilização de recursos variados, com foco prioritário nas necessidades humanas e na constituição de espaços de proximidade assegurados principalmente pela dedicação das mulheres (SPECHT, 2009).

Portanto, ao se perguntar sobre que economia se quer construir, que formas de relações sociais estão sendo construídas, é preciso desvelar o trabalho das mulheres na ESS e aliar o que o movimento feminista destaca em termos de igualdade, autonomia e superação das relações de poder dos homens sobre as mulheres como o que a ESS aborda em relação à superação ao sistema econômico centrado no capital por outro, mais preocupado com o trabalho autogerido, cooperativo, dialógico e solidário entre as pessoas no processo de produção. Assegurar a construção de um sistema econômico diferente do que está posto, no qual as riquezas serão conduzidas pela sociedade e não vice-versa, como também outra qualidade na relação entre homens e mulheres (QUINTELA, 2006).

Santos (2010) mostra que os dados mapeados nos empreendimentos econômicos solidários apontam para uma participação maior dos homens nesses empreendimentos. Entretanto, não há um tratamento maior desses dados em relação à realidade das mulheres na ESS, o que pode indicar uma necessidade de aproximação entre esses dois estudos: economia feminista e ESS, uma vez que ambos poderiam colocar em suas agendas políticas temas e questões fundamentais para os dois. A aproximação entre os conceitos é importante porque: acreditamos que as iniciativas de Economia Solidária podem criar espaços intermediários entre o privado/doméstico e a vida pública, entre o trabalho remunerado e o não remunerado, podendo contribuir para a superação desses bloqueios por que: criam espaços de discussão, reflexão, deliberação e reivindicações coletivas — acesso à fala pública; possibilitam a participação na transformação das instituições, da legislação e das normas sociais e contribuem para redefinir articulações entre família, mercado, sociedade e Estado (SANTOS, 2010, p. 15).

Mesmo dentro da ESS, as mulheres concentram-se em empreendimentos menores ou em atividades que tendem a reproduzir a divisão sexual do trabalho ao se responsabilizarem por tarefas organizativas. Isso reflete a reprodução das problemáticas vividas pelas mulheres no mundo do trabalho hegemônico, pois os empreendimentos maiores são geridos pelos homens. Mas a ideia é que essas mulheres passem a assumir também, e de maneira crescente, as tarefas de

comercialização, gestão financeira, negociação e incorporação de tecnologias (PESSOA; RAMOS; PEIXOTO, 2004; DANTAS, 2006).

Outro ponto importante da ESS que pode ser alinhado com a economia feminista é a autogestão, ao permitir a construção de uma autonomia das mulheres, exercendo novas práticas, com equidade de gênero, reconhecendo o espaço doméstico como espaço de produção da vida (DANTAS, 2006; SANTOS, 2010).

Dada as desigualdades históricas apontadas, as mulheres precisam refletir em torno da sua participação em empreendimentos alternativos, pois as experiências de ESS estão sendo construídas dentro do sistema predominante (capitalismo) e, muitas vezes, com as contradições que esse apresenta (PESSOA; RAMOS; PEIXOTO, 2004). Atualmente, as mulheres estão presentes nos espaços de articulação do movimento de Economia Solidária no Brasil, seja no Fórum de Economia Solidária, seja nas Conferências Nacionais, atuando em várias agendas no sentido de mostrar que o esforço e as horas de trabalhos das mulheres criam riquezas que podem ser repartidas de forma igualitária, assegurando que todos tenham acesso a ela. Além disso, buscar diminuir a sobrecarga de trabalho e responsabilidades das mulheres, melhorando as condições de trabalho (NOBRE, 2014).

Nobre (2014) sugere que há ainda um desconhecimento dentro do próprio movimento sobre as possibilidades do trabalho feminino. Muitas vezes, as cooperativas de serviço, por exemplo, são pensadas como prestadoras de serviço, sem perceber que podem combinar remuneração com intercâmbio de serviços entre as próprias participantes. O desafio da ESS associada à economia feminista, afirma a autora, é retirar as mulheres do isolamento, politizando-as e auxiliando na criação de novas práticas e saberes, de forma a organizarem o cotidiano de outra maneira, distinta da delineada pela sociedade de mercado.

A ESS tem potencial no sentido de auxiliar as mulheres nessa nova forma de perceber o mundo do trabalho. Entretanto, a ESS também vivencia limites e contradições, pois ao mesmo tempo em que propõe a autogestão como relação entre iguais, há registros de violência contra as mulheres dentro do movimento, além de que muitas continuam sobrecarregadas com o trabalho doméstico juntamente com a atividade remunerada (NOBRE, 2014).

De qualquer maneira, ao serem pensadas juntas, a economia feminista e a ESS propõem novas práticas econômicas que podem desconstruir as práticas sociais vigentes, num debate e reconhecimento de pautas transversais que possam erigir uma práxis com possibilidades de inverter a lógica preponderante (SPECHT, 2009).

E essa aproximação entre a ESS e a Economia Feminista pode ser catalisada ao se tratar e trabalhar do empoderamento das mulheres envolvidas nesse movimento.

2.4 EMPODERAMENTO

Nessa parte, a ideia é mostrar primeiramente a polissemia de conceitos e explicitar minha posição dentre esses entendimentos. Mostrar a necessidade de um agente externo para iniciar o processo, uma vez que, quem está desempoderados, pode nem perceber essa condição e, também, que esse processo ocorre nas dimensões pessoal, grupal e estrutural, de maneira interdependente. E assim, transforma-se em uma categoria empírica e analítica de acordo com alguns estudiosos do tema.

O conceito de empoderamento tem suas raízes na Reforma Protestante, mas, ao referir-se principalmente à luta pelos direitos civis, data dos anos 1960. Com a conotação política emancipatória, chega ao Brasil nos anos 1970, sobretudo nos movimentos feministas e negros. Entretanto, à medida que seu uso foi-se expandindo, criou-se uma amplitude conceitual, com diferentes perspectivas intelectuais, políticas e de intervenção na realidade, enfim, em diversos campos do conhecimento (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007; KLEBA; WEDHAUSEN, 2009; BAQUERO, 2012).

Com isso, muitas vezes, tem-se o conceito dado, sem defini-lo ou contextualizá-lo, o que cria um uso polissêmico e indiscriminado, por vezes até em situações político-ideológicas distintas.

Empoderamento tem a ver com poder: mudar as relações de poder em favor daqueles que, anteriormente, exerciam pouco poder em suas próprias vidas. Se poder significa controle, empoderamento seria o processo de ganhar controle, a substituição do poder **sobre** outros para a noção de poder como habilidade de ser, de expressar-se, numa referência à capacidade humana (SEN, 1997).

O empoderamento pode ser visto como um construto que une forças e competências individuais, por meio de sistemas naturais de ajuda, associados a comportamentos proativos com políticas e mudanças sociais. Um processo de constituição de organizações e comunidades em que os indivíduos que as compõem obtêm controle de suas vidas, participam democraticamente dos diferentes arranjos coletivos, de

maneira a perceberem criticamente seu ambiente, afirmam Horochovski e Meirelles (2007).

Villacorta e Rodrigues (2002, p. 48) reiteram esse pensamento ao afirmarem que o empoderamento:

é um processo através do qual grupos que têm sido excluídos e marginalizados por causas econômicas, sociais, políticas, de gênero, etc., buscam mudar essa situação e se incorporar na determinação do rumo que suas localidades, países, regiões e o mundo devem tomar. Por isso, as estratégias de empoderamento são caminhos para sociedades locais ou nacionais mais democráticas, via pela qual grupos, atores e setores mais excluídos entram nos processos onde se decide o rumo daquelas.

O termo, como apresentado, tem uma abordagem que busca melhorar a situação e posição dos grupos mais vulneráveis. Entretanto, pode apresentar como tradução, por sua origem anglo-saxônica, um sentido mais de autorizar, permitir e, desse modo, servir de instrumento de controle por parte de alguns grupos ou instituições que condicionariam a distribuição de poder conforme os grupos de interesses o que legitima eventualmente, práticas assistencialistas, despolitizam conflitos e contradições sociais. Nessa forma, refere-se a um processo estático, externo ao próprio sujeito que o toma para si sem, contudo, entender o contexto que o gerou. Entretanto, o empoderamento, no primeiro sentido, caracteriza um processo dinâmico, construído a partir das práticas dos sujeitos no contexto em que estão inseridos. É necessário portanto, que os pesquisadores esclareçam o sentido que vão atribuir ao conceito, identifiquem as possibilidades de uso, bem como, seus limites (MEIRELLES; INGRASSIA, 2006; KLEBA; WENDAUSEN, 2009).

Gohn (2004) reitera a ideia da polissemia de conceitos e acrescenta que, no Brasil, é empregado de duas maneiras razoavelmente distintas, o que corrobora o pensamento dos autores anteriormente citados. Pode-se referir às mobilizações destinadas não só a promover um real aprimoramento da existência de grupos e comunidades com autonomia, melhora gradual e progressiva da qualidade de vida, tanto na condição material como na de seres humanos, como também, além disso, possibilitar uma visão mais crítica da realidade social. Outra maneira, é por meio de práticas assistencialistas a populações carentes e

excluídas, o que não contribui para organizá-las e, efetivamente, não retiram os indivíduos a serem empoderados da relação de dependência dessas ações empreendidas prioritariamente por ONGs em parceria com o Estado.

É um cenário contraditório, afirma Gohn (2004), pois entidades que se preocupam apenas com a simples integração dos excluídos, por meio da participação comunitária em políticas sociais somente compensatórias, convivem com outras entidades, redes e fóruns que buscam a transformação social pela mudança no modelo de desenvolvimento do país “no qual a cidadania, a ética, a justiça e a igualdade social sejam imperativos, prioritários e inegociáveis” (GOHN, 2004, p. 25). A autora defende que as ações serão mais bem sucedidas se, além de auxiliar os grupos excluídos a assegurar a subsistência, ultrapassarem a assistência social, originarem uma mobilização social junto a redes mais amplas, com o objetivo de empoderá-los, de maneira a influenciar no processo político geral, numa função de mediação entre governos, outros poderes e os excluídos.

Barreto e Paula (2014) afirmam que, diante da polissemia do conceito, a questão dos recursos físicos acaba sobressaindo-se, pois, a noção generalizada que se tem é de que a pobreza desempodera. Sendo assim, a alternativa mais premente para o empoderamento, normalmente, é pela via material. Entretanto, é possível buscar um empoderamento centrado nos recursos simbólicos, mesmo em condições de pobreza. Assim, percebe-se que “a solução do problema material da pobreza não evita a condição de exclusão, mas o sujeito na situação de pobreza, que efetivamente se empodera, deixa de se posicionar como um excluído” (BARRETO; PAULA, 2014, p. 112).

As autoras continuam afirmando que a ideia de empoderamento se origina na própria tradução do termo em inglês – atribuir poder – e, assim, resgatar-se-ia a noção de equidade. Entretanto, se a ênfase for na solução material da pobreza, sem considerar os recursos simbólicos, a tendência é que a exclusão social permaneça. Por isso, a ênfase deveria ser em relação à autonomia e à práxis relacionadas ao conceito de empoderamento.

Com essa polissemia de conceitos e entendimentos do termo, reforça-se a ideia da necessidade de definir de que “empoderamento” se fala e, por isso, a perspectiva adotada neste trabalho vê o empoderamento como um aprofundamento da democracia, pois percebe o indivíduo como “protagonista da sua própria história” (GOHN, 2004, p. 23), em que o aumento da cultura, da política, do capital social e o aperfeiçoamento da democracia são fundamentais para a consolidação

desse processo (GOHN, 2004; HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007; KLEBA; WEDHAUSEN, 2009).

Horochovski e Meirelles (2007) asseguram que o empoderamento pode ser entendido a partir de uma perspectiva em que os indivíduos, organizações e comunidades coletam recursos de maneira a terem voz, visibilidade, influência e capacidade, tanto de ação, quanto de decisão, ou seja, poderem controlar os temas que afetam suas vidas. Diz respeito a um processo de desenvolvimento de cidadania plena, que incorpora dimensões de igualdade social e reconhecimento das diferenças, pois é maleável e inclusivo, o que permite fortalecimentos e aprimoramentos, com ambiguidades e, não necessariamente, elimina-se hierarquias. O empoderamento não pode ser fornecido ou realizado por pessoas ou grupos, realiza-se em processos que empoderam a si mesmos (TAQUES, 2006; HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007).

Entretanto, ressalva-se que intervenções externas são necessárias, pois os sujeitos, que se quer empoderados, dificilmente conseguiriam espontaneamente os recursos (de qualquer ordem) necessários, em razão da condição de desvantagem em que se encontram. Agentes externos podem favorecer as ações, ao criar espaços que beneficiem e sustentem os processos de empoderamento e ao fornecer subsídios para que possam ultrapassar os limites de uma consciência ingênua, para tornarem-se cidadãos críticos e conscientes de sua posição enquanto indivíduos num processo histórico, situado. Isso porque passam a não viver mais sob tutela, dependência, impotência, para transformarem-se em sujeitos ativos que lutam por mais autonomia, ao tomar para si os rumos das próprias vidas (MEIRELLES; INGRASSIA, 2006; HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007; KLEBA; WENDHAUSEN, 2009).

Esse apoio busca promover os direitos de cidadania que propiciem a esses indivíduos desempoderados, normalmente de menor condição socioeconômica, o que Sen (2000) denomina de liberdades substantivas. Ou seja, capacidades de participar efetivamente dos destinos das comunidades como agentes e não mais como pacientes, com direitos que assegurem qualidade de vida (segurança econômica e física, proteção contra fomes e doenças, mecanismos de combate à discriminação de qualquer ordem), numa perspectiva de desenvolvimento para além do econômico, com indicadores de participação democrática e sustentabilidade para avaliação das sociedades (SEN, 2000; HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007;).

Romano (2002) elenca uma série de atributos que **não** considera empoderamento, o que reforça o pensamento desenvolvido até o momento:

- Empoderamento como transformismo: abordagem reapropriada pelo *mainstream* como legitimação de práticas diversas, não necessariamente empoderadoras, para que agências de desenvolvimento e governos continuem a fazer o que já faziam. O transformismo como forma de apropriação e desvirtuamento do novo, para garantir a continuidade das práticas dominantes.
- Empoderamento sem poder: a generalização do termo acaba por modificar substancialmente a abordagem, coloca-se em segundo plano a questão do poder, ou seja, desloca-se essa questão central, dilui-se nos elementos que compõem o empoderamento.
- Empoderamento neutro e sem conflitos: as agências e governos tentam despolitizar o processo de mudança promovido pelo empoderamento, ao limitá-lo de maneira a manter o *status quo*. Com isso, essa neutralidade cria uma oposição aos conflitos e retira deles as dimensões ideológicas e políticas, de maneira a domesticá-los, pois podem perturbar o resultado esperado. É por meio do empoderamento que se busca quebrar as relações de dominação que sustentam as fontes de privação das liberdades substantivas.
- Empoderamento como donativo: nos programas e projetos das agências e do governo assume o caráter de donativo, de algo que possa ser outorgado, ou seja, o foco passa a ser a maior facilidade de acesso a recursos externos, minimiza-se os processos de organização do grupo e da construção de autoestima e confiança das pessoas.
- O empoderamento como uma técnica que se aprende em cursos: diante da generalização do conceito, houve uma redução da prática social e política, tornando-se uma questão técnica e instrumental, com metodologias específicas e não um complexo processo social e político. Com isso, “facilita-se” a capacitação, ao possibilitar que seja ensinado em sala de aula, em detrimento das experiências conjuntas.

Barreto e Paula (2014) afirmam que, feitas as ressalvas apontadas por Romano (2002), percebe-se que o conceito de empoderamento aproxima-se do conceito de libertação de Paulo Freire, embora esse autor não tenha tratado especificamente desse conceito. Mas, ao tratar a educação e a filosofia num sentido transformador, os conceitos acabam por aproximarem-se. E, assim como Romano e Freire, defendem a necessidade de superar-se as privações das liberdades substantivas. O empoderamento viria portanto, como uma mudança nas relações, de maneira a permitir:

às pessoas vislumbrar alternativas para a sua condição atual e, mais importante ainda, entender o porquê de a realidade configurar-se da forma como se apresenta. É essa tomada de consciência, defendida por Freire e Romano, e esse acesso à liberdade substantiva que revelam a potencialidade envolvida no processo de empoderamento (BARRETO; PAULA, 2014, p. 116).

Para Lisboa (2007), o empoderamento ocorre a partir do aprofundamento da democracia, por meio de uma ampliação da cultura política e da participação cidadã. É uma conquista de voz e de vez, tanto por indivíduos, quanto por comunidades, de maneira a que tenham elevados níveis de informação, autonomia e capacidade de fazer suas próprias escolhas, em todos os aspectos.

Reiterando esse conceito, Kleba e Wendhausen (2009, p. 736) afirmam que o empoderamento:

significa aumento do poder, da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão, discriminação e dominação social. Dá-se num contexto de mudança social e desenvolvimento político, que promove equidade e qualidade de vida através de suporte mútuo, cooperação, autogestão e participação em movimentos sociais autônomos. Envolve práticas não tradicionais de aprendizagem e ensino que desenvolvam uma consciência crítica. No empoderamento, processo e produto se imbricam, sofrendo assim interferência do contexto

ecológico social, cujos lucros não podem ser somente mensurados em termos de metas concretas, mas em relação a sentimentos, conhecimentos e motivações etc.

Romano e Antunes (2002) afirmam que o empoderamento ocorre pela conquista dos direitos de cidadania, ou seja, um indivíduo ou um coletivo usam seus recursos econômicos, sociais, políticos e culturais, de maneira a atuar de forma responsável no espaço público, na defesa de seus direitos e, com isso, influenciam nas ações do Estado com relação à distribuição dos serviços e recursos públicos. O empoderamento dentro dos vários campos do conhecimento, como se viu, transforma-se em uma categoria analítica e empírica e, também, em uma ferramenta na busca de transformação da vida das pessoas, utilizada por governos e organizações da sociedade civil. Nesse sentido, são ações que possibilitam criar processos de desenvolvimento autossustentável, por meio de agentes externos que, nesse momento, são fundamentais para a organização e desenvolvimento do projeto (GOHN, 2004; HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007).

O empoderamento é uma variável multidimensional, e portanto, não pode ser generalizado, nem visto como ter ou não ter, de forma absoluta, ressaltam Horochovski e Meirelles (2007). Entre ser ou não empoderados existe uma imensidade de possibilidades (graus de empoderamento) o que se estende para categorias correspondentes, porque nunca se é totalmente emancipado ou empoderado, visto que, na sociedade, cada um defronta-se com maiores ou menores repressões. O que se busca é diminuir a distância e promover um equilíbrio entre os mais e menos empoderados. Essa ressalva é fundamental para utilizar-se o empoderamento como variável operacional de pesquisa empírica.

O processo de empoderamento dessa maneira, ocorre a partir de três dimensões da vida social que estão associadas aos tipos de recursos ou poderes do empoderamento que serão tratados mais adiante.

O **empoderamento individual** ocorre quando os indivíduos, ao participarem dos espaços sociais, percebem-se possuidores de recursos que os possibilitem influenciar ou mesmo controlar as ações que os afetem. Isso confere uma sensação de competência pessoal que os habilita a participar de um processo decisório, tendo mais oportunidades e recursos que constrangimentos e limitações. O empoderamento individual é fundamental para isso e está interligado a fatores externos, o que promove uma integração de fatores socioestruturais com o comportamento do indivíduo, numa mediação entre ambiente e indivíduo, ou seja, é relacional.

No **empoderamento organizacional** o processo é *na e pela* organização, em que as organizações formais constituem mecanismos de compartilhamento tanto da capacidade decisória, quanto de liderança, o que permite um processo decisório mais coletivo e horizontal. Assim, há um incremento nas redes internas e externas, o que promove um crescimento do capital intelectual da própria organização, numa ampliação da capacidade inovativa e da própria democratização da organização.

O **empoderamento comunitário** ocorre quando os indivíduos e os grupos de uma determinada comunidade formulam estratégias e ações, de maneira coletiva, para a obtenção de recursos que permitam influenciar nas decisões de interesse consensuais desse grupo. Entretanto, o consenso é fruto de processos de discussões, tensões e conflitos sobre esses recursos e não de um processo harmônico desprovido de conflitos. Dessa maneira, diferentes atores terão acesso ao recurso obtido, o que reforça o papel das organizações que fazem a mediação com a comunidade e as demais esferas públicas e econômicas.

Todos esses níveis acontecem de modo interdependente e não de maneira estática, asseguram Kleba e Wendausen (2009). Perkins (1995) afirma que tanto os envolvidos com as políticas públicas quanto os pesquisadores sobre empoderamento devem estar atentos aos diferentes níveis de empoderamento (individual, organizacional e comunitário). Precisam substituir uma visão focada apenas no indivíduo por uma focada no coletivo, o que é proporcionado pela solução dos problemas do grupo, das organizações e das comunidades.

Cabe ressaltar que os processos de empoderamento, descritos acima, são distintos de seus resultados. Os processos, em si mesmos, não garantem o empoderamento. É preciso, em paralelo, introduzir mecanismos de avaliação desse empoderamento. No nível individual deve-se buscar perceber o controle em situações específicas e a habilidade desenvolvida na mobilização de recursos. No nível organizacional, destaque para a formação de redes, bem como o crescimento organizacional e o aprimoramento de políticas. Por fim, no nível comunitário, deve-se procurar evidência de pluralismos, de coalizões organizacionais e, também, de recursos comunitários acessíveis.

Rappaport (1995) acrescenta que um recurso de empoderamento fundamental nos processos de fortalecimento das culturas e construção de novas identidades são as narrativas, em todos os âmbitos. Afirma ainda que é muito difícil sustentar uma mudança sem o apoio da

coletividade que provê uma nova narrativa comunitária e que suporte as mudanças na própria história do indivíduo.

Aqueles que estão envolvidos nos processos de empoderamento vão trabalhar com as organizações comunitárias existentes, no sentido de amplificar suas vozes ou, ainda, na criação de novas definições que sirvam de legitimação para que as pessoas possam contar suas próprias histórias, porque, “quando o empoderamento é o fenômeno de interesse, há muitas histórias individuais e coletivas esperando para serem contadas” (RAPPAPORT, 1995, p. 799, tradução nossa).

A implicação na prática é que, ao ouvir as pessoas e ajudá-las a criar espaços que validem e suportem, tanto as histórias pessoais como as coletivas, a atividade de empoderamento está ocorrendo. Como quem detém maior parcela dos demais poderes tende a ter suas narrativas mais valorizadas, percebe-se que a distribuição das narrativas é desigual. Embora não sejam escassas, as histórias dos *outsiders* acabam sendo um recurso tido como desvalorizado ou ignorado. Por isso, a importância da recuperação das narrativas como recurso para entender, criar definições e aprimorar as próprias comunidades e as histórias pessoais dos envolvidos (RAPPAPORT, 1995; HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007).

Entretanto, é necessário considerar também que indivíduos e grupos raramente empoderam-se espontaneamente, necessitam contar com a ajuda de atores externos como academia, ONGs, governo. Não que o processo de empoderamento seja *top down*, mas é que, se não houver essa ajuda, raramente esses indivíduos serão ouvidos em outras esferas. Contudo, o empoderamento depende dos sujeitos, e se esses resistirem à atuação dos agentes externos poderão não alcançar o empoderamento desejado, por melhores que sejam as intenções de ambas as partes (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007).

Para finalizar, as ações de empoderamento estão correlacionadas a reivindicações, sujeitos, organizações, movimentos sociais que, se não forem vistas numa perspectiva sinérgica, articuladas em rede, numa vertente de resistência e transformação, serão apenas ações localizadas, nada mais. Entretanto, Horochovski e Meirelles (2007, p. 502), alertam que:

ações, movimentos e organizações de empoderamento não detêm o monopólio do bem e estão sujeitas à cooptação por esferas mais poderosas conforme se institucionalizam. Isso é positivo, quando significa o suprimento de demandas legítimas de cidadania. O outro lado da

moeda é a perda de autonomia e do vigor para a luta dos movimentos, principalmente se vai para o outro lado do balcão. E não há muito remédio para isso.

Independentemente das características do empoderamento apontadas e que serão retomadas, é importante ressaltar, para esse estudo especificamente, o entendimento do empoderamento das mulheres.

2.5 EMPODERAMENTO FEMININO

Após refletir sobre empoderamento de maneira mais ampla, pretendo aproximar esse conceito da questão das mulheres especificamente. Mostro como isso é percebido nas discussões mundiais que tratam sobre as mulheres, a necessidade de conscientização das mulheres sobre essa discriminação e o empoderamento então como instrumento de mudança, ao desenvolver a autonomia, a cidadania, a consciência. Esse empoderamento, por meio do poder social, político e psicológico, cria uma estrutura que se liga a outras e formam uma rede de relações que empoderam as mulheres e promovem uma mudança social efetiva. Essa ideia aproxima-se novamente dos princípios da ESS e ressalta seus espaços como facilitadores desse processo

A condição feminina expõe que a sociedade, por meio das instituições, da cultura, crenças e tradições, do processo educacional, da divisão social e sexual do trabalho, constrói uma relação entre homens e mulheres de assimetria, dominação e subjugação. Apesar das transformações ocorridas, ainda hoje, muitas mulheres não podem decidir sobre suas vidas, ainda não se constituem enquanto sujeitos (COSTA, 2006).

Apesar de alcançadas as conquistas da igualdade de direitos, continua a autora, as mulheres perceberam que essa igualdade não seria suficiente, uma vez que eram embasadas no modelo masculino e patriarcal de organização política. Era necessário um processo de transformação mais amplo, em que até o próprio conceito de igualdade fosse questionado.

Entretanto, afirma Lagarde (1996), para adaptar a humanidade em sua capacidade realmente abarcadora na dimensão de gênero, é preciso tornar visível, de maneira ética, a alienação que identifica mulheres e homens com seus símbolos. A visibilidade das mulheres, as

participações ampliadas e a própria reivindicação humana puseram em crise o paradigma do mundo patriarcal. Os símbolos imaginários e políticos do humano, do sujeito não podem mais expressar somente os homens e o masculino, como normalmente se faz. Contudo, o desejo reivindicativo das mulheres também não implica serem exclusivamente das mulheres ou do feminino. E continua:

a voz humana contém a ambos os gêneros e a crítica ao seu estado atual: às condições de gênero de cada categoria social, aos modos de vida das mulheres e homens e às suas situações vitais, assim como, ao conteúdo político de dominação/opressão das relações entre ambos os gêneros (LAGARDE, 1996, p. 4, tradução nossa).

Os direitos humanos surgem dos esforços para mudar de maneira substancial essas condições de gênero entre homens e mulheres e suas relações sociais, e buscam promover uma reorganização genérica da sociedade em conjunto com o Estado, numa configuração renovada da cultura, que expresse esta nova filosofia de gênero, que desconstrua os processos de opressão patriarcal e reconstrua-os, a partir de uma democracia genérica (LAGARDE, 1996).

As mulheres, juntamente com os indígenas, homossexuais, comunidades negras e jovens, puseram em crise o princípio ideológico que considera legítimo os desiguais, por serem diferentes. Passam a participar dos movimentos das chamadas minorias que reivindicam o fim de um sujeito e o nascimento de múltiplos sujeitos, com qualidades positivas e imprescindíveis para a edificação de uma humanidade construída na equidade.

A desigualdade entre mulheres e homens e a opressão de gênero estão apoiadas em dogmas que afirmam que a diversidade entre mulheres e homens encerra, em si mesma, a desigualdade, sendo esta natural, a-histórica e, conseqüentemente, irremediável. Os movimentos sociais têm insistido na equidade, em que se reconheça que a desigualdade foi construída e não é natural e, também, na necessidade de realizar ações concretas para a paridade entre homens e mulheres. Ser diferente não significa ser desigual, e, portanto, diversidade e paridade são princípios da ética, pautada em caminhos que, há tempos, buscam uma realidade com equidade de gênero, com uma base democrática, em que a humanidade, de maneira ampla, tornar-se-ia inclusiva e justa (LAGARDE, 1996).

Scott (2005), por sua vez, assegura que não existem soluções fáceis para as questões de igualdade e diferença, direitos individuais e identidades de grupo, e que, posicioná-los como conceitos opostos pode levar a um desvio de suas interconexões, e, ao contrário, manter a tensão entre esses conceitos é o que possibilita resultados melhores e mais democráticos.

Para Scott (2005), indivíduos e grupos, igualdade e diferença não são opostos, mas conceitos interdependentes, que estão necessariamente em tensão. Essas tensões resolvem-se de maneira específica, ao longo da história, e precisam ser analisadas nas suas questões políticas peculiares e “não como escolhas morais e éticas intemporais” (SCOTT, 2005, p. 14). São consequência das formas pelas quais a diferença é utilizada para organizar a vida social e política e que, ao escolher ou os indivíduos ou os grupos, acaba por dificultar a implementação das ações. Faz mais sentido verificar como os processos de diferenciação social operam, desenvolver análises a respeito de igualdade e discriminação, que percebam as identidades como efeitos de processos políticos e sociais.

Prá e Epping (2012) declaram que, em razão da mobilização de movimentos de mulheres em diálogos com instâncias sociais e governamentais, criou-se uma possibilidade de intervenção nas gestões públicas, de maneira a buscar garantir a equidade de gênero. Desse cenário, configura-se uma nova concepção de cidadania, que inclui ampliação de direitos da população feminina em diversas instâncias e o reconhecimento dos direitos humanos das mulheres.

Como afirma Oliveira (2013, p. 4), reiterando esse pensamento:

sabe-se que ante as marcas de discriminação e subalternidade existentes no universo feminino, o acesso à cidadania requer a desconstrução da supremacia do paradigma patriarcal e a elaboração de novas práticas, de um outro imaginário na vida cotidiana que conceba cada pessoa, independente, de gênero, raça/etnia e classe, como ser humano. Esse processo de desconstrução e construção trazem consigo a necessidade de sujeitos políticos protagonistas, defensores e praticantes dessa concepção e principalmente a ressignificação do espaço das mulheres, com visibilidade e poder.

Seria uma nova cultura de gênero que se baseia na igualdade, fraternidade e solidariedade como valores éticos e como metodologias

políticas para possibilitá-la. A solidariedade concretizar-se-ia em consenso com a igual valia dos gêneros e o apoio social equitativo na realização das potencialidades humanas das pessoas de ambos os gêneros. A fraternidade é uma solidariedade específica que ocorre entre as mulheres que, acima das diferenças e antagonismos, decidem-se a somar esforços, vontades e capacidades e associam-se para potencializar seu poder e eliminar o patriarcalismo de suas vidas e do mundo. A igualdade é um produto da satisfação das necessidades e desejos e reivindicações vitais de cada mulher e de cada homem. A igualdade é portanto, o produto mais precioso da democracia de gênero, por conter a liberdade equitativa, afirma Lagarde (1996).

Por causa desses novos pensamentos, na década de 1990, estabeleceu-se uma agenda social internacional com grandes conferências mundiais que destacavam temas globais. Esses temas procuravam estabelecer consensualmente diretrizes inter e intra Estados para toda a humanidade, com destaque para dois importantes instrumentos internacionais: o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher - CEDAW³ (1979) e o Plano de Ação da Conferência de Beijing (1995), conforme relata Alves (1996).

Cabe realçar, para esse estudo, que a Conferência do Cairo, em 1994, estabeleceu 15 princípios básicos, e o quarto princípio estabelece como alicerce, para os programas de população e desenvolvimento, a igualdade de gênero, a equidade entre os sexos, o empoderamento das mulheres, a eliminação da violência contra elas e a garantia de controlarem sua própria fecundidade (PRÁ; EPPING, 2012).

É na interseção com gênero que o conceito de empoderamento desenvolve-se e ganha corpo nos anos 1970 e 1980, no nível teórico e como instrumento de intervenção na realidade. No trabalho de conscientização e implementação de estratégias de empoderamento feministas, grupos de mulheres procuram desconstruir as diversas dinâmicas que condicionavam e/ou impediam a participação e a cidadania plena das mulheres (IORIO, 2002).

O empoderamento feminino e a igualdade de gêneros voltam a ser destaque em 2000, nas Metas do Milênio, um instrumento que vários países signatários da Organização das Nações Unidas - ONU assinaram para ser cumprido até 2015, que reitera propostas anteriores e uma

³ Convention on the Elimination of all Forms of Discrimination Against Women – CEDAW.

mudança qualitativa no tratamento dos direitos humanos e cidadania feminina e reforça a importância do tema (PRÁ; EPPING, 2012).

Prá (2001) ressalta que, como visto, o empoderamento vem sendo amplamente discutido nas várias conferências mundiais que propõem ações que podem ser desenvolvidas por grupos de mulheres, por meio de uma análise das experiências pessoais, pela reconstrução das histórias de vida e de técnicas interativas e cooperativas, que permitam uma sensibilização crítica a respeito dos conceitos básicos sobre discriminação e relações de gênero. O empoderamento das bases, de acordo com a autora, incorpora ao debate importantes temas que permitem um exercício mais substantivo de cidadania, como: associatividade, acesso às decisões políticas, exercício de direitos e obrigações individuais e coletivas e voz aos direitos das mulheres.

Entretanto, o aparente reconhecimento da cidadania feminina e a sua inclusão em programas de governos e em agendas nacionais, de acordo com Prá e Epping (2012), ainda não se mostrou efetivo na garantia dos direitos humanos a todas as mulheres. Torna-se portanto, indispensável, para aqueles que defendem a expansão da cidadania feminina e a equidade de gênero, manter essa tarefa em pauta.

Ainda de acordo com Prá (2001), os estudos sobre gênero enriquecem as análises ao tornar mais visível as assimetrias de gênero e desigualdades culturalmente construídas entre homens e mulheres que, ao hierarquizarem o direito à cidadania, inviabilizam um projeto de ampliação democrática. Assim, é necessário desconstruir estereótipos e falsas dicotomias, em prol de uma equidade de gênero, igualdade de direitos, oportunidades de participação para o estabelecimento de uma sociedade democrática, igualitária e cidadã.

Retomando, percebe-se que, na prática, a grande maioria das pessoas que não conseguem ter acesso às oportunidades econômicas e sociais, por causa de possibilidades desiguais, é de mulheres, residentes principalmente em países periféricos. Lagarde (1996) aponta, como possíveis causas para essa configuração desfavorável: a eliminação do Estado de bem-estar social, que impôs perdas consideráveis aos direitos sociais e serviços sociais; a expropriação de bens e recursos de grupos ou povos (por exemplo, a expropriação das terras para reforma agrária na África, em que 80% das produtoras eram mulheres); a concentração e monopolização dos bens e recursos coletivos; a redução de instâncias de mediação social e redistribuição dos poderes políticos; a destruição de redes sociais de comunicação e participação social.

Para isso, o primeiro passo para as mulheres seria a conscientização sobre esse ‘cenário’, ou seja, o despertar da consciência

em relação à discriminação de gênero, indignar-se com esta situação e querer transformá-la. Entretanto, esse despertar não acontece naturalmente dentro de uma condição de subordinação, uma vez que essa condição já está interiorizada. Há portanto, a necessidade de fatores ou forças externas agindo no sentido de mostrar a elas o direito à igualdade, dignidade, vez e voz (LISBOA, 2008; SARDENBERG, 2009).

Nesse sentido, Friedmann (1992), confirmado por Lisboa (2007), afirma que o desenvolvimento humano não pode estar desconectado de princípios de sustentabilidade, equidade, produtividade e empoderamento, pois somente assim as necessidades básicas serão atendidas. O empoderamento é fundamental para se efetivar a igualdade entre homens e mulheres definido, pelo autor, como acréscimo de poder, que permite aos indivíduos aumentarem sua eficácia em relação ao exercício da cidadania.

O empoderamento é visto como um processo no qual ganha-se, desenvolve-se e facilita-se a autoridade e a habilidade, com ênfase no grupo que alcança seu próprio empoderamento, e não depende de uma “entidade superior” que dê poder aos outros. É a antítese do paternalismo e a essência da autogestão, quando contribui para a construção das capacidades, a partir das forças existentes de maneira a potencializá-las (MONTAÑO, 2001).

Essa ideia é reiterada por León (1999), quando afirma ser o empoderamento um processo por meio do qual as mulheres conseguem incrementar sua capacidade de conformar suas próprias vidas, assim como seu entorno, é uma evolução na conscientização sobre elas mesmas, suas condições e sua efetividade nas relações sociais. Se não se conecta com o contexto e com ações coletivas dentro de um processo político, o empoderamento pode ser uma ilusão, apenas uma sensação de empoderamento (LEÓN, 1999, 2009).

Assim, o processo de empoderamento, como prática coletiva e solidária, pode ser percebido como decorrência de uma trajetória de vários sujeitos que interagem, vivenciam, troquem e divirjam, numa lógica envolvente e inclusiva, reflexiva, visto que ninguém se empodera sozinho. Por isso, é dinâmico e os envolvidos crescem, refletem e encontram sua autovalorização, porém cada um no seu ritmo (OLIVEIRA, 2013).

Com relação aos poderes ou recursos do empoderamento, para Friedmann (1992), o poder pode ser dividido em social, político e psicológico. O **poder social** refere-se ao acesso a informação, conhecimento e habilidades, participação social e recursos financeiros.

Um incremento no acesso a essas bases promove uma melhoria na habilidade de estabelecer e atingir objetivos e, também, torna-se uma garantia de sobrevivência e independência econômica. Horochovski e Meirelles (2007) acrescentam que se refere ao acesso aos elementos necessários para a tomada de decisão que se ajustem com os objetivos pretendidos pelos atores envolvidos. Assim, poderão demonstrar suas capacidades de verbalização de seus posicionamentos e suas aspirações, ou seja, a amplitude que essas vozes atingem e se legitimam, bem como a coesão do grupo. Para isso, os sujeitos precisam estar ligados a instituições ou mecanismos associativos, no âmbito da esfera política em que se pretenda que eles sejam empoderados.

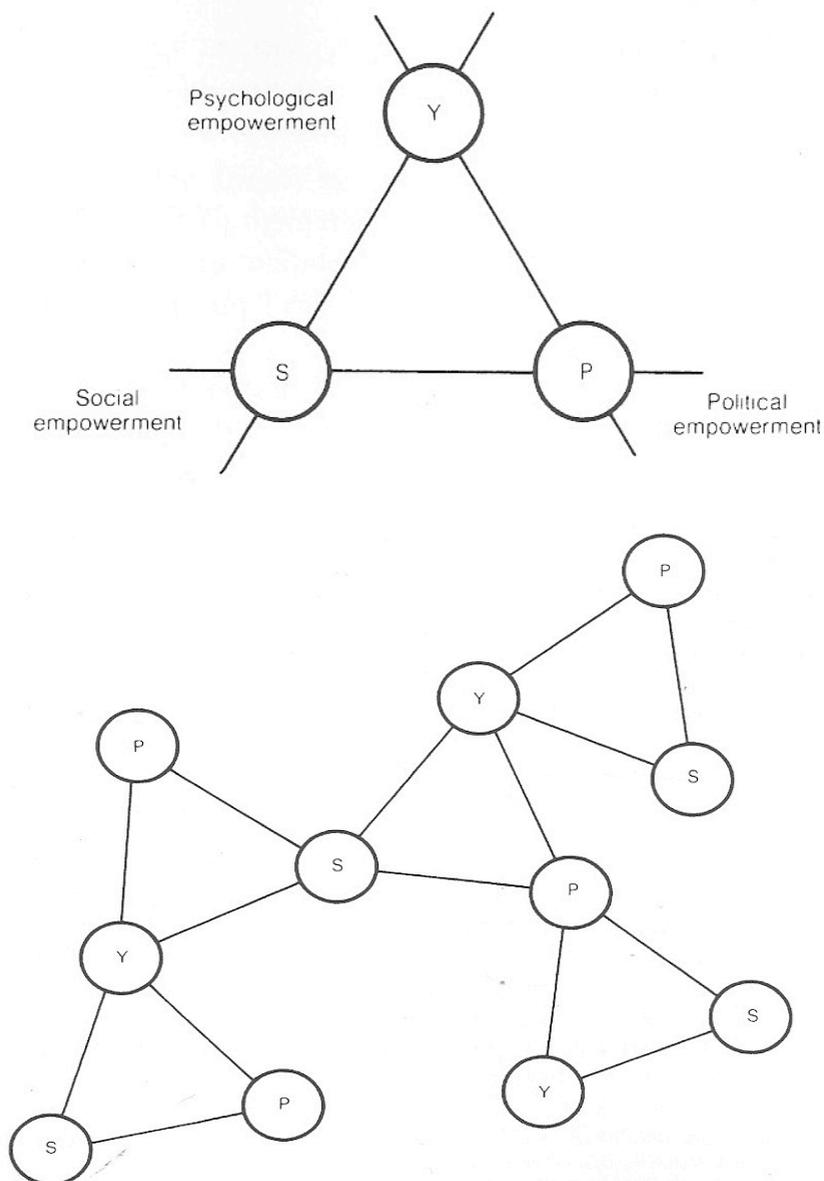
O **poder político** tem relação ao acesso do indivíduo ao processo de decisão, principalmente, àquele que afeta o seu futuro. Não apenas votar, mas, principalmente ter o poder da voz e de ação coletiva. Embora os indivíduos participem politicamente nos seus próprios termos, suas vozes serão ouvidas não apenas nas assembleias locais mas, também, e às vezes de maneira mais efetiva, quando surgem com outras vozes, em associações políticas maiores como os movimentos sociais, partidos e sindicatos, por exemplo. É a possibilidade de acesso aos processos públicos de tomada de decisão que atinjam o grupo envolvido, de maneira ativa, consciente e eficaz. Com isso, cria-se uma cultura democrática, de maneira que a participação cidadã não se restrinja aos processos eleitorais de escolha de representantes, mas seja decorrente de mecanismos formais de participação direta e contínua na formulação, implementação e controle das políticas, reforçam Horochovski e Meirelles (2007).

O **poder psicológico**, por fim, decorre da consciência individual de força e autoconfiança. Têm a ver com a personalidade dos indivíduos, o aumento da autoestima e do seu autorreconhecimento, além da importância deles se valorizarem e perceberem que suas ações são relevantes para a transformação do *status quo*, nos contextos em que se inserem. Destaque para a autoestima, a autoconfiança, a proatividade, o sentimento de pertencimento e de devir, entre outros. Normalmente, esse poder é resultado de uma ação bem-sucedida nas esferas sociais e políticas, num processo intersubjetivo. Com isso, reforça-se a ideia de eles perceberem que não é suficiente os demais recursos do empoderamento se os indivíduos não compreenderem que os têm, bem como, a condição de utilizá-los nas suas estratégias de ação, acrescentam Horochovski e Meirelles (2007).

Todos esses recursos estão distribuídos de maneira assimétrica na sociedade, afirmam Horochovski (2006) e Horochovski e Meirelles

(2007). Entretanto, quanto maiores forem as parcelas que os indivíduos detiverem desses recursos, mais empoderados eles poderão ser considerados. Sendo assim, empoderar significa também, desconcentrar os recursos, numa redistribuição mais igualitária, elaborar ações que permitam aos menos empoderados atenuar distâncias. Além disso, à medida que esses recursos são redistribuídos, o empoderamento, visto como uma composição desses indicadores, cria um *continuum* de possibilidades.

Esses três tipos de poder formam uma estrutura que, ligada a outras, cria uma rede de relações que propiciam o empoderamento das mulheres e permitem uma mudança social, conforme a figura 01. Há uma conquista de cidadania, pois é um processo em que as pessoas criam seus espaços vitais, em que passam a lidar com problemas de necessidades básicas, em que descobrem e desenvolvem capacidades para vencer e superar os problemas, tanto individuais quanto socioestruturais (FRIEDMANN, 1992).

Figura 1: Formas e redes de empoderamento

Fonte: Friedmann (1992)

Para Friedmann (1992), para se dar voz aos setores desempoderados da população, é necessário seguir uma determinada seqüência em que, primeiramente, o empoderamento político requer um processo de empoderamento social *a priori*, para que a efetiva participação política torne-se possível. Isso contribui para um incremento do senso de autoconfiança. E, ao final, o ganho em poder social tem que se traduzir em poder político efetivo, de maneira que os interesses dos desempoderados possam ser defendidos e conhecidos nas macroesferas regionais, nacionais e, eventualmente, nas políticas internacionais.

A partir disso, Lisboa (2007) assegura que o poder pode ser trabalhado de uma forma produtiva e afirmativa, ao invés de um poder que oprime e domina – pode ser um poder que ‘afirma, reconhece e valoriza’. Para isso, o conceito de empoderamento está estreitamente associado ao de participação, pois é por meio dela que o empoderamento acontece, ao favorecer a criação de políticas e práticas de desenvolvimento, atentas às necessidades das pessoas que vivem na pobreza. Percebe-se o empoderamento como o passo inicial e fundamental para a conquista da cidadania.

E ainda, segundo Sen (2000), terem essas pessoas a capacidade de superar as fontes de privação das liberdades ao construir novas opções e saber como escolher e implementar suas escolhas, beneficiando-se delas. Assim, o empoderamento, associado ao fortalecimento dos atores sociais, entendendo que a desigualdade de gênero não está apenas na precariedade de recursos, mas principalmente na falta de oportunidades sociais, políticas e econômicas, requer uma reflexão a respeito das capacidades humanas e liberdades reais.

Entretanto, é preciso ir além do conhecimento no nível político e sociocultural, é preciso reconhecer os obstáculos mentais e econômicos que dificultam as mudanças, por isso a ênfase na importância da reflexão crítica para que as ações sejam realmente transformadoras (LEÓN, 1999).

Pode-se afirmar então que o empoderamento ocorre, primeiro, num nível individual, em que as mulheres precisam perceber que se encontram numa situação de subordinação, dominação, discriminação, assim como, ter consciência sobre os motivos dessa situação em relação à sociedade. Em seguida, no nível grupal, no qual deve ocorrer a identificação com outras mulheres em situação semelhante de necessidade e, por fim, no nível estrutural, em que haverá um embate com os grupos organizados e a esfera pública. Para que isso ocorra, é necessário que os tipos de empoderamento social, político e psicológico,

propostos por Friedmann (1992), aconteçam - são conceitos que se articulam, afirma Lisboa (2007).

Mageste, Melo e Ckagnazaroff (2008) corroboram essa ideia de interposição mútua entre os níveis ao afirmarem que as mudanças e adaptações em um nível acabam por provocar reações em outro. Uma transformação mais profunda nas estruturas de poder que sustentam as estruturas atuais é incremental, ou seja, incorpora aos poucos os resultados.

O empoderamento, portanto,

é um poder que **afirma, reconhece e valoriza** as mulheres; é condição para obter a igualdade entre homens e mulheres; representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Implica a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna da mulher como gênero; significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e as violações (LISBOA, 2008, p. 2, grifo nosso).

O conceito de autonomia das mulheres pode ser uma importante maneira de avaliar o sucesso no processo de empoderamento e superação da exclusão social. Analisar em que medida as mulheres são capazes de decidir autonomamente sua participação, seja no mercado, na vida cívica ou na política, é imprescindível para ver o sucesso da equidade de gênero. Portanto, uma análise da exclusão das mulheres e, conseqüentemente, de sua autonomia, deve estar vinculada a uma compreensão das relações de poder em todos os âmbitos (MONTAÑO, 2001).

Para isso, é necessário a criação de espaços institucionais para que os excluídos participem das decisões do seu cotidiano, a formalização de direitos legais, o fomento de organizações em que possam efetivamente participar das estratégias adotadas pela sociedade e nelas influenciar, a capacitação para o exercício da cidadania e produção, a criação de acesso e controle sobre recursos. Uma vez construída essa base de empoderamento, haverá condições de uma participação efetiva, com apropriação de instrumentos e capacidades

propositivas, negociadoras e executivas. Assim, essa noção de empoderamento tende a assumir um caráter homogêneo dentro das famílias e comunidades, e, com isso, passa a haver uma abstração das relações de poder entre homens e mulheres, tanto no interior da família, quanto na comunidade (MONTAÑO, 2001).

Dessa maneira, situações como as obrigações domésticas (não remuneradas e não reconhecidas), que são tidas como exclusivamente femininas e, por conseguinte, limitadoras das possibilidades das mulheres no mercado de trabalho, podem ser revistas na parte de ESS e gênero.

De acordo com Costa (2006) e León (2009), o empoderamento das mulheres acaba por empoderar também aos homens na parte material e na psicológica, quando esses têm acesso a recursos materiais em benefício da família e da comunidade, ao compartilhar responsabilidades, e também no campo emocional, quando permitem-se novas experiências, liberando-os dos estereótipos de gênero. Assim, o empoderamento da mulher pode trazer novas formas de poder, mais democráticas, com responsabilidades coletivas e tomadas de decisões compartilhadas.

De qualquer maneira, alcançar a equidade de gênero é um processo lento, pois é alterar uma das mais arraigadas atitudes humanas, e requer muito mais que mudanças em leis ou políticas estabelecidas. Requer que as práticas adotadas desde lares e comunidades sejam alteradas principalmente no processo de tomada de decisão. Enquanto em alguns países, problemas como violência contra a mulher, questões de saúde, alfabetização, entre tantos outros, são o foco primeiro de atenção, em razão do quadro apresentado, em países desenvolvidos, em que a equidade básica, de certa maneira, já foi alcançada, a discriminação no trabalho é a tônica (FEM, 2005). De qualquer modo, há ainda um caminho a ser percorrido ao tratar-se de equidade, independentemente do grau de desenvolvimento do país.

A nova ordem de gêneros requer uma vontade histórica, que desvie o sentido atual e contribua para diminuir as assimetrias entre gêneros e a desigualdade entre a qualidade de vida de mulheres e homens, com políticas sociais que devam encaminhar-se para o desenvolvimento sustentável, com equidade entre ambos (LAGARDE, 1996).

Além disso, ressalta Sardenberg (2009) e León (2009), a polissemia do termo e o conhecimento ainda muito pequeno a respeito de como se processa o caminho do empoderamento individual para o coletivo e vice-versa, e do institucional para o individual são indicadores

de que há ainda muito o que se pesquisar, principalmente, na crescente literatura sobre o tema, mas, também, há a necessidade de explorações empíricas sobre os detalhes práticos do empoderamento.

Dessa maneira, percebe-se que os conceitos e visões do empoderamento serão relevantes para se entender o processo de empoderamento da mulher atuante na economia social e solidária, pois darão suporte à ideia de que há características que podem ser especialmente, concordantes com os ideários apresentados da ESS, associadas a uma trajetória fenonômica, como será exposto a seguir.

2.6 FENONOMIA E ISONOMIA

Nesse ponto, pretendo apresentar o conceito de sociedade multicêntrica de Guerreiro Ramos, assim como o de homem parentético, para mostrar as possibilidades de um novo paradigma, o paraeconômico. Com isso, os conceitos de fenonomia (indivíduo) e isonomia (coletivo) serão apresentados para que, posteriormente, possa associar o processo de empoderamento das mulheres como uma trajetória fenonômica que é própria do indivíduo, porém se consolida no coletivo.

Guerreiro Ramos faz, ao longo de sua obra, uma revisão crítica dos estudos da administração, em que destaca uma perspectiva não comportamentalista, com a centralidade no indivíduo e não na organização, ou seja, sistemas sociais e delineamento organizacional de múltiplos centros, em contraposição ao modelo unidimensional atual. Paula (2007) elenca alguns pontos básicos da obra de Guerreiro Ramos importantes para a compreensão do paradigma paraeconômico, que serão utilizados neste estudo: a crítica à sociedade dominada pelo *ethos* do mercado; a análise da síndrome comportamentalista, que dificulta a percepção do indivíduo como centro e objeto dos sistemas sociais; a crítica do mercado enquanto maneira de compreender a realidade social; e a bidimensionalidade do conceito de racionalidade.

Bulgacov e Castiglia (2003) ressaltam que as organizações, na sociedade de mercado, são tidas como naturais e, com isso, autenticam-se somente os formatos organizacionais que existem. Entretanto, essa naturalidade deve ser questionada e, conseqüentemente, é necessário inverter a concepção de entendimento do homem pela eficácia dos resultados da organização e introduzir o ser humano como elemento central nos arranjos organizacionais.

Seguindo nessa apresentação das ideias para esclarecimento do paradigma, Guerreiro Ramos (1989) faz uma contraposição entre o homem organizacional e o homem parentético. O primeiro é uma junção entre o homem organizacional - calculista, preocupado com resultados materiais e o homem reativo - adaptado ao trabalho em detrimento de seu próprio crescimento. O homem parentético, por sua vez, está em busca de autonomia, de uma consciência crítica, não se 'comporta', é fruto de novas circunstâncias sociais que requerem outro nível de consciência. Embora seja reflexo dessas circunstâncias sociais, consegue afastar-se, analisar criticamente e refletir sobre si mesmo e sobre o ambiente interno e externo. Ou seja, tem uma atitude reflexiva em relação à sua condição, e proativa quando de sua ação. Características que o colocam em consonância com as isonomias e fenomenias do modelo (BULGACOV; CASTIGLIA, 2003; TONET, 2004; PAULA, 2007).

Além disso, acrescentam Bulgacov e Castiglia (2003), é importante considerar não somente a estrutura interna da organização, mas, também as relações com outras esferas da vida social, a fim de que haja um questionamento da sociedade de modo a não a legitimar simplesmente, porém criando uma forma crítica de observá-la. Assim, a sociedade instrumental poderá ser confrontada à medida do aumento das organizações substantivas. Ou, como explica França Filho (2010), a racionalidade substantiva pode ser apresentada como contraposição ao conceito unidimensional da racionalidade instrumental, uma vez que a primeira foca na qualidade intrínseca de cada ação empreendida, cujo propósito é o entendimento humano. Com isso, "a escolha e definição dos fins não podem ser jamais exteriores à condição humana. Isto é, os fins definem-se como valores" (FRANÇA FILHO, 2010, p. 177).

Seria necessário analisar as organizações a partir de uma perspectiva alternativa, que não a da racionalidade do mercado, uma vez que o que se tem até agora não se aplica a todos os tipos de atividades e, ademais, dificulta o desenvolvimento de novos sistemas sociais, suplantando alguns dos problemas da sociedade atual, que são focados mais na sociedade do que no indivíduo (PAULA, 2007).

Ao analisar as organizações para propor uma abordagem substantiva, Guerreiro Ramos (1989) sustenta que existem pontos cegos na atual teoria das organizações, que Paula (2007) estrutura assim:

- o conceito de racionalidade vigente identifica o comportamento econômico como constituindo a totalidade da natureza humana;

- não há uma distinção entre o significado substantivo e o formal das organizações;
- não está claro o papel da interação simbólica nos relacionamentos interpessoais;
- tende a não fazer distinção entre trabalho e ocupação, apoiando-se na visão mecanomórfica da atividade produtiva.

Esses pontos, assinala Guerreiro Ramos (1989), precisam ser revistos, pois promovem uma visão reducionista dos estudos organizacionais.

Guerreiro Ramos (1989), reiterado por Bulgacov e Castiglia (2003), assegura que a racionalidade instrumental, característica dessa sociedade de mercado, influencia sobremaneira o sujeito, visto como o resultado de um cálculo utilitarista típico desse mercado. Consequentemente, a sociedade atualmente, é modelada pelos padrões do mercado. O indivíduo, nessa sociedade, tem a ilusão de ganhos materiais, porém não percebe a perda do senso pessoal de autorrealização. E, como realça Araújo (2010), nessa análise Guerreiro Ramos entende que o mercado é uma economia entre outras e, dessa maneira, não seria prudente universalizar seus conceitos para outros tipos de economia, como a não mercantil e a não monetária.

Há a necessidade de uma racionalidade substantiva que seja referência para o arranjo da vida em sociedade, e na própria estruturação da vida humana. Essa racionalidade substantiva é diferente da instrumental, porém não a substitui. Por priorizar a ética como fundamento, suplantaria o comportamento instrumental e, dessa maneira, permitiria ao indivíduo alcançar a autorrealização e o autodesenvolvimento. Reforçando esse pensamento, Serva (1997b) elenca ainda outros elementos indicadores dessa racionalidade, como a autorrealização, o entendimento, o julgamento ético, a autenticidade, a autonomia e os valores emancipatórios (GUERREIRO RAMOS, 1989; SERVA, 1997b; ARAÚJO, 2010).

E, para isso, uma visão multicêntrica da sociedade que compreenda aspectos políticos, econômicos, culturais e psicológicos, faz-se necessária. Assim, haveria uma variedade de enclaves, o mercado seria um deles, mas não o mais relevante, uma vez que seria limitado e regulado, provendo, portanto, opções diferentes de atividades substantivas. Guerreiro Ramos (1989) não nega a importância do enclave econômico – que considera legítimo e necessário, - apenas questiona a primazia desse sobre os demais.

Guerreiro Ramos (1989) propõe então uma ciência organizacional capaz de abranger múltiplos tipos de organização, ou seja, uma abordagem substantiva da organização, de maneira a suplantar a unidimensionalidade dos estudos sobre a organização. Nessa abordagem, o enclave econômico é apenas um dos diversos tipos de sistemas microsociais, que procuram formas de eliminar as compulsões desnecessárias e buscam alternativas para atender às necessidades de realização pessoal do ser humano, num contexto de sociedade que permite espaços maiores para a vida humana, com possibilidades amplas de relacionamentos interpessoais, livres das pressões projetadas e organizadas. A vida dos sujeitos não pode ser restringida ao tempo que permanecem nas organizações econômicas, pois eles devem ter condições de desenvolverem atividades em outros tipos de organização, que não apenas as econômicas.

Esse modelo multidimensional estabelece, como noção central, a delimitação organizacional - com uma visão de sociedade constituída de vários enclaves onde o sujeito engaja-se em atividades substantivas diferentes, porém que se integram; e de um sistema de governo social - que implemente políticas distributivas para a melhor integração entre os enclaves sociais. Critica o modelo tradicional de uma sociedade centrada no mercado e propõe que se considerem questões importantes como ecologia e o lado psicológico do indivíduo, de maneira a assegurar que não se reproduzam os impactos negativos para a sociedade desse foco no mercado. Além disso, nesse modelo o mercado é um enclave dentro de uma realidade social multicêntrica, com múltiplos critérios substantivos para uma vida pessoal, além de uma gama de possibilidades de relações interpessoais. Sendo assim, o indivíduo tornar-se-á um maximizador de utilidades apenas incidentalmente, porque despende todo o esforço no sentido de organizar sua existência em consonância com suas necessidades de autorrealização pessoal. Nessa perspectiva, o sujeito não se vê obrigado a conformar-se plenamente com os valores do mercado, de maneira que ele encontre ocupações e participe de outros ambientes, que não o mercado, para superar o processo contínuo de unidimensionalização da vida individual e coletiva (GUERREIRO RAMOS, 1989; BULGACOV, CASTIGLIA, 2003; PAULA, 2007).

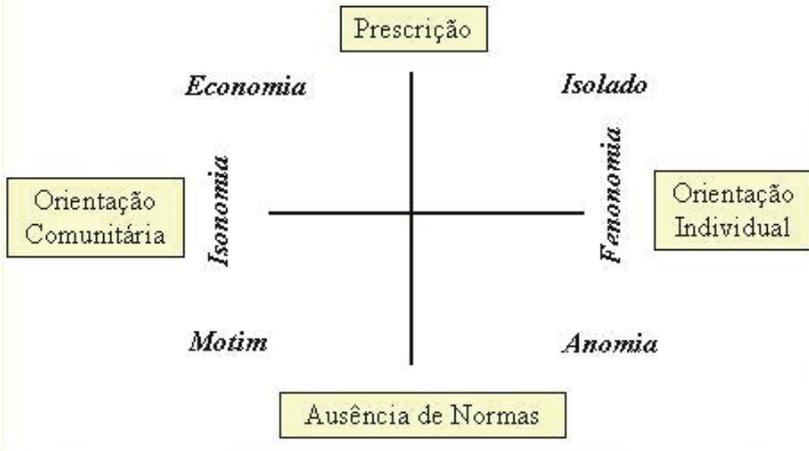
Como maneira de ilustrar esses sistemas sociais com base na racionalidade substantiva, Guerreiro Ramos (1989) concebe o que denomina paradigma paraeconômico, ou seja, um modelo multidimensional da existência humana, numa visão multicêntrica de sociedade, em que cada dimensão “deve ser considerada como

elaborações heurísticas, no sentido weberiano” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 140), pois, na realidade, não há esses tipos ideais, somente existem sistemas sociais mistos, pois a imbricação entre os sistemas inviabiliza a possibilidade de um sistema isolado, que não influencie, mas que é influenciado pelos demais.

O paradigma paraeconômico apresenta duas orientações: a comunitária em contraposição à individual; e a prescrição contra a ausência de normas. Na primeira orientação, há a preocupação de que seja um modelo suficientemente amplo para não reduzir o indivíduo a um mero agente de maximização de utilidade. Há um cuidado com o espaço para a autorrealização pessoal. No segundo caso, procura mostrar que a relação entre prescrições operacionais e autorrealização pessoal é inversamente proporcional (GUERREIRO RAMOS, 1989; FRANÇA FILHO, 2010).

Além disso, Guerreiro Ramos (1989) ressalva que, assim como devem ser entendidos como tipos ideais, não se pode esperar que existam de maneira segregada no espaço físico. Caracterizam-se por seus estilos inerentes de vida e, ocasionalmente, em vizinhança física (GUERREIRO RAMOS, 1989).

Azevedo e Albernaz (2004) destacam ainda que o paradigma considera os espaços onde as prescrições impostas praticamente não acontecem e, também, tanto ambientes pequenos e singulares como ambientes comunitários, de tamanhos regulares, adequados às necessidades de autorrealização pessoal.

Figura 2: Paradigma paraeconômico

Fonte: Guerreiro Ramos (1989, p. 141)

Para este estudo, apenas os conceitos de isonomia e fenonomia serão aprofundados por terem uma relação mais próxima com os temas da ESS e do empoderamento feminino.

Guerreiro Ramos (1989), em sua abordagem substantiva da organização, ressalta a possibilidade de ambientes igualitários, sem burocracia nem hierarquia, que chama de isonomias. Entretanto, não acredita na ausência de normas, pois imagina que o indivíduo, num contexto de escolha, defina suas próprias normas, porque em todo trabalho há certas prescrições. Tendo como eixo o indivíduo, o autor denomina fenonomia um sistema social com as características anteriores, e que seja um ambiente criativo, propício à autonomia ao permitir que o indivíduo possa agir - e não apenas comportar-se - como agente passivo. Um sistema social em que os indivíduos envolvam-se em atividades automotivantes, que possibilitem a singularidade aflorar, mas com consciência social.

A isonomia, especificamente, está fazendo-se mais presente no mundo atual, e, mesmo não sendo de maneira pura, visto ser um tipo ideal, é possível identificá-la cada vez mais. Como objetivo principal, evidencia a possibilidade de todos os membros autorrealizarem-se, sem limitarem-se às prescrições impostas, que são mínimas e, se inevitáveis, estabelecidas em conjunto. Além disso, a total ausência de normas seria adversa à ideia de coletividade de uma isonomia, uma vez que a

autorrealização – inerente ao conceito – pressupõe a consciência crítica do indivíduo em relação ao contexto, suas implicações, bem como a melhor opção (não vinculada a um interesse utilitarista) para o desenvolvimento social (GUERREIRO RAMOS, 1989; ARAÚJO, 2010).

Ademais, é autograticificante, pois os indivíduos associados desempenham atividades compensadoras em si mesmas, e não por obrigação de um trabalho enfadonho, para garantir as necessidades básicas e de segurança, ou seja, “as pessoas não ganham a vida numa isonomia; antes participam de um tipo generoso de relacionamento social, no qual dão e recebem” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 150).

Nas isonomias continua o autor, as atividades são promovidas de maneira vocacionada, e não como emprego, associado à racionalidade instrumental por estar vinculado à atenção dos objetivos do processo de produção em si. Assim, a recompensa está na realização daquilo que fazem e não necessariamente na renda proporcionada por ela, por isso a maximização da utilidade perde importância para o indivíduo.

Possui um vasto sistema de decisões e determinação de políticas, em que não se diferencia líderes e liderados, ou seja, uma comunidade na qual a autoridade é atribuída por meio da deliberação dos envolvidos, centrada nas relações horizontais. Não é uma democracia, pois não há uma agência diretora (GUERREIRO RAMOS, 1989).

Sendo assim, sua eficácia está associada à condição de que as relações interpessoais primárias prevaleçam, ou seja, a questão da emancipação humana ocorre nas relações entre iguais e, portanto, não há diferença de tratamento ou de decisão entre os membros. Com isso, seu tamanho tem que ser tal, que não possibilite o surgimento de relacionamentos de segunda, terceira ou quarta ordem, sob pena de ela converter-se em democracia, oligarquia ou burocracia (GUERREIRO RAMOS, 1989; ARAÚJO, 2010).

A isonomia então poderia ser descrita como:

sítio para o exercício da convivência, e seu principal requisito temporal é uma experiência de tempo em que aquilo que o indivíduo ganha em seus relacionamentos com as outras pessoas não é medido quantitativamente, mas representa uma gratificação profunda por se ver liberado de pressões que lhe impedem a atualização pessoal (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 169).

Para Tonet (2004, p. 37), a isonomia “é o *locus* da convivência humana, a sociedade dos iguais, onde todos têm vez e voz e podem com grande grau de liberdade buscar sua forma de conseguir a realização pessoal”. E, por isso, as organizações substantivas podem ser entendidas como a forma mais aproximada da isonomia, assim como as organizações coletivistas (SERVA, 1997b).

A fenonomia, por sua vez, é retratada como:

um sistema social, de caráter esporádico ou mais ou menos estável, iniciado e dirigido por um indivíduo, ou por um pequeno grupo, e que permite a seus membros o máximo de opção pessoal e um mínimo de subordinação a prescrições operacionais formais (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 152).

As principais características da fenonomia são a constituição de um ambiente em que as pessoas possam liberar a criatividade em maior intensidade, a partir de escolhas pessoais, ao incrementar a autonomia, ou seja, “onde a opção pessoal é máxima e as prescrições operacionais formais mínimas” (AZEVEDO; ALBERNAZ, 2004, p. 24). Além disso, os membros engajam-se em obras automotivadas que percebam ser relevantes em termos pessoais, o que denota um comprometimento com esse trabalho. Frequentemente, essas tarefas automotivadas são as que demandam os maiores esforços, pois para desenvolvê-las com êxito os indivíduos precisam estabelecer rotina e disciplinas próprias, e ficam impossibilitados de agir de acordo com seus humores (GUERREIRO RAMOS, 1989).

É um cenário protegido do mercado, em que a comercialização de produtos é consequência da atividade e não sua finalidade - que é a satisfação do indivíduo. As valorações econômicas são incidentais em relação à motivação dos membros. Por isso, as fenomenias desafiam o sistema de mercado.

Dessa realização do indivíduo - que não leva a um isolamento social, nem a um afastamento da sociedade - decorre uma última característica: os membros têm consciência social apurada, apesar de seus interesses singulares, e visam tornar os outros indivíduos sensíveis às várias possibilidades que acabam ocultas na sociedade de mercado (GUERREIRO RAMOS, 1989; TONET, 2004; PAULA, 2007).

As fenomenias, portanto, caracterizam-se como uma alternativa viável para a melhoria da condição de vida, em um contexto de

desenvolvimento sustentável e de libertação do trabalho regido pelo mercado e pela razão instrumental (BESEN, 2010).

Para Paula (2007), Guerreiro Ramos conclui a importância do indivíduo na redefinição das ciências sociais e nas teorias organizacionais, sem, contudo, desconsiderar o coletivo, apenas ressalva que os sistemas sociais, ao focar mais na sociedade que no indivíduo, acabam falhando, colocam a racionalidade substantiva em segundo plano.

Seguindo esse pensamento, de acordo com Azevedo e Albernaz (2004), Guerreiro Ramos (1989), ao entrever uma sociedade com uma variedade de sistemas sociais que possam coexistir em equilíbrio, em razão da viabilidade social e das necessidades de autorrealização dos membros, afirma que os sistemas sociais devem ser pensados utilizando determinados requisitos para o sucesso desses empreendimentos – a lei dos requisitos adequados -, que seriam: a tecnologia; o tamanho; os esquemas cognitivos utilizados; a ocupação e a utilização do espaço; e as medidas de tempo.

Suscintamente, a **tecnologia** é um suporte essencial para qualquer sistema social e existe por meio das normas operacionais e de instrumentos que assegurem a realização das coisas – para as economias seriam os escritórios e as fábricas, para a isonomia, uma associação, e para a fenomenia, uma oficina.

Em um ambiente de mercado, “quanto maior, melhor”, entretanto, o autor ressalva que essa não deve ser a forma adequada para os sistemas sociais, que devem ter o **tamanho** associado aos objetivos. Ou seja, cada contexto social tem um limite de tamanho acima ou abaixo do qual perde a capacidade de conseguir suas metas, bem como o consenso do grupo, necessário para a própria preservação. No caso das isonomias, seria um tamanho moderado, e no das fenomenias, seriam os menores cenários sociais, podendo ser composta de uma pessoa apenas.

Com relação aos aspectos **cognitivos**, em resumo, eles podem existir combinados de várias maneiras num cenário social, porém, numa economia, será predominantemente funcional, com o objetivo de controlar a produção e o ambiente; nas isonomias, será político, por visar ao incremento do bem-estar social em conjunto; e nas fenomenias, essencialmente personalístico, pelo interesse primordial ser o desenvolvimento do conhecimento pessoal.

O **espaço** é outro importante fator, discutido por vários pensadores, de diversas áreas ao longo do tempo. Com relação aos ambientes sociais, há, para cada tipo de cenário social, uma especificidade não só em relação às dimensões espaciais, como também

em relação àqueles espaços que afastam as pessoas ou as aproximam, e, nesse caso, incentivam a convivialidade. Para as isonomias e fenonomias, é um aspecto fundamental para o funcionamento, por estimular o ambiente psicológico apropriado para os objetivos específicos desses sistemas. Assim, nos sistemas sociais do tipo isonômico, é o que permite a convivência entre iguais, e no fenonômico, é onde o indivíduo se expressa.

Por último, o **tempo**, que está intimamente associado ao espaço. A orientação temporal dos envolvidos num sistema social tem espaços intrínsecos, assim como o espaço nesses sistemas envolvem orientações temporais específicas. Como para os sistemas sociais de isonomia e fenonomia não é o impulso fundamental, o paradigma requer uma abordagem multidimensional do tempo como categoria de planejamento social: tempo serial, linear ou sequencial; tempo convivial; tempo de salto; e tempo errante.

Nas economias, o tempo é visto como serial - das horas, da produtividade - e, por isso, impossibilitado de atender às necessidades humanas que não abarquem esse tipo serial de experiência.

Nas isonomias, é o tempo convivial, em que o indivíduo ganha com o relacionamento com as pessoas, não de maneira quantitativa, mas por sentir-se desobrigado das pressões, que não permitem sua autorrealização pessoal. É um tempo libertador, ao admitir que o indivíduo participe do grupo de maneira autêntica, sem subterfúgio, em que possa relaxar e confiar para expressar seus sentimentos e vice-versa. Os envolvidos consideram-se pessoas e não objetos e, por isso, aceitam-se como são, independentemente de posições ou *status* que possam ter no espaço do mercado.

Nas fenonomias, é o tempo salto, em que a experiência pessoal de ritmo e qualidade reflete a intensidade da ansiedade do indivíduo pela criatividade e autoesclarecimento. Para as pessoas criativas e investigadoras, é fundamental, tanto quando estão sós, quanto com outras pessoas com essas mesmas características. É o incentivo temporal das fenonomias. Também não quantificável, esse tipo de tempo constitui “um traço de certo tipo de íntima vida pessoal, quando envolvida em jornadas autoexploratórias e/ou em esforços culminados por importantes arrancadas” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 169).

Bulgacov e Catiglia (2003) e França Filho (2010) alertam que os planejadores sociais devem estar conscientes de que o homem é percebido por modelos sociais, que consideram as dimensões do poder, do interesse, da ideologia, do político e do tempo associados aos objetivos do sistema. Porém, a unidimensionalização do tempo danifica

grande parte das pessoas que vivem numa sociedade de mercado, pois passam a entrar num processo de patologias, ansiedades, estresse, insônia.

Por isso a necessidade de as pessoas experimentarem os diversos tipos de tempo para engajarem-se nas atividades com objetivos autogratiﬁcantes.

As isonomias e as fenomenias apresentam-se portanto como alternativas para uma melhoria de qualidade de vida ao priorizarem, em suas características, atividades de autorrealização em detrimento do trabalho determinado na sociedade de mercado, em que a razão instrumental se sobressai.

Ademais, ambos os enclaves, ao serem considerados, sustentam uma percepção mais ampla dos sistemas sociais – antes centrados predominantemente no mercado -, ao permitir que os membros cuidem de suas vidas, com seus critérios intrínsecos, numa nova abordagem substantiva das organizações (BESSEN, 2010).

Azevedo e Albernaz (2004), ao analisarem as políticas públicas, ressaltam a importância do papel dos enclaves como isonomias, fenomenias e as formas mistas, nos dias atuais, bem como as necessidades específicas de operação. Em relação à fenomenia,

cuja caracterização seria a de um contexto para pessoas altamente criativas e que estejam ocupadas em desenvolver projetos pessoais de vida, percebe-se que os elaboradores de políticas públicas não podem passar imunes aos novos direcionamentos que ela aponta. Esta possibilidade, ou seja, a de que os indivíduos estejam entregues às suas questões pessoais, pouco atrai recursos por parte do sistema de mercado, haja vista que o desencadeamento de tal investida pode não se concretizar em possibilidade de lucro, tal como é por ele esperado (AZEVEDO; ALBERNAZ, 2004, p. 28).

As isonomias possuem características que as empresas não conseguem fornecer. Enquanto o ambiente empresarial, ao primar pelo sistema de mercado, exclui os objetivos pessoais e os canaliza para os objetivos de negócio, as isonomias, por sua vez, proporcionam aos membros a possibilidade de criarem um “senso de comunidade, processos de comunicação menos racionalizados, participação efetiva,

respeito pelas diferenças, ambientes democráticos, entre outros” (AZEVEDO; ALBERNAZ, 2004, p. 28).

A paraeconomia, como um todo, pode ser a “proporcionadora da estrutura de uma teoria política substantiva de alocação de recursos e de relacionamentos funcionais entre enclaves sociais, necessários à estimulação qualitativa da vida social dos cidadãos” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 177). Com isso, ter-se-ia uma sociedade diversificada a tal ponto que permitisse a seus membros cuidar de temas substantivos de suas vidas, em conformidade com seus critérios intrínsecos. Dessa maneira, as isonomias e as fenomenias teriam legitimidade como agências, em que seria possível efetivar alocação de mão-de-obra e de recursos para que uma sociedade se viabilizasse (GUERREIRO RAMOS, 1989; FRANÇA FILHO, 2010).

A crítica que Guerreiro Ramos (1989) faz em relação à alocação de recursos é em decorrência de essa alocação considerar apenas a lógica de mercado e, dessa maneira, entender como recurso e produção apenas os insumos e os produtos da atividade econômica. O que provém da atividade doméstica, de atividades associativas, de caráter voluntário ou militante, não é considerado contribuição efetiva para o enriquecimento do país. Com isso, o produto desse trabalho, nessa lógica, não é transferível para o mercado e, assim, é ignorado pelas estatísticas oficiais, o que faz com que um imenso contingente de recursos e capacidade produtiva sejam inexplorados nesse sistema. Visão diferente da do paradigma paraeconômico, que considera tanto as atividades remuneradas quanto as não remuneradas (GUERREIRO RAMOS, 1989; FRANÇA FILHO, 2010).

Percebe-se, pelo exposto, uma aproximação entre os conceitos desenvolvidos por Guerreiro Ramos (1989) no paradigma paraeconômico e os conceitos da ESS apresentados ao longo desse trabalho, e que serão detalhados na sequência.

2.6.1 Paradigma paraeconômico e Economia Social e Solidária

Guerreiro Ramos faz uma reflexão profunda a respeito dos estudos de administração e vai além desse campo - reflete sobre a sociedade e a maneira de percebê-la.

De modo geral, a ideia de sociedade multicêntrica de Guerreiro Ramos aproxima-se dos conceitos da economia plural (afinal Polanyi foi um dos inspiradores de Guerreiro Ramos). Com isso, destaca-se, nessa

concepção, a economia mercantil (de interesse individual), não mercantil (a obrigação) e não monetária (impulso recíproco, a lógica da dívida) (TONET, 2004; FRANÇA FILHO, 2010).

Nesse sentido, Guerreiro Ramos é um crítico contumaz da sociedade de mercado como centro da sociedade atual. Atualmente, o mercado é a referência, a razão e o objetivo dos indivíduos na sociedade contemporânea. Guerreiro Ramos (1989) afirma que, na história da humanidade, não há registro de uma sociedade em que o mercado desempenhe um papel tão central na mente do indivíduo quanto na atualidade.

Entretanto, França Filho (2010, p. 192) ressalva que há, principalmente nos países do sul, uma série de atividades regidas prioritariamente pela solidariedade, com “as mais variadas formas de relações de troca, sem tradução monetária e alimentando um circuito econômico ampliado, que passam a ser incorporados à análise do funcionamento econômico, com a noção de economia plural.” Dessa maneira, a exclusividade da economia de mercado como fonte de riqueza é posta à prova, enquanto uma visão ampliada da economia, que contemple as outras formas de economia, de maneira complementar, enquanto criadoras e consumidoras de riqueza, é apresentada.

Há um entendimento, em razão do predomínio do paradigma econômico, de que, como o mercado é o único capaz de promover desenvolvimento, e que as alternativas a ele seriam sempre condições subalternas, dependentes em relação a essa dinâmica ou, ainda, como funcionais ao sistema, quando se apresentam como saídas assistenciais à situação de extrema pobreza (FRANÇA FILHO, 2010).

Entretanto, esse modelo, atualmente, não está conseguindo dar respostas às crises que se apresentam, porém não há um esgotamento do modelo, a extinção do mercado, apenas uma insuficiência enquanto modo de regulação socioeconômico. Ele organiza a vida de parte da população por um lado e, por outro, é excludente ao não conseguir absorver o considerável número de pessoas que precisam de trabalho. Uma solução a isso seria fortalecer e consolidar uma outra forma de economia, que valorizasse aspectos que não apenas o econômico, importante, afinal o mercado é um forte meio de regulação social por meio das trocas tanto monetárias quanto de produtos, mas não pode ser entendido como único (TONET, 2004; FRANÇA FILHO, 2010).

Nesse sentido, a paraeconomia de Guerreiro Ramos estaria em consonância com as discussões de outra economia, como a ESS, parecem aproximar-se ao defenderem uma economia plural, que possui maneiras de articulação inéditas em relação às dimensões econômicas,

sociais, políticas, culturais e ambientais. A ESS contribuiria, nesse cenário, ao conceber um novo modo de estabelecer o ato econômico, não substituindo a economia vigente, porém como uma forma alternativa de produzir riquezas, sem uma noção desvirtuada de uma nova economia, que sirva de ajuste às disfunções do sistema econômico vigente. Ressaltando o que Guerreiro Ramos (1989) defende a respeito da sociedade multicêntrica – não se pode prescindir do mercado e suas características, entretanto, com tamanho e influência reduzidos. Ou seja, um tipo organizacional que convive com esse sistema, porém, num caráter mais plural de economias e de tensões entre as lógicas diferentes, e que busca um equilíbrio entre elas para atingir uma sustentabilidade. A economia de mercado seria apenas, uma forma social possível entre outras, nas quais estariam os empreendimentos sociais e solidários (TONET, 2004; ARAÚJO, 2010; FRANÇA FILHO, 2010).

Cabe ainda destacar, a necessidade de uma nova consciência no entendimento da sociedade atual. Guerreiro Ramos (1989) fundamenta a racionalidade substantiva com base na ética e amplia a análise para além da relação atual entre razão e cálculo. Serva (1997b), ao falar de Guerreiro Ramos, afirma que a racionalidade substantiva é um atributo do indivíduo e, por meio dela, os indivíduos caminham em busca da autorrealização e da emancipação individual, porém considerando o direito dos outros nessa mesma caminhada. Para o equilíbrio dessas posições, estaria o debate racional e o julgamento ético-valorativo das ações. Dessa maneira, percebe-se uma visão distinta da busca do sucesso individual, do cálculo utilitário, predominante na sociedade centrada no mercado.

A ESS, por sua vez, tem um entendimento próprio da sociedade atual ao retirar o foco do mercado, equilibrando com o social, o que contempla uma diversidade de atividades humanas. Visa buscar o sentido primeiro da economia, ou seja, de uma *oikonomia*, em que a preocupação maior é no atendimento das necessidades das pessoas – necessidades entendidas numa perspectiva muito mais ampla do que, apenas, a de demanda de consumo de mercadoria. É a economia não separada das dimensões culturais, políticas, éticas, com autonomia, sem privar do caráter substantivo (LISBOA, 2002, 2009; RATTNER, 2008).

Além disso, a noção unidimensional, com base apenas na noção de mercado, sem contemplar a complexidade da sociedade atual, com as dimensões sociais e ecológicas, não se sustenta mais. Essa visão reducionista limita o potencial de criação de riqueza e emprego sob outras formas, que não são percebidas pela lógica atualmente predominante (SAUVAGE, 1996; LECHAT, 2002).

Por isso, a importância de uma economia plural, de fortalecimento das organizações da sociedade civil, com atividades econômicas que desenvolvam projetos sociopolíticos, ou seja, que as dimensões sociais, econômicas e políticas estejam contempladas, sem necessariamente, privilegiar nenhuma (ANDION; SERVA; LÉVESQUE, 2003).

Outro ponto importante de aproximação é com relação às formas alternativas de ocupação e emprego. Guerreiro Ramos (1989) entende que as pessoas devem ter ocupações que podem ter finalidade econômica ou não, porém, que assegurem a realização individual, que despertem o interesse sobre aquilo que está fazendo. Ao construir o modelo, reforça essa concepção e elenca as atividades domésticas, as atividades de subsistência e as atividades voluntárias para exemplificar seu ponto de vista. Contrapõe essa ideia à de emprego, em que o indivíduo é avaliado pela produção, que tem como finalidade atender às demandas da sociedade de mercado, e, com isso, não se realiza, pois suas necessidades não são contempladas nesse cenário (GUERREIRO RAMOS, 1989; TONET, 2004).

A ESS, nessa mesma linha de pensamento, defende uma articulação entre as várias esferas da sociedade e, assim, considera outras formas de atividades, incluindo aquelas que, não necessariamente, têm valor econômico - nas esferas mercantil, não mercantil, não monetária. Não numa lógica de rentabilidade do que se investiu, e sim na realização de interesses reais dos grupos participantes nessas iniciativas. Ademais, associa a ideia de solidariedade no meio das atividades econômicas. Com isso, a eficiência dos empreendimentos é medida em razão da equidade, da autogestão, da não aceitação ao modelo hegemônico. Afinal, os empreendimentos são organizados de maneira autogestionária e, assim, as decisões são tomadas de modo coletivo, o que promove uma maior consciência política de seus membros. A ênfase é na coletividade dos meios de produção, o que assegura uma solidariedade importante aos participantes, uma vez que consolida uma organização mais justa e ética. Como afirma Gaiger (2009), são práticas econômicas com princípios não utilitaristas, que contêm sociabilidades densas e decisivas à sobrevivência de amplos segmentos sociais. Essas atividades primam pela solidariedade acima do interesse individual e o ganho material, afirmando-se pela socialização dos recursos produtivos e adoção de critérios igualitários, podendo ser compostas por organizações de produtores, consumidores, poupadores, entre outros (SINGER, 2003; LAVILLE; GAIGER, 2009; ARAÚJO, 2010).

Em seu paradigma paraeconômico, Guerreiro Ramos (1989) apresenta um modelo de sociedade com várias formas organizacionais, no intuito de oferecer um ambiente que contemple diversas possibilidades de ocupação, que podem ser desde sistemas complexos, como o econômico, quanto extremamente simples, como as fenomias (GUERREIRO RAMOS, 1989; TONET, 2004).

A ESS, por seus princípios e estruturação, contempla formas organizativas alternativas, com possibilidades de articulação importantes entre a sociedade civil, o Estado e o setor privado como associações, cooperativas, movimentos sociais. Isso porque possuem um projeto comum, com destaque para o social, preocupando-se com as contribuições para a sociedade ou para o coletivo. São empreendimentos de diversas modalidades de organizações econômicas, que têm como base a autogestão, a cooperação, a eficiência e a viabilidade. São compostos por indivíduos que foram excluídos do mercado, ou por suas convicções, ou por procurarem alternativas coletivas de sobrevivência (ANDION, 2003; GAIGER, 2003).

Para finalizar, o homem é encarado como ator das mudanças sociais tanto nas análises de Guerreiro Ramos, quanto nos princípios da ESS. Principalmente ao se pensar sua importância nas articulações entre os coletivos - como cooperativas, associações e movimentos sociais - e como maneira de aumentar a capacidade organizativa.

O homem parentético de Guerreiro Ramos é um ator crítico de si próprio e da sociedade em que está inserido. As isonomias refletem na sua diversidade de composições, de alguma maneira, esse perfil de pessoas interessadas em problemas da comunidade; e as fenomias tem o sujeito atento às suas singularidades, porém provido de consciência social, além do que, sua opção não significa abandono da sociedade e sim uma tentativa de sensibilizar outros indivíduos de outras experiências que possam apreciar (GUERREIRO RAMOS, 1989; TONET, 2004).

É possível perceber, portanto, no que foi apresentado, uma convergência entre os aspectos do paradigma paraeconômico de Guerreiro Ramos e os conceitos da ESS. São propostas conceituais passíveis de caminharem juntas. Nesse sentido, esse trabalho apropria-se dos conceitos das isonomias e das fenomias para analisar o processo de empoderamento das mulheres associadas à ESS. Tem-se a ideia de que as mulheres, no processo de empoderamento, traçam uma trajetória fenonômica, ao longo do tempo, que se consolida nos espaços isonômicos. A trajetória fenonômica, a que me refiro, pode ser entendida como uma movimentação do indivíduo no sentido de romper

com a síndrome comportamentalista, num movimento que se aproxima do enclave fenonômico. Além disso, os movimentos sociais, especificamente nesse caso a ESS, podem ser percebidos como espaços que privilegiam o coletivo, sem que se perca a individualidade, ou seja, com características isonômicas em confluência com as trajetórias fenonômicas.

Esses aspectos serão detalhados mais adiante, durante as interpretações.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nessa parte, a intenção é descrever os caminhos seguidos para realizar a pesquisa. É uma pesquisa qualitativa, com a história oral temática e a metodologia reflexiva como estratégias de pesquisa, complementadas, na coleta de dados, com a observação participante e as entrevistas, e o caderno de notas para dar suporte. Assim, facilitar o entendimento, em profundidade, do fenômeno em pesquisa.

Para Demo (1985), metodologia, além de instrumental para o pesquisador, é também condição necessária para competência científica. Pois pesquisa é a produção tanto crítica quanto autocrítica, bem como, a descoberta de caminhos alternativos, atuais e passados. A metodologia questiona a cientificidade da produção científica (formal ou histórica), a construção do objeto científico (define o paradigma científico), as abordagens metodológicas (clássicas, atuais ou alternativas) e, posteriormente, as aferições metodológicas. Ou seja, “metodologia contém a ideia de **caminho a ser seguido**” (DEMO, 1995, p. 61, grifo do autor). E é isso que pretendo aqui, mostrar os caminhos que escolhi para realizar a pesquisa.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O presente trabalho é uma pesquisa qualitativa. O que diferencia uma pesquisa qualitativa de uma quantitativa, de acordo com Creswell (2007), são as suposições filosóficas que o pesquisador transporta para a pesquisa, os tipos de estratégias de pesquisa utilizados e os métodos específicos empregados na condução da estratégia escolhida.

A pesquisa qualitativa tem uma tradição própria que evoluiu e tem configurado particularidades em seu delineamento. Apesar de a lógica primária ser a mesma em qualquer pesquisa, o delineamento tem características e desenvolvimentos únicos (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2010). Possui várias correntes dentro de seu escopo e, portanto, além de seu aspecto metodológico é preciso compreender o problema de pesquisa, o que o inspirou, a estratégia de pesquisa e sua pertinência. Assim, o delineamento variará em decorrência do objeto da pesquisa, das possibilidades e dos limites nos quais ela está envolvida. Esse objeto de pesquisa será escolhido pelo pesquisador em “função das faltas que ele detecta no *corpus* constituído das ciências sociais” (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2010, p. 132). É construído durante a

ligação com o campo, pela interação dos dados coletados, com a análise deles e não apenas à luz da literatura, e aí reside sua originalidade. Ademais, a pesquisa qualitativa não se pretende geradora de grandes teorias, prefere dar ênfase nos atores e no contato direto com o campo de pesquisa, recorrendo a teorias de alcance restrito sem, contudo, desprezar a grande teoria, a macrossociologia (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2010).

Esse entendimento da pesquisa qualitativa está em consonância com a minha pesquisa, pois o meu objeto de pesquisa está intimamente relacionado às faltas que percebi no campo, ou seja, as poucas pesquisas em Administração que tratam do tema das mulheres associado à ESS, acrescentando ainda a relação com os conceitos de fenonomia e isonomia – temas também relativamente pouco estudados. Além disso, todo meu trabalho foi construído enquanto eu me aproximava do campo e participava tanto do movimento quanto especificamente na relação com as mulheres entrevistadas, interagindo com os dados e com as teorias escolhidas, o que reafirma a originalidade deste trabalho.

Tendo isso como referência, utilizei como principal estratégia de pesquisa a história oral temática e a metodologia reflexiva de Alvesson e Sköldbberg complementadas pela técnica de observação participante e o pelo caderno de notas como instrumento auxiliar. A **história oral temática**, para poder entender como as mulheres entrevistadas empoderaram-se, a **observação participante**, para compreender a realidade da Economia Social e Solidária e a relação com o processo empoderamento dessas mulheres e o **caderno de notas**, para poder ajustar à metodologia reflexiva e construir minhas interpretações e reflexões com frequência e a **metodologia reflexiva** para poder refletir e interpretar durante todo o processo de pesquisa.

3.2 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

3.2.1 História Oral Temática

Com relação à história oral, percebe-se que a utilização de depoimentos para se reconstruir um acontecimento remonta à Idade Média. Entretanto, durante o século XIX, essa prática foi relegada a um segundo plano, em razão da predominância do pensamento positivista, que enfatizava o registro por meio de documento escrito, visto como mais racional, exato, sem subjetividades. A história oral, como é

estudada agora, foi introduzida na década de 1940, nos Estados Unidos, e avançou significativamente, com um acentuado crescimento na década de 1960 na Europa Ocidental. No Brasil, surgiu em 1975, sob o patrocínio da Fundação Ford, mas dentro de uma estrutura limitada por causa da conjuntura da época e de um paradigma estruturalista, esclarece Vergara (2010). A partir dos anos 1990, a metodologia avançou, principalmente, com a mudança política e com destaque para os cursos de pós-graduação, que questionavam o paradigma estruturalista, com a consequente valorização dos relatos pessoais, numa perspectiva mais qualitativa (VERGARA, 2010).

Essa metodologia possibilita ao pesquisador reconstruir as relações entre as pessoas, perceber as formas de socialização e trajetórias de indivíduos e até de comunidades. Além disso, permite resgatar histórias de grupos não abordadas pelos registros oficiais ou desconhecidas do grande público. Tem um enfoque peculiar, pois é uma recuperação a partir de quem viveu o fato. Acrescenta Alberti (2004) que a história oral é um recurso utilizado pela hermenêutica, pois possibilita tornar a vivenciar as experiências do outro a que se tem acesso sabendo, contudo, compreender as expressões dessa vivência. Ou seja, realizar um verdadeiro trabalho de hermenêutica, de interpretação e, como tal, sem nunca produzir uma certeza demonstrável. E como nenhuma interpretação é completa, haverá sempre possibilidade para novas interpretações, que também não conseguirão compreender a totalidade, e assim sucessivamente. É essa possibilidade de recuperação da história das mulheres dos empreendimentos sociais e solidários que permeia este trabalho e consiste, ao mesmo tempo, no objeto maior dele. É dar voz a elas procurando compreendê-las nos momentos históricos vivenciados por elas e suas transformações e, assim, entender seu processo de empoderamento, numa trajetória fenonômica.

A história oral temática permite uma aproximação a um objeto de estudo por meio da interpretação de pessoas diretamente envolvidas com ele. Torna-se uma metodologia que prevê a participação de quem constrói a realidade a ser investigada. Assim, a história oral temática pode ser percebida como uma confluência interdisciplinar ao favorecer uma aproximação qualitativa entre fenômenos sociais e individuais (FEUERSCHÜTTE, 2006). Ao ouvir as mulheres da ESS, pude fazer essa aproximação entre suas experiências e o movimento social em que estiveram e/ou estão envolvidas e, dessa maneira, compreender como isso influencia no empoderamento de cada uma delas.

Para Lang (1996, p. 36),

o fator distintivo da pesquisa de História Oral está justamente na preocupação com a reflexão que acompanha todo o processo, levando a contínuas modificações. Não se colocando uma fase de análise posterior à coleta de dados, mas também concomitantemente, admite-se que nenhuma entrevista seria proposta da mesma maneira que a anterior, pois as reflexões que permite vão sendo incorporadas ao processo.

Ao aceitar que as reflexões acompanham todo o processo de pesquisa desde o início, admite-se que estas reflexões podem elucidar dúvidas, reafirmar certezas e permitir dúvidas ao acreditar que algumas certezas suscitam novas dúvidas, em um movimento que se conforma como dialético e que faz parte da metodologia da história oral (LANG, 1996). Há uma estreita relação entre essa estratégia de pesquisa e o objetivo da pesquisa. Acredito que, ao ouvir as histórias das mulheres entrevistadas, pude, ao longo de todo o percurso, refletir sobre o processo de empoderamento e, em cada entrevista, adicionar impressões e reflexões a partir das entrevistas anteriores. Assim, as certezas e dúvidas foram sendo construídas e rebatidas ao longo do tempo.

Uma das particularidades da história oral é a possibilidade de os sujeitos envolvidos no processo resgatarem e descreverem as experiências vividas, interpretando-as de maneira a poderem contribuir nas transformações que delas emergem. Possibilita também que esses sujeitos expliquem, a partir do ponto de vista do seu conhecimento, as características que aprofundam na compreensão da realidade. Portanto, fazer história oral é produzir conhecimento histórico, científico e não apenas um relato organizado da vida e experiência de alguém (FEUERSCHÜTTE, 2006; LOZANO, 2006). Portanto, trazer o relato oral das mulheres associadas à ESS irá permitir entender o processo de empoderamento de cada uma, compreendendo as realidades individuais e como esse processo interferiu nos níveis individuais e coletivos, associando esse processo a uma trajetória fenonômica que se consolida numa isonomia.

De acordo com Lang (1996), as fontes orais podem se apresentar na forma de história oral de vida e relatos orais de vida (história oral temática), em que se parte da própria vida e experiência do narrador. A história oral de vida é o relato do narrador sobre sua existência ao longo do tempo e que, a partir disso, delineiam-se as relações com o grupo, profissão, camada social, entre outros, que cabe ao pesquisador desvendar. No relato oral de vida (temática), o narrador aborda um

aspecto da vida de maneira especial, embora, com total liberdade de exposição, mas sabendo do interesse do pesquisador em determinado assunto, que direciona o relato. Nesse caso, o processo seletivo é mais presente e envolve narrador e entrevistador na construção da entrevista. A história de cada mulher entrevistada é bastante importante para o processo de empoderamento. Contudo, optei pela história oral temática por acreditar que o empoderamento esteja associado principalmente à participação nos empreendimentos de ESS, e, assim pensando, elegi um tema para conduzir essa investigação. Ademais, a singularidade das histórias não permite uma comparação entre elas ou uma generalização dos resultados, o que não é meu objetivo. Entretanto, ao elencar um tema para análise, apesar da peculiaridade das histórias, os pontos relativos ao tópico escolhido podem ser comparados e os resultados, se não generalizados, pelo menos mostrar as semelhanças nessa população escolhida.

Assim, a estratégia da história oral temática torna-se o caminho mais adequado para acessar o meu fenômeno de interesse, as mulheres de empreendimentos da ESS e seus processos de empoderamento numa convergência com suas trajetórias fenomenológicas.

3.2.2 Metodologia Reflexiva

Segundo Alvesson e Sköldbberg (2009), na metodologia reflexiva há uma constante interpretação e reflexão. Essa interpretação significa que as referências para os dados empíricos são resultado de uma interpretação. A reflexão foca-se no pesquisador propriamente dito, na comunidade acadêmica e na sociedade. Esse processo de interpretação e reflexão ocorre conforme quadro abaixo.

Quadro 1: Níveis de interpretação

ASPECTO/NÍVEL	FOCO
Interação com material empírico	Entrevistas, observação de situações e outros
Interpretação	Significados subjacentes
Interpretação crítica	Ideologia, poder, reprodução social
Reflexão sobre a produção textual e uso da linguagem	Próprio texto, argumento da autoridade, seleção de vozes representadas no texto

Fonte: Alvesson e Sköldbberg (2009)

Assim, é possível considerar o processo de interpretação em quatro níveis (VILLARDI, 2004; ALVESSON E SKÖLDEBERG, 2009; VERGARA, 2010).

No primeiro nível é o momento de se realizar as primeiras interpretações referentes aos dados empíricos, num primeiro contato, buscando uma categorização inicial, a partir dos pontos levantados pela aproximação com o campo nas diversas frentes que atuei (Fórum, Feira, visitas e entrevistas prévias). No segundo nível, realiza-se a interpretação teórica da interpretação realizada anteriormente. Há aqui a aproximação com as várias teorias estudadas antes, para entender e desenvolver o conhecimento sobre a realidade estudada. Aqui começam as interpretações a respeito do processo de empoderamento das mulheres da ESS em convergência com uma trajetória fenonômica. Uma primeira aproximação entre os dados do campo e as teorias que elenquei para essa pesquisa.

No terceiro nível, há a interpretação crítica dos pressupostos teóricos políticos, ideológicos, culturais utilizados no segundo nível. É o momento de se atentar para as dimensões políticas e ideológicas da pesquisa e questionar os pontos tidos como naturais ou verdadeiros dos níveis anteriores. É necessário, nesse momento, uma autorreflexão do pesquisador para evitar o entendimento, por vezes ingênuo, de que a pesquisa é neutra. Nesse ponto é que iniciei as reflexões a respeito de como a ESS entende o papel da mulher, como elas se percebem nesse espaço, o entendimento das dimensões para além da econômica, a assimilação do que eu estava percebendo. Foi também nesse momento que deixei de ser apenas uma observadora dentro do Fórum de ESS para efetivamente participar, ao entender que não teria como haver neutralidade na pesquisa que eu estava desenvolvendo tanto pelo movimento em si que me cobrava participação, como pelas minhas próprias características que me levavam a querer colaborar, atuar.

O quarto nível, por sua vez, é o momento de refletir criticamente e reinterpretar os níveis anteriores, ou seja, há uma exploração crítica vertical das próprias interpretações. É o que Alvesson e Sköldberg (2009) afirmam ser o momento da reflexão metateórica, em que o pesquisador precisa se libertar de alguma posição em que possa estar arraigado a uma interpretação conclusiva. As interpretações precisam ser fluidas, com boa circulação ao longo de todo o processo. Nesse nível foi a revisão de tudo o que já tinha visto e vivenciado, retornando ao campo teórico, refletindo sobre minha participação durante a pesquisa nesse espaço e sobre a atuação das mulheres. Foi

neste momento em que as dúvidas, as angústias, os achados e o crescimento consolidaram-se.

Ressalto, que nada disso foi estático, todos esses níveis foram acontecendo simultaneamente, mais de um e menos de outros em alguns momentos, porém sempre presentes. A apresentação aqui da forma que está é apenas para ser didática. Adaptando o quadro das interpretações de Alvesson e Sköldbberg (2009) para as minhas interpretações, elaborei um novo quadro.

Quadro 2: Níveis de interpretação da pesquisa

ASPECTO/NÍVEL	FOCO
Interação com material empírico	Entrevistas com pessoas-chave, com as mulheres, observação do fórum de ESS, participação em feiras
Interpretação	Relação dos dados levantados com as teorias escolhidas (ESS, EF, Empoderamento, Fenomenia)
Interpretação crítica	Visão crítica do movimento, da atuação as mulheres e da minha participação
Reflexão sobre a produção textual e uso da linguagem	Elaboração e revisão do próprio texto, revisão de todo o processo entendendo minha posição como autora, descaracterizando o argumento da autoridade, seleção das ‘falas’ a serem apresentadas

Fonte: Elaboração da autora a partir de Alvesson e Sköldbberg (2009)

Sendo assim, com base no quadro de Alvesson e Sköldbberg (2009), as minhas interpretações estarão presentes no decorrer de todo o processo sendo relacionadas com os meus objetivos. Nas entrevistas, pude perceber os pontos ressaltados pelas entrevistadas e, ao final, estruturar um tópico com as devidas análises e articulações teóricas que emergiram do campo. Não parti de categorias pré-estabelecidas, por entender que seria contrário ao processo de interpretação que estou propondo: interpretação e reflexão constantes em consequência do que via no campo e nas teorias. O que tinha eram pontos de partida a partir do que havia visto nas teorias, principalmente as de empoderamento e

fenomenia, que me guiariam pelo campo. Mas era com base na minha inserção no campo que o estudo ia concretizando-se.

3.3 COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados, utilizei basicamente a observação participante e as entrevistas para a estratégia da história oral temática.

3.3.1 Observação Participante

A observação participante, no caso da pesquisa científica, não é simplesmente o olhar do observador sobre algo. É ver, identificar, descrever as interações e processos humanos a partir do verbal, mas também do não verbal. As observações, além disso, proporcionam ao pesquisador a possibilidade de conhecer as pessoas, seu cotidiano e seu ambiente natural de maneira casual e, assim, compreender melhor seu objeto de estudo (VIANNA, 2003).

Para as pesquisas qualitativas, as observações ganham importância ao permitir detalhar os acontecimentos e apresentar de maneira mais densa as interações entre fatos, objetos, pessoas, suas ações em determinado contexto. Com isso, o pesquisador consegue aprofundar seus estudos, uma vez que está inserido no campo de estudo.

Para Serva e Jaime (1995), é a possibilidade de aproximação entre observador e observado, sendo que este último passa a ser visto, não apenas como objeto de pesquisa, mas como sujeitos que interagem em um projeto de estudo, num resgate da subjetividade, da emoção, do inesperado. A aproximação permite também, ao pesquisador, entender e respeitar o ritmo do grupo pesquisado de maneira a sentir-se como eles se sentem e, assim, compreender a realidade vivenciadas por eles. Com isso, o pesquisador pode ser aceito e legitimado pelo grupo – condição essencial para o desenvolvimento do estudo.

Para que o trabalho de observação seja profícuo, o observador deve estar bem atento a todo o contexto, anotando suas observações desde a aproximação com o campo até as interações com os sujeitos pesquisados, as reuniões, observando atitudes e comportamentos durante todo o tempo em que estiver com o público de sua pesquisa (Godoy, 2006).

Para Serva e Jaime (1995) e Godoy (2006), o conteúdo das observações envolve uma parte descritiva do que acontece no campo

propriamente dito, porém, há uma importante parte reflexiva de todo o processo, com suas interpretações. Além do que há a possibilidade de complementar com outros métodos para ampliar as fontes e combater alguns riscos e deficiências da metodologia, mas principalmente do pesquisador.

Por isso, a importância das anotações reflexivas do caderno de notas durante todo o processo.

3.3.2 Entrevista

A opção pela entrevista ocorreu por pretender compreender o ponto de vista das entrevistadas, ou seja, ninguém melhor que elas próprias para contar como percebem determinada realidade. Conforme Alberti (2004 p. 16, grifo da autora), é “uma postura com relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia a *recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu*”. É isso que corroboram Poupart (2010) a respeito das entrevistas, pois do ponto de vista epistemológico, a entrevista qualitativa explora com profundidade a perspectiva do ator social, indispensável para a apropriada compreensão das condutas sociais. Do ponto de vista ético e político, permite conhecer internamente as questões enfrentadas pelos atores sociais, e com relação aos aspectos metodológicos, a entrevista surge como um instrumento privilegiado para acessar as experiências dos atores.

Com relação ao projeto de pesquisa, a entrevista sintetiza, na montagem do roteiro, as questões levantadas durante a pesquisa em fontes primárias e secundárias (ALBERTI, 2005).

Entretanto, para a realização de uma entrevista qualitativa, vale observar alguns princípios para assegurar que o entrevistado relate verdadeiramente sua visão, colocando-o mais à vontade e ganhando sua confiança para que ele se envolva e fale espontaneamente do tema da entrevista. A ideia é criar uma condição mínima de familiaridade e cumplicidade entre as pessoas que em princípio não se conhecem ou têm coisas em comum (POUPART, 2010). O autor acrescenta que é necessário também atentar-se para os vieses de uma entrevista não de maneira a buscar um discurso “verdadeiro”, isento, mas procurando mostrar que esses discursos não podem ser entendidos fora dos contextos onde são produzidos e enunciados.

Para clarificar os procedimentos metodológicos elaborei o quadro 02 que apresenta os objetivos, a maneira da sua operacionalização, bem como a questão central.

Quadro 3: Objetivos X Metodologia

OBJETIVO GERAL:		
Compreender como se viabiliza o processo de empoderamento, em convergência com uma trajetória fenonômica, de mulheres participantes em empreendimentos sociais e solidários no estado de Santa Catarina, por meio da história oral temática.		
Objetivos específicos:	Questão norteadora	Procedimento de pesquisa:
Identificar o contexto da Economia Social e Solidária catarinense, bem como a participação das mulheres no movimento;	Como é o movimento de ESS no estado? Qual é a participação das mulheres? Como as mulheres articulam-se na ESS? Quais as iniciativas da ESS específica para as mulheres?	Revisão bibliográfica; Observação participante; Metodologia Reflexiva
Descrever e analisar as trajetórias de vida de mulheres que participam em empreendimentos sociais, de modo a perceber o processo de empoderamento em convergência com uma trajetória fenonômica	Como é a vida das mulheres ligadas ao movimento de ESS? Qual a importância do movimento para elas? Com percebem a vida antes e depois de participarem da ESS? Como as mulheres ligadas ao movimento de ESS empoderaram-se? O movimento teve algo a ver com esse processo? As trajetórias de vida no processo de empoderamento associam-se a uma trajetória fenonômica?	Revisão bibliográfica; Observação participante; História oral temática; Metodologia Reflexiva

Fonte: elaborado pela autora

Entretanto, é importante pensar que o papel ativo do pesquisador não deve estar a serviço de uma ideologia, segundo a qual o pesquisador assume uma posição paternalista diante do pesquisado. Entendo que o papel do pesquisador está em dialogar com o pesquisado, considerando-

o sujeito capaz de definir, em conjunto, em parceria com o pesquisador.

Assim, entendo que essas estratégias de pesquisa corroboram minha maneira de pensar a ciência e ver o fenômeno que vou estudar, como uma possibilidade de dar “voz” às mulheres dos empreendimentos, não de um modo paternalista, mas a partir das muitas interpretações e reflexões sobre esse fenômeno. A maneira de participar de seu empoderamento, de conhecer melhor a história dessas mulheres, seus desafios e suas conquistas, e poder contar suas histórias, são alguns dos motivos que me fizeram optar por essa metodologia.

3.4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

Comecei a coleta quando da preparação da qualificação, ao me aproximar do campo. Foi somente depois de estar bastante envolvida com o movimento de ESS desde 2013, participando das reuniões mensais do Fórum e das atividades paralelas (feira, lei, conferência, planejamento estratégico, etc.), e, assim, ser conhecida por parte de seus integrantes e ter adquirido a confiança de alguns é que iniciei as entrevistas. Dessa maneira, as pessoas envolvidas no movimento poderiam ter tranquilidade em me indicar algumas mulheres para serem entrevistadas, sabendo da seriedade da pesquisa, do meu real interesse pela ESS e que não iria constranger com minhas questões, nem a pessoa que me indicou, nem a indicada.

Entretanto, estava ciente do amplo espectro da participação das mulheres, com diferentes níveis de empoderamento e participação nos empreendimentos de ESS. Assim, as escolhas, ante a amplitude do campo a ser pesquisado, se por um lado foram intencionais, por outro consideraram a acessibilidade, tanto física quanto em relação ao tema de pesquisa. Como ressalta Alberti (2005), a escolha deve ser guiada pelos objetivos do projeto, não orientada, principalmente por critérios quantitativos, com preocupações com amostragens, mas segundo a posição do entrevistado no grupo e do significado de sua experiência. Porém, continua a autora, apenas durante o processo de entrevista é que se poderá verificar a assertividade da escolha, sendo necessário ter uma lista de possibilidades ao iniciar o projeto. Ao longo das entrevistas pode-se perceber que, apesar da boa vontade, o entrevistado, por características pessoais, pode não contribuir efetivamente para o objeto da pesquisa. Foi essa a preocupação que tinha quando solicitava ao contato regional da Economia Solidária nomes de mulheres para serem entrevistadas, pois sabia que nem todas as indicadas poderiam me

receber e aquelas que aceitassem, poderiam não atender às necessidades dessa pesquisa.

Com relação ao número de entrevistadas, Alberti (2005) afirma que está associado aos objetivos da pesquisa e em critérios qualitativos. Ou seja, considerar quantos entrevistados serão necessários para que se possa articular os depoimentos entre si e conseguir as inferências para a finalidade da pesquisa.

Apesar de a generalização não ser um objetivo da pesquisa qualitativa, o número de entrevistados deve ser suficientemente significativo para permitir certo grau de generalização dos resultados. Ou como afirma Laperrière (2010, p. 427) a respeito da generalização:

não são tanto as características substantivas das situações pesquisadas que são generalizáveis a partir de resultados qualitativos quanto os processos sociais fundamentais que os subtendem. Estes são estáveis e duráveis, para além das variações de suas manifestações, e seu caráter evolutivo lhes permite inserir a mudança, tornando-os facilmente modificáveis, sem que aquilo que está no centro de sua definição seja afetado.

Assim, as variações que eventualmente sejam observadas promoverão o aprimoramento da definição pelo acréscimo de novas qualificações, o que torna o conceito mais modificável e, portanto, mais generalizável.

Dessa maneira, definiu-se o número ao longo do processo, quando as possibilidades do campo se tornaram mais claras e fui me encontrando com as mulheres previamente selecionadas e indicadas por outras. Entretanto, observei que, pela amplitude do perfil percebido nos contatos anteriores, esse número poderia girar em torno de 02/03 mulheres por mesorregião do estado, de empreendimentos diversos. Isso contemplaria todo o estado, diversos tipos de empreendimento e uma riqueza de informações para articular os depoimentos e atender aos objetivos desse trabalho.

Para a definição das entrevistadas, entrei em contato com representantes regionais do Fórum Estadual de Economia Solidária – viabilizado pelas pessoas do Fórum Regional de Florianópolis - e pedi a cada um que indicasse algumas mulheres participantes do movimento na região, sem definir nem idade, nem raça, nem tipo de empreendimento, apenas que fossem atuantes e tivessem uma história de vida marcante ou

interessante do ponto de vista de quem iria me indicar. A amplitude foi justamente para que eles pudessem ter várias opções para indicar, pois não tinha certeza de que ia conseguir, nas primeiras entrevistas, o resultado esperado e, assim, precisava ter opções. Uma vez indicado alguns nomes, seguia a ordem da lista que me foi enviada, pois normalmente constava apenas o nome e telefone e/ou e-mail, sem maiores descrições, nem mesmo do tipo de empreendimento. Então, ao final, todas as 13 entrevistas foram indicações, e, como cobriam todo o estado, o critério maior foi a acessibilidade.

A estratégia de pesquisa foi história oral temática, por versar prioritariamente sobre a participação das entrevistadas no tema escolhido. O tema do empoderamento foi a tônica da entrevista em que procurei compreender como esse processo ocorreu com cada uma das entrevistadas e o impacto disso em suas vidas.

Elaborei um roteiro (apêndice A) para nortear o relato das entrevistadas a respeito de suas trajetórias de vida, uma vez que foquei num tema – o empoderamento. O roteiro da história oral temática tem que ser mais amplo, pois em cada entrevista diferentes questões apresentar-se-ão. Foi assim meramente um fio condutor que seguiu os objetivos do projeto. Contudo, não se reduziu apenas a ele, pois durante o processo, muitas informações surgiram, fazendo com que fosse me adaptando ao que estava sendo exposto. Além disso, a história oral temática propicia mais liberdade ao entrevistado que, a partir de um pano de fundo, narra suas experiências. O roteiro foi, portanto, um tópico, um guia nos quais me baseei. Apenas levantei alguns temas fundamentados nos conceitos de empoderamento apresentados, com destaque para os recursos de empoderamento de Friedmann (1992), e, a partir de então, as entrevistadas puderam discorrer livremente. Entretanto, o roteiro era importante porque não poderia deixar que a entrevistada divagasse e não contemplasse os temas importantes para esse estudo.

Por isso, o roteiro contemplava pontos relevantes para que eu conseguisse entender como havia ocorrido, e se é que havia ocorrido, o processo de empoderamento das mulheres entrevistadas. Procurava considerar características importantes de cada recurso do empoderamento elencado por Friedmann (1992), de maneira que eu pudesse perceber se elas haviam conseguido atingir esses pontos ou se esses pontos eram relevantes para elas. Com isso, eu poderia, ao final, verificar se elas, em suas histórias, tratavam dos três recursos (social, político e psicológico) e se eles interagiam entre si, conforme a figura proposta pelo autor (figura 01). Elencava portanto, os dados pessoais e

profissionais para traçar um perfil de cada uma e entender um pouco as referências que elas tinham desde a infância e, também, as conquistas de informações e habilidades em estabelecer e atingir objetivos ao longo do tempo para entender um pouco do poder social. Depois, tratava da ESS para ver a percepção e envolvimento de cada uma no movimento, associava a questões de participação social e política, bem como o entendimento de solidariedade (tema do movimento), tratava da identificação com o grupo e entre grupos, a atuação dos agentes externos ao processo de empoderamento, e assim, construir um pouco do poder político. Em seguida, o roteiro abordava informações sobre a consciência individual de cada uma, o processo de desenvolvimento da autoconfiança e consciência crítica, e as influências que receberam para que isso acontecesse, relacionando portanto, ao poder psicológico. E, por fim, a percepção delas da atuação das mulheres na ESS.

Com isso, apesar de não criar categorias, conseguiria operacionalizar o entendimento do processo de empoderamento a partir da percepção delas dos temas apontados e as relações entre esses temas, construindo a estrutura que esses tipos de poder formam (figura 01) e as redes que vão sendo estabelecidas a partir das interações entre elas – que propiciam de fato o empoderamento das mulheres e a mudança social. E também, ao longo de todo esse roteiro, buscava relacionar os recursos do empoderamento na trajetória de vida de cada entrevistada associando esses dados às características da fenomenia para ver se o processo de empoderamento poderia ser descrito como uma trajetória fenomênica.

No entanto, tais percepções podem ser apenas indicações de um processo de empoderamento que é de natureza qualitativa e, por isso, tais percepções devem ser vistas com cautela. Mensuração e metodologias qualitativas são essenciais na avaliação de programas de empoderamento, particularmente os métodos construídos a partir das respostas da própria comunidade em questão, ou seja, daqueles que estão sendo empoderados (BARTLETT, 2004). E continua:

Empoderamento é como o gosto da manga ou o perfume do jasmim ou o som das ondas na costa; praticamente todo mundo irá reconhecer essas coisas pelo que elas são, mas praticamente ninguém poderá descrevê-las. Como mensurar a altura da confiança de uma pessoa ou o peso de suas risadas? Como comparar o sofrimento de uma pessoa em relação ao de outra? Como por valor no esforço que é requerido para ficar de pé e desafiar os costumes dos antigos? (BARTLETT,

2004, p. 12, tradução nossa).

As maiores dificuldades apontadas, reiterando o apontado anteriormente, é que empoderamento compreende mudanças qualitativas em um processo que envolve pessoas ou grupos, com escalas de controle sobre suas ações, assim como uma mudança nos seus relacionamentos. Por ser um processo, as transformações podem ocorrer em poucas horas ou em anos, porque não abrangem apenas os envolvidos, mas também o entorno em que eles vivem. Além disso, empoderamento é uma situação específica, ou seja, o que é uma situação a ser vencida por uma pessoa ou grupo, para outros pode ser uma ação corriqueira. Empoderamento, normalmente, é subjetivo, não obstante de ser possível observar o processo de empoderamento acontecendo. Normalmente, o mais comum é avaliar o que já ocorreu e, para isso, depende-se da memória das pessoas envolvidas. Outro ponto a ressaltar é que o empoderamento, normalmente, acontece ‘fora dos limites’, ou seja, nos lares, entre mulheres e maridos ou pais e filhas, por exemplo, e, assim, pouco será compartilhado com os pesquisadores do tema nos seus questionários e formulários (BARTLETT, 2004). E foi pensando nisso que adotei as estratégias e técnicas de pesquisa apontadas até aqui.

Aliado a entrevista para a história oral temática, a observação participante, por sua vez, me permitiu aproximar da realidade da ESS em Santa Catarina, e, com isso, tentar entender o processo de empoderamento das mulheres entrevistadas a partir do que eu observava nos encontros e reuniões. Como assegura Vianna (2003), na fase inicial da pesquisa, é muito difícil para o pesquisador compreender a linguagem, costumes, hábitos das pessoas e/ou grupo em observação. Por isso a aproximação com o campo é tão importante.

Ao participar das reuniões do Fórum, inteirava-me a respeito do que estava acontecendo no movimento, das discussões, dos rumos apresentados, dos eventos que aconteciam e, assim, sabia sobre o que as mulheres estavam tendo de atuação e informação pelo estado. Quando realizava as entrevistas, conseguia entender muitas das colocações, questionamentos e posicionamentos apresentados por elas, por estar inserida no movimento. Com isso, pude ajustar as entrevistas à medida que iam ocorrendo, recheando a conversa introdutória com fatos que sabia estarem acontecendo, provocando alguns pontos, tudo em razão da minha inserção no movimento.

Outro ponto importante da observação é o registro realizado, pois ele deve contemplar tanto o que é importante para o observado quanto para o observador, de modo que este, posteriormente, possa estudar,

interpretar, refletir sobre o que foi visto e anotado (VIANNA, 2003).

Por isso, outra importante ferramenta utilizada na pesquisa de campo foi o caderno de notas. Nele, pude anotar tanto o que acontecia durante as entrevistas e observações, como minhas impressões durante a pesquisa. Assim, ao realizar as interpretações e reflexões propostas na metodologia reflexiva, orientadora desse estudo, tive muito material para me apoiar, além de caracterizar a sistemática da observação. Com isso, pude, durante esse período, observar diretamente a participação dos militantes, ver suas reações, seus conflitos, suas aspirações e, paralelamente a isso, como o entorno se comportava e mesmo minha participação nesse ambiente.

Portanto, a fim de atender aos objetivos propostos, entrevistei 13 mulheres ligadas à Economia Social e Solidária em 06 regiões do estado. Foram entrevistas com o tema do empoderamento como pano de fundo, para atender ao proposto pela história oral temática.

Além disso, participei ativamente das atividades do Fórum Regional de Economia Solidária da Grande Florianópolis durante mais de dois anos, frequentando todas as reuniões do Fórum (mensais). Assim, nesse período, fui com o grupo de Santa Catarina à Feira de Santa Maria, em 2014 – o maior evento de ESS da América Latina, participei na elaboração, para apreciação da Câmara de Vereadores, do projeto de lei da Ecosol de Florianópolis, da feira de final de ano do Fórum e da III Conferência Regional da Ecosol - etapa de Florianópolis. Todas essas atividades serão posteriormente detalhadas.

3.4.1 Contexto da pesquisa

A ESS no Brasil, de acordo com o Atlas da Economia Solidária (SENAES, 2013), é composta por 19.708 empreendimentos, sendo 3.127 na região Norte, 8.040 no Nordeste, 3.228 no Sudeste, 3.292 no Sul e 2.021 no Centro-Oeste. Desses, a maioria é composta de associações (11.823), seguida dos grupos informais (6.018) e das cooperativas (1.740).

Participam dos empreendimentos 1.423.631 pessoas, sendo 803.373 homens, e 620.258 mulheres. Como motivo da criação do empreendimento, 9,7 mil afirmam que foi “uma fonte complementar de renda para os (as) associados (as)”; para 9,2 mil seria “uma alternativa ao desemprego”; para 8,5 mil, seria para “obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo; e para 8 mil seria a possibilidade

de “desenvolvimento de uma atividade onde todos (as) são donos (as)” (SENAES, 2013).

Quanto ao segmento econômico, a maior parte está na Agricultura Familiar (55%) e no Artesanato (18%) (SENAES, 2013).

A região Sul por sua vez, apesar de ser a terceira em números de empreendimentos, é a segunda em termos de participantes, com aproximadamente 380 mil pessoas envolvidas. A maioria está organizada em grupos informais (1.450) e associações (1.194), e criou os empreendimentos basicamente, como uma fonte complementar de renda (1.804) ou como uma possibilidade de maiores ganhos (1.716). De maneira geral, os empreendimentos estão equitativamente distribuídos em áreas rurais (1.382) e urbanas (1.392) (SENAES, 2013).

Com relação ao estado de Santa Catarina em geral, é possível perceber que se sobressai por possuir o menor território do Sul do país em contraposição a uma diversidade geográfica e humana que faz com que, a uma distância relativamente pequena, encontrem-se climas, paisagens, sotaques e culturas bem diversificados (SANTA CATARINA, 2015).

Possui 295 municípios sendo que o maior é Joinville com aproximadamente 1,1 milhão de habitantes, ou seja, diferente dos demais estados, a população é mais bem distribuída por todo o estado sem se concentrar na capital – que é a segunda cidade do estado (SANTA CATARINA, 2015).

A população estimada em 2014 de 6.248.436, com uma renda per capita estimada de R\$ 1.245,00 (IBGE, 2015).

A economia catarinense por sua vez, é diversificada e organizada em vários polos, distribuídos por diferentes regiões do estado. A diversidade climática, paisagística e de relevo estimula o desenvolvimento de diferentes atividades. Na região da Grande Florianópolis, o destaque é para o setor de tecnologia, turismo, serviços e construção civil. No Norte, é o polo tecnológico, moveleiro e metal mecânico que se sobressai. A produção alimentar e de móveis são os maiores setores do Oeste, enquanto no Planalto Serrano, são a indústria de papel, celulose e madeira. O Sul destaca-se pelo vestuário, plásticos descartáveis, carbonífero e cerâmico e no Vale do Itajaí predomina a indústria têxtil, vestuário, naval e de tecnologia (SANTA CATARINA, 2015).

Essa diversidade também está presente na colonização do estado. O litoral foi colonizado basicamente, por portugueses, enquanto no Vale do Itajaí e no Norte a presença germânica é bastante forte. No Oeste, a colonização foi predominantemente italiana. Porém, outras colonizações

merecem evidência, como a participação austríaca no Meio Oeste, os poloneses e os ucranianos (SANTA CATARINA, 2015).

Esses atributos somados faz com que Santa Catarina seja um estado pitoresco. É um estado com predomínio de cidades de porte médio, sem concentração demográfica nem econômica na capital, com características socioeconômicas marcantes em cada região, com um desenvolvimento relativamente homogêneo por todo o estado. Os índices socioeconômicos de maneira geral são bons, se comparados aos demais estados brasileiros. Essas características dão margem a um modelo de desenvolvimento diferenciado dos demais estados, bem como uma configuração também distinta em relação à ESS, o que justifica esse estudo se ater apenas a esse estado.

Com relação à ESS, Santa Catarina conta com 724 empreendimentos de ESS cadastrados, sendo 432 rurais e 192 urbanos. Esses empreendimentos são, na sua maioria, associações (325), seguidas de grupos informais (239) e cooperativas (189), o restante (11) é formado por sociedades mercantis diversas (SENAES, 2013).

O motivo para a criação dos empreendimentos é visto como “uma fonte complementar de renda para os (as) associados (as)” para 468 empreendimentos, seguido de 395 empreendimentos que afirmaram tentar “obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo” (SENAES, 2013).

Com relação aos participantes, 76.842 são homens, numa média de 100 homens por empreendimento. Já as mulheres são 42.282 participantes, numa média de 55 mulheres por empreendimento (SENAES, 2013). Números que sinalizam uma discrepância entre a participação de homens e mulheres, a despeito dos princípios de equidade do movimento.

Quanto às atividades econômicas, o estado tem destaque para a agricultura familiar, com 500 empreendimentos, e do artesanato, com 93 empreendimentos (SENAES, 2013).

Pensando nessas características tanto do estado quanto da ESS local, e em razão da dimensão considerável do estado, imaginei trabalhar com as mesorregiões⁴, pois assim, contemplaria as várias culturas, as etnias, os aspectos físicos e os socioeconômicos de todo o estado sem, contudo, ter que necessariamente entrevistar um número

⁴ Mesorregião é uma subdivisão dos estados brasileiros que congrega diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais, que por sua vez, são subdivididas em microrregiões. Foi criada pelo IBGE e é utilizada para fins estatísticos e não constitui, portanto, uma entidade política ou administrativa. (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregiao>)

grande de pessoas. Optei por trabalhar em cima das mesorregiões administrativas: Oeste; Norte; Vale do Itajaí; Serrana; Sul; Grande Florianópolis.

Figura 3: Mesorregiões de Santa Catarina



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/f/f2/SantaCatarina_Mesoregions.svg/350px-SantaCatarina_Mesoregions.svg.png

Busquei, além disso, contemplar distintos seguimentos de empreendimentos, para dar representatividade ao estudo, uma vez que cada região tem características próprias e, conseqüentemente, atividades peculiares da região, e as mulheres estão presentes em muitas delas: costura, artesanato, bordados, reciclagem, agricultura, serviços, alimentação, artes, entre outros.

3.4.2 Mulheres da pesquisa

As mulheres da pesquisa estão ligadas ao movimento de ESS. Busquei 02 ou 03 de cada macrorregião de diversos tipos de

empreendimentos em um total de 13 entrevistadas. Foram escolhidas por acessibilidade, à medida que os coordenadores ou pessoas atuantes nos fóruns regionais foram me indicando mulheres que preenchiam o perfil que eu havia exposto e que, após meu contato concordavam em conversar comigo a respeito de suas trajetórias de vida.

Apesar de não ser um pedido das entrevistadas, vou designar nomes fictícios pensando em preservá-las de possíveis questionamentos futuros, seja de membros do movimento, seja de pessoas envolvidas nas suas histórias. Pelo mesmo motivo, as informações sobre cada uma, bem como seus empreendimentos são vagas o suficiente para não as identificar, porém consistentes para a caracterização de cada uma.

Para se ter uma ideia do perfil das mulheres, montei o quadro 03. O detalhamento das histórias de cada uma será apresentado mais adiante.

Quadro 4: Características da entrevistadas

NOME	IDADE	CIDADE	REGIÃO	EMPRENDIMENTO	FORMAÇÃO	ATUAÇÃO NA ESS
Maria Amélia	40/45 anos	Lages	Serrana	Agricultura	Superior	Muito atuante, veio de outros movimentos
Maria Antônia	35/40 anos	Orleans	Sul	Padaria	Técnico	Recém chegada, nunca participou de outro movimento antes
Maria Augusta	45/50 anos	Itajaí	Vale do Itajaí	Costura	Superior em andamento	Muito atuante, nunca participou de outro movimento antes
Maria Beatriz	40/50 anos	Navegantes	Vale do Itajaí	Reciclagem	Fundamental	Muito atuante, nunca participou de outro movimento antes
Maria Carolina	55/60 anos	Palhoça	Grande Florianópolis	Artesanato	Superior	Muito atuante, veio de outros movimentos
Maria Clara	45/50 anos	Laguna	Sul	Padaria	Médio	Muito atuante, nunca participou de outro movimento antes
Maria Cristina	45/50 anos	Itajaí	Vale do Itajaí	Costura	Mestrado	Muito atuante, veio de outros movimentos

Maria Elizabeth	60/65 anos	Chapecó	Oeste	Costura	Especialista	Muito atuante, veio de outros movimentos
Maria Fernanda	40/45 anos	Florianópolis	Grande Florianópolis	Artesanato	Especialista	Muito atuante, nunca participou de outro movimento antes
Maria Helena	55/60 anos	Lages	Serrana	Artes plásticas	Médio	Não muito atuante, nunca participou de outro movimento antes
Maria Júlia	55/60 anos	Joinville	Norte	Alimentação	Médio	Afastada no momento, nunca participou de outro movimento antes
Maria Rosa	40/45 anos	Chapecó	Oeste	Agricultura	Especialista	Muito atuante, veio de outros movimentos
Maria Teresa	50/55 anos	Joinville	Norte	Alimentação/artesanato	Superior	Bastante atuante, porém afastada no momento

Fonte: elaborado pela autora

O perfil dessas mulheres coincide com o perfil do estado, ou seja, é eclético. As entrevistadas foram indicadas e por isso, não teve controle sobre as características dessas mulheres nas questões étnico raciais. A predominância era de mulheres brancas, como é característico do estado, porém havia mulatas e descendentes indígenas. Com relação à ascendência, era predominantemente alemã e italiana, como ocorre no estado. Contemplam diversas atividades desde costura e artesanato até agricultura e reciclagem, distribuídas por todas as regiões, mas não necessariamente com as mesmas características socioeconômicas dessas regiões, porém mostram a diversidade de atuação da ESS pelo estado, assim como a diversidade própria do estado. A cultura regional está sempre presente nas falas de cada uma e, às vezes, até mesmo no tipo de empreendimento. Têm idades e formações variadas, o que assegura uma diversidade na caracterização dessa mulher associada à ESS.

3.5 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A interpretação dos dados recebe de Arruda (2005, p. 229) o rótulo de “pesadelo didático”, pois muito pouco se encontra na literatura sobre esse procedimento, uma vez que a preocupação maior é com obtenção e processamento dos dados. A metodologia reflexiva de Alvesson e Sköldbberg (2009) parece assim uma possibilidade de interpretação dos dados, uma vez que, de certa forma, preenche uma lacuna da bibliografia a respeito dessa parte da metodologia. Propõem que o pesquisador esteja em constante processo de interpretação e reflexão, atento às suas próprias interpretações, observando suas perspectivas a partir da perspectiva do outro, e também numa constante autocrítica em relação à sua autoridade como intérprete desse processo (ALVESSON; SKÖLDBERG, 2009; VERGARA, 2010).

A interpretação acontece ao longo de toda a pesquisa, pois é o elemento que conecta tanto os dados entre si, como os dados com o problema, integrando os elementos e suas relações internas e as relações com o mundo exterior. Integra esse conjunto com as bases teóricas de maneira a identificar, problematizar e desenvolver a teoria. Enfim, é muito mais que descrição de dados (ARRUDA, 2005; VERGARA, 2010). A possibilidade de deixar uma teoria aberta sujeita a reflexão é bem apropriada a esta pesquisa, que tenta, a partir de seus objetivos, desenvolver um estudo com uma visão mais crítica ao racionalismo e determinismo da pesquisa convencional, apontada como masculino-machista.

Nesse caso, começa-se a refletir sobre a interpretação dos dados desde o início, conforme sugere Arruda (2005), e também dentro do proposto por Alvesson e Sköldbberg (2009). Entretanto, somente poderá ser melhor apresentada a partir do que for surgindo ao longo da pesquisa. A pesquisa foi se delineando à medida que eu fui ao campo entrevistar as mulheres escolhidas, fui participando do fórum e das feiras, fui conhecendo as pessoas envolvidas com o movimento. Isto porque, em seguida às primeiras entrevistadas e minha atuação no fórum, outras questões e características se integraram à pesquisa numa dinamicidade que seria difícil de ser percebida se partisse de um quadro prévio, mais estático. O conhecimento não pode ser apartado daquele que efetivamente conhece, essa é a ideia que norteia esse trabalho. É a partir do empírico que vou desenvolver a interpretação dos dados frente ao referencial teórico. A revisão da literatura acontece concomitantemente ao levantamento empírico (ARRUDA, 2005; VERGARA, 2010).

É necessário desenvolver uma contextualização não apenas imediata e situacional, mas em contextos estruturais mais amplos para poder se aproximar da realidade pesquisada. A interpretação é fruto não apenas dos dados formais, mas de tudo o que diz respeito ao tema pesquisado.

Deve-se considerar as características do objeto de estudo, pois quanto maior a complexidade do objeto, maior a demanda por aprofundamento do assunto para uma interpretação à altura do problema estabelecido. Precisa-se considerar os sujeitos, pois se forem muito distintos da realidade do pesquisador, maior a necessidade de familiarização com esses sujeitos e, conseqüentemente, se estiver mais familiarizados com o objeto de estudo, mais elementos surgirão para apoiar essa interpretação (ARRUDA, 2005).

4 O PROCESSO INTERPRETATIVO

Nesse capítulo, busco relatar, desde o momento posterior à decisão do tema de pesquisa, meu caminho de aproximação do campo, as reuniões, viagens, conversas, eventos de que participei ou que realizei para ganhar a confiança das pessoas do campo, mas, principalmente, para entender melhor esse espaço que seria o objeto de pesquisa e que era bem distante da minha realidade de vida. Além disso, relato as histórias das mulheres entrevistadas em detalhes e, como é história de vida temática, ressalto a aproximação com o movimento de ESS e o processo de empoderamento em convergência com a trajetória fenonômica.

4.1 APROXIMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO

A coleta de dados, de acordo com a proposta metodológica dessa pesquisa, é concomitante ao processo interpretativo. Dessa maneira, a estratégia para o desenvolvimento do trabalho de campo foi concebida dentro dessa perspectiva, ou seja, estar atenta aos pressupostos da metodologia reflexiva de Alvesson e Sköldbberg (2005) de interpretação e reflexão, mesmo durante o processo de coleta de dados. Assim, quando estava em campo fazendo as entrevistas ou participando dos eventos e reuniões, percebia que a interpretação do que estava vendo, ouvindo, vivenciando, assim como uma reflexão a respeito, eram fundamentais para a própria coleta de dados, que se enriquecia de momento a momento.

À medida que a imersão no campo ia aprofundando-se, percebia como este foi se moldando ao longo do tempo, entendia também o perfil daqueles que o compunham e, conseqüentemente, adquiria o entendimento das práticas e ações das mulheres envolvidas, o que clarificava muito sobre o lugar delas nesse ambiente e o porquê da sua escolha em participar do movimento.

Assim, durante todo o processo de coleta de dados, minha posição como pesquisadora foi com um olhar tanto interpretativo quanto reflexivo sobre o fenômeno que estava estudando, não fazendo uma coleta de dados estanque, distante da análise posterior.

Apesar de no começo tentar manter uma certa neutralidade do pesquisador no campo para ser o mais objetiva possível com as minhas observações e interpretações, o próprio campo não me permitiu. Nas reuniões mensais do Fórum, eu acabava sendo conclamada a trabalhar,

participar, cooperar com o meu ‘saber acadêmico’. Isso contribuiu muito para que eu fosse aceita pelo grupo e bem recebida por aqueles que me indicariam as entrevistadas, porque meu trabalho se tornou conhecido por pessoas-chave do movimento.

A participação constante nas atividades do Fórum foi fundamental para se entender a maneira como o movimento estava organizado, os objetivos dos grupos participantes, a história do movimento em Santa Catarina e em Florianópolis mais especificamente, visto que era essa a reunião que eu frequentava. Essa aproximação com o campo mostrou que o trabalho de observação seria muito apropriado para o atendimento dos objetivos do estudo.

Para iniciar a coleta de dados fiz, num primeiro momento, contato com as professoras Joana Maria Pedro, Maria Chalfin Coutinho e Teresa Kleba Lisboa, todas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que trabalham com a questão de “gênero”, embora com abordagens distintas. Apesar disso, imaginava que, fosse pela história, psicologia ou serviço social, essas professoras poderiam, ao entender um pouco sobre meu trabalho, contribuir para a construção do referencial teórico, bem como sugerir caminhos para o desenvolvimento da pesquisa. E, efetivamente, foram bem profícuas para o delineamento dessa pesquisa, e as informações obtidas foram fundamentais para as reflexões teóricas posteriores e para o estabelecimento do próprio objetivo desse trabalho.

Em seguida, contatei as entidades envolvidas na ESS do estado. Fiz contato com a coordenadora do Fórum de Economia Solidária⁵ da Grande Florianópolis para ver o que estava acontecendo nessa área e se haveria possibilidade de realizar a pesquisa e receptividade a ela. Como o Fórum estava um pouco desarticulado, ela sugeriu que eu participasse da reunião do Fórum Catarinense de Economia Solidária que aconteceria em breve.

Contatei a coordenadora do Fórum Catarinense de Economia Solidária, que prontamente me convidou a participar da reunião que aconteceria em Itajaí. A reunião é composta por representantes dos empreendimentos, dos gestores públicos e dos apoiadores (Incubadoras Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCPs, universidades, entidades religiosas, etc.) das 10 regionais do estado. O encontro foi num final de semana, entretanto, participei de um dia apenas, pois havia

⁵ Aqui no Brasil o movimento denomina-se Economia Solidária então, quando me referir ao movimento instituído, associado à SENAES, mantereí a forma Economia Solidária e não Social e Solidária, como optei por nomear o movimento.

muitas questões burocráticas a serem discutidas, que, possivelmente, não seriam relevantes para essa etapa do estudo. Pude perceber uma mobilização grande das várias regiões do estado, com pessoas muito conscientes, interessadas e participativas. Mas eram perceptíveis as divergências de entendimentos dos membros da reunião acerca dos rumos do movimento, pois cada setor, sejam os empreendedores de diferentes regiões, sejam os representantes dos gestores públicos, sejam os apoiadores que são ligados às ITCs, à Cáritas⁶, etc, têm suas peculiaridades. Contudo, a diversidade que propicia um debate rico é a mesma diversidade que provoca as tensões nos entendimentos e rumos do movimento. Porém, nos momentos de socialização, fora do espaço de discussão, havia uma grande alegria e confraternização entre eles, o que provocava um clima bom e até divertido.

Entretanto, há ainda muita dificuldade na operacionalização das atividades da Economia Solidária, mesmo com o apoio da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, para implementar ações e capacitações para os envolvidos, a ponto de o movimento ter que devolver recursos consideráveis por não conseguirem operacionalizar a distribuição, que esbarrava em problemas técnico burocráticos e no despreparo dos envolvidos nos empreendimentos para lidarem com essas questões.

Tive oportunidade de apresentar meu projeto até para justificar minha presença ali, o qual teve expressiva receptividade. Várias pessoas se prontificaram a participar e outras tantas elencaram pessoas que eu poderia entrevistar por todo o estado. Havia uma ‘solidariedade’ bem forte naquele espaço em prol de alguém que se importava pelo que faziam, viviam, se interessavam. Além disso, a maioria das pessoas que estavam ali eram mulheres e, assim, simpáticas ao meu tema.

Toda essa aproximação me fez perceber a riqueza desse campo, e a receptividade que tive fez com que minhas ideias iniciais se fortalecessem e tornassem mais claras as possibilidades em que eu pudesse desenvolver os objetivos do meu trabalho junto ao movimento.

Então, na sequência, fiz contato com vários empreendimentos em Florianópolis, Itajaí e Blumenau, e visitei algumas pessoas nessas cidades. Há diversos empreendimentos que atendem aos requisitos, pois

⁶ A Cáritas Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é junto aos excluídos e excluídas em defesa da vida e na participação da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural. (<http://caritas.org.br/>)

conforme dados do Atlas da Economia Solidária (SENAES, 2013), as mulheres estão muito presentes nos empreendimentos. Também verifiquei, depois de conversar com diferentes pessoas ligadas aos empreendimentos, que seria possível buscar as informações sobre o empoderamento das mulheres em distintos tipos de empreendimentos.

Por outro lado, comecei a frequentar as reuniões mensais do Fórum de Economia Solidária da Grande Florianópolis, porque imaginava que ali poderia estar mais integrada ao movimento e, assim, entender o que era feito, como as pessoas posicionavam-se, como era percebido o papel das mulheres nesse movimento, além de ganhar a confiança do movimento para poder fazer as entrevistas posteriormente.

A partir desses contatos iniciais, voltei a Itajaí e Blumenau para falar com algumas mulheres ligadas ao movimento da ESS e, de maneira mais pessoal, verificar novamente a viabilidade do projeto.

Fiz uma reunião com uma participante em Itajaí, muito engajada aos movimentos sociais como um todo e ao da ESS especificamente. Foi possível perceber, apesar de não ser uma entrevista formal, como enxerga a participação feminina no movimento e na sua própria história, como foi empoderando-se ao longo do tempo e do envolvimento com a ESS. Por indicação dela, fui até o CEPESI (Centro Público de Economia Solidária de Itajaí), um centro exclusivo de comercialização para a Economia Solidária, onde conversei com a coordenadora, que prontamente sugeriu diversas participantes/expositoras do Centro, com histórias diversas que poderiam enriquecer o projeto.

Nesse mesmo dia, fui a Blumenau, onde conversei com outras duas participantes que trabalham em um empreendimento que faz tecelagem, costuras e artesanato. Elas estavam participando de uma feira que acontece mensalmente no estacionamento da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). Ao conversar com elas, percebi que, independentemente do motivo que as levaram para ESS, eram muito conscientes do que era a ESS, de como atuava, de suas propostas e da influência da ESS em suas vidas. Ainda foi possível perceber a consciência das duas em relação ao próprio empoderamento, apesar de não ser esse o nome dado por elas.

De volta a Florianópolis, comecei a participar da reunião do Fórum local. Um número reduzido de participantes, na sua maioria mulheres, principalmente neste dia de Garopaba, mas também de São José, Tijucas e Florianópolis. Diferentemente das mulheres que encontrei em Itajaí e Blumenau, aparentemente não havia um engajamento muito grande, tinham dificuldades tanto para se encontrarem, como também dificuldade para se articularem. Mas, na sua

maioria, vivem do que produzem (artesanato em grande parte) e veem na ESS um facilitador para a comercialização dos produtos. A coordenadora conversou comigo longamente depois da reunião e deu um panorama da dinâmica da ESS da região. A coordenadora é bem atuante, ligada a várias frentes, e na época, era pesquisadora do SENAES para a nova edição do Atlas. Tem uma visão muito crítica do movimento, o que pode me ajudar a entender melhor esse campo do qual me aproximo.

De maneira geral, o que percebi depois do Fórum, dos contatos com os empreendimentos e da visita ao CEPESI, é que há mulheres de origem humilde que estão presentes no movimento apenas para terem um apoio para a comercialização de seus produtos de maneira a contribuir para a renda familiar. Por exemplo, há grupos que são moradoras dos morros, possuem muitos filhos, e às vezes netos, e somente a renda do marido não é suficiente para manter a casa. Buscam então apoio dos movimentos de ESS para a comercialização dos seus produtos (normalmente panos de prato e coisas pequenas de artesanato) sem, contudo, entenderem o real significado do movimento, vendo-o tão-somente como uma assessoria.

Há ainda outras mulheres que, conscientes de sua condição socioeconômica e política, entendem o movimento como uma composição de forças para um fim maior. Essas já se organizam mais, muitas vezes estabelecem toda uma cadeia produtiva dentro do movimento e conseguem perceber o que é o movimento, seus objetivos, como podem participar, contribuir e o retorno que obtêm ao se integrarem à ESS. São atuantes, participam ativamente de fóruns, feiras e entendem que, mais que comercializar seus produtos, o movimento transforma suas relações com a família e a sociedade.

Existem outras mulheres que são esclarecidas, politizadas, com visão crítica inclusive da própria ESS. Muitas entraram bem jovens nos movimentos estudantis e sempre atuaram ativamente, algumas foram militantes de partidos de esquerda, hoje são representantes em fóruns regionais e nacionais. Umaz fizeram especialização, outras têm mestrado e todas participam ativamente de empreendimentos da ESS ou de incubadoras tecnológicas.

Há grupos maiores, com algo em torno de 10 pessoas, e também mulheres que desenvolvem seu trabalho individualmente. Há grupos incubados e outros que não tiveram nenhum contato com incubadoras, uma diversidade de formas e tamanhos.

Com essas informações, percebi que seria viável realizar a pesquisa, uma vez que o campo é bastante amplo, com diversas

possibilidades e muito receptivo às propostas. Além disso, pude perceber, nas minhas incursões, que os temas tratados nesse estudo não foram abordados com o enfoque que pretendia, e que as mulheres ouvidas estão muito dispostas a relatar suas experiências e, não obstante não terem consciência dos conceitos, já davam mostras de que eles estão bem presentes em suas vidas.

4.1.1 Participação no Fórum

A partir dessa primeira aproximação, percebi que teria de participar do Fórum com frequência, porque era uma realidade muito distinta da que eu vivia, e que eu não dispunha de mecanismos de aproximação do tema a não ser se me integrasse ao movimento. Constatei também, que muitos pesquisadores já passaram pelo Fórum e nenhum contribuiu de maneira efetiva, buscaram o que queriam e foram embora, sem colaborar para o enriquecimento ou fortalecimento do movimento, no mínimo com o resultado do que pesquisaram. Como decorrência, as pessoas passaram a ter uma certa desconfiança em colaborar com esse tipo de pesquisa. Em contrapartida, ou talvez até mesmo corroborando essa sensação, os integrantes insistiam na minha participação ativa, sem reservas, como maneira de trazer o ‘conhecimento’, já que eu representava, de certa maneira, a universidade.

Então, no ano de 2013, tive uma participação maior a partir do segundo semestre, mas, mesmo assim, apenas frequentava as reuniões mensais e ainda de uma maneira mais distante, embora toda a simpatia do grupo em me acolher.

Nessas reuniões, fui conhecendo as pessoas e os grupos que elas representavam, suas visões de mundo, o motivo de elas participarem, sua compreensão do movimento e, principalmente, fui me familiarizando com o funcionamento do Fórum.

O Fórum Regional acontece na primeira quinta-feira de cada mês, na sede do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – uma vez que a SENAES é vinculada a esse Ministério - e é composto por membros dos empreendimentos solidários que se interessam em participar, não tem uma ‘lista fechada’ de participantes – e por isso, a cada reunião, há sempre gente nova, mas que nem sempre retornam nos encontros posteriores, e, em consequência, há uma rotatividade muito grande de participantes nessas reuniões. Há também a participação de gestores públicos e, nessa época eram: a representante do MTE, uma

representante de São Pedro de Alcântara e um assessor de um vereador de Florianópolis e, posteriormente, representantes do Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis (IGEOP). E também participantes das entidades de apoio: Cáritas, ITCP/UNIVALI.

São 10 Fóruns Regionais no estado. Cada Regional se faz representar no Fórum Estadual com 04 representantes dos empreendimentos, 02 representantes dos gestores públicos e 02 representantes de entidades de apoio. O Estadual reúne-se a cada dois meses em média e é itinerante. Julguei importante esses esclarecimentos, para se entender a dinamicidade do movimento, desde seus participantes, suas representatividades e organicidade. Ademais, como um dos preceitos do movimento é a autogestão, tudo é feito dentro desse princípio, nada é impositivo ou *top down*. Esse princípio da autogestão é ressaltado pelos participantes como o grande diferencial do movimento, por permitir que todos decidam e apontem os rumos do movimento, mas, também, é tido como o grande problema, pois, muitas vezes, fica difícil avançar nas propostas e ações em razão de as coisas irem e virem constantemente, sem uma definição final.

Em março de 2014, fiz minha primeira entrevista, após elaborar um roteiro guia, como exposto . Esse roteiro foi fruto das leituras a respeito do tema do empoderamento, das conversas nas minhas visitas à Itajaí e Blumenau, das entrevistas piloto para a qualificação desse trabalho e da participação nas reuniões do Fórum. A entrevista foi muito boa, porém, não gostei da forma que o roteiro estava elaborado. Estava repetitivo e não deixava claro os pontos do empoderamento, fundamentais para meu trabalho. A entrevistada era muito esclarecida e conhecia muito bem o movimento e, com isso, foi fácil conduzir, mas, se por ventura me encontrasse com alguém com mais limitações, o roteiro não ajudaria tanto. E ainda, mesmo sendo uma história de vida temática, a parte da história precisava ser aprofundada na condução da entrevista, para saber de que lugar essa pessoa falava, para entender o processo de empoderamento. Também percebi que precisava participar mais ativamente do Fórum, mesmo sendo regional e minha pesquisa estadual, para entender e vivenciar o que as mulheres que entrevistaria vivenciam. Ainda estava desconectada da realidade que pesquisava. A ‘neutralidade’, ‘objetividade’, que estava preocupada em manter, dificultava a compreensão do ambiente no qual minha pesquisa estava inserida. Precisava vivenciar mais de perto, no mínimo, para entender a articulação do movimento, e, assim, quando da realização da entrevista, estar mais familiarizada com pontos que as mulheres abordariam, com a linguagem que usariam, para conseguir entender a relação delas com a

ESS.

Nesse espírito de aprofundamento no campo, resolvi participar de outras atividades do Fórum. O primeiro evento de que participei, em paralelo às reuniões do Fórum, foi a III Conferência Regional de Economia Solidária de Santa Catarina, em abril/2014, na Assembleia Estadual. O objetivo da conferência foi discutir um plano regional de desenvolvimento da economia solidária que serviria de subsídio para o plano elaborado na Conferência Estadual, o qual foi encaminhado posteriormente para a Conferência Nacional, que aconteceu em dezembro/2014, em Brasília.

O evento estava marcado para as 08h, mas somente a partir das 09h é que as pessoas começaram a chegar, e entre elas, muitos empreendedores com seus produtos para montar as mesas de apresentação. Aqueles que trouxeram produtos empenhavam-se em arrumar as mesas de maneira a mostrar seu trabalho, mas, também, dando o devido destaque ao trabalho do companheiro, muitas vezes, associando seu produto ao de outra pessoa como, por exemplo, uma echarpe de tear de um empreendimento enlaçando uma bolsa de reaproveitamento de material plástico de outro empreendimento.

O evento, finalmente, começou com a montagem de uma mesa de autoridades, com a presença de uma vereadora, um assessor da deputada, que é o vínculo do Fórum com o legislativo estadual, e alguns representantes do movimento. Os discursos oficiais mostraram nitidamente um descolamento do movimento propriamente dito, era uma demonstração de simpatia por algo que desconheciam⁷. Porém, apresentavam-se de portas abertas para ajudar o movimento. Nenhum representante da esfera pública ficou no evento, todos saíram imediatamente depois do fim da abertura, numa expressão, no meu ponto de vista, da distância entre poder público e movimento.

Já as falas dos representantes do movimento estavam bem sintonizadas com o que eu costumava ouvir durante as reuniões do Fórum, e ressaltavam a importância do evento para tentar assegurar avanços reais nas propostas que iriam posteriormente para a esfera nacional.

Durante as apresentações, houve várias intervenções da plateia questionando ou corroborando as informações apresentadas. Mas, havia nessas falas também uma cobrança no sentido de o governo tomar

⁷ O desconhecimento era tanto que, posteriormente, a vereadora apresentou na Câmara um projeto de lei para a ESS sem consultar o movimento e com pontos incoerentes com os princípios da ESS.

atitudes em relação ao movimento, principalmente com relação aos recursos. A posição dos questionamentos, na minha percepção, era quase que de delegação, apenas para o governo, da responsabilidade de conseguir os recursos, como se o movimento não precisasse se organizar e ser autossustentável, o que denotava uma certa necessidade de serem tutelados. Mostraram também que há recursos vindos do governo federal, mas que não chegam aos empreendedores, seja pela desorganização, seja pela não formalização. Percebi que, embora exista uma Secretaria, na esfera federal, responsável pelo suporte à ESS, ela não conseguiu ainda encontrar mecanismos internos de capacitação dos empreendimentos, que viabilizem o acesso aos recursos e sua utilização de maneira simples. Há entraves sérios, técnicos e burocráticos, que dificultam o acesso do empreendedor aos editais de liberação de recursos. E fica a sensação de que, como essa equação ainda não foi solucionada, cabe ao poder público a solução de grande parte dos problemas de recursos do movimento. Entretanto, essa observação não invalida a luta constante dos empreendimentos em se estruturarem e se manterem economicamente operando. O evento se estendeu no período da tarde com grupos de discussão sobre temas específicos: educação, comercialização, políticas públicas, finanças. Mas, eu participei apenas no início, no grupo de educação e depois tive que me ausentar.

Todavia, essa oportunidade foi muito proveitosa para mim, pois, enquanto pesquisadora, pude observar bem os integrantes e a dinâmica do movimento, o que me fez refletir sobre a real necessidade de conhecer cada vez mais essas pessoas, de aproximar-me dos coordenadores das regionais, de conhecer a linguagem utilizada por eles e, principalmente, de conhecer o lugar onde minhas futuras entrevistadas estão vindo, o que me respaldaria ao longo de todo este estudo.

Na reunião do Fórum, de maio/2014, houve uma avaliação da Conferência Regional. Foi uma reunião interessante, estava mais cheia de empreendimentos (majoritariamente mulheres) e também de representantes da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) e do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), e estava sendo conduzida pela representante do MTE.

Os comentários ressaltaram a grande participação e a diversidade de pessoas e/ou empreendimentos. Como pontos negativos, elencaram: o desconhecimento do que os empreendimentos fazem - um grupo não sabe o que outro faz e, muitas vezes, poderiam compartilhar informações, técnicas e mesmo produtos; e a pouca participação dos gestores públicos, que ficaram somente para a mesa de abertura, atitude que poderia ser interpretada como desconhecimento do que é o

movimento propriamente dito ou até como pouco interesse por ele, possivelmente decorrente do desconhecimento apontado.

Propuseram então, que fossem pensadas maneiras de aproximação com os gestores municipais, principalmente, por serem eles que podem viabilizar espaços de comercialização, feiras, afora a ênfase do movimento nas questões locais. E também sugeriram a montagem de um plano de aproximação entre os próprios empreendimentos, para que a troca mencionada pudesse acontecer de maneira mais sistemática.

O tema seguinte foi a questão da Lei da Economia Solidária, que é um tema importante e tem relação com a aproximação com os gestores municipais. Em Três Barras, que é um município pequeno, essa lei já existe, e, mais recentemente, Joinville e Itajaí também aprovaram uma lei nesse sentido.

Em Florianópolis, um projeto de lei foi encaminhado por uma vereadora. Entretanto, o movimento não foi consultado, desconhecia essa iniciativa, e apenas o MTE teve acesso à proposta, apresentou algumas mudanças e acréscimos, mas, também, não levou ao conhecimento do Fórum. Apesar de o MTE estar ligado ao movimento, este é um movimento autogestionário, o que implica todas as decisões e encaminhamentos precisarem ser referendados pelo grupo. Assim, o projeto não poderia ter seguido adiante sem passar por uma discussão no Fórum – que é a instância de representação do movimento. Essa situação demonstra não só o descolamento do poder público em relação ao movimento, mas também a noção de tutela que permeia as relações entre poder público e movimentos, em geral. A representante da ITCP/UNIVALI, então, dispôs-se a buscar mais informações, visto ter acesso a membros da câmara de vereadores, para descobrir o andamento desse projeto e trazê-lo para discussão no Fórum, e, depois, retorná-lo para a Câmara, para dar sequência – se esse fosse o entendimento do grupo.

O que percebo nessas reuniões⁸ é que são sempre as mesmas pessoas que tomam a frente e que são ligadas às entidades de apoio (exceção à coordenadora que não é de entidade de apoio e é atuante sempre). Há uma passividade dos participantes, manifestam-se basicamente para concordar ou discordar com o que está sendo exposto/proposto. Não é um pessoal propositivo, salvo algumas

⁸ Não trarei a transcrição de todas elas, somente as que tiverem alguma relevância direta para esse estudo, pois serviram muito mais para me situar, e não são o objeto específico de reflexão específico desse trabalho.

exceções de pessoas que não estão sempre presentes em razão de seus compromissos, mas que, quando estão, participam ativamente. Além disso, a rotatividade de pessoas nos encontros reforça essa situação, pois há sempre um grupo considerável de participantes que estão ali pela primeira ou segunda vez.

Ainda como reflexo da Conferência, veio à tona a discussão sobre a dificuldade de se articular os empreendimentos nos espaços de comercialização e também a dificuldade de os empreendimentos administrarem um espaço (como o CEPESI em Itajaí). Mesmo sendo um tema caro a todos eles, as manifestações mais enfáticas vieram das mesmas pessoas questionando e/ou propondo maneiras de pensar essa questão. Entretanto, um empreendedor alertou que “não é porque é movimento solidário que o empreendedor tem que dar conta de tudo: comercializar, embalar, articular, produzir. Será que não teria que ter uma equipe gestora?”, ele pergunta. Mas a discussão não avançou porque ‘comercialização’ não estava na pauta e tinham ainda que discutir sobre a ida à Feira de Santa Maria - RS (de 17 a 20/07/2014).

E então, a primeira questão que surgiu foi sobre a possibilidade de o MTE pagar um ônibus, que era a despesa mais cara para ir até à Feira. A representante do MTE se opôs, dizendo que os empreendimentos é que têm que se articular e sair da tutela do Ministério. Começa a discussão de quem vai, quem pode ir e levar produtos de outros empreendimentos, quem toma a frente de organizar um grupo. O que percebi é que muitos querem ir ou mandar produtos, mas ninguém quer assumir a organização da viagem. Quem acabou por se voluntariar a buscar informações e se articular com outros fóruns foi uma gestora de S. Pedro de Alcântara, que tem interesse em envolver o município nas ações da ESS. As pessoas dos empreendimentos são muito tímidas nas suas ações. Além disso, os grupos são compostos predominantemente por mulheres, que apontam a dependência da família a elas, os cuidados com membros doentes da família, a dificuldade com os maridos, para conseguirem se afastar e viajar.

A reunião acabou já pautando, para a próxima, a questão da ida a Santa Maria, a lei e o Encontro Estadual para a discussão do plano, que já tem os representantes eleitos.

Outro encontro relevante para essa etapa do trabalho foi a reunião do Fórum de julho/2014, que teve uma condução diferente, por contar com a presença de muitas pessoas que não faziam parte do movimento. Como havia muitos participantes que estavam ali pela primeira vez, solicitou-se um esclarecimento sobre que era o Fórum e como ele funcionava – o que foi feito pela coordenadora em conjunto com a

representante da ITCP/UNIVALI.

Na sequência, a representante da ITCP/UNIVALI fez uma explanação a respeito da ‘Lei da EcoSol’, ressaltando principalmente que será uma garantidora da perenidade dos projetos e da condução dos recursos. Informou que o projeto de Lei estava na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, que ela havia conseguido que o relator segurasse o processo para que o movimento pudesse analisar e propor algo mais próximo da sua realidade, e não o que estava sendo apresentado, que não encontrava, em todos os itens, respaldo nos princípios e atividades do movimento. A lei seria, portanto, discutida primeiramente num grupo pequeno, para ser mais viável operacionalmente e, depois, levada para o grupo para ser referendada, e, depois retornar para a Câmara. O grupo foi composto pela representante da ITCP, pelo assessor de um vereador, que participa regularmente das reuniões, pela representante do MTE. Algumas pessoas sugeriram que eu participasse, pois poderia contribuir, já que eu era ‘instruída’. Acabei aceitando, porque já não era a primeira vez que o grupo me instigava a participar efetivamente, a sair da posição de observadora, na qual até o momento me colocava, para atuar, de fato.

Foi um momento complicado, pois, até então, o que me ocorria era que estava ali para observar, entender como o movimento se articulava, para, ao fazer minhas entrevistas, estar mais familiarizada com a realidade das mulheres ouvidas. Entretanto, não era o que acontecia nas reuniões do Fórum. Havia uma demanda – até pela desarticulação do movimento em Florianópolis – para que as pessoas que tivessem instrução, conhecimento, poder agissem para assegurar que as necessidades dos envolvidos fossem resolvidas. Eu me via, com alguma frequência (afinal já estava praticamente há um ano participando do Fórum), negando qualquer atitude de imersão, participação, ao buscar o ‘distanciamento do pesquisador’. Contudo, percebi que isso seria impossível, pois se eu quisesse me manter ali e conhecer de maneira mais aprofundada o campo que escolhi para desenvolver minha pesquisa, eu teria, de fato, que participar – porque as pessoas mais atuantes questionavam sempre, de maneira atenciosa, minha atitude de distanciamento. Não havia como manter esse afastamento, tinha que participar. A partir desse momento, minha atuação no movimento de ESS tornou-se mais ativa, participativa, a ponto de, num momento futuro a esse relatado, para viabilizar minha participação em encontros outros, mais oficiais ou representativos, acharem, nos estatutos, a figura do ‘militante’ como passível de assumir até a representatividade em algumas instâncias.

Um participante de um empreendimento, relativamente novo no Fórum trouxe à tona um certo desconforto, ao tomar a palavra para expressar que tudo é sempre encabeçado pela representante da ITCP e a coordenadora, que para ele representam gestores públicos e/ou entidade de apoio, e que os empreendedores não fazem nada, não se manifestam e que via nisso um problema muito grande para um movimento, que objetiva o fortalecimento dos empreendimentos. Algumas pessoas, então, manifestam-se dizendo que não atuavam porque não sabiam bem o que era a ESS, apesar de já frequentarem o Fórum há algum tempo, mas não tinham passado ainda por nenhuma formação (promovida pelos Fóruns de tempos em tempos, conforme demanda, recursos, disponibilidade). Outros afirmaram que tinham problemas para conduzir uma reunião, que não sabiam bem o que fazer. Ele, novamente, retoma de maneira enfática, ao dizer que o movimento teria que ser conduzido pelos empreendedores, que eram eles que teriam que ter interesse em tomar a frente do movimento. Nisso, a coordenadora disse que primeiramente ela era de empreendimento na origem (apesar das diversas ações de que participa) e que, no começo, obviamente, não sabia nada e que foi aprendendo à medida que participava, que era dessa maneira que todos ali poderiam contribuir. Uma senhora de Tijucas disse que eles estavam mesmo sendo covardes e comodistas, pois era mais fácil receber já pronto e acabado, apenas tendo que se manifestar favorável ou contrário a alguma coisa proposta, que precisavam se manifestar e participar.

Ao final houve uma comoção no sentido de maior participação dos empreendimentos.

Essa reunião foi interessante porque expôs, em vários momentos, a omissão dos participantes na condução do movimento. O Fórum é um espaço em que os empreendimentos deveriam tomar a frente com proposições, demandas, ações – não só em relação ao crescimento do movimento como também junto aos poderes públicos. Entretanto, como mostrado outras vezes, é um espaço em que algumas pessoas ligadas às entidades de apoio manifestam-se, propõem, articulam, e os membros, numa posição mais passiva, aceitam ou questionam, minimamente, o que está sendo apresentado. Essa atitude acaba fazendo com que o Fórum não seja um dos mais atuantes do estado, não participe ativamente de encontros e feiras, por não conseguir se articular e se posicionar. São pessoas interessadas, mas que efetivamente, não são proativas, talvez não tenham sido sensibilizadas, de fato, sobre a importância da sua atuação para o movimento. O perfil dos participantes corrobora esse caráter menos proativo. São basicamente aposentadas, ou

seja, não vivem da ESS, poucas lideranças apresentam-se, questões políticas não são discutidas, até esse momento formações não eram realizadas com frequência. Com isso, as reuniões acabam discutindo temas importantes, mas sem grandes preocupações com o movimento propriamente dito.

4.1.2 Feira de Santa Maria

Depois de muitas articulações entre os Fóruns, mediadas pela gestora de São Pedro de Alcântara, em nome do fórum de Florianópolis, finalmente definiu-se a participação de alguns membros no grupo de Santa Catarina que iria à 21ª Feira de Santa Maria⁹ (17 a 19/07/2015). A Feira de Santa Maria é um evento organizado anualmente pela Cáritas do Rio Grande do Sul em parceria com a Arquidiocese de Santa Maria. Há um projeto maior (Projeto Esperança) e a feira é uma das muitas atividades desenvolvidas no corpo desse projeto. Ela reúne participantes ligados à ESS de toda a América Latina, incubadoras tecnológicas, movimento indígena, movimento dos sem terra, entidades de apoio. Congrega, em 03 dias de Feira, aproximadamente 855 empreendimentos, com mais de 10 mil variedades de produtos, para um público de mais de 200 mil pessoas. Paralelamente, há uma intensa programação de formação, organizada principalmente, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária, com o objetivo de capacitar e aprimorar os envolvidos com a ESS.

A viagem acabou sendo organizada pela ITCP/UNIVALI, uma vez que nem os empreendimentos, nem os Fóruns Regionais conseguiram se articular sem a mediação de um agente externo.

O grupo foi composto pela equipe da ITCP/UNIVALI, empreendedores do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, Porto Belo, Itapema, Brusque, Blumenau, São Pedro de Alcântara e Florianópolis, por mim e por uma professora do IFSC/ Urupema, que, também, faz doutorado com o tema ESS. O custo foi rateado entre todos, mas uma parte foi patrocinada pela ITCP/UNIVALI, que tinha recursos de editais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para seus projetos - o que possibilitou em parte a viagem, porque diminuiu as despesas dos empreendimentos. A contrapartida, pedida pela ITCP/UNIVALI, era que todos fizessem pelo menos 10 horas de formação dentro do que estava sendo oferecido pela Feira.

⁹ <http://www.esperancacooesperanca.org/>

Seriam palestras, oficinas, apresentações, uma maneira de insistir na formação e capacitação dos empreendedores.

Do Fórum da Grande Florianópolis estavam 02 empreendimentos: um de bijuteria e outro de bolsas e acessórios; a gestora de São Pedro, eu e a doutoranda do IFSC¹⁰. Apesar de a Feira estar na 21ª edição, ser anual e ter sido discutida desde maio nas reuniões do Fórum, não houve uma movimentação efetiva dos empreendimentos, nem financeiramente, nem com produção, no sentido de organizarem-se para participar de maneira mais intensa. Isso explica a baixa participação da região no grupo que foi a Santa Maria. O Fórum Litorâneo, por exemplo, faz um ‘caixinha’, ao longo de todo ano, para viabilizar a participação dos empreendedores em diversas feiras da região, mas também na Feira de Santa Maria, que é a grande feira do ano.

Na manhã do dia (17/07), depois de descansarmos um pouco da viagem, fomos para a Feira montar os estandes e participar das primeiras formações. Apesar do tamanho e de ser preparada essencialmente por voluntários, estava bem organizada, com tudo já sinalizado, cada estande com a indicação de qual empreendimento ou região.

No dia seguinte (18/07), o grupo de empreendedores foi para a Feira, porque se iniciavam a comercialização e as formações, e o grupo da ITCP/UNIVALI, eu e a outra doutoranda fomos para a Universidade Federal de Santa Maria. Lá, montou-se uma reunião com ITCPs de todo o país, culminando com uma fala do prof. Paul Singer, ao final do dia.

As discussões foram fundamentalmente sobre o fortalecimento das ITCPs, o intercâmbio dos bolsistas entre elas e os problemas financeiros para a manutenção da rede. Foi interessante perceber, pela fala de vários participantes, que havia uma dificuldade de articulação entre elas, porque a necessidade de alguns membros discutirem exaustivamente todos os pontos e cada aspecto, de cada ponto, inviabilizou as ações propriamente ditas. Passam várias reuniões e encontros discutindo um mesmo item e, em razão disso, pouco se avança. E, na minha percepção, nesse encontro também não se avançou muito.

Fomos para a Feira no dia seguinte (19/07), e foi surpreendente o que encontrei. A diversidade de produtos e a criatividade das pessoas são admiráveis. O dito “nada se perde, tudo se transforma” é a mais pura

¹⁰ Todos os Institutos Federais têm que ter projetos de extensão em ESS, uma determinação do Governo Federal, como forma de incentivar o movimento associado à SENAES.

verdade quando se olhava as centenas de barracas. É notável o que conseguem fazer com materiais tão diferentes como, por exemplo, bolsas e carteiras femininas feitas de fita de vídeo cassete tecidas ou vestido de tecido de sombrinha. Realmente, o princípio da busca pela sustentabilidade, pelo reaproveitamento de material é um imperativo. Com relação à parte de alimentação, tudo era proveniente da agricultura familiar ou da agroecologia, e a diversidade de itens também merecia destaque. Era uma praça de alimentação saudável e sustentável, além de tudo ser muito saboroso. Havia galpões também para os indígenas e para o MST exporem seus produtos. Era uma feira que contemplava uma diversidade de produtos, pessoas, movimentos e que, além disso, era muito bem acolhida pela cidade, pois o número de visitantes era grande, os corredores estavam sempre cheios. Uma experiência única.

Auxiliei também um dos empreendimentos de Florianópolis na comercialização, enquanto elas saíam para a formação ou para almoço. É interessante estar literalmente ‘do outro lado do balcão’, ter que atrair o cliente, explicar o produto, justificar o preço. É vivenciar, de certa maneira, uma parte da vida delas porque, muitas vezes, para justificar o preço, era importante dizer a origem do material, o tempo gasto na confecção da bolsa, ou seja, entender o processo de trabalho, e isso dá uma perspectiva diferente da participação delas no movimento. E, claro, esse discurso tem que estar alinhado aos princípios da ESS para justificar a inserção delas naquele espaço. Foi muito enriquecedor, porque, mesmo essas empreendedoras não sendo objeto direto do meu estudo, a conversa com elas para entender o trabalho para ficar no estande explica, em parte, o motivo de elas estarem no movimento e o entendimento delas do movimento. Isso, como aproximação do campo, foi positiva, pois me preparou melhor para as entrevistas e me possibilitou as primeiras reflexões sobre a participação feminina nesse espaço.

Como havia sido sugerido na minha qualificação que eu introduzisse o tema Economia Feminista, fui participar de uma oficina com esse tema. As coordenadoras eram da Via Mulher, uma organização de mulheres negras da Bahia e da Guayí, de economia feminista do Rio Grande do Sul. Apesar de desenvolverem trabalhos distintos, a preocupação de ambas as organizações é a questão da (in)visibilidade da mulher dentro do movimento da ESS. As mulheres são maioria, trabalham ativamente no movimento, mas não há, de maneira geral, nos Fóruns, reuniões, atividades, nenhum espaço para discutir as peculiaridades das mulheres nessa caminhada. O exemplo básico que deram foi que não havia um lugar para deixarem os filhos enquanto

estavam nas reuniões. Então, enquanto algumas participavam, outras ficavam com as crianças – fato que os homens não enfrentam na sua caminhada. Algo corriqueiro, mas que não fazia parte das discussões do movimento, então ‘como ficavam os grandes temas nesse cenário?’, elas questionavam.

Em seguida, apresentou-se uma representante de uma comissão da SENAES destinada a auxiliar na implementação de ações que busquem uma atuação maior e melhor das mulheres nos Fóruns. Informou que tem recursos para usar em pesquisa, formação e projetos para mulheres dentro dos Fóruns Estaduais, que, teoricamente, precisariam ter uma comissão específica para discutir a pauta das mulheres, e que, conseqüentemente, deveriam ter um espaço para esse tema nas reuniões mensais. Acrescentou, entretanto, que não iriam em cada Fórum criar ou estimular essa participação, mas que estariam à disposição, pois estavam ávidas para começar a trabalhar de fato.

Foi interessante conhecer esses movimentos dentro do movimento. As organizações não trataram especificamente da Economia Feminista em suas falas, mas o relato da ação das organizações, assim como o das mulheres envolvidas nas organizações e redes, foi enriquecedor, pois me deu uma perspectiva do real espaço da mulher para o movimento de ESS, o que, de certa maneira, coincide com a ideia desse estudo de aproximação da ESS, Economia Feminista e Empoderamento. Há muito ainda a ser conquistado pelas mulheres dentro do próprio movimento e, mesmo com a criação da comissão para atender as mulheres, pude ver, na fala da representante da SENAES que, apesar de institucionalmente haver a representação, a partir do momento que não há uma posição proativa de ir aos Fóruns Estaduais apresentar o trabalho, como as mulheres poderão saber da existência desse espaço e então utilizá-lo? Tive a sensação de que as organizações mais articuladas até se beneficiarão dessa oportunidade, entretanto, a grande maioria das mulheres do movimento, que estão nas pontas, não terá nem ideia dessa possibilidade, o que me pareceu uma política apenas para cumprir um ponto e não uma preocupação e interesse real de que as mulheres ocupem espaços e tenham recursos, empoderem-se de fato.

No dia seguinte, fui com a equipe da ITCP/UNIVALI somente à tarde para a Feira. Ajudei novamente o pessoal de Florianópolis nas barracas, circulei para ver com mais calma os produtos da Feira, fiz compras, vi apresentações, um dia sem grandes atividades. Contudo, aproveitei para intensificar o que já vinha fazendo, que era conversar com o pessoal das barracas de Santa Catarina. Afinal, a ideia de ir à Santa Maria era para entender melhor como era o movimento de ESS

não apenas na reunião do Fórum, mas ver o que eles fazem, como entendem o movimento, o que aspiram e, se possível, o que, especificamente, as mulheres fazem, pensam, almejam. Não entrevistei ninguém, apesar de existirem pessoas ali que se encaixavam no perfil. Senti que o espaço da Feira não era o local mais apropriado – afinal estavam ali para comercializar e minha entrevista seria demorada, e, depois, no ônibus ou no hotel, estariam muito cansadas. Mas fui para essa viagem imaginando que seria a primeira aproximação com os empreendimentos (diferentemente do Fórum que era o institucional), que seria o primeiro contato com a realidade enfrentada por eles, que sairia dessa experiência com um olhar diferente do que aquele com que entrei – as entrevistas não eram exatamente meu objetivo naquele momento.

A sensação de pertencimento foi aumentando e, aos poucos, a sensação inicial, de que falaria de algo que era distinto da minha realidade, começou a diminuir. Tive a impressão de que tudo aquilo estava valendo a pena, que eu estava começando a entender, na prática, o que era ESS, os espaços das mulheres ali dentro, as dificuldades que todos encontravam, as singularidades de cada grupo, e, nesse caso específico, de que teria as portas abertas para fazer minhas aproximações com as mulheres que eu entrevistaria.

Além disso, pude ver os conflitos por um lado e a solidariedade por outro, as tensões que pairam em alguns momentos, as dificuldades de articulação, as dependências, as superações e as frustrações. Ou seja, o movimento apresentou-se como real e, não mais, como um objeto de estudo vindo da literatura, do entendimento de alguns pensadores. Essa viagem foi fundamental para meu posicionamento enquanto pesquisadora do campo.

4.1.3 Outros momentos do campo

De volta à Florianópolis, tivemos duas reuniões para tratar da Lei da EcoSol, no gabinete de um vereador na Câmara dos Vereadores. A representante da ITCP/UNIVALI trouxe a lei que foi aprovada em Itajaí para, a partir daí, fazermos as considerações. A ideia é substituir a que atualmente tramita, que foi feita sem a participação do movimento e, assim, não reflete a realidade das aspirações e princípios da ESS.

A lei de Itajaí já estava bem estruturada e foi basicamente uma adaptação à realidade local. A lei regulamenta a ESS e cria um conselho que dará suporte aos empreendimentos, tanto jurídico como para

captação de recursos e também nas certificações. O maior problema foi encontrar, no organograma da Prefeitura, em qual Secretaria o conselho da ESS ficaria alocado. Ao final, definiu-se pela Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável, por ter em seu organograma - na Diretoria de Desenvolvimento Econômico - a Gerência de Trabalho, Emprego e Renda – tema afim à ESS. Marcamos uma reunião com o vereador responsável por dar seguimento a esse processo e apresentá-lo em plenário, mas em razão das eleições municipais, essa reunião acabou não acontecendo.

As reuniões mensais do Fórum foram acontecendo e, de maneira geral, percebo que, por insistência das entidades de apoio, os empreendimentos estão posicionando-se mais, tomando determinadas atitudes a cada reunião, embora ainda de maneira tímida. Com isso, o Fórum parece estar ganhando mais consistência, está mais ativo, mais dinâmico, todavia, ainda, num processo lento de crescimento, porém consistente. A partir de 2014, houve uma qualificação das discussões do Fórum, um posicionamento maior dos empreendimentos, um interesse maior em atuar em conjunto na promoção de feiras, na discussão sobre espaços de comercialização. Uma noção de grupo real começa a tomar corpo.

Outro ponto interessante foi que, numa das reuniões, numa dinâmica que realizaram no início para as apresentações, a pessoa tinha que falar o que entende por ESS. A maioria apontou para a solidariedade, cooperação, grande família, mas a autogestão, a questão econômica, por exemplo, não apareceu em nenhuma das falas. Então, esse dado, mais a necessidade de esclarecimento contínuo, face a rotatividade dos participantes, fez com que fossem criados grupos para fazerem pequenas dinâmicas, no início de cada reunião com alguns temas importantes. Economia Solidária, comércio justo, comercialização, finanças solidárias foram alguns dos temas selecionados.

Para o primeiro tema que optaram por esclarecer os pontos principais da ESS – sugeriu-se que eu e um outro representante de empreendimento, que é ligado ao Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO), fizéssemos a dinâmica, por sermos ambos ligados à Universidade. Acabei aceitando, por achar que poderia contribuir e retribuir ao grupo pelo muito que estava aprendendo ali. Organizamos uma dinâmica em e, ao final, foram discutidos todos os

dez pontos¹¹: autogestão; democracia; cooperação; centralidade no ser humano; valorização da diversidade; emancipação; valorização do saber local; valorização da aprendizagem; justiça social; e cuidado com o meio ambiente. Foi interessante perceber o entendimento do grupo com relação aos pontos e a surpresa, de alguns, ao perceberem que ‘solidariedade’ não é um ponto elencado pelo movimento, e que era o que mais se distinguia na apresentação da reunião anterior. Imaginei como seria fazer, com cada pessoa, uma reflexão a respeito de como esses pontos são abordados em cada empreendimento. Pelas conversas informais e pelos comentários que observo, ao longo do tempo, alguns, talvez, até se percebessem como não pertencentes ao movimento, de fato, por não terem, nas suas ações, a preocupação em atender a esses princípios. Normalmente, ao se preocupar com o ambiente, usar material reciclado, cobrar um preço justo e trabalhar em cooperação já é o suficiente para ser da Economia Solidária. Mas isso é reflexão para um outro trabalho.

O Planejamento Estratégico do Fórum foi outro ponto de destaque. Esse planejamento é derivado do que foi discutido no Encontro Regional de abril e maio e tem o objetivo de servir de diretriz das ações e discussões dos Fóruns locais. A compilação foi feita pelo pessoal da ITCP/UNIVALI, a partir do que foi elencado pelos participantes nos quatro temas do Encontro: educação, comercialização, políticas públicas, e finanças. Formaram-se então equipes por temas, que estruturariam todo o material e apresentariam para o grupo discutir os pontos e referendar. Fiquei com o grupo que coordena a parte da Educação, juntamente com a coordenadora do Fórum, a representante da ITCP/UNIVALI, uma professora da UFSC (que se juntou ao movimento por trabalhar com comércio justo com as rendeiras de bilro da região).

Outro ponto que merece ser ressaltado foi a realização da Feira de Economia Solidária de Florianópolis, que aconteceu em dezembro/2014, uma conquista importante do movimento. Foi fruto da aproximação com o IGEOF e viabilizada por representantes do movimento – o que é o grande destaque, face a tudo que já foi exposto anteriormente. Não participei da organização da Feira com o IGEOF, porém no dia da Feira, participei na parte da tarde, distribuindo panfletos informativos do que era a ESS e convidando os passantes do Largo da Alfândega a virem

¹¹ Esses pontos são definidos pelo movimento e oficializados pela SENAES, ou seja, é algo ligado ao movimento brasileiro, que, obviamente, está em consonância com o movimento mundial, porém não é uma definição universal da Economia Solidária.

conhecer os produtos. Foi uma grande conquista do movimento, não tanto pelo retorno – financeiramente não foi representativo – mas por acontecer, divulgar o movimento, pela aproximação com o Instituto e, no meu ponto de vista, principalmente, pela participação na organização das pessoas do movimento. Essa consolidação acontece concomitantemente à minha maior aproximação com o movimento, maior atuação, maior entendimento, na prática, da ESS. De alguma maneira crescemos juntos – eu e o movimento – e isso possibilitou-me entender melhor e, posteriormente, falar melhor daquilo que escolhi para pesquisar. Fomos nos modificando nessa caminhada, o que me dá uma sensação muito agradável de troca, de cooperação, e, porque não, de solidariedade entre mim e aqueles que me acolheram.

A aproximação com o campo, exaustivamente mencionada, serviu, como disse antes, para me aproximar dessa realidade, que não era a minha, e que foi fundamental para minhas observações e entendimento desse lugar sobre o qual eu escolhi falar. Principalmente, a ida à Santa Maria, em que fiquei totalmente imersa na ESS, distante das minhas tarefas cotidianas, fez com que eu entendesse um pouco mais dos hábitos, da linguagem, das respostas, das tensões, das angústias daqueles que estão dia a dia vivenciando essa realidade. Essa vivência deu-me o respaldo necessário para fazer as entrevistas e para entender melhor o que vinha como respostas às minhas questões e até a aprimorar meu roteiro, consubstanciá-lo melhor.

Essas reflexões foram possíveis em razão dos momentos de observação e das anotações do caderno de notas, que me permitiam refletir e interpretar, durante todo o percurso, e retomar esses pensamentos em momentos posteriores. Foi sem dúvida um processo contínuo de reflexão e interpretação.

Além disso, todas essas experiências de campo me fizeram refletir e reestruturar meus objetivos de pesquisa, mas também, foram fundamentais para que eu entendesse esses espaços e essas experiências sob o ponto de vista da fenomenia e isonomia. Mesmo que eu ainda não tivesse feito as entrevistas, em razão da minha convivência com as mulheres nesses vários momentos, eu já tinha pistas de como seriam a vida das mulheres envolvidas na ESS, de que elas passavam por um crescimento pessoal que se assemelhava com o conceito de fenomenia, ou seja, trilhavam uma trajetória fenonômica em que essas mulheres buscavam em suas atividades uma autorrealização, numa atuação muito individual, de maneira que sua singularidade se apresentasse, assim como o crescimento de sua capacidade crítica. Por outro lado, os fóruns e as feiras podem ser entendidos como espaços isonômicos, ou seja,

espaços igualitários em que a definição das regras é determinadas pelos próprios participantes, sem hierarquia. Como esses conceitos não são encontrados de maneira absoluta, são sistemas sociais mistos, por isso as trajetórias fenonômicas iniciam-se na mudança do indivíduo, porém consolidam-se nos espaços coletivos. Com isso, os conceitos relevantes para a pesquisa estavam sendo percebidos durante minha aproximação com o campo, dando segurança para a continuação do trabalho.

Em seguida, relatarei meu contato com as mulheres que compartilharam comigo um pouco de suas histórias, assim como minhas impressões, enquanto pesquisadora, sobre esses momentos, o que foi possível graças a essa aproximação e à reflexão possibilitada pelo Fórum e suas atividades.

4.2 UM POUCO DAS HISTÓRIAS DAS MULHERES

Aqui inicio uma parte que achei bem interessante no meu trabalho, a ‘conversa’ com as mulheres da ESS, as entrevistas de fato. É a partir desse momento que o campo se faz mais concreto para mim, porque a aproximação com o movimento de ESS, fundamental não só para essa etapa, mas para o trabalho como um todo, foi para me preparar para essa fase.

A escolha dessas mulheres foi por indicação das pessoas do movimento, algumas das quais eu já conhecia; outras foram indicadas pelas pessoas que eu conhecia, por serem líderes em suas regiões; algumas eu conheci posteriormente; outras ainda não tive a oportunidade de conhecer. Mas todos foram extremamente atenciosos e, mesmo aqueles que eu precisei insistir um pouco para me enviarem uma lista de nomes, não o fizeram logo por descaso, e sim pelas ocupações, pois normalmente são envolvidos com muitas atividades. A colaboração de todos aqueles para os quais pedi ajuda foi grande e fundamental para a consecução desse trabalho.

As histórias que aqui vou relatar são fruto do que cada uma das mulheres me contou. A edição realizada por mim foi no sentido de realçar os pontos pertinentes ao trabalho e, também, de não alongar em demasia esse estudo. A vontade era de transcrever, literalmente, o que cada uma me contou, por serem histórias muito ricas, mas isso, é claro, é inviável. Entretanto, tentei aproximar-me o mais possível do que cada uma falou e relatar em detalhes suas trajetórias para uma melhor percepção do processo de empoderamento delas ao longo do tempo. Além disso, tentei manter a linguagem muito próxima ao que elas

diziam, por entender que isso também indicaria tanto o envolvimento delas com os movimentos sociais, quanto como entendiam suas vidas. É possível perceber, por exemplo, o grau de engajamento político de algumas pelas expressões que utilizam. Com isso, temos histórias mais ou menos detalhadas, de acordo com a personalidade de cada uma, e não pela edição que realizei. Em algumas entrevistas, praticamente fiz a introdução, liguei o gravador, e nem tive que perguntar muita coisa. Já outras entrevistadas eram mais tímidas, comedidas nas palavras e foi quase uma entrevista de perguntas e respostas. Mas o resultado, ao final, são histórias de mulheres fortes, que tiveram uma vida marcante e que se dispuseram a compartilhar comigo essas experiências.

4.2.1 Maria Fernanda

A primeira entrevistada foi a Maria Fernanda, de Florianópolis. Ela me recebeu na sua casa no meio de um feriado. Ela vive em uma casa gostosa, num terreno amplo, uma casa bem organizada e acolhedora. Recebeu-me em sua sala e, apesar da estação quente, estava bem agradável. Foi muito receptiva e sempre solícita, pois já nos conhecíamos antes, já havíamos conversado muito sobre o movimento e, em grande parte, minha aproximação com o movimento ocorreu por influência dela.

Foi muito agradável, muito fluida (não chegou a uma hora de entrevista) e proveitosa por ela conhecer bem a ESS e ter uma atitude atenta e, conseqüentemente, crítica ao que acontece ou mesmo aos rumos que a ESS vem tomando. Contudo, essa crítica é no sentido de preocupar-se com o crescimento e a consolidação do movimento e não de descrença nele. É bem politizada, apesar de não estar vinculada a nenhum partido político. É proveniente do estado de São Paulo, estudou em escola pública até o fundamental, e no ensino médio foi para escola particular para fazer curso técnico. Fez faculdade e, atualmente, faz especialização em um projeto ligado ao MST.

Quando se casou, a vontade de deixar São Paulo aumentou, principalmente por causa da violência, trânsito e qualidade de vida ruim. Após virem visitar parentes do marido em Florianópolis, decidiram mudar-se no ano seguinte. Com a mudança, sentiu a diferença no ritmo da cidade, diferenças culturais, e enfrentou uma fase difícil. Então, como já simpatizava com os movimentos sociais e estava mudando tudo na sua vida, resolveu afastar-se dos trabalhos ligados à sua formação para aproximar-se da ESS. Foi em Florianópolis que começou o que ela

chamou de caminhada nos movimentos, sua participação em trabalhos em grupo, sua integração nos grupos de mulheres, e a entrada do artesanato em sua vida. Primeiro, por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) junto com a Fundação Catarinense de Assistência Social (FUCAS) (entidade do terceiro setor), onde conheceu o pessoal da ESS, começou a envolver-se, montar empreendimentos e depois, juntos, esses empreendimentos organizaram o Fórum local de ESS.

e lá que eu conheci o pessoal da Economia Solidária. Conheci um, conheci outro e de lá a gente já foi caminhando junto, montando um empreendimento e depois juntos já no fórum¹².

Seu primeiro empreendimento foi de tecelagem com fibras naturais, e era ela e mais duas pessoas – como é a maioria dos empreendimentos. Mas o empreendimento desfez-se, em parte pelas discussões e divergência sobre a comercialização e os princípios da ESS. Hoje, mantém a tecelagem, mas procura trabalhar mais com a capacitação dentro do movimento. Porém, quando tem algum evento, alguma feira interessante, junta-se a outras pessoas para produzirem com essa finalidade. No empreendimento, conseguia trabalhar de modo efetivo com a autogestão, em que todos participavam de todas as etapas e decidiam coletivamente os passos a serem tomados. Entretanto, afirma que em grupos maiores isso já é mais complicado em razão da diversidade de pessoas com formações, culturas, expectativas distintas.

Já desenvolveu várias atividades para e no movimento como pesquisadora para a SENAES, formação para o movimento, editais de capacitação, entre outras. Trabalha com capacitações dentro de ONGs, entidades de apoio e fomento da ESS.

Vive do seu trabalho para o movimento. Tem seu empreendimento de artesanato, mas, atualmente, como ela explicou, frente às muitas atividades em que está envolvida, praticamente não produz mais nada de artesanato para comercialização. Por estar há muito tempo participando, conhece bem o movimento, as pessoas envolvidas por todo estado, e colocou-se a minha disposição para auxiliar sempre

¹² As expressões apresentadas entre aspas e/ou em itálico são as transcrições do relato original de cada entrevistada e, dessa maneira, mantive o texto sem nenhuma revisão, exatamente como se expressaram. Eventualmente, coloco entre parênteses alguma informação para esclarecer sobre o que estão falando.

que eu precisar trocar ideias, sanar dúvidas, conhecer pessoas, participar de alguma atividade.

Destaca a importância do coletivo para a ESS como o fator que a motiva a permanecer, pois se cria uma diversidade (e quanto mais diverso melhor) o crescimento é muito maior, pois as várias visões que se apresentam obrigam as pessoas a refletir, a adaptar, a buscar soluções criativas aos problemas.

na época e até hoje, na verdade, o que me chamou assim mesmo e o que me faz, às vezes, permanecer mesmo às vezes contrariada, mas o que me faz permanecer é a questão do coletivo. Porque você sozinho, realmente é muito difícil. Avançar em todos os aspectos. Agora quando você tem uma diversidade grande, tudo junto e, na verdade, quanto mais diverso melhor, porque você escuta uma coisa, escuta outra e você acaba ficando com muito conhecimento. Realmente, eu percebo um crescimento grande por conta do coletivo.

Ressalta que Santa Catarina é um estado pitoresco em termos de movimento. Ao se comparar com os demais estados, a condição financeira, em geral, é relativamente boa – os mais necessitados daqui não são tão necessitados quanto os da região Norte e Nordeste, principalmente.

[...] Santa Catarina acaba se diferenciando de outros Estados em termos de movimento. Aqui, a condição financeira é muito boa, então mesmo nos grupos que a gente tende a olhar como mais necessitados, o termo assim é péssimo, mas são muito bons. Aqui no nosso Estado eu conheci bastante e não tem ninguém passando fome, não tem ninguém em situação precária mesmo. Não vi ainda.

Para ela, a situação das mulheres do campo é mais difícil do que a das mulheres da cidade. Lá, elas estão geograficamente afastadas, são obrigadas a dar conta ao lado dos maridos, de todo o trabalho do campo e da casa depois, e para uma grande maioria, o trabalho da casa é maior pelo fato de não terem a participação dos filhos na ajuda diária, porque foram estudar nas cidades. Com isso, não se pode pensar que tenham muitas condições de associarem-se, de formar grupos, de passarem uma

tarde numa reunião de Fórum de ESS, por exemplo. A sobrevivência fala mais alto.

No litoral, por outro lado, são poucos os grupos que dependem financeiramente do empreendimento. São mulheres que procuram a ESS ao se aposentarem para complementar a renda do marido – não vivem da ESS. Com isso, os grupos são mais estruturados, há mais atuação e participação feminina nas instâncias de atuação da ESS.

E essa participação, para ela, é fundamental para o processo de emancipação, porque tem muitas mulheres que são sozinhas nas suas comunidades ou grupos de trabalho, mas que, ao participar do movimento, reúnem-se nos Fóruns fortalecem-se, não se sentem sozinhas, trocam ideias, buscam alternativas. Nesse espaço da ESS, pode-se realizar discussões, debates, que proporcionam um crescimento pessoal e político e, conseqüentemente, tornar-se um espaço de ação.

Claro que quando bem conduzido o processo de participação. Então é por isso que o espaço do Fórum é muito importante porque chegar lá tem que proporcionar discussões, questões que a gente possa crescer. [...] Até porque eu considero que sou uma pessoa dessa que participo e que estou junto lá debatendo e eu reconheço o meu crescimento e também reconheço que veio desse espaço. Então eu acredito (que a ESS é um espaço de empoderamento) com certeza, senão eu não estaria nem trabalhando.

Quando peço para falar do seu crescimento ao longo do tempo, ela, imediatamente, aponta a ESS como fator crucial nesse crescimento, mas ressalva que nem sempre concorda com algumas resoluções que são tomadas. Ressalta também não ter interesse em partido político, não sendo filiada a nenhum, e que foram suas próprias reflexões que a levaram a esta escolha de vida.

É uma mulher pequena, delicada, mas extremamente forte, suas falas são assertivas e passa muita confiança. Foi muito importante começar com ela porque, como já a conhecia, não tive problemas em ir e vir no roteiro, em questionar algumas coisas aparentemente repetitivas, porque já havia uma relação prévia que me dava alguma liberdade para alguns descompassos de principiante. Por outro lado, justamente por nos conhecermos, muita coisa já sabia da sua história e ficava estranho perguntar novamente. Algumas informações ela subentendia das minhas questões e se posicionava.

Em seguida, fui para o carro, e ali mesmo fiz inúmeras anotações, reflexões e avaliações sobre o que acontecera ao longo da nossa entrevista, tanto da entrevista em si, como da minha posição como pesquisadora, quanto do roteiro que havia elaborado. Então, ao final, foi muito bom ter sido ela a primeira pessoa que entrevistei, pois pude ajustar muita coisa para as próximas.

Depois da entrevista com a Maria Fernanda, resolvi aproximar-me de fato do movimento de ESS e abandonar a posição de neutralidade que estava mantendo até o momento, para poder aprofundar, de modo mais consciente possível na realidade das mulheres que iria entrevistar. Ter viajado para a Feira de Santa Maria, também, auxiliou-me para essa nova etapa. Com isso, alguns meses se passaram entre a primeira entrevista e as seguintes. Entretanto, quando fui para a estrada, nessa nova etapa, estava confiante e consciente do que estava fazendo.

4.2.2 Maria Augusta

Segui então para Itajaí, para minha entrevista seguinte com Maria Augusta, uma pessoa especial, muito atuante e coerente com discurso e prática. Ela é de Santa Catarina mesmo, do Oeste, mas veio pequena para Itajaí quando seu pai foi transferido. Sua mãe começou a lavar roupa para fora, seu irmão a trabalhar para complementar renda, quando, então, a vida começou a melhorar um pouco. Única mulher, teve uma adolescência bem restrita, controlada pelos pais, e talvez por isso tenha se casado nova, aos 20 anos. Fez até o ensino médio e, na época, não teve nem vontade, nem recurso para fazer a faculdade. Aos 22 teve o primeiro filho.

Quando o primeiro filho tinha uns 04 anos, é que se aproximaram da ESS, ela e o marido. Trabalhava numa empresa de vassouras, e o marido num estaleiro. Era representante comercial da empresa, viajava muito e, após um período, percebeu que não era exatamente isso que gostaria de fazer. Como sabia fazer pão, começou a fazer pão caseiro para vender. O marido também saiu do emprego para ajudar. Ela fazia pão manualmente, e ele distribuía de bicicleta, e chegaram a fazer 70 pães por dia. E dessa maneira, compraram o terreno e construíram a casa. Foi nesse período que conheceu um casal que trabalhava numa empresa autogestionária. Ela e o marido interessaram-se e acabaram indo para Blumenau trabalhar nessa empresa. Mas pensaram que seria possível trazer para Itajaí a mesma ideia. Trouxeram algumas máquinas, que estavam desativadas, e começaram a fabricar o que eles não

produziam lá, porque em Blumenau estavam inovando. E cada vez mais foram aproximando-se da ESS. Nesse meio tempo, o maquinário ficou ultrapassado, tiveram que ir adaptando o produto, reorganizando a empresa, dos 04 sócios, um saiu, e precisaram então contratar porque ninguém queria assumir a sociedade. Teve uma filha nesse tempo, que cresceu acompanhando os pais nesse processo. Quando contrataram, foi por microempresa e, posteriormente, é que se transformou em cooperativa. Trabalharam 20 anos nessa empresa. E ao levar a experiência para a ESS, que já estava estruturada em Blumenau, é que surgiu a ideia de fomentar a ESS também em Itajaí.

Foi nessa aproximação e na incursão da sócia no movimento nacional que conheceram as pessoas que tentavam montar uma central de cooperativas, e, então, saíram da empresa tradicional para a cooperativa. Pela lei, precisavam de 20 pessoas para montar uma cooperativa. Para tanto, chamaram toda a família para compor a cooperativa, numa tentativa de cumprir os requisitos: pai, mãe, filhos maiores, primos, tios. Não conseguiram mobilizar efetivamente, todos os 20 que se filiaram, e a cooperativa de costura também não conseguiria dar subsistência para todos. Por isso, muitos mantiveram ainda o emprego fixo para complementar a renda. A rede, à qual a cooperativa estava associada, também, não conseguia estruturar-se a ponto de dar o suporte financeiro para todos os envolvidos. Tentaram inovar, reinventar-se, mas, infelizmente, principalmente pela competição com os produtos chineses, não conseguiram manter-se no mercado da área de costura. Além disso, questões pessoais dos participantes colaboraram também para o fim da cooperativa.

Mas, nesse meio tempo, com o apoio do pessoal de Blumenau e de algumas pessoas locais, conseguiram fomentar 05 grupos dentro da ESS, e hoje já existem 20 empreendimentos. É portanto, uma das precursoras do movimento em Itajaí, fez parte da equipe que trabalhou na criação do CEPESI – que hoje é referência para todo o estado como ponto de comercialização – e, também, foi gestora desse espaço. Foi lá que ela me recebeu. Hoje, é uma das muitas voluntárias que cuidam do espaço para que ele funcione. Fomos para uma sala utilizada pelo pessoal das terapias naturais, que não estava atendendo nesse dia.

Ela vê o processo de empoderamento das mulheres como algo destacado na ESS. Muitas abraçam de tal forma a ESS que acabam se divorciando. É que, ao participar do movimento, as mulheres ganham autonomia, e não apenas financeira, pois começam a viajar, a falar do empreendimento, a colocar-se nas reuniões e a acreditar que conseguem realizar as coisas.

O que acontece, elas ganham autonomia, elas ganham nem só autonomia em dinheiro, autonomia de sair de viajar, de falar do seu empreendimento, de se colocar, de dizer que agora eu consigo, agora eu posso. Pode não ganhar dinheiro suficiente para fazer as viagens, mas a Economia Solidária proporciona isso também para elas. A gente vê assim, uma mudança radical em algumas mulheres.

E, então, vem o choque com o marido que não quer, não deixa, e elas, muitas vezes, optam por deixar o marido e continuar no caminho da felicidade, de mudança radical da história de vida delas.

Com relação à ESS, ela acredita que os princípios do movimento acabam “fechando” o movimento, porque não é qualquer um que quer abrir mão de algumas coisas como o não ganhar em cima de outras pessoas - a não exploração, por exemplo. O consumo exagerado e a questão da sustentabilidade são outros pontos que “dificultam” a aproximação das pessoas.

[...] tu tem que estar dentro dos princípios, que é a não exploração de mão-de-obra, divisão de lucro e as pessoas não querem isso. As pessoas querem ganhar mais em cima das outras pessoas. Então, ela (a ESS) é essa divisão de tudo isso, a não exploração, a questão do meio ambiente, você consumir aquilo que é necessário, não desperdiçar. Enfim, para que consumir mais do que precisa. Para que comprar 4, 5 coisas se você vai precisar de uma só nesse momento. Então, os princípios são esses.

Destaca a ESS como um espaço de oportunidade em que as pessoas conseguem, aos poucos, participar, interagir, crescer porque pela dinâmica do movimento em algum momento todos têm que participar. Essa participação “obriga” a pessoa a interagir com outras, conhecer outras realidades, se soltar, ocupar espaços que antes não seriam minimamente cogitados. Conta que tem pessoas que são tão acanhadas que, até para se apresentar numa reunião sentem vergonha, sofrem, mas que, depois de algum tempo, alguns meses, acabam até destacando-se como lideranças dentro do grupo.

Descreve que no início – como a grande maioria das mulheres que chegavam – era tímida, mais escutava que falava. Porém, com o

tempo, foi ganhando confiança, destacando-se, atuando. Assumiu a gestão do Centro de comercialização, visitou outras cidades para participar dos Fóruns, foi apresentar a experiência do Centro em vários lugares do país. Enfim, assumiu uma atitude muito diferente daquela de quando iniciou sua vida profissional - primeiro vendendo vassouras, depois produzindo pão.

Nossa! a gente (está se referindo a ela mesma) já viajou muito. As primeiras reuniões que a gente ia, como dizia no começo lá, 'Maria Augusta, de Itajai', só me apresentava, [...]. Então hoje a gente consegue dizer um pouco mais, mas isso claro, com o tempo. A Economia Solidária é um movimento que te proporciona visitar outras cidades, que te proporciona visitar outros empreendimentos, te proporciona participar de fóruns, de reuniões. [...] Fez crescer enquanto pessoa, fez mostrar assim, não é só tu que está no mundo, que tem mais pessoas e que tem gente que vive sim na Economia Solidária no Nordeste [...]

Com o fim da cooperativa, ela e o marido foram procurar trabalho formal, mas encontraram dificuldade porque não tinham terceiro grau (nunca foi uma prioridade para eles, estavam preparando recursos para os filhos) e trabalharam vinte anos numa atividade que o mercado formal não considera. Hoje, então, faz faculdade – já havia iniciado enquanto estava com a cooperativa - e teve algumas experiências de estágio. Mas, apareceu um edital, via ITCP/UNIVALI, no qual ela se encaixava bem, face ao envolvimento com a ESS, e atualmente é articuladora social nesse projeto. Fomenta formação de grupos em extrema pobreza para participarem dos empreendimentos de ESS. Até o momento da entrevista, já havia fomentado 05 grupos, e um já estava inclusive atuando no CEPESI.

Ressalta o coletivo como um grande diferencial da ESS. É no coletivo que se cresce, aprende, compartilha. E para ela, é apenas no coletivo que a ESS pode existir. Relata que quando trabalha com as formações em ESS e as pessoas dizem que não querem se associar, que preferem trabalhar sozinhas, ela diz: “então você não faz parte da Economia Solidária. Porque para fazer parte tem que pensar no coletivo: Eu vou ser dona, não. Tu não vai ser dona, tu vai ser sócia”.

Afirma que a grande maioria dos empreendimentos não vive da ESS, é muito difícil – eles bem que tentaram. A grande maioria está

trabalhando para complementar a renda.

É uma mulher independente, atuante, engajada, empoderada e trabalha com o empoderamento de outras mulheres, tanto no CEPESI, como com seu trabalho de articulação, apesar de não ser esse o objetivo explícito dela. Ela mesma enfatiza, em sua fala, seu crescimento pessoal e também dentro do movimento. Destaca sua maneira de viver e criar os filhos dentro dos preceitos da ESS. E conta como a filha (seu filho mais velho faleceu) vive, apesar da juventude e dos apelos da idade, dentro dos princípios de consumo consciente, sustentabilidade, cooperação. E que, mesmo hoje, não tendo um empreendimento forte como a cooperativa de que fazia parte, não deixa de confiar na ESS e seguir acreditando que é uma maneira de se pensar a sociedade, a partir desses princípios.

Terminada a entrevista de mais de uma hora, ela voltou ao salão principal do CEPESI para trabalhar e me deixou circulando, conhecendo o espaço (que já conhecia das minhas incursões de antes da qualificação) e apreciando a diversidade de produtos que estavam expostos.

Na volta para Florianópolis, fiquei pensando em como é difícil viver de algo que não está no mercado formal. Maria Augusta, seu marido e os amigos tentaram, por vinte anos, fazer com que a cooperativa desse certo, dentro dos moldes da ESS, mas tendo que atender às regulamentações de um outro conceito de cooperativa, num mercado ainda pouco favorável a esse tipo de empreendimento. E era nítida, na sua fala, a frustração por não ter conseguido manter a cooperativa e ter precisado se render ao mercado formal. Por outro lado, foram justamente as adversidades que fizeram com que ela se aproximasse da ESS e passasse a ser uma pessoa atuante dentro desse movimento, podendo hoje ser capacitadora de outras iniciativas. Isso sem contar seu próprio crescimento, a possibilidade de voltar a estudar, o entendimento de questões político-sociais sob uma perspectiva diferente.

4.2.3 Maria Cristina

No dia seguinte, segui outra vez para Itajaí, dessa vez para entrevistar Maria Cristina. Ela é de Brusque, morava num sítio com a família, o pai trabalhava em fábrica e depois como caminhoneiro, mas a mãe não se sentia confortável em morar lá. Vendia roupa e produzia

doce para ter um recurso extra, fora a roça e o gado. Passaram por muita dificuldade, e a mãe tanto insistiu, que acabaram se mudando para Balneário Camboriú que, na época, anos 1974/75, era uma cidade pequena, que não tinha nada. Venderam o que tinham lá e compraram uma casinha. O pai abriu, com um vizinho, um estacionamento para ônibus – começava o crescimento de excursões de turismo na região. Mas como não era ainda obrigatória a parada de ônibus em determinadas regiões, o negócio não deu certo. Tiveram que alugar a casinha que moravam para ter uma receita, mudaram-se para dentro do estacionamento e foram todos ajudar a mãe a vender roupa de porta em porta. Além de ajudar em casa, Maria Cristina foi trabalhar com os hippies, que vendiam pulseirinhas de macramê na praça – era o auge do movimento hippie. Fazia umas 300 pulseirinhas por dia e trazia o dinheiro para ajudar em casa. A situação estava bem difícil, a mãe trocava roupa por comida para sustentar a família. Viveram assim por uns três anos, até o pai conseguir se estabelecer e montar uma loja. Ele e a mãe continuavam a vender nas outras cidades, e Maria Cristina e uma outra funcionária (está há trinta e cinco anos com eles) ficavam na loja. Com o passar do tempo, os pais conseguiram afirmar-se, construir um predinho, comprar terrenos e hoje, têm uma estrutura financeira melhor do que a da própria Maria Cristina, ela diz.

Aos 12 anos começou a participar num grupo de jovens ligados à Igreja, no final dos anos 1970, período de abertura da Igreja e início dos movimentos populares. No princípio, com ações de caridade, mas depois ligada ao Colégio Salesiano – mais aberto a outras ideias – que trouxe a teologia da libertação, e foi caminhando, até transformar-se na pastoral da juventude. Então foram trabalhar na periferia, com horta comunitária, saúde, meio ambiente para poderem fazer a crítica ao sistema, como era ‘moda’ naquele período, afinal estavam vivendo um momento de muita repressão. Cometeram alguns equívocos pelo caminho, por não saberem exatamente os rumos que deveriam tomar, pois movimentos populares não era algo comum nessa época de fechamento, ditadura, tortura, e não continha um manual que orientasse como deveriam fazer as coisas.

Com a entrada dos anos 1980 e a mudança política do país, Maria Cristina assume uma postura mais combativa na política e na causa feminista também. Era o auge das passeatas contra a ditadura e o período da criação do Partido dos Trabalhadores (PT), das centrais sindicais e dos próprios sindicatos. E a mulher não dispunha de muita alternativa nesse momento, tinha que lutar pelas grandes causas, mas, também, brigar pelos espaços nesses ambientes e também na família, porque, mesmo os mais próximos, afetivamente, tinham sido criados

dentro de outra concepção do espaço da mulher. Não havia muita alternativa, tinha que trabalhar, participar dos movimentos e, muitas vezes, deixar os filhos dormindo no banco da Igreja ou na rua mesmo, enquanto lutavam para fazer a mudança que almejavam. Não havia como ter uma atitude de meio termo, porque precisavam construir tudo pelo que lutavam.

Trabalhou ligada à área da saúde, conselho de saúde por vinte anos. Também foi uma das fundadoras do Centro de Direitos Humanos e atua nele há trinta anos.

Maria Cristina é uma otimista, pois o tempo todo faz reflexões dos erros e acertos – e sabe que houve muitos erros de condução ou de intensidade nas ações e, em decorrência, teve que abrir mão de muita coisa da família, de sua saúde, de trabalho. Mas destaca a importância dessas lutas para o país como um todo. É muito consciente de tudo que teve que abrir mão – somente aos 50 anos é que consegue firmar-se na profissão, pois teve que trabalhar para se sustentar e à sua família e, ainda, a militância, e os problemas financeiros porque claro que, como militante muitas vezes teve que tirar do seu salário para pagar despesas dos movimentos, ou perdia o emprego porque estava militando, além dos problemas familiares, porque nem sempre era compreendida pela família. Afirma que a saúde sofreu, estava sempre cansada, a criação dos filhos foi pela metade, pois não tinha nem tempo, nem ânimo, nem recursos para poder dedicar-se aos filhos. Com o marido, precisava lutar pelo espaço de mulher, com a família, precisava mostrar que o mundo estava errado e que precisava lutar para mudar essa condição. Enfrentava a polícia, confrontava a sociedade para mostrar que um mundo diferente era possível, tinha que estudar para compensar o estudo fraco recebido, por outro lado precisava dar educação para os filhos – tudo ao mesmo tempo. E foi assim com toda uma geração que militava, um cansaço que as gerações seguintes nem conseguem imaginar.

Entretanto, tem a sensação de dever cumprido ao olhar o país e ver que houve melhoras significativas na vida de todos, e que ela participou ativamente, para que essas mudanças ocorressem.

A cooperativa em Brusque, uma das primeiras empresas autogestionárias da região, foi criada por um grupo de amigos que precisavam sobreviver numa época complicada, pois muitas vezes faltavam ao trabalho para fazer passeata e, quando retornavam, eram demitidos. Não tinham estabilidade na vida e muito menos no trabalho. Na época da criação, não existia a ESS consolidada como hoje. Resolveram iniciar com a perspectiva: trabalhavam durante a semana e, nos finais de semana, ajudavam uns aos outros na empresa – que 05

pessoas assumiram. Construíram um galpão no terreno de um casal e faziam telas. Mas a demanda era pouca, então, conseguiram uma máquina de fazer corda trançada de uma família de Brusque, que apesar de acharem uma insanidade o que eles estavam fazendo, resolveu colaborar. Anos depois, conseguiram pagar a máquina. Apesar de não saberem usar o maquinário, nem entenderem do negócio que estavam iniciando, insistiram em seguir trabalhando dentro desses princípios de compartilhar. O grupo começou a crescer com o envolvimento, principalmente, das pessoas do grupo de jovens. Ela e o marido na época (estão separados agora) foram para Brusque e ficaram mais de sete anos por lá. O grupo chegou a ter 18 pessoas trabalhando. Faziam rodízio nas funções, desde chão de fábrica até o financeiro – que era o que fazia quando se afastou da cooperativa, que, posteriormente, fechou. Fez seu Trabalho de Conclusão de Curso sobre a administração dessa cooperativa – já configurada então como ESS.

Depois foram para Itajaí com uma máquina em desuso, cedida pela cooperativa de Brusque, e começaram a trabalhar. Com o passar do tempo, passaram a fazer parte de uma cadeia produtiva que reunia participantes do país todo. Porém, depois de muitos anos, esse grupo, também, deixou de existir e atualmente ela tem um grupo de artesanato que ainda participa da cadeia produtiva.

Então, começou a militância pela pastoral da juventude, mas apenas nos anos 2000 é que o conceito de ESS passou a fazer parte das lutas e da maneira de trabalho que ela desenvolveu. Porém, já faziam discussões a respeito de uma outra forma de economia no movimento de direitos humanos e, também, na ITCP da FURB – que é uma das mais antigas da região.

A ESS para ela é um projeto de um mundo novo, um mundo de inclusão, de respeito pelo outro.

Eu acredito em um mundo novo, em um mundo de inclusão, em um mundo de respeito pelo outro, de poder ter um trabalho mais leve e acho que a economia solidária é uma grande oportunidade [...]. Para sobrevivência efetiva não é tão simples, nós temos poucos grupos no Brasil que têm sobrevivência efetiva e totalmente da economia solidária. [...] Mas ele (o movimento) traz essa coisa do amor pela vida, a economia solidária traz isso, o amor pela vida. Claro, ele se efetiva em uma construção coletiva, de ser dono coletivo, de construir uma outra forma de organizar a

economia, de dizer que ela é possível, de desafiar. Dos tempos que a gente fez de abertura, hoje a gente tem um desafio, dizer para essa economia que está estabelecida aí, "você não é a única, existe outra". Então tem uma coisa política muito forte que não é a maioria que vê isso, não consegue fazer essa leitura, mas ela é forte. Isso é fato. Tem a coisa daí se concretizar na construção de grupo, de estar em grupo e das dores de estar em grupo, porque hoje eu estou bem, amanhã eu não estou, [...] Agora, ela tem a coisa que é transcendente, que é de esperança de que o mundo é diferente e pode ser diferente. E nesse sentido eu acredito que a gente ainda vai colher muito com a economia solidária enquanto sobrevivência, eu acredito.

Entende que muitas pessoas se aproximam da ESS para ter um complemento de renda (econômico) ou para ter uma ocupação, principalmente, depois de se aposentar (social). Mas, destaca sobretudo o empoderamento, o fato de as pessoas terem consciência de que são capazes de produzir, comercializar, viajar para negociar ou para participar de alguma coisa do movimento.

Contudo, a pauta das mulheres, especificamente, dentro do movimento, não é uma realidade. Discutem-se, nos encontros, os temas caros à ESS, mas não às mulheres da ESS – assim como os negros e indígenas, por exemplo. É importante trabalhar dentro da ESS os vínculos, os laços, os temas pertinentes às mulheres em geral, mas principalmente às mulheres da ESS.

[...] tem a coisa também de não discutir muito a pauta das mulheres dentro da economia solidária, a gente discute a pauta da economia solidária, mas não a pauta das mulheres. Nós não fazemos discussão muito assim, do que é a sexualidade, do que é o relacionamento, do que é ter namorado ou não ter namorado, ser uma mulher sozinha, sustentar e criar filho, essas não são pautas das nossas formações, não são. Você vai para o CFES (cursos de formação dentro da ESS), você vai discutir o histórico da economia solidária, o que é economia solidária. Pega lá o que é a pauta, olha se tem alguma pauta que é isso. Aí tem o movimento feminista ali da economia solidária que

está tentando discutir e que são olhadas com olhar atravessado.[...] Então assim, tem pautas que não são discutidas e pensar na da mulher, eu acho que nós mulheres na economia solidária trazemos formação de muita coisa, mas não discutimos a pauta das mulheres, não discutimos. [...] o que significa falar do direito da mulher? Sabe, retomar discussões antigas que para nós pode ficar, dizer assim, "isso já é ultrapassado". Mas não é vencido. Quem educa os homens para ter os homens que temos, que exploram as mulheres? Quem educa os filhos? Quem dá a permissão para os maridos nos explorarem como exploram ou os namorados? Ou tem o inverso também, hoje já tem, mas tudo bem, isso é pauta de discussão da mulher também. [...]Então são processos que não são discutidos, e eu acho que é porque ele mexe fundo com a gente, eles não são simples assim de colocar em uma formação, de fazer uma discussão.

Afirma que tudo o que vivenciou, ao longo dos anos, fez com que se sentisse mais empoderada, porque, somente passando por tudo o que passou, teve condição de fazer os enfrentamentos de toda ordem, criar os filhos, cuidar da família tanto financeira quanto materialmente, estudar e montar as cooperativas. Cada momento que passou fez com que ela assumisse a própria vida.

Atualmente trabalha numa ITCP como articuladora, lamenta o fechamento da cooperativa, pois foi um sonho que ainda não aceitou que não tenha dado certo, trabalha no CEPESI que, mesmo tendo hoje um governo da prefeitura de partido de 'direita', não interferiu no funcionamento, consolidando assim as ações da ESS na região. E presentemente, está terminando o mestrado com tema ligado a ESS. Buscou um tema que pudesse associar sua prática às teorias científicas, acadêmicas – diferente das teorias da militância.

Deixei a sala da ITCP até meio zozna depois de entrevistar a Maria Cristina, foi muita informação, muita história de vida atrelada ao que vi e estudei ao longo da vida. É uma pessoa que fez parte da história do país, de fato. Sentei nos bancos, nos jardins da Universidade, para tentar absorver um pouco daquilo que tinha escutado e fazer minhas anotações e reflexões. Fiquei instigada a me inserir ainda mais no movimento, naquele momento de pesquisa, para conhecer, mas já pensando em como participar de fato na realização de alguma coisa

depois dessa etapa e, também, em como poderia conduzir esse estudo para, efetivamente, contribuir com esse movimento que estava me acolhendo.

Peguei a estrada para Florianópolis muito animada com tudo o que estava ouvindo, os dois dias foram muito intensos para mim. Muitas informações, muita história intensa de vida, muito material para refletir. Era instigante ver a mudança que isso tudo produzia na minha forma de ver, tanto o movimento como também a vida. Não que eu achasse que tinha uma vida fútil, com certeza não, mas me sentia inerte frente ao que elas fizeram ao longo do tempo. Não militei, não atuei em nenhum movimento, não trabalhei com nenhum grupo desfavorecido procurando mudar essa realidade, não de forma regular. Já sinto que não tenho como sair dessa pesquisa da mesma forma que entrei, há, sem dúvida, uma transformação em minha percepção de vida. E por que não um empoderamento?

E só havia feito três entrevistas.

4.2.4 Maria Amélia

Na semana seguinte subi a serra, para ir a Lages entrevistar a Maria Amélia e a Maria Helena.

Primeiro, fui falar com Maria Amélia, na sede da cooperativa em que trabalha. É uma cooperativa agroecológica que divide espaço com um instituto de apoio muito atuante na região, na área de agricultura.

Maria Amélia nasceu numa família humilde, numa cidade litorânea, muito longe da agricultura e sempre teve um perfil revolucionário. Participou de movimentos estudantis no período da faculdade e também de movimento sindical, partidário, na Igreja. A Igreja foi fundamental nessa formação porque promovia grupos de jovens, dos quais ela participava.

Saiu de casa aos 15 anos para trabalhar e estudar, porque sua família não podia bancar seus estudos.

e sai de casa muito cedo, com 15 anos eu sai de casa, que eu queria trabalhar e estudar, e estar ativa nos movimentos. Porque também sou de família humilde, que não teria condições também de bancar uma Universidade e eu sabia que eu tinha que ir à luta, resumindo. Então com 15 anos

eu comecei a trabalhar fora. Só não morava sozinha, porque uma pessoa com 15 anos não podia morar sozinha. Então eu morava com uma pessoa da família que morava em Florianópolis, que já tinha família e isso até os 18 anos. Depois dos 18 anos eu fui morar sozinha também.

Foi quando conheceu o marido, o divisor de águas em sua vida. Ele era agricultor, da região serrana, e, também, participava dos movimentos, mas, pela origem, tinha outra maneira de ver as coisas. Casaram-se e foram para a região serrana. Foi quando teve os primeiros contatos com a ESS, com os grupos organizados e começou a engajar-se nesse tipo de movimento. Apesar de ser oriunda da capital, foi na Serra que se aproximou dos grupos organizados. Existia um grupo de mulheres, na época, ao qual ela se juntou, que hoje tem autonomia, renda e é da ESS também.

Como a cidade era pequena, as possibilidades de trabalho eram poucas. Então, a fraca autonomia das mulheres agricultoras sobressaía, elas não podiam comprar nem um sapato sozinhas, não participavam dos espaços. Quando havia reunião, somente os homens compareciam. Parecia que nada era das mulheres – somente o trabalho doméstico – o gado, a roça e até o cachorro eram dos maridos. Começou a participar de um grupo iniciante de produção orgânica e a levar as mulheres para esse espaço para se organizarem, terem mais autonomia, renda – saírem da sombra. Existe a associação, porém há um grupo de mulheres à parte que têm trabalho, geram renda, participam dos espaços de discussão.

Foi a partir desse grupo que começou a conhecer o movimento de ESS, outro divisor de águas. Não era alienada, pois sempre participou de movimentos sociais, contudo, não tinha noção de muita coisa porque estava numa realidade diferente, diferente na prática, do que já havia visto em teoria. Começou a pensar, de maneira mais enfática, no reaproveitamento das sobras de alimentos. Moravam em uma cidade com poucas opções de trabalho, porém com fartura de alimentos, que, muitas vezes, não eram aproveitados. Não apenas em montar um empreendimento, mas nas questões operacionais também, porque, por exemplo, como escoariam o que produzissem, se precisavam ficar nas suas propriedades cuidando tanto da casa e da família, quanto da produção. Resolveram aproveitar os alimentos fazendo conservas e picando os alimentos para serem vendidos, em porções, em bandeijinhas, em lojas e feiras. Hoje, há mulheres trabalhando nessa parte, outras com o processamento do pinhão, outras com panificação e,

ainda, outras com artesanato. Com isso, nenhuma das mulheres participantes depende mais do marido, cada uma tem uma atividade e uma renda.

Essa atividade fez com que se aproximasse do movimento de ESS em Lages e do Instituto, parceiro da cooperativa, que trabalha, há mais de trinta anos com agroecologia, na região serrana. Começou a participar das capacitações, seminários, de onde surgiu a oportunidade de associar-se à atual cooperativa. Em seguida, o marido também se associou, porque passou a produzir somente orgânicos. Ele produzia e comercializava pela cooperativa, e ela trabalhava com as mulheres na elaboração daquilo que era excedente dos alimentos. Pela participação e pela sua formação e experiência na área contábil, foi convidada a participar do conselho diretor da cooperativa. Nesse meio tempo, separou-se do marido que, apesar de ser do movimento, não acompanhou o envolvimento e engajamento de Maria Amélia, que está há nove anos na cooperativa. Para ela, os movimentos sindical, estudantil, da igreja e o associativismo eram muito fortes, até que o cooperativismo, também, passou a se tornar um movimento forte. E esse engajamento reflete-se no filho, que sempre levava nos encontros porque não gostava de deixar com ninguém, enquanto participava das reuniões e feiras da ESS. Aos 10 anos de idade, o menino já diz que vai fazer escola agrícola para ser produtor rural orgânico e fundar várias cooperativas – um claro reflexo do que vivencia cotidianamente.

Ela conta que, ao participar do movimento da ESS, reuniões, feiras, fóruns, percebia muito o crescimento das mulheres dentro da ESS. Há diferenças entre o meio rural e o urbano, entretanto, notava que, com o passar do tempo, elas ganhavam autonomia, algumas passavam a ser referências, participar mais dos espaços de discussão, a partir de uma coisa que pode ser muito simples para outras pessoas - a geração de renda. Há com certeza outros pontos importantes, como princípios e valores, contudo, o financeiro influencia muito, inclusive nesses pontos.

O envolvimento com os movimentos foi o que pôs fim ao seu casamento. O marido não aguentou vê-la, frequentemente, saindo para reuniões, viagens e pediu que ela priorizasse as coisas da vida dela. E ela optou por priorizar o que a realizava, que ia além do profissional, havia uma ideologia por trás de toda essa atividade da qual ela não quis abrir mão. É muito difícil conciliar ser mãe, esposa, dona de casa, militante, profissional. Algumas coisas ficam pelo caminho – são escolhas. Entretanto, ressalta que o ideal é o equilíbrio, para não ser absorvida pelo que mais gosta - algo que é buscado ao longo de toda a

vida.

Com relação à ESS, afirma que tem que ser algo bom, limpo e justo. Se for bom para um, tem que ser bom para o outro; se tem o preço justo para um, tem que ser justo para o outro; se produzir o alimento de forma correta, preserva-se não só o meio ambiente como também a saúde de quem está consumindo.

Para a Maria Amélia, o movimento estimula a solidariedade, numa inversão de prioridades em relação a ‘trabalho x renda’,

[...] acho que é tudo aquilo que você se doa para fazer. [...] Assim como eu sou só uma pessoa, vamos dizer nesse movimento todo da economia solidária, assim como tem várias pessoas que poderiam estar em outros lugares, uma vida muito mais tranquila e ganhando dinheiro. Mas não, a gente prefere o movimento solidário, ganha pouco e trabalha muito. Então, eu acho que isso é dar de si.[...] Então assim, quanto que a gente se doa, porque não é só aquilo, comercializar ou gerar renda, é muito mais que isso, muito mais amplo, e a solidariedade para mim é isso, tudo aquilo que você se doa. Tem muita gente que confunde solidariedade com esmola, é bem diferente, eu sempre digo. É aquilo que a gente tem de valor e que a gente dá para as pessoas, que seja o tempo, seja o carinho, seja atenção. As pessoas têm uma visão diferente, e eu acho que as pessoas que estão no movimento de economia solidária, a maioria tem essa visão. Podem talvez não saber expressar, mas tem essa visão.

Por meio do movimento de ESS, conheceu o movimento Slow Food, do qual também faz parte, por entender que ele tem princípios muito próximos aos da ESS. Slow Food¹³ é um movimento internacional, que, no Brasil, já conquistou um número expressivo de associados, o que possibilitou a criação da associação brasileira.

Em relação à cooperativa que atua, explicou que não é produção de orgânicos, porque esses são monoculturas, em grandes latifúndios,

¹³ O princípio básico do movimento é o direito ao prazer da alimentação, utilizando produtos artesanais de qualidade especial, produzidos de forma que respeite tanto o meio ambiente quanto as pessoas responsáveis pela produção, os produtores. (<http://www.slowfoodbrasil.com/>)

que apenas substituem os insumos, sem uma visão ecológica da propriedade. O que eles trabalham é com a agroecologia, em pequenas propriedades, que produzem com diversidade - e não monocultura -, que não trabalham apenas com a produção, mas com toda a propriedade, com a questão dos resíduos, da água, dos hábitos de quem trabalha, dos hábitos alimentares dos envolvidos, da preservação ambiental. Ao trabalhar as questões de solo, água, lixo, pensar em toda a propriedade e, assim, a produção, automaticamente, será orgânica e saudável.

Maria Amélia fala também sobre a pressão sofrida por ser mulher e a importância da participação dos homens nas discussões sobre gênero.

E se você sofre pressão na família, você sofre pressão na comunidade onde você vive, você sofre pressão no trabalho porque passa por muitos problemas e preconceitos, não adianta, querendo dizer, ou não, a mulher passa muito problema até hoje. Por mais que diga, conseguimos estar nos espaços, até a presidente da república, tal, tal, mas não adianta, é uma coisa velada, disfarçada, mas que tem muito ainda preconceito. Aqui era assim no início, hoje eu posso dizer que tá muito melhor, mas assim, os 3 primeiros anos foram extremamente complicados, porque o número maior de associados eram homens. Hoje não, hoje como está quase igual, então as mulheres participam muito também e acabaram e entenderam que é um processo que as mulheres também poderiam participar. Quando a gente vai discutir gênero, conversar sobre gênero, sempre diz não é só com as mulheres, mas é com os homens. Porque eles têm que também entenderem qual é o papel da mulher, a importância da mulher no processo. Não adianta você querer, vou trabalhar gênero com um grupo de mulheres. Quando a gente fazia isso, daí eu fazia um contato com um grupo, é só para as mulheres, não, pelo contrário, é para levar os esposos também, eles que tem que aprender. Claro que muita mulher também precisa aprender, porque infelizmente é cultural, tem coisas que são culturais.

Quando entrou na cooperativa, eram 160 associados, sendo

apenas 20 mulheres. Hoje, são 400 associados e quase metade é mulher. A mulher dedicou-se a isso por entender que não só os homens poderiam produzir nas suas propriedades, mas também elas, pois cuidavam do quintal da propriedade e viram que este era importante porque, também, poderiam produzir renda.

e eu sinto um enorme prazer quando eu vou fazer visita de campo, porque eu escuto elas dizerem assim, às vezes coisas que para nós são simples, mas que elas dizem, aí, agora depois que comecei a produzir e vender, tem umas que dizem, comprei torneira elétrica. É pouco, mas para ela é importante.

Teve uma outra que eu fui, que ela nunca tinha visto um micro-ondas na vida, nunca tinha utilizado um micro-ondas na vida, conseguiu comprar um micro-ondas. Mas ela estava faceira, meu Deus do céu, achando o máximo aquilo, o máximo da invenção. É a autonomia que elas têm de gerir o próprio dinheiro delas. E a gente começou a incentivar esse trabalho nos quintais com as mulheres. Nós tivemos grupos só de mulheres. Como os maridos já trabalham fora da propriedade, elas produzem sozinhas.

O papel das entidades de apoio para eles é fundamental, porque é por meio delas que conseguem os recursos (via editais) para capacitação, seminários, intercâmbios e subsídios necessários para o aprimoramento de todos os envolvidos e também dos processos de produção e comercialização. Mesmo a estrutura física foi reformada e equipada por meio de recursos vindos de projetos por meio da responsabilidade social de uma operadora de telefonia. Como cresceram e estão bem estruturados, são vistos como referência por ONGs, pelo Estado e por agricultores de outras regiões.

Fazendo uma reflexão a respeito de sua vida, destaca a importância de ter saído cedo de casa e ter se envolvido com os movimentos sociais para ser a pessoa atuante que é hoje, uma pessoa que tem consciência de que faz a diferença no mundo atual. Não que tenha sido uma trajetória simples, ela conta, teve muitas frentes, aprendeu muito com o movimento ligado à Igreja, teve grandes mentores nesse meio. No movimento partidário, também lutou muito, participou ativamente em passeatas, greves, mas hoje diz ser uma grande

decepção, porque não consegue mais perceber o que é partido de direita ou de esquerda, não consegue reconhecer os ideais pelos quais lutou, mas foi uma grande escola, no mínimo, para saber o que não fazer. Além de ter que operar num espaço especialmente arredio ao fato de uma mulher atuar de maneira tão expressiva, a própria família não entendia o que a levava a participar tão ativamente dos movimentos, o que influenciou até no seu casamento.

É uma apoiadora e fomentadora das mulheres para que estas ocupem seus espaços nesse ambiente marcadamente masculino. Desenvolveu, ao longo dos anos, muitos trabalhos direcionados para o empoderamento dessas mulheres e ilustra com uma história a tomada de consciência do papel da mulher em relação ao homem.

E a mulher também tem muita coisa que ela faz que ela aprendeu assim, ninguém disse que era errado, e que ela deveria saber dizer não. Eu tenho uma agricultora muito legal, uma senhorinha, lá de Serro Negro, uma comunidade bem pobre, e daí um dia a gente fez um seminário sobre gênero e ela deu um depoimento. Ela assim, “toda a vida eu levei a roupa e a toalha para o meu marido no banheiro”, depois do seminário de gênero um dia ele perguntou, “mulher minha roupa e minha toalha?”, “você vai pegar, você tem dois braços” ela disse, “ele brigou comigo a primeira vez, brigou a segunda, brigou a terceira e depois nunca mais pediu”. Mas que bonitinho ela ter coragem de falar assim, eu achei uma graça.

Daí ela disse que foi muito engraçado que no final ela disse, “agora eu estou ensinando as noras”. Então isso é gostoso, é isso que dá prazer, assim também no trabalho você ver que a mulher começa a ter autonomia, participar, ter empoderamento, isso é maravilhoso, eu gosto de ouvir muito essas coisas.

Maria Amélia fala também sobre a pressão sofrida por ser mulher e a importância da participação dos homens nas discussões sobre gênero.

E se você sofre pressão na família, você sofre pressão na comunidade onde você vive, você sofre pressão no trabalho porque passa por muitos

problemas e preconceitos, não adianta, querendo dizer, ou não, a mulher passa muito problema até hoje. Por mais que diga, conseguimos estar nos espaços, até a presidente da república, tal, tal, mas não adianta, é uma coisa velada, disfarçada, mas que tem muito ainda preconceito. Aqui era assim no início, hoje eu posso dizer que tá muito melhor, mas assim, os 3 primeiros anos foram extremamente complicados, porque o número maior de associados eram homens. Hoje não, hoje como está quase igual, então as mulheres participam muito também e acabaram e entenderam que é um processo que as mulheres também poderiam participar. Quando a gente vai discutir gênero, conversar sobre gênero, sempre diz não é só com as mulheres, mas é com os homens. Porque eles têm que também entenderem qual é o papel da mulher, a importância da mulher no processo. Não adianta você querer, vou trabalhar gênero com um grupo de mulheres. Quando a gente fazia isso, daí eu fazia um contato com um grupo, é só para as mulheres, não, pelo contrário, é para levar os esposos também, eles que tem que aprender. Claro que muita mulher também precisa aprender, porque infelizmente é cultural, tem coisas que são culturais.

E como as outras mulheres, aos poucos, foi conquistando seu espaço e, hoje, é atuante e muito respeitada pela família, pelos cooperados e, também, dentro tanto do movimento de ESS, quanto do de *Slow Food*.

Voltei para o hotel para fazer minhas anotações. Foi importante a entrevista com Maria Amélia porque, assim como Maria Cristina, é uma mulher que pôs os movimentos como prioridade em sua vida, o que não quer dizer que não estimava família, trabalho, apenas que tratava esses aspectos dentro do que valorizava, nos princípios dos movimentos de que participou e que trabalhavam com o empoderamento feminino. O trabalho que desenvolve com as mulheres sempre foi presente em suas atividades, desde que chegou à região serrana. Uma mulher empoderada atuando no empoderamento de outras, de forma ativa.

Pensando na minha outra entrevista da região, tentei contato com a Maria Helena de diversas maneiras, mas não obtive retorno e,

infelizmente, não dispunha, naquele momento, de outros nomes, em Lages, de mulheres com as quais eu pudesse tentar entrevistar – na minha lista havia outras mulheres da região, mas nenhuma ali da redondeza. Não tive alternativa a não ser retornar para Florianópolis e tentar outra maneira de contatar a Maria Helena, ou outra pessoa da região, e subir a serra noutro momento - o que não seria ruim, pois é uma região que eu não conhecia e seria sempre uma experiência nova.

4.2.5 Maria Elizabete

Em seguida, dediquei-me a fazer contato com as pessoas do Oeste Catarinense.

Uma pessoa foi indicada frequentemente, por fontes distintas - a Maria Elizabete, de Chapecó. Ela, recentemente, mudou-se para o litoral, mas continua ainda ligada ao empreendimento que criou em Chapecó – irá desligar-se aos poucos. Então fui a Balneário Camboriú entrevistá-la. Recebeu-me em sua nova casa, uma agradável casa de esquina, pequena e aconchegante. Sentamos na sala e ela me contou um pouco da sua vida.

É gaúcha, filha de agricultores e viveu na roça até os 15 anos, quando perderam tudo, inclusive o pai, que faleceu, e todos esses acontecimentos obrigaram a família a mudar-se para Chapecó. Trabalhou em cerâmica, puxando tijolo, e em outras atividades que surgiam, para ajudar nas despesas da casa. Depois, a família toda foi trabalhar em um frigorífico da região, que foi à falência, o que deixou todos desempregados. Quando veio do Rio Grande do Sul, tinha a terceira série do antigo primário.

quando eu vim do interior, eu tinha a terceira série do primário assim, não tinha nem a quarta série. E eu olhava da janela do frigorífico as amigas minhas que estudavam durante o dia e eu assim, tinha tamanha dor por não poder estudar, porque eu precisava trabalhar, eu perdi meu pai quando eu era criança ainda, minha mãe era uma pessoa analfabeta também....

Quando da falência do frigorífico, perderam o pouco que tinham, e os irmãos foram cada um cuidar da própria vida (muitos já tinham esposa e filhos), e ela ficou com a mãe. Foram trabalhar como

domésticas, fazer faxina, o que aparecesse. Apesar das dificuldades, decidiu que iria estudar. Conseguiu uma escola na qual, em seis meses, concluiria a quarta série, que era o que ela precisava para poder estudar à noite (a partir da quinta série havia escola noturna), mas somente em escola particular, não havia escola pública à noite. Conseguiu matricular-se na Escola Marista, sem pagar, até que tivesse um emprego. Arranjou o emprego num outro frigorífico (que posteriormente também faliu), mas o volume de despesas da escola era muito superior ao salário que ela receberia (um salário mínimo) e, conseqüentemente, não conseguiria pagar a escola. Foi conversar com o padre responsável para dizer que iria desistir, porque não poderia pagar. Chorava tanto que o padre consentiu que ela fizesse aquele ano sem pagar, porque ela era corajosa, apesar de jovem, trabalhava e cuidava da mãe. E assim foi, durante dois anos, quando ela se casou, e o colégio deu de presente de casamento um ano de mensalidade que ela devia. Mudou-se, depois de casada, para uma cidade vizinha, e como lá havia uma escola pública com aulas noturnas, pode finalizar o que hoje é o ensino fundamental. Para o segundo grau havia apenas o magistério, que foi o que cursou. Foi nessa escola que começou a exercer sua liderança. Na realidade, a escola é que começou a chamá-la para algumas atividades, como representante de turma, por exemplo, e isso aflorou. Era uma característica nata, já enfrentara os capatazes dos frigoríficos, mas percebeu isso, de maneira mais destacada, no período do colégio.

Retornou a Chapecó, foi lecionar, mas viu que somente com o magistério não teria uma vida muito fácil. Decidiu fazer vestibular e, apesar da pouca fé do marido de que ela conseguiria passar, foi aprovada. Fez pedagogia e depois especialização em supervisão escolar. Aos poucos, foi também se consolidando no magistério e passou num concurso público para professora. Teve um grande amigo nesse meio tempo, que, percebendo sua liderança nos momentos de greve, começou a insistir para ela participar do sindicato. Acabou aceitando, e, menos de dois anos depois, ele se afastou – foi trabalhar na Universidade –, e ela, que era vice-presidente, assumiu a presidência do sindicato. Este era composto basicamente de homens, e ela enfrentou muita resistência, mas ao final do mandato-tampão, acabou sendo eleita presidente. Ao final desse período, não participou mais da diretoria, porém, até hoje é reconhecida pelo trabalho que desenvolveu nos cinco anos à frente do sindicato. Começou a participar da associação de moradores no bairro em que morava, movimento de bairro e de escola, atuava firmemente.

No período em que fazia faculdade, adotou seus 02 filhos. Foi cedida por um tempo para a Universidade (nessa época era exigido

apenas especialização), deu aula por um ano, mas trabalhava principalmente na extensão com formação de professores dos municípios e, depois, como orientadora de alfabetização.

Em paralelo a isso, montou um grupo de costura em casa com mais duas outras professoras – porque era o que ela sabia fazer, as outras só sabiam lecionar. Estavam cansadas do que faziam, das muitas greves do magistério e pensaram que poderiam fazer outra coisa para melhorar a renda. Foram trabalhar à noite, na sala de costura montada na casa dela, e pensaram que nos dois primeiros anos não poderiam fazer nenhuma retirada, apenas estruturariam o negócio. Uma delas, que morava longe, decidiu que não poderia ficar à noite por causa da dificuldade para voltar para casa e desistiu. Por elas trabalharem com catequese, com teologia, a Cáritas, que tinha uns projetos de apoio a pequenos empreendimentos, ajudou na compra das primeiras máquinas. Então uma cunhada, que trabalhava em casa fazendo massas, passou a se reunir à noite, para ajudar, e a outra professora, que tinha iniciado o grupo, teve problemas de saúde na família e acabou desligando-se. Ficaram apenas ela e a cunhada. Convidavam pessoas para entrar no empreendimento, mas quando avisavam que por dois anos, pelo menos, não retirariam nada, as pessoas desistiam. A terceira pessoa que se juntou ao empreendimento era uma vizinha cujo marido, militar autoritário, não permitia que participasse, mas uma noite ela conseguiu ir para ver como era. A Maria Elizabete já distribuiu tarefa, e a vizinha acabou ficando. Ela trabalhava o dia todo na escola/universidade, depois, até duas ou três horas da manhã na costura. E tiveram que esperar não dois, mas oito anos para poder fazer a primeira retirada. Como começaram o negócio sem dinheiro, tudo o que faziam revertia para o próprio. Compraram mais máquinas, tesouras, aviamentos. A produção também não era grande, pois as 03 trabalhavam, somente à noite. Nesse meio tempo, construíram um espaço para trabalhar. Somente conseguiram trazer pessoas para participar do empreendimento quando adquiriram os equipamentos, o espaço e telefone. O amigo, que foi para a universidade e a convidava para trabalhar lá, não se conformava de ela, uma liderança grande, dedicar-se a ser “uma simples costureira”. Não percebia o que ela via – a possibilidade de organizar um empreendimento que fosse diferente de uma empresa tradicional, em que o resultado fosse partilhado, que ninguém se apropriasse, em que pudessem ser justos na distribuição, *“mesmo que a gente não desse o nome, lá no fundo da gente seria a construção de uma experiência socialista. Ele não era só um empreendimento econômico, ele era um empreendimento ideológico”*.

Ela sempre trabalhou fora, tinha sua independência, mas para as companheiras do empreendimento foi uma mudança significativa na vida. Saíram da dependência dos maridos, tornaram-se donas do próprio negócio, mudaram suas atitudes, até a linguagem mudou, a relação com os maridos, negociavam, faziam compras, e isso era gratificante e fez com que a Maria Elizabete perseverasse no seu projeto. Nem sabiam bem ao certo como era isso de cooperativa, então começaram trazendo gente para falar sobre isso. Optaram pela cooperativa, não pela questão fiscal, financeira, mas para poder ser não uma sociedade de capital, mas uma sociedade de pessoas, mais democrática, mais igualitária. Não sabiam, nem usavam o termo, mas já estavam trabalhando nos moldes da ESS. Mas depois da criação da SENAES, começaram umas feiras estaduais e, na primeira que participou, foi escolhida para fazer parte do Fórum Brasileiro, e uns dias depois já estava participando, em Recife, do primeiro encontro. Não entendia nada do que estavam falando, porque ainda era uma realidade longe da vida cotidiana, mas, assim mesmo, saiu de lá indicada para o Conselho Nacional de Economia Solidária, onde está até hoje. Mas, assim como aconteceu em relação ao sindicato, também quer se afastar, já contribuiu com o que acha que poderia.

Vê uma confusão na ESS. Para ela, ESS é uma alternativa a um modelo, uma proposta na qual as pessoas têm que ter cuidado com todas as coisas, com as próprias pessoas, com o ambiente, com tudo. Por outro lado, confunde-se com erradicação da pobreza e coisas afins. Ela acha que a ESS parte dos pobres, mas, para ela, isso não configura que a ESS é para pobre, que depois que você conquista alguma coisa não é mais ESS. Apenas que se pessoas uniram e conseguiram conquistar alguma coisa juntas. O mesmo equívoco ocorre em relação à ideia de que para ser da ESS tem que ser pequeno.

E a economia solidária, eu acho que ela tem uma confusão nela, porque para mim a economia solidária é uma proposta alternativa a um modelo, é uma proposta que você tem que ter o cuidado com todas as coisas, com as pessoas, com o ambiente, com tudo. Mas por outro lado se confunde também com erradicação de pobreza, com essa coisa toda. Eu acho que a economia solidária parte dos pobres. Por que ela parte dos pobres? Porque eu digo que às vezes as mulheres se juntam porque uma tem uma maquininha, a outra tem uma outra coisa, ou então assim, você

não tem os meios de produção, o único jeito de você às vezes se organizar e prover os meios é juntando as forças mesmo, [...] Mas eu não acho que a economia solidária é uma coisa para pobre, mas tem gente que acha e que acha assim, depois que você tem alguma coisa, você não é mais economia solidária.

Tem essa concepção também, você só é economia solidária enquanto você for pequenininho. Eu digo que não, eu digo que economia solidária você pode ter riqueza, por que não? Você tem uma riqueza para distribuir e não para concentrar. Você pode, eu acho que você tem. Hoje nós somos uma cooperativa, que somos sempre 18 ou 19 mulheres.

A cooperativa faz com que as pessoas envolvidas cresçam, aprimorem-se, porém, como são basicamente mulheres, não é simples. Apesar de estarem emancipando-se, as tarefas domésticas ainda são de responsabilidade delas. Então, muitas têm horário rígido de sair para fazerem jantar ou almoço para as famílias. Não há, ainda, uma mudança na maneira de enxergar a mulher e seu papel. Porém, na ESS, há um ganho de consciência que os que trabalham em uma fábrica, por exemplo, não têm. Porém ainda há muitas dificuldades para as mulheres dentro do movimento.

Eu acho que a mulher tem mais dificuldade para se colocar no mercado, a confiabilidade eu acho que em um empreendimento de mulheres demora mais para chegar. Esses dias o Professor Paul Singer dizia: "não, na economia solidária não tem isso", digo, "tem sim, tem homens que chegam lá e olham para nós, 'nossa, grupo de mulheres, vocês não brigam, não tem fofoca?'". Porque assim, a concepção de que mulher é isso, é vazia, só briga, só faz fofoca. Então como você se coloca no mercado quando você tem uma sociedade que tem essa concepção de mulheres? Como mulher vai negociar, vai estar à frente de um negócio?

Conta que se realizou muito ao longo da trajetória da cooperativa, cresceu, aprendeu, ampliou sua visão de mundo, abriu outros campos, porém, houve muito desencanto. Principalmente porque, na prática, aquele sonho demora muito para realizar-se. Na ESS não se tem acesso

a quase nada. Há uma necessidade premente de política pública – não compensatória. A cooperativa urbana não tem acesso a crédito, diferentemente da área rural que tem uma série de políticas públicas de incentivo. Há recursos como o microcrédito, mas não para cooperativas. Como faz parte do conselho da SENAES, por mais de uma vez retrucou ao secretário nacional, o qual afirmava existir esse recurso. Houve até uma aproximação com o Banco do Brasil para tentar melhorar essas condições, porém, não foi adiante. Isso faz com que muitos empreendimentos configurem-se como micro ou pequeno empreendedor para ter acesso ao microcrédito – numa tentativa de burlar o sistema. Porém, deveriam existir políticas públicas concretas para evitar isso e também com valores condizentes porque, pelo microcrédito, consegue-se 3 ou 4 mil reais – o que na opinião dela serve apenas para trocar a enxada velha por uma mais nova e não possibilita efetivamente uma melhora na situação.

Constata que houve ganhos com a criação da SENAES, mas principalmente para os empreendimentos rurais. E a falta de uma política pública de fato¹⁴ faz com que a ESS ainda precise caminhar muito porque, atualmente, vive de editais que selecionam, excluem. Necessitaria de políticas que universalizassem os recursos, bem como o acesso a eles.

Novamente no carro - depois da entrevista cheia de informações e com aquela sensação de estar conhecendo pessoas que fizeram a diferença, que realmente tomaram as rédeas de suas vidas, apesar de todas as dificuldades que enfrentaram, das difíceis escolhas que tiveram que fazer ao longo da vida – embarquei em mais reflexões. Uma mulher que investiu num plano de vida por mais de vinte anos para construir algo que permitisse uma forma de trabalho diferente do que o mercado oferece. Uma mulher que viveu sempre de acordo com seus princípios, que começaram pelo aprendizado cristão, mas ao longo do caminho outros princípios e valores foram agregando-se. Separou-se, deixou a casa em que viviam para o ex-marido, por entender que ele tinha uma condição financeira mais difícil, seguiu com seu empreendimento – que levou oito anos para tirar a primeira receita, empoderou várias mulheres

¹⁴ O projeto, específico para a ESS, estava para votação no Congresso Nacional em 2014, porém a bancada ruralista conseguiu impedir o andamento. Retorna para votação em 26/08/2015. (<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=559138>)

que passaram por seu caminho. E que hoje, ao ver seu sonho consolidado, resolve afastar-se, levando consigo apenas suas cotas, sem reivindicar nada do muito que dedicou de sua vida ao projeto.

O caminho de volta a Florianópolis fica curto para absorver tanta história.

4.2.6 Maria Carolina

A próxima entrevista foi em Palhoça, com a Maria Carolina. Conversamos num espaço em que estão estruturando o Fórum de Economia Solidária de Palhoça. Tinha uma espécie de recepção, onde uma moça atendia umas senhoras, e entramos numa sala que é onde Maria Carolina trabalha.

Ela é gaúcha, do interior do estado, de família humilde, em que todos precisavam ajudar. Então, quando chegavam da escola tinham que cuidar da plantação e das galinhas – que criavam para o abate.

Mas foi estudando e trabalhando, casou-se, teve filho e aproximou-se da ESS, quando se mudou para a Enseada do Brito e deparou com a carência da comunidade, que trabalha com a maricultura, ou seja, quando tem marisco, tem renda. Nessa época, trabalhava como agente de saúde e, por isso, aproximou-se e começou a fazer parte da Pastoral da Criança, onde começou sua evolução pelo social. Ao se aproximar da realidade das pessoas atendidas pela pastoral, principalmente das mães, é que se mobilizou para fazer alguma coisa para tirá-las daquela situação de falta de renda. A Arquidiocese, por meio da ASA – Ação Social Arquidiocesana, possui vários projetos sociais ligados à Pastoral da Família, da Saúde, incluindo um projeto de apoio à ESS por meio deles do qual conheceu a ESS. Foi então que viu uma possibilidade de auxiliar as mulheres que ficavam em casa, quando da falta de marisco, por não terem as mesmas possibilidades dos homens, que iam trabalhar de pedreiro, marceneiro.

Com a assistente social da Arquidiocese, começou a criar um grupo de mulheres. Conversaram com o padre, que apoiou a ideia. Mas não tinham nada e precisavam trabalhar com resíduo para ficar dentro dos princípios da ESS, o que de certa maneira era bom, porque, como não tinham nada, iam trabalhar com o que era descartado por outros. O padre conversou com as fábricas de tecido de Brusque e Joinville, que passaram a separar retalho, que, muitas vezes, era até incinerado, e que a ela passou a buscar para ser trabalhado pelas mulheres. Criaram o grupo e ainda deram suporte para outros grupos de mães da região. Hoje, tem

umas 06 mulheres produzindo artesanato como puxa saco, toalhinhas, porta treco, de retalho de tecido. Trabalham dentro do espaço da Pastoral, como complementação da renda do marisco, há uns seis anos.

Depois disso, Maria Carolina já atendeu grupos em várias regiões do entorno e até em outros municípios. Teve um problema de saúde grave que a afastou do trabalho de agente de saúde e, então, paralelamente ao seu tratamento de saúde, passou a se dedicar mais aos movimentos.

Foi ao montar os grupos e dar apoio a outros que conheceu o Fórum da Grande Florianópolis. É extremamente atuante, além do Fórum participa da Pastoral da Criança, de Sindicato, do Conselho Comunitário da Prefeitura e era conselheira estadual da ESS pelo Fórum.

Não é especialista, mas não se nega nunca a tentar fazer alguma coisa, principalmente com as mulheres. Diz que pode até ser que não consiga resolver uma situação, mas tem a obrigação de tentar. Gosta de trabalhar muito com as mulheres que, na opinião dela, são sempre deixadas de lado, são sempre dominadas pelo machismo que está até nelas próprias. Entretanto, ressalta que, aos poucos, elas vão tomando consciência de si mesmas, que não precisam ser mandadas por ninguém, que precisam decidir do que gostam e querem. Por isso, atua fortemente para melhorar a autoestima das pessoas com as quais está envolvida.

Acho que vagarosamente elas estão tomando consciência disso. Vagarosamente elas estão tomando consciência que elas são elas, que não precisam elas ser mandadas por ninguém, nem por marido, nem por ninguém. Elas têm que elas mesmo decidir que que eu quero, gosto do vermelho porque eu gosto do vermelho, não é porque eu gosto do vermelho porque ele gosta do vermelho ou sei lá quem. Então é isso que eu digo prá elas, tu tem que tomar uma atitude na tua vida de saber que tu é tu. Tu que sou eu, eu tenho que olhar por ele porque na hora H, eu digo prá elas: "tu vai sentir sozinha, vai se sentir sozinha". Nem sempre o marido tá, nas 24 horas do dia. Vai ter horas que tu vai ter que tomar uma decisão, tu não vai ficar a vida toda esperando, "tenho que esperar meu marido". Não querida, resolve, mostra que tu pode, tu é capaz. E acho que aos pouquinhos essa é a realidade que a gente está visitando os interiores.

Mas vê a ESS como uma aliada para as mulheres, por auxiliar na tomada de consciência. As mulheres que participam são mais independentes, pensam por si só, apesar de ainda existir muito o fato de não fazerem alguma coisa porque ‘o marido não deixa’ – que às vezes não deixa mesmo, mas em outras ocasiões usam isso porque ainda têm ainda medo de sair, de ver o novo.

Como articula bem e é muito conhecida pelos movimentos e pelos gestores públicos, está sempre tentando arrumar alguma situação dos empreendimentos, que têm muitas dificuldades, principalmente na questão de legislação e de meio ambiente. É muito difícil para os empreendimentos que são desestruturados, na grande maioria, conseguir que seus pleitos sejam atendidos. Então ela, que tem essa facilidade de acesso, conhece os empreendimentos, consegue mediar uma solução. Afirma que todos nós temos que fazer mais por aqueles que nos cercam. E que os programas sociais do Governo Federal (bolsa família, bolsa educação...), sem estarem atrelados à geração de renda ajudam, mas não trabalham com a autoestima dos envolvidos. Dão a sensação de alívio, porém de uma coisa que podem perder – uma sensação de aleijado. É necessário que se sintam úteis, que se sintam fazedores da própria história.

Com relação à ESS, acha que há um entendimento errado do conceito pelas pessoas, de maneira geral. Acreditam que ser solidário é dar os produtos que produziu e não que é ter um preço justo, produzindo de maneira justa. Então precisa ainda de um trabalho de conscientização muito grande e, conseqüentemente, de muito tempo para essa consolidação. E o tempo de uma reunião do Fórum é muito curto para discutir os problemas enfrentados, a comercialização – que é sempre um ponto de pauta, e dar formação consistente. Mas, por enquanto é o que tem conseguido fazer.

Maria Carolina disse, a respeito da mudança em sua vida após a participação nos movimentos sociais:

eu acho que a gente tem que partir de um princípio que é assim, eu antes dos movimentos sociais e eu após os movimentos sociais. Eu acho que as pessoas que não têm essa vivência de acompanhar, ou está dentro de um movimento social que a partir do momento que eu entrei na Pastoral, parecia que era um sonho. Eu vi falar alguma coisa, parecia abstrato, aí o momento que eu entrei, que eu comecei a ver o trabalho, parece que deu assim, clareou tudo é como se realmente era aquilo que eu

tinha que fazer, entendeste? Eu estava no lugar certo, na hora certa, tudo certo. A partir dali eu sabia que eu tinha uma estrada muito longa, árdua, cheia de pedras, mas era realmente aquilo que eu tinha que fazer e hoje eu preciso fazer, eu não sei nem por quê.

Trabalha também para montarem um Fórum de Economia Solidária, em Palhoça. Com isso, atua na formação e capacitação de empreendimentos da região, para levarem para o Fórum: artesanato, panificação, doces, mel. E agora, indo até o interior, principalmente com as mulheres ligadas à agricultura e que estão longe de tudo, com acesso precário. Essas pessoas não conseguem vir participar de uma reunião do Fórum, uma tarde toda, por isso, é preciso ir até elas levar um evento, uma formação para fazê-las integrarem-se ao movimento. Como não dá para fazer articulação de ESS, tem que mostrar outro ângulo, outro foco que não apenas a geração de renda, como saúde, por exemplo.

Destaca o papel de articulação com o poder público e o suporte das entidades de apoio como pontos chave para o crescimento da ESS.

Maria Carolina fala que não sabe parar, mesmo com a saúde fragilizada. O carro está sempre cheio de coisas, que ela leva de um lado para outro para ajudar os empreendimentos, ou aqueles que estão se estruturando ainda. Quer acompanhar tudo de perto, então está sempre fazendo alguma coisa. Os movimentos sociais foram um marco na sua vida – abriu-se uma longa e árdua estrada que ela precisava trilhar. Disse que já foi egoísta, mas que depois que percebeu a importância de pensar nos outros e trabalhar para isso, as coisas melhoraram para ela. Hoje, tem necessidade de fazer alguma coisa pelos outros, quer estar sempre junto, amparando e ajudando a construir.

Encerramos a entrevista porque ela precisava ir para outra reunião na Prefeitura. Diferente um pouco das outras entrevistas que tive, a Maria Carolina falou um pouco menos de sua história de vida, mas mostrou muito de seu trabalho dentro da ESS e de como isso enriqueceu sua vida e ofereceu alternativas de ação, principalmente depois do problema de saúde. Mulher atuante, articulada que aspira diariamente fazer a diferença na sua vida e na de outras pessoas do seu entorno.

4.2.7 **Maria Beatriz**

A próxima entrevista foi em Navegantes, com Maria Beatriz, um nome que surgia sempre que eu falava que precisava entrevistar mulheres com histórias de vida marcantes dentro do movimento.

Ela me recebeu no próprio empreendimento, um galpão de reciclagem, num bairro afastado do centro da cidade. Conversamos enquanto as pessoas trabalhavam, porque naquele dia já haviam recolhido material em alguns lugares, e o caminhão chegou novamente, enquanto fazia a entrevista. Uma peculiaridade dessa entrevista foi a participação ativa de seu marido, que, literalmente, puxou uma cadeira e se sentou junto a nós duas. Num primeiro momento, pensei que poderia ser um cerceador, porém, foi muito participativo e deu muitas informações complementares ao que ela ia contando, numa demonstração de orgulho por tudo que foi construído ali.

Nascida em Curitiba, filha de militar, foi criada pelos avós paternos em Caçador, SC, desde 03 anos de idade, quando da separação de seus pais. Viveu por lá mesmo, trabalhou muito, casou-se algumas vezes e teve 04 filhos. Fez até a sétima série. Conheceu o atual marido e, como não gostavam da cidade, resolveram mudar-se para Itajaí. Quando chegaram, há dezoito anos, a cidade era bem pequena, interiorana, e ela teve vontade de voltar muitas vezes e, para piorar, choveu praticamente durante todo o primeiro ano todo, e ela com 04 filhos e a caçula, uma bebezinha de fralda ainda. Mas, o marido insistiu e acabaram ficando, era para ser por mais um ano, mas estão até hoje. Foram até uma imobiliária em Itajaí, pois queriam comprar um terreno num lugar bem sossegado. Foram encaminhados pelo pessoal da imobiliária para Navegantes. Deixou tudo encaminhado, voltou, falou com o marido e, em seguida, puseram a casa em Caçador à venda e foram para Itajaí. Hospedaram-se numa casinha, nos fundos da imobiliária, enquanto construíam a casa no terreno. O marido era pedreiro até oito anos atrás, quando começou a trabalhar com ela, porque estava com uma alergia que não lhe permitia mais trabalhar como pedreiro.

Ela buscou várias vezes trabalho formal, mas quando informava o bairro em que morava, tido como violento, as pessoas, com medo, não a contratavam mais. Então foi fazer pão caseiro, comprou uma cesta bonita e entregava nas casas, de bicicleta. Fazia orelha de gato (um tipo de biscoito) e ia até as construções vender, porque havia muitas obras nessa época. Mas não era suficiente para a sobrevivência da família, e ainda tinham que pagar o terreno em que viviam. Com a chegada da

temporada, montaram um carrinho para vender água, refrigerante e cerveja, na praia. O marido ia vendendo, e ela ia com as crianças atrás, para recolher as latinhas para vender depois. Mas, claro, não era o suficiente. Foi então vender Yakult. Como tinha que pagar o boleto do que pegava de produto e, nem sempre recebia dos clientes, ao invés de ajudar, estava atrapalhando. Ao final, teve que fazer um empréstimo no banco para pagar os boletos, porque outros deviam a ela.

Nesse meio tempo a Companhia Catarinense de Água e Saneamento (CASAN), que desenvolvia vários projetos na região, apresentou, na escola, um projeto que escolhia bairros necessitados para montar alguma coisa para geração de renda. Como ela estava sempre na escola e era muito atuante, quiseram saber o que ela achava que seria bom montar no bairro. Ela sabia que tinha muitos catadores ali e sugeriu que montassem um galpão para melhorar a estrutura dos catadores, para melhorar a renda deles. Foi escolhida para ser a articuladora do projeto no bairro, junto com a prefeitura, com a assistente social e com a equipe da CASAN, que viria de Florianópolis.

Então ela passou a intercalar as entregas de Yakult com as reuniões. Conseguiu que a Igreja cedesse um lugar para fazer as reuniões e foi motivando as pessoas, inclusive do bairro vizinho, mas, lá, optaram por montar um galpão de costura para as mulheres. Mas esse projeto de costura não teve continuidade. Para os catadores, pelo projeto, montou-se um galpão, uma balança para pesar o material e uma prensa. Nesse período, ela estava como voluntária, como articuladora do projeto, sua fonte de renda eram as vendas do Yakult ainda. Entregaram a chave do galpão e deixaram que eles iniciassem. Aconteceu a primeira reunião e, quando ela foi se manifestar, uma senhora disse que ela não tinha que opinar porque não pertencia àquele coletivo, porque não era catadora, que o que tinha que fazer, já tinha sido feito. Decepcionada, voltou para casa pensando em entregar toda a documentação do galpão, que estava com ela, e afastar-se. Mas, pensou melhor e viu que pelo regimento – que já havia sido criado nas reuniões anteriores – ela poderia ser associada, por já estar envolvida com o projeto. Na reunião seguinte, ao invés de desistir de participar, solicitou para tornar-se associada. Foi uma surpresa, pois não esperavam por isso e, de acordo com o marido, se não fosse por ela, o empreendimento não teria durado um ano, como aconteceu com o das costureiras do bairro vizinho.

No começo, não tomava muito a frente da direção do empreendimento, ficava apenas com secretaria, vice-presidência. Não tinham empresa constituída, tinham que passar com os carrinhos recolhendo o que conseguissem, separavam em casa o material e traziam

para pesar no galpão. O primeiro presidente tinha pouco estudo, não anotava as coisas, acabava pagando duas, três vezes a mesma coisa pela falta de controle. Uma vez até deixou o dinheiro dentro do material, que ficava na carroça, que foi levado com o material vendido. O outro presidente pegou o primeiro pagamento e, ao invés de pagar as pessoas, comprou um revólver. O seguinte misturava o dinheiro do empreendimento com o dinheiro dele e nunca sabia quanto tinha no fundo (recolhiam de 10 a 15% para um fundo de emergência). Uma tristeza, conta o marido.

Inconformada com esse descontrole, resolveu concorrer para a presidência, ganhou e resolveu mudar tudo, para ficar de acordo com a lei. Distribuiu um bloco para cada catador que, ao entregar o material que era pesado, já era anotada a quantidade, o peso, o preço, tudo certinho e cada um ficava com uma cópia, para ter controle no dia do pagamento. No dia de pagamento, então, faziam o acerto, carimbavam 'pago' em tudo, para não ter pagamento posterior, em duplicidade.

Como o fundo de emergência não estava funcionando, pensou em ações que pudessem melhorar a qualidade de vida do associado. Fez convênio com o mercado do bairro, acertou que ela liberaria vales para eles fazerem a compra e, ao final do mês, antes de acertar com cada um, acertaria com o mercado primeiro, para garantir a qualidade da alimentação de todos e, também, garantir que todos pagariam o que deviam ao mercado, para a conta no mercado não virar uma bola de neve. Antes, eles pagavam primeiro as despesas com cavalo, carroça, aluguel, luz, água e, com o que sobrava, faziam as compras de mercado, mas agora podem comer melhor, com fruta, verdura, alguma carne, que não fosse a carcaça de frango. Isso fez com que ela se empenhasse, ainda mais, em melhorar as condições para eles.

Hoje, tem o convênio com o mercado, com a farmácia e até com uma dentista do bairro, dentro de um limite de R\$ 100,00 por associado. Além disso, nos dias de aniversários faz uma festinha, no dia do trabalhador também, porque não é só trabalho, tem que valorizar as pessoas, ela diz. Do mesmo modo, no Natal e Dia das Crianças fazem uma festa no bairro, com a ajuda da padaria, do supermercado, lanchonete e distribuição dos brinquedos recebidos de doação. Isso cria um envolvimento grande com a comunidade.

Eles são atuantes, articulados, porque Navegantes não tem coleta seletiva, então trabalham com material que vem de Porto Belo (um caminhão por semana) e agora também da Penha, em cumprimento à Lei de Resíduo Sólido (dois caminhões pequenos por semana). Além disso, fizeram contato com um estaleiro grande, instalado em Navegantes, que

é o grande fornecedor de material para eles, há nove anos. Começaram com carroça e hoje já têm caminhão e fazem duas viagens por dia para o estaleiro.

A associação já existe há onze anos, tem 15 associados e conta com apoio das ITCs (FURB e UNIVALI), principalmente na parte jurídica, pois até hoje não têm a posse do terreno porque o galpão foi construído numa área de preservação – naquela época eles não sabiam.

Tem 02 filhos que, também, trabalham na associação, uma na triagem e outro é o motorista do caminhão. O marido explica-me que, como ela participa de muita reunião, congresso, ele coordena as coisas ali dentro, operacionais, porque ele fica no empreendimento fazendo o desmanche do que vem e reconstruindo o que é possível – já fez até bicicleta com o que recolheu. Com isso, há mais uma receita com a venda das coisas que ele faz.

Trabalha muito com educação ambiental em escolas e creches. Fez também algumas palestras para o pessoal do aeroporto, de quem receberam por um tempo material também. Relata que nem sempre é uma tarefa fácil criar essa conscientização.

Teve uma vez que a gente foi fazer Educação Ambiental lá (na Infraero), que veio uma senhora. [...] Ela já estava revoltada porque queria ir pra casa e não queria saber de reunião. Daí ela já estava revoltada, ela disse assim "o que eu vou ganhar em separar pra vocês?". Eu digo "então a senhora então está bem mal informada, porque a senhora separando, além de ajudar a gerar renda pra pessoas, catadores que têm filhos, que têm um neto, a senhora ainda está ajudando o nosso meio ambiente. Porque, já pensou se não tivessem pessoas como nós fazendo esse trabalho, quanta montanha de lixo ia estar no nosso planeta? Por que, você vê uma cidade de 60 mil habitantes. A gente gera, mais ou menos, um quilo de material, de lixo, por pessoa. Quanto que não daria isso? Não tinha mais espaço pra gente andar. Como é que ia sobreviver no meio do lixo?"

Ela tem uma atitude firme, a ponto de negar-se a receber o material enviado pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO). Firmaram uma parceria, foi quando ela fez as palestras de conscientização para a equipe. Entretanto, a seleção do

material não estava sendo feita de acordo, muito material não reciclável junto, o que punha em risco a saúde de quem trabalhava.

Então nós fizemos a nossa parte e eles não. Tiramos foto, tudo agora, até ver com o Sr XX lá do Rio Grande do Sul, que, daí, ligou pra saber o que estava acontecendo. Daí eu mandei as fotos, porque do jeito que vinha o material, era muito nojento. Eu disse pra ele, digo "aqui a gente trabalha com ser humano". Acho que nem um animal merece trabalhar ou conviver numa situação daquela [...]. Nós tava pagando praticamente pra tirar o lixo deles. O que aconteceu então, a gente vai dar uma parada até vocês se adequarem. Vê como é que vão fazer aí, porque Educação Ambiental a gente já fez um monte.

Depois de várias tentativas de mostrar o problema, suspenderam o acordo, até que a INFRAERO se adequasse e passasse a fazer a coleta seletiva efetivamente.

Já está à frente da associação há três gestões, mas não sabe se vai poder continuar pelo estatuto. O marido lamenta, porque acha que ninguém vai desempenhar tão bem esse trabalho e aí se inclui, porque ela faz a parte externa e ele a coordenação interna, numa dinâmica produtiva para a associação.

Atualmente, participa ativamente do movimento de ESS e do movimento nacional de catadores. Já foi até delegada do movimento, mas agora deixou que outra pessoa assumisse para permitir que experienciasse também. Ressalta a importância de participar para conhecer as pessoas, ver o que está sendo discutido. Com o apoio das ITCPs, estão formando uma rede de catadores no estado para troca de experiências, materiais entre outras coisas. Outra coisa importante foi a articulação com o poder público. Mesmo que intermediado pelas ITCPs, ela participa ativamente de encontros com prefeitos, promotores, seja para resolver o problema do terreno, seja para cobrar uma atitude em relação à coleta seletiva para Navegantes.

Outro destaque que faz é quanto ao papel da mulher, acredita que as mulheres são muito fortes, tanto que conseguem, quando necessário, cuidar dos filhos, sustentar família sem a presença de marido. A associação tem mais mulheres que homens. E, com o envolvimento na ESS, por exemplo, a mulher passa a ter uma noção maior da sua

capacidade, da sua força. Passam então a usar dessa capacidade que desconheciam.

Hoje a mulher tem muito espaço. Que a mulher, ela tem um jogo de cintura pra lidar com as adversidades e a força de vontade, porque hoje tem muitas mulheres que são mulher e homem em casa. Às vezes são mulheres que só têm os filhos, não têm marido, e daí têm que dar conta do recado. E são poderosas. A mulher, querendo, elas são poderosas mesmo. Elas que mandam e deu. Não é? [...] Eu acho que ela (a ESS) dá oportunidade de você ter um conhecimento que você não tinha. Que nem eu te falei, até então a gente não sabia o poder que a gente tem. E saber usar também esse poder. É muito legal.

Isso se reflete na história dela. Quando começou a estruturar a associação não tinha noção de muita coisa, não sabia se posicionar. Hoje, não teria conduzido as coisas com a CASAN e a prefeitura, por exemplo, como fez no passado, não teria provavelmente tido o problema com o terreno. Agora ela tem consciência e questiona – algo diverso do que acontecia no passado. A troca entre as pessoas, o apoio que o movimento dá fazem toda a diferença para conduzir sua vida e o empreendimento.

Quando uma das filhas estava na sétima série, incentivou a mãe a voltar a estudar e fizeram juntas a oitava série.

Eu tenho só a 8ª série. Naquela dificuldade que eu te falei, quando eu pensava assim "quando a minha filha mais velha tiver uns 2, 3 aninhos, eu volto a estudar". Só que como tava nessa época, já tava quase ganhando o outro. Ai, quando a minha filha do meio foi fazer a 8ª série, ela disse "mãe, por que a senhora não tenta?". Porque eu só tinha feito até 7ª, daí já fui tendo eles. Ela diz "por que a senhora não recomeça, vamos lá, eu vou fazer a 8ª, vamos fazer junto"? Ai me deu aquela coisa, eu digo, "pois, olha, dá pra tentar", eu pensei. Digo "eu vou lá, faço a matrícula e se eu ver que a gente começa a estudar e vai ficar muito diferente do tempo que eu estudava, que eu ver que vai ser difícil, que eu não vou conseguir, eu desisto". Fui lá toda

empolgada com ela, fiz a matrícula, comprei as coisas, tudo, e comecei a estudar. Meu Deus, parecia que eu voltei ser adolescente de novo.

E ainda ajudaram alguns colegas, que estavam ficando pelo caminho. A filha continuou, mas como não tem escola no bairro, ela parou novamente, porque aí teria que ir estudar noutro lugar e ficaria mais complicado. O marido, nesse momento, incentiva que ela continue, e começam a pensar em trazer uma escola para o bairro – que já tem mais de oito mil pessoas - e quem sabe ela poderia retomar os estudos.

Foi a única entrevista que fiz enquanto via o pessoal trabalhando, e muitos vieram participar, dar algum depoimento, mesmo que breve. Todos demonstram uma paixão por aquilo, alguns gostariam de trabalhar todos os dias. A entrevista foi interrompida com a chegada do caminhão que voltava com material do estaleiro. Foram me apresentar às pessoas que trabalhavam e que se aproximaram de onde estávamos sentados – na porta de entrada da cozinha – para tomar o café da tarde oferecido pela associação.

A atuação dela é o grande destaque que todos colocam nas suas falas, na diferença que ela fez para a associação. A preocupação dela em melhorar a vida de todos, não só dos associados, mas do bairro, querendo trazer escola, não querendo que o galpão saia do bairro (no problema da regularização) para que os catadores continuem tendo uma condição mais digna de trabalho, com o que já está estruturado, é notável.

Depois de me mostrar o espaço e várias fotos de eventos que eles montaram, ou dos que ela participou pelos movimentos, nos despedimos.

Mais uma vez pego a estrada de volta a Florianópolis com a mente repleta de reflexões a respeito dessas mulheres especiais com as quais tenho tido o prazer de conversar. É impressionante como, mesmo com tanta adversidade, não param, têm orgulho pelo que fazem, amor pelo trabalho. Uma mulher que, mesmo antes de conhecer os movimentos, lutou pelo coletivo. Na sua história com a associação – da qual ela nem faria parte inicialmente – está há onze anos trabalhando para que o grupo tenha melhor condição de vida, de trabalho, de educação, de saúde. Luta diariamente nas esferas públicas para conseguir regulamentar a Lei de Resíduo Sólido, para que tenham mais material para trabalhar e que mais pessoas possam se envolver e crescer a partir disso. Vê-se que é uma liderança, pois sempre esteve à frente de

tudo, fez financiamento pessoal para assegurar melhorias para o grupo, viaja pelo país todo para participar de reuniões e fóruns de discussão a respeito de reciclagem.

4.2.8 Maria Rosa

Meu contato seguinte é com a Maria Rosa de Chapecó. Estava me organizando para viajar para o Oeste para entrevistá-la, mas ela veio participar de um curso em Florianópolis e aceitou que eu a entrevistasse, mesmo na correria entre o curso e seu retorno para o oeste. Acabamos fazendo a entrevista na rodoviária mesmo, em razão dos horários e deslocamentos dela.

Maria Rosa é agricultora, mora ainda no campo, hoje, como opção. De família humilde de agricultores, aproximou-se dos movimentos sociais pela Pastoral da Juventude Rural, que trabalhava a teologia da libertação, que pregava fé como ação para mudar a realidade social, e ela ansiava em mudar a realidade dos jovens rurais. Assumiu a liderança na diocese e passou a atuar no movimento sindical cutista¹⁵ e, posteriormente, assumiu o coletivo de jovens de uma organização sindical que se opunha ao sindicalismo oficial, que, na sequência, constituiu uma federação que se identificava especificamente com a agricultura familiar. Atuou fortemente com os jovens, num movimento que tinha dimensão nacional e que culminou com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – uma linha de crédito diferenciada para os agricultores familiares.

Passaram então a discutir um projeto de desenvolvimento em que a inclusão social estivesse presente e que se constituísse no meio rural, não dependendo de fora, com valorização da agroecologia, com sustentabilidade, com inclusão social e solidariedade entre as famílias envolvidas. Em seguida, conseguiram criar uma federação na região sul que, alguns anos depois, se estendeu para o nível nacional – onde atuou na Secretária de Política Agrícola e Agrária. Sua atuação nesse movimento era no sentido de auxiliar na inclusão e no acesso a terras e nas políticas públicas do agricultor familiar. Com isso, os movimentos conseguiram criar a lei do agricultor familiar, que possibilita, entre outras coisas, o seguro agrícola e habitação rural.

Participou da criação do primeiro sindicato regional da agricultura familiar com vários projetos de formação, alguns

¹⁵ Movimento associado à Central Única dos Trabalhadores (CUT)

reconhecidos até pelo MEC, com o objetivo de capacitar e esclarecer o agricultor familiar.

A partir de 2007, passa a atuar mais na área cooperativista ao perceber que não bastava conquistar as políticas públicas, era necessário aproximar-se do agricultor. Criaram então um sistema de cooperativa de agricultura familiar e economia solidária, o sistema de crédito solidário, porque os agricultores da agricultura familiar não estavam conseguindo acesso aos bancos para ter recursos do PRONAF, e também criaram uma cooperativa de habitação rural para propiciar ao agricultor acesso a políticas de habitação, além de cooperativas para a organização da produção. A ideia era facilitar o acesso do agricultor aos programas de incentivo do governo.

Depois dessa etapa, assumiu a direção de uma cooperativa que reúne um número expressivo de famílias (aproximadamente mil famílias), e que a partir dali organizam agroindústrias familiares, o que garante renda e qualidade de vida, mas sem reproduzir o sistema atual das empresas, que é de exclusão. Constroem todo o plano de viabilidade, desde a legalização da unidade até a construção do acesso desses agricultores ao mercado. Atualmente, contam com 07 filiais de agroindústrias familiares. O grupo do qual ela faz parte é composto de 05 famílias coordenadas pelas mulheres, que trabalham com panificação. Os homens atuam mais nas feiras, na comercialização. Há outros grupos em que os jovens predominam, são a segunda geração. Há os que trabalham com embutidos, outros com leite e derivados, mel, queijos. Assim, ao controlarem a cadeia produtiva, conseguem chegar ao mercado de forma organizada.

Essa cooperativa é constituída dentro da ESS e, por isso, dialoga com vários programas, criam e desenvolvem atividades que mostrem ao agricultor que ele é um agente social transformador, e não apenas um reprodutor do sistema atual de exploração, de modo a construir alternativas de renda para as propriedades, em contraponto ao sistema cooperativista tradicional, que atua fortemente na região. Por isso, a cooperativa faz parte de uma união nacional de cooperativas familiares (da qual ela faz parte da direção, pelo estado, na área de formação) para discutirem o novo marco legal para o cooperativismo, uma vez que, hoje, não há essa diferenciação – apesar das inúmeras diferenças entre as duas formas de cooperativas.

Toda essa participação reflete-se em sua formação acadêmica. Fez o segundo grau, depois fez quatro anos de teologia da libertação. Depois parou durante quinze anos, por não encontrar um curso de graduação direcionado para a realidade que ela abraçava. Mais tarde, fez

graduação em desenvolvimento sustentável em agroecologia e, atualmente, está parada, mas atua fortemente para a construção de uma especialização em agricultura familiar. Durante sua trajetória de atuação nos sindicatos e movimentos sociais, participou da criação, no Instituto Federal de SC, da grade curricular de um curso específico para agricultura familiar. Destaca a importância da educação para a formação política e para o despertar crítico das pessoas. Por isso, ao longo do tempo, trabalhou com a formação de jovens e mulheres agricultores, agora, com as universidades e instituto federal, para que estivessem preparados para enfrentar as demandas de cada época.

Afirma que a ESS não é um trabalho pronto, tem realidades, processos, culturas diferentes, num constante aprendizado e isso, muitas vezes, cria desconfiança, o que exige sempre grande esforço de convencimento dos que se aproximam. Mas, expõe uma associação entre a solidariedade e o coletivo importante para o movimento.

Eu pra mim, solidariedade é isso se preocupar com o outro acima de tudo, toda ação que tu constrói ela tem que estar relacionada ao grupo, as pessoas que te envolve, tem que melhorar a tua vida, mas tem que melhorar a vida de um conjunto, do coletivo. E quando a gente constrói ou propõe uma política pública ela vem nesse sentido de mudar as relações. Aonde a empresa vê o agricultor familiar como um produtor de matéria-prima, nós vemos como um produtor de alimentos. Muda a lógica.

Destaca a dificuldade, mesmo dentro da ESS, de sua participação por ser mulher e, por isso, ser então percebida com desconfiança uma vez que, historicamente, as lideranças no cooperativismo são de homens e a mulher fica com o papel de cuidar da propriedade. E isso exige o dobro de esforço das mulheres do movimento, principalmente na área rural, onde a participação da mulher em cargos diretivos, por exemplo, ainda é irrisória. Então na sua luta pessoal, está a mudança desse cenário. Expõe, por exemplo, que

o comodismo ainda também está muito presente nas mulheres, nós sempre usávamos a atividade do leite como exemplo quando nós discutíamos com as mulheres, até que o leite servia pra propriedade, pra subsistência da propriedade era atividade de mulher, a partir do momento que o leite se tornou

uma renda na propriedade passou a ser atividade do homem. Se tu pegar até 94, 95, poucos homens iam tirar leite, a partir de 97, 98, que o leite começou a ser comercializado, aí o agricultor foi pra estrebaria tirar leite. Por que? Porque dá lucro. Então só a partir desse exemplo tu começa a perceber o que é o papel de homem que a sociedade implementou, e o que é papel de mulher. E pra tu quebrares esses paradigmas não é tão simples assim.

Conta que estava em Florianópolis para participar de um evento que objetivava discutir as políticas públicas que deixam muito a desejar no apoio à agricultura familiar e em especial às cooperativas da ESS, que nem linhas de crédito possuem. Se houvesse política pública de estruturação de cooperativa, não precisariam dispender de recursos da cooperativa para estruturar programas – não há nem capital de giro, tem que ir aos poucos a tudo. Quando vão tentar conseguir recursos do PRONAF, as cooperativas estruturadas na forma tradicional possuem capital de giro, garantias, o que torna muito mais fácil o acesso ao recurso desse programa do governo. Então, apesar da existência da SENAES - que foi uma conquista -, as políticas públicas ainda não chegam de modo efetivo até a agricultura familiar. Se essa questão tivesse sido equacionada, a ESS teria avançado mais.

Por ser bem atuante, assim como seu marido na ação sindical, tem na sogra – uma liderança nata e importante na comunidade – seu maior apoio. Esta sempre auxiliou com os dois filhos, quando ela e o marido precisavam se ausentar. Ela destaca a importância desse apoio para que as mulheres possam participar de maneira mais efetiva dos movimentos. Ressalta que aquelas que não têm esse suporte e, principalmente, o apoio dos companheiros, acabam desistindo de participar, para não criar atrito na família e, então, submetem-se

aí muitas vezes tu olha muitos movimentos que são até feministas em certos momentos, isso mais atrapalha do que ajuda na participação da mulher, porque aí a mulher tem que abrir mão da família, do companheiro, ou trata o companheiro como adversário, e isso é ruim porque tu não constrói relações de participação igualitária, ou de conquista de direitos, constrói uma ruptura, então as pessoas têm que se conscientizar que a participação social de homens e mulheres são

importantes, e que homens precisam se conscientizar que a participação da mulher também é importante nos espaços.

Atualmente, na cooperativa, 60% do conselho administrativo é composto por mulheres. Então, tem que se fazer constantemente um debate, desde as relações familiares, a confiança dos parceiros, para que as mulheres possam efetivamente participar. E pelo exemplo de outras mulheres – o dela inclusive, é claro – é que se consegue que muitas mulheres venham para o espaço de discussão.

Maria Rosa conta-me um pouco mais de suas muitas atividades de atuação política nas muitas frentes que atua, e obrigo-me a encerrar a entrevista, porque ela havia participado o dia todo de reuniões, ia encerrar uma viagem de ônibus até Chapecó (aproximadamente 550km) e ainda iria jantar.

A impressão de ter encontrado uma guerreira incansável foi a sensação que me acompanhou de volta para casa. Ela é atuante em tantas frentes, que em certos momentos, ficou até difícil entender como essas frentes cruzam-se, tive que reler a transcrição algumas vezes. Uma mulher altamente politizada, com um discurso nitidamente de uma militante de uma vida. Vive a militância cotidianamente, atua na cooperativa, porém muito mais na formação e capacitação do que na produção propriamente dita. Atua em sindicatos, federações e uniões com uma desenvoltura grande apesar, de como ela disse, ser um ambiente ainda hostil à participação feminina.

4.2.9 Maria Helena

Subo a serra novamente para entrevistar Maria Helena. Dessa vez, acertamos melhor nosso encontro, para não acontecer como da última, que ela teve problemas e não conseguiu falar comigo para cancelar, enquanto eu estava em Lages.

Maria Helena mora num bairro afastado do centro, mas de fácil acesso, numa casa bem confortável, com as paredes cobertas com as telas que ela pinta. Ela é artista plástica. Recebeu-me na cozinha para me servir um chá com bolo delicioso, feito por ela para me esperar. Ela estava bem nervosa, preocupada se saberia responder minhas perguntas, havia inclusive convidado uma coordenadora da associação de que participa para ajudar, se fosse preciso. Mas a entrevista foi fluindo, ela

foi relaxando, e acabou sendo uma das mais longas que fiz.

Ela não nasceu em Lages, veio com 07 anos, com a família de 10 irmãos, os pais eram agricultores e permaneceram em Lages, mas os irmãos, à medida que cresciam, dispersaram-se. Das seis mulheres, foi a última a se casar, aos 24 anos, tem um casal de filhos e três netas.

Maria Helena ensina a pintar, essa é a sua principal atividade. A maioria das pessoas que procuram a associação de que ela participa está em busca de ajuda, está em depressão e veem, na pintura, uma maneira de superarem isso. E ela, percebendo essa característica, promove as aulas de maneira a que todos conversem, riem, contem casos, e que aquilo se torne um momento especial, como se fosse uma terapia. Com isso, ela tem sempre as salas cheias, e muitos saem fazendo belos trabalhos, tornam-se artistas também. Ela, inclusive, leva vários desses trabalhos quando vai participar de feiras de ESS.

A associação de que participa é uma associação cultural de bairro, ligada ao movimento de ESS. Um casal, que é proprietário do lugar, cede o espaço para várias pessoas – que se associaram – trabalharem. Tem aula de tricô, crochê, macramê, acordeom, pintura em tela, pintura em tecido, muita variedade. Atualmente, estão reativando um programa de inclusão digital, que havia sido desativado porque foram assaltados e levaram os computadores, mas, agora, ganharam mais 04 e vão recomeçar.

Ela leciona na associação duas vezes por semana, mas leciona em casa também – utiliza a cozinha como atelier. Além disso, trabalha num espaço da Prefeitura que abriga menores que tiveram problemas com a justiça. Eles ficam nesse espaço e têm que ter três horas de ocupação lúdica. Então ela entra com as aulas de pintura nesses momentos. Não é algo regular, porque depende da necessidade/disponibilidade da prefeitura. Mas quando é chamada, fica até três meses trabalhando com os jovens. Ela ficou conhecida por um trabalho anterior que desenvolvia como voluntária, no presídio.

Comercializa seu trabalho basicamente pelas feiras da ESS de que participa em Lages e na região. Leva seu trabalho e de outros empreendimentos mapeados na região que não possam participar. É o espírito é de solidariedade, da experiência, da troca, um ajudando o outro.

Conheceu a associação, onde está hoje, quando foi fazer um curso de pintura em vidro e a coordenadora, ao ver sua grande habilidade, descobriu que ela já fazia telas e pediu para ver. Mas ela tinha vergonha do que fazia e não mostrava muito. Resolveu levar, a professora encantou-se, acabou virando aluna e já está lá há quatorze anos.

A história de como aprendeu a pintar é interessante. Estava indo com a mãe cortar cabelo, viu um atelier e entrou de curiosa. A pessoa que atendia na loja convidou-a para fazer um curso. Mas ela estava desempregada, não podia fazer, mas ficou tentada. No dia seguinte, arrumou um emprego, e a primeira coisa que fez foi a inscrição no curso. Fez um ano de desenho antes de passar para a pintura. Mas, como era um curso caro, desistiu depois de três meses de aula e resolveu tentar estudar por conta própria. Trabalhava durante o dia e pintava à noite e nos finais de semana, é completamente apaixonada pela pintura. É como um vício para ela. Já representou a região em um mostra em São Paulo, numa Bienal Cultural. Achou maravilhoso, pois foi tratada de maneira que a fez se sentir muito especial, teve a oportunidade de conhecer gente e coisas novas, foi gratificante. Já fez várias exposições pelo estado.

A associação de que participa é dentro dos princípios da ESS, porém, pelos comentários dela, não é muito ativa dentro do movimento, mas participa das reuniões sempre que acontecem eventos da ESS. Participa sempre das viagens, das feiras e gosta muito, porque é um momento de descontração em que conversam, cantam, contam piada.

Destaca a solidariedade da ESS. Acredita que é um aprendizado participar porque estão sempre ajudando, ensinando uns aos outros. Não há competição.

Mas na economia solidária, além de você querer vender o seu produto, é o conhecimento, é a experiência, é a troca, troca de tudo, sabe? O que seria de nós se não tivesse a economia solidária? É um ajudando o outro. É um apoiando o outro. E eu vivo e sobrevivo disso [...] O diferente é isso. Um é solidário com o outro, o próprio nome já diz.

Participar do movimento fez com que atuasse mais e se tornasse mais confiante – criou até um nome artístico para assinar suas telas. Sentir-se valorizada e reconhecida pelo seu trabalho é para ela uma grande conquista e por isso garante em relação à ESS: “*e pretendo não sair dela, só continuar*”.

Entretanto, queixa-se do movimento como um todo por não apoiar, com recursos, os empreendimentos – no caso deles, a associação. Porque, se houvesse um apoio maior, poderiam estruturar-se mais, cresceriam e ajudariam mais pessoas. Conheceu o CEPESI de Itajaí e ficou encantada. Mas, disse que a associação já foi vandalizada, assaltada, e que nunca tiveram apoio de ninguém para reparar. Também

não conseguem fazer divulgação – que acontece somente durante as feiras de que participam.

Quanto às mulheres, destaca o dinamismo, pois se não sabem fazer uma coisa, fazem outra, buscam o sustento de qualquer maneira além do compartilhamento entre elas.

O futuro é nosso, da mulherada. Eu acho assim que a mulher, ela é tão dinâmica em tudo que ela faz, mulher de verdade. Que se ela não sabe fazer uma coisa, ela faz outra. Ela vai buscar o sustento de qualquer maneira. Ou no crochê, ou no tricô, ou na pintura, ou em uma coisa. Ela vai em busca. Eu não sei viver sem fazer nada, não me imagino parada. Sabe, quando eu saio para trabalhar eu vejo as pessoas dizendo assim, tomando chimarrão. Nada contra. “Está indo?” “Estou” Eu volto, elas estão no mesmo lugar. “Está voltando?” “Estou” Meu Deus do céu! Nós fazemos a diferença da economia solidária. Nos reunimos, trocamos ideia, troca trabalho, um ensina o outro. Aprende coisa nova. Porque quando eu estou nas feiras, aquelas que ficaram, eu vou lá, aprendo e ensino. Essa é a diferença.

Ela conta que é independente financeiramente do marido. Compra seu material e consegue até ajudar na despesa da casa.

Mostrou seu catálogo, porque pinta sob encomenda também fotos de suas aulas na associação e ainda obras dos adolescentes. É um trabalho muito interessante e havia telas de seus alunos também. Ela orgulha-se muito do trabalho que desenvolve com os jovens. O catálogo e as paredes da casa estampam suas próprias obras. Tem telas, tem pinturas em pedaços de lenha, pintura em latão, os mais diversos temas, mas com o predomínio das paisagens da serra, das araucárias.

Além disso, apoia um grupo de costura da pastoral da criança buscando retalhos em outra cidade, com parentes que têm facção. Com isso, as irmãs vestem muitas crianças atendidas pela pastoral. Caso ela não buscasse esse material, as pessoas incinerariam para se desfazer. Quando o marido questiona – porque ela pega a estrada, num fusca não muito novo e volta carregada de material – ela diz que é pela imensa satisfação de saber que as crianças vão ganhar roupas, as mulheres vão ter com o que trabalhar no grupo de costura e o meio ambiente também ganha quando não incineram os tecidos.

Tomamos chá, comemos bolo, mostrou-me fotos da família, contou-me das visitas que faz ao filho e aos parentes e de como tem que levar material de pintura, porque todo mundo quer uma tela enquanto ela está lá. E ao final de muitas horas de entrevista e conversa, acabei ganhando uma linda tela de uma paisagem da serra, que ela havia pintado uns dias antes. Sai de lá encantada com seu trabalho, mas, principalmente, com seu dinamismo, está sempre participando de alguma coisa. No movimento de ESS participa das reuniões do fórum local e das feiras, e mesmo que não seja das mais atuantes do movimento, é nítida a mudança de vida depois que passou a dar aulas na associação, no quanto cresceu e tornou-se confiante em relação a seu trabalho, mas também e relação à sua própria vida.

Deço a serra ao final do dia, com uma bela história na cabeça e uma bela tela no banco de trás para me lembrar do quanto essas histórias que tenho ouvido fazem a diferença na vida dessas pessoas e, agora, na minha, ao me mostrar uma realidade distinta da que vivo, mas de uma riqueza ímpar.

4.2.10 Maria Tereza

Sigo agora para o norte, para Joinville, para entrevistar a Maria Tereza e a Maria Júlia.

Vou primeiro para a casa da Maria Tereza.

Maria Tereza recebeu-me em sua casa, bem ampla, num terreno grande, com uma construção ao fundo, que depois fui conhecer, e era o espaço destinado, na parte debaixo, para a máquina de papel reciclado, e em cima para sua oficina de papel reciclado. Sentamos à mesa de jantar para a entrevista, seu companheiro atual também estava ali trabalhando e acabou participando da entrevista com alguns poucos comentários, não fez grandes interferências na entrevista, estava bem concentrado em frente ao computador.

Ela conta que começou a trabalhar muito cedo, aos 12 anos, como balconista – era um tempo que não se via problemas em uma criança trabalhar tão cedo. Apesar disso, nunca abandonou os estudos e fez até faculdade. Trabalhou com contabilidade, com comércio de carros. Casou-se e, em seguida, teve uma filha. Em razão disso, ficou algum tempo parada. Coincidindo com sua mudança para uma cidade maior, voltou a trabalhar num escritório de planejamento agrícola. Teve outro filho e parou novamente. Quando retornou ao trabalho, foi como

compradora da Universidade da cidade. Foi formando-se ao longo do tempo, com as diferentes funções que exerceu. Acompanhou o primeiro marido ao Japão, onde este fez um curso durante 02 anos. Foi no Japão que desenvolveu o interesse pela reciclagem, que culminou no curso que fez posteriormente, em Joinville. Seu interesse pela tecelagem também foi despertado no Japão.

De retorno ao Brasil, mudou-se para Curitiba e foi lá, numa escola que a prefeitura tem num parque, que aprendeu a tecelagem. E como era uma cidade muito fria, tudo o que fazia vendia para os amigos. Vendia também no Rio Grande do Sul por meio da filha que ficou lá para fazer faculdade. Foi a maneira que encontrou de ajudar a filha com a faculdade, ela ficava com o resultado do que vendia. Depois, ao se mudar para Joinville, continuou mandando o que produzia para a filha, porque a cidade era muito quente e não havia muito como comercializar produtos de lã.

Maria Tereza perdeu um filho logo após o nascimento, quando já estava em Joinville, e isso deixou-a muito deprimida. Encontrou na tecelagem uma maneira de lutar contra essa situação. Porém, efetivamente, não conseguiu superar a depressão, mas insistia em trabalhar e comercializar um pouco do que fazia.

Entretanto, um dia, uma amiga, da fundação da qual participava, estava numa feira e fazia muito frio, e, próximo, estava tendo um evento com pessoas do Brasil todo, nem todas preparadas para o frio fora de hora. Ligou para Maria Tereza e sugeriu que ela levasse os muitos cachecóis e mantas que tinha guardado, para que comercializasse ali. Apesar do desânimo, resolveu literalmente sair da cama e ir para feira, com a amiga. E aí, não parou mais de participar de feira.

Como produzia sozinha, começou a participar das feiras para comercializar em grupo. Então, quando estava nas feiras, foi convidada a participar das reuniões da ESS. Assim, foi interessando-se e engajando-se. No ano em que entrou para o movimento, já passou a ser representante da região, e seguiu assim até 2011, quando adoeceu. Encontrou no espaço da ESS uma possibilidade de desenvolver suas ideias, pois é muito criativa. O grupo de ESS, daquela época, tinha bastante respaldo econômico de uma instituição que ajudava nas feiras, na capacitação, e também muitas ideias de como fazer feiras, desenvolver as coisas. Paralelamente a isso, a igreja também apoiava, cedia espaços para reuniões e dava algum suporte, conforme a demanda. Havia também uma parceria com uma instituição que tratava de deficientes. Assim, as feiras eram compostas por várias frentes, o que tinha um apelo importante, pois mostrava a diversidade de frentes de

atuação da ESS.

Nesse mesmo período, foi participar de uma fundação municipal de apoio ao meio rural. Ela dava aulas de tecelagem para as mulheres rurais, ia até às localidades ensinar. Algumas poucas continuaram, muitas iam por curiosidade. Muito em razão de seu trabalho, a fundação montou um ateliê grande na sede, porque as mulheres queriam ter mais aulas, um tom mais profissional, com novas técnicas. Diferente do pequeno tear em que ela ensinava, hoje há grandes teares para fazer colchas e toalhas – uma demanda das mulheres que permaneceram nessa atividade.

Durante seu trabalho na fundação, surgiu um curso de reciclagem de papel e convidaram as integrantes dos grupos rurais a participarem. Praticamente, quase todos os 30 grupos mandaram uma representante. O curso era uma parceria com o Consulado da Mulher¹⁶, uma fundação vinculada à Whirlpool (empresa de eletrodomésticos), que cedeu os eletrodomésticos necessários para a confecção do papel, e a Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), como entidade de apoio. Aprenderam a trabalhar com a fibra da bananeira para fazer o papel reciclado. E, ao final dos 03 meses do curso, eram apenas 06 pessoas, que resolveram montar um grupo de trabalho. Montaram um ateliê na própria fundação – que é na área rural – e começaram a produzir. O grupo reduziu ainda mais, ficaram apenas 03 pessoas. Faziam convites, caixinhas, embalagens, agendas – tudo o que poderia utilizar papel. O empreendimento existe até hoje, mas no momento, trabalha sozinha, pois as outras duas tiveram que se afastar para ajudar os maridos. Trabalha pela manhã nesse empreendimento e atende principalmente encomendas.

Mas, ela ressalta a importância dos grupos para a ESS, pois é por meio deles que as pessoas se conhecem, se articulam, crescem, mesmo que depois acabem trabalhando sozinhas, em algum momento vão se juntar novamente, no mínimo, para comercializar. É um movimento e não uma empresa fechada, com isso, as pessoas, às vezes, trabalham sozinhas, às vezes, formam grupos e às vezes, esses grupos também se fundem – num movimento. Algumas vezes, conseguem até formar uma cadeia produtiva, em que cada um, ou cada grupo, faz uma etapa do produto final.

¹⁶ Desde 2002 o Instituto Consulado da Mulher trabalha na transformação social por meio do incentivo ao empreendedorismo para mulheres de baixa renda e escolaridade, que vivem em comunidades vulneráveis na periferia das grandes cidades ou em áreas rurais de todo o Brasil. (<http://consuladodamulher.org.br/>)

Maria Tereza entende a ESS como uma possibilidade de retirada das pessoas da vulnerabilidade ao ofertar um caminho novo, uma possibilidade de realização pelo compartilhamento, pela solidariedade, pelos valores de justiça e democracia.

Então, eu acho que a economia solidária te dá em primeiro lugar, ela tem que te dar prazer em você estar com as pessoas, estar junto né? Compartilhar, trabalhar junto, ter não digo ideias iguais, mas ideias que se complemente né? [...] e eu acho que a economia solidária, ela tem esse papel também né? De tirar as pessoas de vulnerabilidade, vamos dizer assim, ou econômicas, ou emocionais ou traumas que as pessoas, às vezes, têm né?

Porque Joinville, por exemplo, não é uma cidade com grandes problemas financeiros. Então, o que move mais as pessoas a procurar a ESS são as questões emocionais. Isso corrobora a ideia de que a maioria participa como complemento de renda, poucos na região, vivem da ESS, então, a busca não ocorre pela renda. Santa Catarina é um estado rico, em todas as regiões, e talvez, isso diferencie a atuação das pessoas que buscam, na maioria das vezes, complementação de renda. Diferente do Rio Grande do Sul, que ela conhece bem por ser gaúcha, em que a questão política é muito forte. As discussões políticas estão presentes em qualquer encontro da ESS, muitas vezes são a tônica da reunião. O mesmo vale para a região nordeste, por exemplo, em que as pessoas vivem realmente da ESS, em face das dificuldades estruturais e históricas da região.

Trabalha também com outro grupo na área de alimentação, formado por pessoas que participaram de um dos cursos da UNIVILLE – forte parceiro do movimento na capacitação dos artesãos e interessados em montar algum empreendimento. Nesse empreendimento em que trabalha todas as tardes, com mais 03 mulheres, fazem basicamente bolachas alemãs e *strudels* para atender as feiras, mas principalmente as encomendas.

Aos finais de semana, ainda atua, com o atual companheiro, numa nova ideia, que alia os papeis reciclados que produz, com as fotos que ele tira, montando gravuras. Um belo trabalho por aliar a beleza dos papeis que ela faz com as belas paisagens da região, numa montagem única.

Mas o interessante do movimento, para ela, é a questão dos

grupos que se juntam e que se separam conforme os eventos vão ocorrendo, mas que é sempre no coletivo que acontecem as coisas. O grupo já foi grande, hoje é só ela, porém ela trabalha com um grupo de ESS que fornece a fibra, ou seja, o que eles produzem, juntos, é de acordo com os princípios da ESS – quase que numa cadeia produtiva.

Afirma que a ESS anda em paralelo ao capitalismo, porque, atualmente, o que move o mundo são as empresas, e empresas são o capitalismo, porém quando entrou no movimento, em 2005/2006, era por idealismo, por achar a ideia bonita *“pela ideologia, né? De a gente tentar um mundo diferente, né? E por estar associada a pessoas.”*

Mas aquele momento idealista passou, e hoje a ESS está partindo para lutar pela sobrevivência mesmo, os ideais ficando para trás, foram desencantando-se, apesar dos ganhos que conseguiram como a lei de ESS e com uma secretaria municipal. Mas essas conquistas não proporcionaram ganhos reais, na prática, como, por exemplo, a montagem de uma loja, como o CEPESI em Itajaí. Continuam lutando mesmo na esfera estadual, fazem projetos, mas que acabam não se viabilizando, como o de um centro de formação em ESS – muda o governo, muda tudo.

Com o surgimento de um problema sério de saúde, teve que se afastar das atividades da ESS e do empreendimento. Mas, até 2011, foi extremamente atuante, fez formação na Bahia, em Brasília, no Rio de Janeiro, investiu muito na ideia da ESS. Atuou também com pesquisadora para a montagem do Atlas da ESS, visitando vários empreendimentos do estado. Mas não perceber, na prática, o crescimento da ESS, também a desestimulou. Não terem conseguido implantar um centro de comercialização, mesmo tendo uma lei, uma secretaria, foi frustrante. E a partir disso, viu a ESS retrair-se como um todo, no município. Restou apenas uma feira específica da ESS, que acontece anualmente, porém, mesmo essa feira, na visão dela, retraiu-se, apagou-se – apesar de terem a lei e a secretaria. Os avanços não se concretizaram em ações.

Porém, está retomando agora, e até já comprou para o empreendimento uma máquina artesanal de fazer papel reciclado, que possibilita vários formatos e tamanhos de papel. Estão reestruturando o espaço que fica nos fundos da casa, para comportá-la.

Outro ponto que destacou foi a importância dos apoiadores. Quando o Consulado da Mulher apoiava inclusive financeiramente, a ESS, o Fórum reunia-se em outros municípios e não apenas em Joinville, e isso promovia uma articulação grande, o que fez o movimento ficar bastante forte na região. É muito difícil para as pessoas

saírem dos seus municípios, largar seus afazeres, suas famílias, arcar com despesas de viagem uma vez por mês para participar das reuniões. Dai a importância de ter um fundo, que, infelizmente, não conseguiram incluir na lei. Por outro lado, a UNIVILLE é uma importante parceria na capacitação. A universidade oferece vários cursos especificamente para os participantes da ESS. Além disso, auxilia na captação de recursos para a capacitação de empreendimentos, principalmente na área do artesanato e da culinária. E além de capacitar, ‘certifica’, ou seja, ao final, avalia a qualidade do produto, o material de divulgação, as etiquetas, cartões, selos, enfim, tenta qualificar o produto da ESS.

Com relação às mulheres, acha que a ESS ajuda mais na parte emocional que financeira, pois às vezes uma pessoa vai a uma feira, passa o dia todo e não vende nada, mas sai feliz porque viu pessoas, conversou, abraçou amigos e saem felizes. E aquelas que precisam financeiramente da feira e conseguem vender, saem duplamente felizes, pois venderam e divertiram-se. Acha que em Santa Catarina falta um aprofundamento das discussões políticas dos Fóruns, para melhorar a consciência crítica das pessoas, em especial das mulheres. Mas, como as mulheres catarinenses são muito criativas, elas entendem a ESS como possibilidade de exercerem essa criatividade e de se realizarem. Assim, as discussões políticas se dão de modo mais superficial sem o aprofundamento necessário, por não haver a compreensão de que elas são importantes para o próprio avanço da ESS.

Maria Tereza levou-me primeiro para conhecer a cozinha industrial. Uma cozinha muito bem montada, repleta de potes de deliciosas bolachas alemãs, que me ofereceu para provar. O espaço não é grande, mas elas conseguem estruturar-se muito bem e, a julgar pelo número de potes, a produção é considerável. Como ela disse, atende às feiras e já estava focando nas encomendas do Natal.

Dali seguimos para o seu ateliê, que fica em cima da parte da produção do papel reciclado. Ela tem todos os modelos, de tudo o que já produziu ao longo do tempo, guardado, e é possível acompanhar sua trajetória, seu aprendizado e crescimento nessa área. Desde pequenos convites até materiais destinados a eventos corporativos, pastas, agendas, com várias técnicas e materiais. É um espaço em que a criatividade reina absoluta, é possível ver que ela realmente é inquieta, está sempre criando alguma coisa diferente, singular.

Tudo está muito bem estruturado e ela ainda consegue organizar seu tempo para atender às três frentes em que atua, principalmente, considerando que se recupera de um tratamento de saúde muito

agressivo. Foi uma manhã repleta de muita história, que me fez entender melhor o papel da ESS na região – uma região rica do estado, que eu não conhecia, e, principalmente a vida dela nesse contexto. Realmente, uma história e tanto para eu acrescentar às outras.

4.2.11 Maria Júlia

De lá fui até à cozinha industrial em que a Maria Júlia trabalha. Fica num bairro afastado e é um grande espaço, no qual tem uma salinha para a parte administrativa, e todo o resto é ocupado pelo que realmente interessa – a cozinha, uma cozinha industrial bem montada. O empreendimento produz, em parceria com o Consulado da Mulher, alimentos que são comercializados em cantinas da fábrica.

Maria Júlia recebe-me com um sorriso, num rosto de traços alemães bem marcantes, pedindo desculpas por me receber ali, na salinha perto da cozinha, mas teve que trocar com sua sócia, senão teria que me atender dentro da cantina, porque uma fica na cozinha e outra na cantina.

Maria Júlia é do Rio Grande do Sul e morou pela primeira vez em Joinville quando veio acompanhar o filho mais novo, de oito anos, para fazer tratamento de saúde. Veio com os filhos e ficou três anos, o marido teve que continuar no Rio Grande do Sul. Os mais velhos já tinham idade e foram trabalhar, e com isso, fizeram muitas amizades, que passaram a frequentar a casa. Depois, voltou para o Rio Grande do Sul e há cinco voltou novamente, para Joinville. Hoje toda a família, marido, filhos, noras e netos estão em Joinville.

Quando se casou, não sabia fazer nada, mas a mãe mandou que fizesse todo o enxoval. Então, a necessidade fez com que aprendesse. Passou a fazer tricô e crochê para fazer agasalhos, blusas de lã, conjuntos para os filhos, a cidade era muito fria. As amigas viram, começaram a encomendar, e ela passou a fazer várias coisas. E fazia muitos cursos, adora cursos – crochê, ponto cruz, cestaria de jornal. Então passou para os bolos: de aniversários, de casamentos, de festas. Como a cidade era pequena, quando se mudou para Joinville todos lamentaram a perda da doceira da cidade. Sempre foi de ajudar nas despesas da casa, e agora, para ajudar os filhos, sempre tem um dinheirinho guardado.

Em Joinville, começou fazendo toalhinhas de bebê e um pouco de artesanato de madeira, sempre foi polivalente. O fato de vir sem o marido fez com que obrigatoriamente se emancipasse um pouco, já que

no Rio Grande do Sul faziam tudo juntos, e isso era impossível em Joinville. Durante o período que o filho esteve internado, fazia artesanato dentro do hospital e, enquanto ele dormia, ia vender para as enfermeiras, e o marido, quando os visitava, levava alguma coisa para o Rio Grande do Sul, que uma amiga vendia. A própria doença do filho fez com que tomasse decisões sozinhas, o que antes seria inconcebível, visto a dinâmica familiar. Hoje é extrovertida, gosta de conversar, é mais confiante.

Quando chegou em Joinville, começou a participar das feiras de ESS pelo Consulado da Mulher. Uma das amigas que fez, que frequentava sua casa, convidou-a para participar. O Consulado articulava-se com a ESS e, apesar de terem espaços e momentos diferentes, nas Feiras uniam-se para atuar de maneira conjunta. Na época que participava das feiras, ficava muito fora de casa e nem sempre a família gostava muito, mas ela participava mesmo assim.

Para ela, a ESS é poder ajudar as pessoas, doar-se por algum objetivo na vida. Com isso, aprende-se a dividir, a não pensar somente em si – pode-se até querer mais para si, porém, ao perceber o outro, ao lado, com necessidades maiores que as suas, fica mais fácil dividir. Esse aprendizado começou quando da doença do filho, em que compartilhava, ajudava outros no hospital e também recebia em resposta.

Participava das reuniões do Consulado e do Fórum, mas nunca assumiu nenhuma posição no Fórum, apesar de sonhar ir pra Brasília, numa reunião do Fórum Nacional, porém, como quando aconteceu, ela, recentemente, havia aproximado-se da ESS, sentiu insegurança, e agora, que irá ter outra, está ocupada demais para participar. O Fórum é atuante e tenta articular-se com o poder público para terem feiras ou espaços de comercialização exclusivos da ESS, porque é importante para as pessoas conhecerem o movimento. Tentaram montar um espaço de comercialização, num movimento forte com a câmara dos vereadores e prefeitura, mas ainda não tiveram muito sucesso. Acredita que a ESS tinha que ser mais valorizada, principalmente pelo poder público, para beneficiar aqueles que realmente precisam.

Adora participar de feiras, conversar com as pessoas, saber suas histórias, isso a encanta, e é o motivo pelo qual fica mais na lanchonete e menos na cozinha. Gosta muito do espírito da feira, de troca, de compartilhamento, da cooperação entre os participantes. Nem sempre percebe uma articulação entre os empreendimentos, porém sempre tem os líderes que se comunicam, articulam, e com isso, participam das feiras, dos eventos.

Hoje não participa do Fórum porque não tem como ausentar-se da lanchonete para ir toda primeira quarta-feira do mês, mas tem saudades do tempo que frequentava. Apesar de estarem sempre lutando, ela afirma que avança um pouco e recua um pouco, por falta de apoio, por falta de o poder público ter interesse real em ajudar a todos, porque muitos estão apenas esperando uma pequena oportunidade. E percebe que o movimento está um pouco esvaziado também. Em parte, porque os articuladores até conseguem levar algumas pessoas, mas que, ao chegarem, deparam-se com um linguajar mais complicado, mais específico – não dominam – então não retornam, por não se sentirem capazes de participar.

O empreendimento de que participa está dentro das ações do Consulado da Mulher e produzem somente para a lanchonete da fábrica. Ela fica na lanchonete o dia todo, e a sócia, com uma ajudante, responsabiliza-se pela cozinha. Porém, o Consulado está articulando para formarem uma rede em que outros empreendimentos forneçam produtos para comercializarem na lanchonete, o que melhoraria a renda dos envolvidos, um dos objetivos da ESS.

Destaca também a atuação da UNIVILLE principalmente, na capacitação. Fez, durante três anos, um curso de design para artesanato. Aprendeu desde técnica de cores, desenho, e até foram a São Paulo, num final de semana cultural, para aprimorar o desenvolvimento e finalização de produtos. Mas abriram um curso de gastronomia e ela optou por seguir essa linha, aprimorar o que já sabia e aprender novidades. Aponta essa capacitação como uma preocupação da universidade, ESS e Consulado da Mulher em auxiliar as mulheres a terem uma renda extra. Há também os editais para melhoria nos empreendimentos ou na capacitação que a universidade participa.

Vê que as mulheres que participam da ESS são muito unidas, estão sempre ajudando umas as outras e, também, que esta participação possibilita na própria independência e cita seu próprio exemplo.

são mais mulheres (na ESS), são muito unidas, uma sempre ajudando a outra. [...]

Hoje em dia, todo mundo quer conquistar sua independência, que nem eu que sou casada há 36 anos, você chega num ponto, eu comecei devagar, sempre fui fazendo minhas coisas e ganhando meu dinheiro para comprar as minhas coisas. Até hoje, eu ajudo em casa, ajudo o marido, apesar de ele ser aposentado, ele continua trabalhando.

Aos poucos foi ganhando seu dinheiro, ajudando em casa, podendo comprar suas coisas. Com isso, também, passou a sair mais, participar de mais atividades fora.

Depois de cinco anos que eu vim para cá e comecei a participar das feiras, ficava lá quieta, conversava, mas não é que nem hoje, hoje sou bem mais extrovertida, gosto de conversar com as pessoas, [...]. Eu falo até demais, às vezes me enrolo toda, mas para mim, a Economia Solidária me abriu portas e me ajudou a ser mais confiante, acreditar nas coisas, não que eu nunca acreditei, mas você passa a lutar por um sonho.

Por meio da ESS tornou-se mais confiante, passou a acreditar nas possibilidades. Tanto que seu artesanato já foi para vários lugares do país pelas possibilidades ofertadas pela ESS.

Ao final da entrevista, mostrou-me a cozinha e o que estão preparando para o dia seguinte, são bolos, salgados assados, sanduíches naturais e outras gostosuras.

Uma mulher simples, que mostrou que, embora a vida possa apresentar muitas adversidades, é possível crescer mesmo assim. A mulher que chegou a Joinville para o tratamento do filho e a mulher de hoje, passados quinze anos, são muito diferentes. E o sorriso não abandonou seu rosto em nenhum momento.

Pego a estrada de volta a Florianópolis, depois de ter conhecido duas grandes mulheres, que lutaram muito e que fizeram das suas histórias possibilidades de crescimento, de melhoria. O caderno de notas vai ficando repleto de informações e indicações de que o processo de empoderamento dessas mulheres deve servir de inspiração para muitas outras. Tomara que eu consiga contar isso da maneira que eu escutei.

4.2.12 Maria Clara

O destino agora é o sul do estado. Sigo para Laguna, para falar com a Maria Clara. Ela mora numa comunidade de pescadores, no entorno de Laguna e veio orientando-me para que eu conseguisse chegar. Mas para garantir que eu não me perdesse, porque, com as obras na BR 101, a sinalização para a entrada da comunidade ficou

comprometida, foi para a beira da estrada, com uma vizinha com uma filhinha, esperar-me. Já entrou no carro falando sobre a comunidade e a padaria, dava para ver seu entusiasmo com tudo aquilo. Quando chegamos, foi logo mostrando a padaria, os maquinários e contando, toda orgulhosa, como tinham construído aquele espaço, com a ajuda dos maridos.

De lá, seguimos para a casa dela, que fica em frente, e foi me mostrar como estão melhorando a casa – construindo de alvenaria ‘em cima’ da que existia, de madeira. Sentamos à mesa de jantar para conversarmos, para ela entender melhor sobre o que seria e entrevista, para ela se preparar para, quando fôssemos gravar, não ficar nervosa. Nesse momento, a vizinha, a filhinha, um menino, que ela cuida para os pais irem trabalhar, estavam todos por ali, curiosos do que iria acontecer. Enquanto eu ia explicando, ela já foi falando sobre uma série de coisas que seriam importantes para meu estudo. Fui logo esclarecendo que teria que falar algumas dessas coisas novamente, para eu poder gravar e ter esses relatos importantes registrados.

Voltamos para a padaria, agora só nós duas, para fazermos a entrevista propriamente dita, porque já estava preparada para falar – como se já não estivesse, desde o momento que me encontrou na estrada.

Maria Clara é do sul do estado e mudou-se para Laguna quando se casou – seu marido é de Laguna. Ambos são pescadores e viviam somente da pesca. A comunidade onde moram é de pescadores, todos trabalham com isso. Tem 02 filhos (já adultos) e sempre foi pescadora e dona de casa.

Um dia, uma vizinha perguntou se ela não gostaria de entrar para um grupo de crochê. Ela interessou-se, mas como era um grupo de outra região, ficou com receio de não poder participar. Porém, a coordenadora do grupo concordou, e ela passou então a frequentar o grupo. Fez vários trabalhos, desde coisas para cozinha, mesa, cama, até vestido de noiva. Em determinado momento, a coordenadora comentou sobre os grupos de ESS, e ela interessou-se em saber do que se tratava. Entendeu que eram grupos em que não havia patrão, eram todos iguais, que trabalhavam juntos, dividindo o resultado do que faziam. Que o que vivenciavam no grupo de crochê, caminhava para um grupo de ESS.

Ela começou então a pensar na sua comunidade e aproximou-se da coordenadora (que era da Cáritas de Tubarão) e perguntou se esta conhecia a região dela, de como eram todos pescadores, pobres, se não havia a possibilidade de montarem um grupo de ESS na comunidade. A coordenadora disse que seria possível, desde que ela reunisse algumas

mulheres da região.

Montaram um grupo de 18 mulheres, que passaram a se reunir para aprender sobre ESS. E surgiu então o problema de que tipo de empreendimento montar: açude de peixes, artesanato, costura, padaria. Na reunião seguinte, fizeram uma votação, a partir das sugestões da representante da Cáritas (com base no que tinham proposto anteriormente, mas, também, que fosse viável para a Cáritas apoiar). Ficou decidido que seria uma padaria.

A Cáritas doou um valor para comprar o terreno, construir a padaria e equipá-la. Decidiram que poderiam construir elas mesmas, com a ajuda dos maridos – já começariam por aí a serem solidárias.

Quando começaram a organizar-se, para ver quem seria a coordenadora, tesoureira, secretária, queriam que a coordenação ficasse com a representante da Cáritas, que se negou a assumir. O grupo, nesse momento, dividiu-se, porque 09 mulheres decidiram montar uma pastelaria, do outro lado da BR 101 (essa comunidade é em um dos lados da rodovia).

Começaram a construir e, apesar das muitas dificuldades que enfrentavam, desde o clima até falta de material, seguiram com o apoio da Cáritas, que auxiliava por meio de recursos de editais. Inclusive a escolha do nome do empreendimento - que tem Vitória no nome - foi uma alusão ao que enfrentaram, ao longo do tempo, e ao trabalho coletivo, que possibilitou a existência do empreendimento.

Começaram sem maquinário, fazendo tudo na mão e vendendo entre conhecidos. A Cáritas conseguiu posteriormente a doação do maquinário, e estabeleceram uma parceria com a AGRECO (Associação dos Agricultores Agroecológicos das Encostas da Serra) para fornecimento de produtos orgânicos. Nesse meio tempo, mais algumas mulheres desistiram e ficaram apenas 05 participantes.

Maria Clara conta que sempre viveu para o marido e filhos, não tinha estudo, não saía de casa, era banguela, não imaginava nada de diferente para a vida dela.

Então, a representante da Cáritas reuniu as 05 integrantes e mostrou a necessidade de elas valorizarem-se em primeiro lugar, que para começar precisavam cuidar primeiro delas mesmas, se já tinham olhado para elas mesmas? Uma banguela, outra descabelada, outra desarrumada, enfim, nada animador.

Maria Clara, então, animou-se a ir ao dentista para que, na inauguração da padaria, estivesse bem apresentável.

Foi feita uma grande festa de inauguração com a participação do pessoal da Cáritas e da AGRECO. Todas trouxeram os maridos e filhos,

uma cortou o cabelo, outra se arrumou, outra colocou os dentes. Foi o começo de uma trajetória de mudança não apenas física, visual, mas interior também, de valorização de cada uma.

Na sequência, a Cáritas sugeriu que participassem de uma feira em Blumenau. Ninguém queria ir. Primeiro, porque nunca saíam de casa, não estavam acostumadas a isso, e segundo, porque todas tinham filhos pequenos – o que dificultava o afastamento. Como os filhos da Maria Clara já eram crescidos, acabou aceitando participar da feira de Blumenau. E isso foi apenas o começo porque, a partir de então, em razão do que vivenciava na padaria, com o incentivo da Cáritas, terminou o ensino médio, tirou carteira de motorista, comprou seu carrinho, viajou pelo estado e atualmente, dá aula de capacitação para outras pessoas da ESS que estejam começando empreendimentos de panificação. Para ela, foi a ESS que a ensinou a ser assim.

Conta, com orgulho, as primeiras conquistas de cada uma – o piso na casa de uma, móveis na casa de outra e, depois, até moto e carro conseguiram.

A padaria está apenas com 02 participantes das que formaram o grupo inicialmente, porque uma faleceu, outra mudou-se e outra casou-se. Às vezes, conseguiam mais pessoas para participar, mas se casam, têm filhos e não voltam. Atualmente, estão em 03, mas, agora, trabalham somente por encomenda, porque não podem ficar direto na padaria. Uma faz faxina para sustentar os quatro filhos e ajuda quando pode, outra trabalha com reciclagem e tira um dia por semana para ficar na padaria, e a Maria Clara teve um problema sério de saúde, ligado ao pulmão, que em determinados momentos não pode nem entrar na padaria, por causa do pó da farinha.

Montaram a padaria com a ajuda das pessoas da Cáritas, e tudo o que precisavam pediam apoio deles, porque se sentiam inseguras para tomar atitudes, e a coordenadora da Cáritas insistia: “*caminhem com as pernas de vocês, eu não sou as pernas de vocês*”. Um dia, porém:

eu me sentei com as meninas, “meninas quando vocês estão em casa, o que vocês fazem pra não faltar? Nós damos um jeito. Eu converso com marido, eu peço na vizinha”. Tá. “Então vamos supor nós aqui, somos em 5 mulheres, será que nós precisamos que tudo a dona XX¹⁷ faça, tudo?”. “É,

¹⁷ Os nomes das pessoas ou dos empreendimentos citados nos depoimentos das entrevistadas foram retirados para manter o anonimato informado no início do trabalho.

mas é ela que tem mais chance de arrumar”. Eu disse, “não, todas nós temos, todas nós temos iguais gente. O porquê que nós não fizemos isso?”. “aí nós vamos conseguindo...”. “nós vamos conseguir”. Aí começamos a dar os primeiros passos, não chamava mais a dona XX. Faltou saca plástica, se aquela não tinha dinheiro pra comprar ou a outra, e eu tinha. Eu passava a mão no meu dinheiro, “me da uns sacos plásticos aí”. Vínhamos, embalava o pão, muito que bem, na outra semana faltou trigo. A outra tinha dinheiro, tá, depois a gente lá dava o dinheiro praquela, dava o dinheiro pra outra.

A coordenadora da Cáritas procurou-as um dia, preocupada com o que estava acontecendo, pois não pediam mais o auxílio dela. E a Maria Clara explicou:

“ué dona XX, a senhora não cansa de dizer pra nós que isso aqui é nosso, que nós tínhamos que caminhar sozinhas, então nós estamos começando a engatinhar agora, nós não estamos dando o passo, mas nós temos que desgrudar um pouquinho da mãe, não é?”. Aí ela chorou, aí eu disse, “eu sei dona XX que está doendo, é coração de mãe, mas a gente tem que engatinhar pra depois caminhar, e assim nós estamos fazendo”.

Já trabalharam com a AGRECO, com a Risotolândia (uma empresa de refeições industriais de Curitiba) e com a Cooperfamília (uma cooperativa que reúne agricultores familiares na região de Chapecó). Trabalhavam, às vezes, 24 horas seguidas para dar conta da demanda. Faziam um revezamento e descansavam em cima dos sacos de farinha de trigo. Chegaram a entregar 16 mil fatias de pães, atender 09 escolas de Laguna. Mas, são pescadoras também e trabalham no período da pesca com os maridos, e, no período do defeso¹⁸, ganham seguro da pesca, não podem formalizar-se porque perderiam esse seguro, que ajuda muito em casa. A padaria é uma associação e não uma cooperativa, o que, também, dificulta a formalização. A exigência de

¹⁸ É o período em que as atividades de pesca ficam vetadas ou controladas em diversos locais em razão do tempo em que os crustáceos e os peixes se reproduzem na natureza. Visa a preservação das espécies.

nota fiscal, também, impediu que fornecessem merenda escolar.

Hoje, portanto, atendem apenas encomendas e participam de feiras. Fazem pães integral e branco, pão, bolo biscoito e até salgado (bolinho de camarão e siri, já que são pescadoras e têm acesso a esses produtos) e geleias.

Outro importante apoiador é a ITCP da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), que assumiu toda a parte de embalagens, cartões e etiquetas dos produtos. Além disso, é quem, hoje, convida para participar nas feiras, encomenda produtos para eventos. Atualmente, a Cáritas está mais afastada e é a ITCP que apoia mais de perto.

Mas para chegar a isso, para trabalhar com produtos orgânicos, produtos sem glúten e melhorar os produtos tradicionais, tiveram aulas na Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), no Serviço Social do Comércio (SESC) de Florianópolis, de Garopaba. Hoje, ela dá cursos de formação em panificação para outros empreendimentos. Já foi para Braço do Norte, Blumenau, Joinville, Tubarão e Orleans. Também, deu palestras em várias cidades do estado, um mundo bem diferente do que ela estava acostumada, quando se aproximou da ESS e nunca havia saído das redondezas. Conta que, no início, tinha medo e vergonha de participar, ficava quieta e, quando a coordenadora da Cáritas dizia que ia mostrar o primeiro empreendimento de ESS de Laguna, queria morrer. As pessoas perguntavam, queriam saber sobre o empreendimento, e ela ia respondendo. Aos poucos, quando começava a falar da ESS, da ideia de compartilhamento, de não ter um chefe, ia soltando-se e, com o passar do tempo, nem lembra mais dessas angústias iniciais.

A ESS, para ela, é dar valor ao que você faz ou tenta fazer com o outro, em cooperação, e ser feliz naquilo que faz. A questão financeira é importante, porém, a realização, a satisfação de ver seu produto reconhecido, elogiado, para ela, é melhor do que qualquer remuneração. A possibilidade de partilhar, de ninguém, por mais experiente ou sábio que seja, receber mais que o outro, que também trabalhou muito, é bem importante para ela. Não ter patrão, ninguém mandando em ninguém, é outro destaque que ela faz da ESS, seria bem melhor se no mundo as coisas fossem organizadas de acordo com a ESS.

A Maria Clara conta um episódio que ocorreu quando participou de uma formação em Tubarão, num grupo de artesanato no qual estava tendo umas disputas internas – cada uma queria assegurar seu espaço, sua técnica, suas vendas, individualmente, num espírito competitivo, típico da sociedade de mercado. Ela então conversou com o grupo para mostrar que esse tipo de conduta não combina com os princípios da

ESS, que são provenientes de uma realidade diferente daquela que em querem trabalhar, que a cooperação deve ser primordial. Que, diferente da economia tradicional, ou da primazia do enclave econômico, a colaboração é mais interessante para todos do que a competição em que apenas um beneficia-se.

“Poxa, vocês são economia solidária, como que economia solidária vai ser essa diferença entre uma e a outra, não tem gente, não pode. Cadê a economia solidária entre as duas?”. Se faz artesanato, puxa se tu faz uma toalha ela vai fazer toalha igual? Não é. Então faz uma troca. “olha, colega eu estou fazendo esse tipo de toalha tu tenta fazer outro tipo pra nós não fazermos iguais, pra não se disputar uma com a outra”. Pra não dar confusão. Ai uma olhou pra outra, “é nós podemos até fazer isso mesmo”. “Guria, solidário é solidário, não é disputar uma com a outra. A tua toalha não vai valer mais do que a dela, ela pode abaixar isso aqui por um preço e tu fazer outro e aí?”. Ai eu disse, “e outra pergunta pra vocês. Acha correto tudo isso que acontece entre os artesanatos?”. Ai elas responderam, “não, mas a gente tem que se unir”. Se tem que se unir, vamos se unir, economia solidária é um grupo, não é tu dá a mão lá diante e a outra dá a outra lá, não. O que é uma roda. Ai ela disse, “é uma dando a mão pra outra”. É o que nós vamos fazer agora, então dê as mãos umas pras outras. Ai elas olharam pra mim, “é eu sei que a gente errou”. Eu disse, “eu sei que vocês erraram, mas errar é humano, se errar não fosse humano ninguém estaria aqui querida”. Ai ela disse, “correto, então a partir de hoje nós vamos mudar”. E mudaram, realmente são amigas, e agora fazem o trabalho todas iguais. Eu acho que só conversar, gente. Solidário é conversar, é entender, é tentar colocar as coisas certas, não adianta querer disputar, ser mais do que os outros que ninguém é. Não vale a pena.

Ela participa mensalmente das reuniões do Fórum, em Tubarão, porque acha que a ESS faz a diferença na vida das pessoas, e lá é um espaço em que podem falar e ver sobre isso.

Encerramos a entrevista e fomos para a casa dela tomar café e

comer bolo, que ela havia feito especialmente para me esperar. Conheci o marido, as crianças e a vizinha voltaram, e ficamos conversando e comendo até bem mais tarde. Ali, contou-me mais detalhes de sua vida, de seus filhos, dos filhos dos vizinhos que toma conta, das confusões da vizinhança. Fiquei até o final do dia com ela, que me convidou e insisti para dormir ali, já que iria para Orleans, no dia seguinte entrevistar a Maria Antônia – que é a pessoa para quem a Maria Clara iria dar curso na semana seguinte. Como já estava com hotel reservado em Laguna, não fiquei, mas teria sido uma noite e tanto, pois a família é bem falante, cheia de histórias.

No dia seguinte, viajaria somente à tarde para Orleans, então, sentei-me na praia, perto do hotel em que estava, para retomar minhas anotações e refletir sobre minha entrevista com a Maria Clara.

A entrevista com ela foi muito peculiar, porque foi a primeira entrevistada que se encaixa no perfil que imaginei encontrar quando comecei o trabalho – mulheres pobres que, ao encontrar o movimento de ESS, empoderaram-se e mudam suas vidas. Todas as entrevistas anteriores, muitas e riquíssimas, foram com mulheres que vieram de outros movimentos, foram empoderando-se ao longo do tempo e, na passagem pelos movimentos, eram mais instruídas ou conseguiram instruir-se mais cedo, com melhores condições socioeconômicas. A história da Maria Clara foi interessante, porque foi ao conhecer o movimento de ESS que sua vida realmente se transformou, a grande guinada ocorreu dentro do movimento. E, ao vê-la falar sobre a importância, hoje, em sua vida, da ESS, é possível perceber que os princípios estão realmente presentes no seu dia a dia e a diferença que fizeram nela e na própria família.

4.2.13 Maria Antônia

Sigo então para Orleans, mais um lugar que não conhecia e que me encantou durante o percurso. A cidade é bem pitoresca, mas Maria Antônia não mora na cidade propriamente dita e, sim, num conjunto habitacional, no entorno. O lugar é de fácil acesso e todos na cidade conhecem, porém, achar o endereço não foi fácil. Tive grandes aventuras para conseguir chegar, o GPS (Sistema de posicionamento global) não conseguia identificar as ruas do bairro, que é cercado de fazendolas – o que me fez dar de cara com muitas porteiras antes de encontrar o caminho.

Maria Antônia já estava na porta me esperando, porque tentava me ajudar a chegar explicando o caminho por telefone. Sentamos na sala e, como uma das suas muitas atribuições é a de manicure, uma companheira do empreendimento estava esperando, porque após nossa entrevista iria fazer as unhas. Então, participou, pois é também do empreendimento – uma padaria.

Sentamos na sala de sua casa, bem agradável, eu, ela e a amiga. Maria Antônia é muito tímida e, apesar de ter se proposto, de boa vontade, desde o início, em me receber, foi muito mais uma entrevista de perguntas e respostas do que o tipo de entrevista mais fluida, como havia sido com as outras. Mas apesar da timidez, colaborou bastante e falamos de tudo o que precisava.

Morava no interior da região e estudou até a quarta série, porque o pai não deixava mais que isso, pois ela e os irmãos tinham que ajudar na roça – plantavam fumo. Como dependiam da plantação e eram pequenos produtores, passaram muitas dificuldades, viviam do que colhiam e vendiam, foram anos difíceis. Dependiam do tempo e, como eram pequenos, nem seguro conseguiam fazer. Aos dezessete anos, então, saiu de casa, e foi trabalhar numa ‘casa de família’ durante o dia e estudar à noite. Fez até a oitava série, estudava com as crianças, não fez supletivo. Conheceu o marido, casou-se e parou de estudar. Depois que teve o primeiro filho, voltou a estudar, teve o segundo, parou por um tempo, mas depois voltou e nunca mais parou. Fez vários cursos, corte e costura, enfermagem, computação, manicure. Teve três filhos e adotou uma menina da mesma idade da sua caçula. A adoção aconteceu quando a menina já tinha sete anos, pois queria adotar uma criança maior. Mostra orgulhosa a foto da família em cima da televisão.

Trabalhava como doméstica, fazia faxina enquanto estudava e criava os filhos. Quando a caçula completou três anos, passou a trabalhar como agente de saúde, continua até hoje.

No final de 2012, um senhor da Cáritas, que queria incentivar as pessoas do bairro a participarem da ESS, convidou-a e também um dos seus irmãos para irem numa reunião da ESS, num empreendimento agroecológico. Eram umas 03 ou 04 famílias que plantavam, tanto para subsistência, como para comercialização. E naquele dia fizeram almoço com o que plantavam, bolos, sucos. Além disso, haviam índios que participavam também da ESS. Existiam outros tipos de empreendimentos, mas esses foram o que chamaram mais a atenção dela. Fizeram explicações sobre a ESS, passaram vídeos, deram depoimentos.

E, a partir disso, começou a frequentar as reuniões, fazer os

curso, as formações. Muitos que entraram com ela desistiram, mas ela permaneceu até hoje.

Numa das reuniões, a Cáritas informou que havia recursos e que se não houvesse nenhum empreendimento interessado, teriam que devolver. Além disso, havia maquinário para doação. Assim, ela e mais três pessoas organizaram-se rapidamente – porque o prazo dado pela Cáritas era pequeno – e receberam o material (que ficou quase um ano parado antes de elas começarem).

O lugar que trabalham é no próprio bairro e foi cedido pela Prefeitura, que também fez algumas melhorias. A Cáritas fez a intermediação.

Atualmente, elas estão em 06 pessoas, ela foi convidando uma a uma a participar. Algumas são agentes de saúde, outras do grupo de costura do bairro (coordenado pela Pastoral). Contaram com o apoio da Cáritas em todo o processo de estruturação do empreendimento.

O primeiro curso de panificação foi dado pela Maria Clara (de Laguna), e foi quando começaram os trabalhos. O primeiro material foi doado pela Cáritas. Elas fizeram o curso e venderam o que produziram e, com isso, compraram mais materiais.

Como elas têm outras atividades, às quartas-feiras fazem bolachas e às sextas-feiras, pães. revezando-se na padaria.

Vendem pelo próprio bairro. Cada uma pega uma bandeja e sai de porta em porta. Conseguem vender toda a produção, se trabalhassem mais horas na padaria conseguiriam vender também. Como a padaria é recente (tinha 08 meses de funcionamento na época), tudo o que ganhavam investiam no empreendimento. Mas, nos últimos três meses, já conseguiram retirar um pouquinho para cada uma. Nos dois primeiros, dividiram igualmente, porém, no último, a divisão foi por hora de serviço. Algumas pessoas acharam injusto que as que trabalhavam menos ganhassem a mesma coisa.

A Cáritas continua apoiando, fazem mensalmente uma reunião e, agora, contam também com o apoio da ITCP da Unisul na parte de etiquetas e embalagens, assistente social, nutricionista (esta já deu alguns cursos).

Já participaram de algumas feiras, até em Laguna já foram. Nesse período, 02 foram para feira e 04 ficaram na padaria – faltaram de seus compromissos para participar. O fato de saírem para participar da feira, terem ido a Tubarão fazer curso com a nutricionista, para quem nunca havia saído da cidade, é por si só, uma conquista.

A participação na padaria mudou a vida de Maria Antônia. Ela conta que depois que se envolveu com o projeto da padaria, foi largando

os remédios que tomava para depressão – tratamento que já durava 05 anos.

Depois que começou a padaria mesmo eu parei com meus remédios de depressão. Parei. Eu tomava fazia uns 5 anos já. Parei com tudo. [...] Não sei por que. Eu não sei te explicar o por que. Mas aí não precisei mais. Fui diminuindo. fui diminuindo. Fui no médico. Aí não precisei mais voltar. Eu já tinha tentado antes. Não tinha conseguido.

O fato de interagir com as pessoas, contar histórias, dar risadas fez toda a diferença. Fora o fato de saírem para vender de porta em porta, que ela diz ser muito divertido, pois vão todas juntas, cada uma com um produto diferente. Saem na sexta, depois de fazerem o pão e o ‘cavaquinho’, o que garante o final de semana do pessoal do bairro.

Apesar de a padaria não abrir as portas para comercializar, as pessoas do bairro vão até às casas delas, no final de semana, para saber se tem uma ou outra coisa, que elas acabam comercializando. Além disso, aceitam encomendas também. Enquanto fazia a entrevista, a cunhada ligou para encomendar pão, e a filha chegou da rua avisando que uma pessoa também queria. Realmente a padaria parece ser conhecida.

Aproveitam suas visitas como agentes de saúde e vão distribuindo um cartãozinho, que uma delas imprimiu. Já estão até pensando que uma delas vai precisar sair da costura, para poder fazer mais coisas na padaria.

A parte financeira ficou com a Maria Antônia, porque foi ela quem começou tudo, pois está há mais tempo na ESS, mas ela quer dividir essa responsabilidade.

O grupo tem planos para a padaria. Esperam que ela cresça para fornecer para as escolas. O assistente social da prefeitura, que ajudou muito na participação delas na feira de Tubarão, compra pão toda sexta e queria que elas fossem à feira, lá, todas às sextas, mas para elas ainda é difícil.

Não participam da reunião do Fórum, porque é em Tubarão, e aí fica difícil, pois têm seus trabalhos, sua produção para a padaria, além de ficar muito caro, porque tem o ônibus e alimentação, pois é uma reunião de dia inteiro. Mas a Cáritas vem todo mês dar apoio e formação em ESS.

Para ela, a ESS é trabalhar sem querer o lucro apenas para você,

que às vezes vai dar retorno, às vezes não, mas que vai ajudar alguém de alguma forma. Que é o que acontece com elas do grupo, estão sempre se ajudando. Também pela ESS aprende bastante, coisas que sozinha nunca conheceria.

Por que na economia solidária a gente aprende bastante coisa. E coisa que a gente não ia saber. Nem aprender [...] (A economia solidária) acaba ajudando porque um ajuda o outro.

A participação da Maria Antônia no movimento é relativamente recente, mediada pela Cáritas, em razão do afastamento de Tubarão, que tem o Fórum e a ITCP. Mas, é possível perceber que participar disso tudo fez com que a vida ganhasse outro ânimo, dentro de casa, os filhos e o marido ajudam e entendem a ausência da mãe. Assumir as responsabilidades de compras e financeiras da padaria não só despertou sua consciência em relação a ela e a sua realidade de vida, como também deu a ela a sensação de ter uma importância maior no mundo, além da possibilidade grande de autonomia.

Finalizo a entrevista com a sensação de que, apesar de sua timidez, Maria Antônia partilhou comigo importantes momentos de sua vida e de seu trabalho e pude ver que é uma mulher guerreira desde sempre, e que está agora singrando novos rumos, mais desafiadores, mas, ao mesmo tempo, mais realizadores para ela.

Depois de contar um pouco a história dessas mulheres encantadoras que conheci, de mostrar um pouco da vida de cada uma, de compartilhar as experiências, pensamentos e crescimento de todas elas, passo, no momento seguinte, a relacionar o que levantei na literatura a respeito dos pontos chave desse trabalho e as trajetórias de vida dessas mulheres associadas à ESS no processo de interpretação.

4.3 INTERPRETAÇÕES INICIAL, TEÓRICA E REFLEXIVA DO MATERIAL EMPÍRICO

O processo de interpretação, de acordo com a metodologia reflexiva de Alvesson e Sköldbberg (2005) pressupõe que a reflexão e a interpretação ocorram durante todo o processo de aproximação e coleta de campo. Talvez a maior crítica que os autores façam às outras metodologias seja, precisamente, dividir, separar as etapas, como se, em

cada etapa, o pesquisador fizesse tão somente o que aquela etapa propõe, sem nenhuma interação com as outras fases, sem nenhuma reflexão a respeito do estudo como um todo. Para isso, os autores recomendam quatro níveis de interpretação, como explicado anteriormente. Entendo que há na metodologia a necessidade de que esses quatro níveis de interpretação ocorram, porém, não necessariamente, que essas análises aconteçam de maneira estanque, separadas, porque isso iria de encontro ao que os autores indicam. Por isso, neste estudo, a reflexão e interpretação são constantes, independentemente da etapa de trabalho ou do nível de interpretação indicado. Estão presentes desde o momento em que iniciei minha aproximação com o campo, antes mesmo da minha qualificação e perpassaram todo o processo. Então, ao descrever o percurso de aproximação percorrido e a realização das entrevistas, relatadas, as reflexões estão imbricadas neste texto, e, ao apresentar agora algumas interpretações e aproximações teóricas, continuam a permear todo o material, num ir e vir contínuo.

Ressalto que não construí nenhum quadro de análise *a priori*, pois entendia que eram as histórias de vida das mulheres que entrevistei que iriam direcionar as análises. Entretanto, o enfoque deste estudo é pesquisar sobre o processo de empoderamento das mulheres por meio de suas participações nas práticas coletivas e sociais e solidárias, ao entender que o empoderamento é decorrência de uma trajetória de interação e vivências, uma vez que ninguém se autoempodera, e sim na dinâmica com outros, quando as trocas e reflexões acontecem, num processo de autorrealização e autovalorização, numa trajetória que se aproxima ao que Guerreiro Ramos (1989) define como fenomenia.

Portanto, apesar de não ter um quadro analítico estabelecido, há, ao longo de todo o trabalho, uma linha de pensamento que estrutura esse estudo. Retomo o tema do empoderamento, por ser ele o fio condutor da pesquisa, associo esse tema às características encontradas no campo, relaciono com a ESS e seus desmembramentos, faço uma aproximação com a economia feminista e finalizo ressaltando as características fenonômicas dessas trajetórias.

Dentro dessa perspectiva, e durante a aproximação com o campo, algumas questões acabaram por destacar-se, e, por isso, julguei-as pertinentes para os objetivos da pesquisa e o entendimento do processo de empoderamento dessas mulheres. Conforme elas foram delineando-se, atentei-me mais detalhadamente para esses temas (inconformismo, educação, participação nos movimentos sociais, ESS como agente externo catalisador, solidariedade versus o individualismo utilitário,

coletivo, crescimento pessoal, crítica à ESS), para tentar compreender o que permeava essas questões e a relação delas com os objetivos deste estudo.

Observo outro ponto com relação à escolha da história oral temática nessa pesquisa. Refleti muito sobre o porquê de empregar essa metodologia e observei que a melhor forma de perceber o processo de empoderamento de cada uma das mulheres era conhecendo suas vidas, porque, com isso, eu conseguiria compreender a singularidade de cada uma. Não é uma metodologia em que eu conseguiria tratar de representatividade, pelo contrário, é uma metodologia para destacar a singularidade – precisamente o que eu procurava. Porque a história de vida de cada uma é única, é especial, impossível de comparar. Porém, quando opto por trabalhar a história oral temática, destaco um tema e, assim, consigo tratar das semelhanças, das possibilidades de congruências entre elas. A singularidade continua, contudo, ao perceber o processo de empoderamento de cada uma, posso comparar essa etapa da história e ver os elementos comuns e semelhantes entre elas.

Fui para campo pensando em como seria esse processo de empoderamento com as mulheres que iria entrevistar. Elas foram indicações de pessoas ligadas à ESS e, portanto, já havia um filtro nessa seleção. Filtro esse orientado pelas minhas próprias indicações do que queria: mulheres ligadas ao movimento e que tinham uma história que se destacasse. Então, já seriam mulheres empoderadas ou em processo de empoderamento, mas como seriam essas histórias? Como eu reagiria ao que me seria relatado, conseguiria manter alguma neutralidade ou me permitiria interagir com elas? E, como acredito que não saímos ilesos de nenhuma experiência, pois sempre modificamos e somos modificados à medida que vivenciamos determinadas experiências, como é que essas histórias iriam refletir-se nesse estudo e, também, na minha vida?

4.3.1 *Continuum do empoderamento*

Com isso em mente, inicio pelo empoderamento, um processo em que grupos e indivíduos excluídos ou marginalizados procuram alterar essa situação, ao assumir o rumo que suas vidas ou suas comunidades devem tomar e, para isso, participam de diversos arranjos coletivos, de modo a compreenderem criticamente o ambiente.

Como evidencia Horochovski e Meirelles (2007), o empoderamento é multidimensional e, portanto, não pode ser visto como ter ou não ter de maneira absoluta – não se é totalmente empoderado ou

desempoderado. Existem variações ou graus de empoderamento que têm relação com o contexto e com as repressões sofridas. Barquero (2012) acrescenta que, enquanto categoria, o empoderamento abarca noções de democracia, direitos humanos, participação, mas também, e não menos importante, uma reflexão sobre essa ação, com o objetivo de aprimorar a conscientização em relação a questões econômicas, políticas, culturais e outras que componham a realidade para, dessa maneira, refletir sobre o próprio sujeito. Ou seja, como o homem parentético de Guerreiro Ramos (1989). Assim, o empoderamento necessita da dimensão individual e coletiva para ser efetivo. O sujeito precisa desenvolver uma trajetória fenonômica em que possa liberar sua criatividade, incrementar sua autonomia, aperfeiçoar suas atividades automotivadas, com consciência social e, ao se encontrar num espaço coletivo, de isonomias - em que seja permitida a autorrealização dos membros, que seja amplamente autogratiificante, que participe da tomada de decisão, no espírito de comunidade - possa empoderar-se.

Assim, uma das primeiras características que constatei, ao entrevistar as mulheres, reitera o que expus acima, que elas estão em estágios ou graus diferentes de empoderamento. Ao retomar as histórias de vida de cada uma, pude perceber que algumas estão começando a entender que podem agir com mais independência, seja em relação ao marido, seja em relação à família, que podem participar de outros espaços que não apenas o doméstico, que conseguem garantir sozinhas alguma renda, enquanto que outras, por estarem num estágio de entendimento desse processo mais avançado, são mais independentes, mais instruídas, auxiliam, inclusive, trabalhando no empoderamento de outras mulheres.

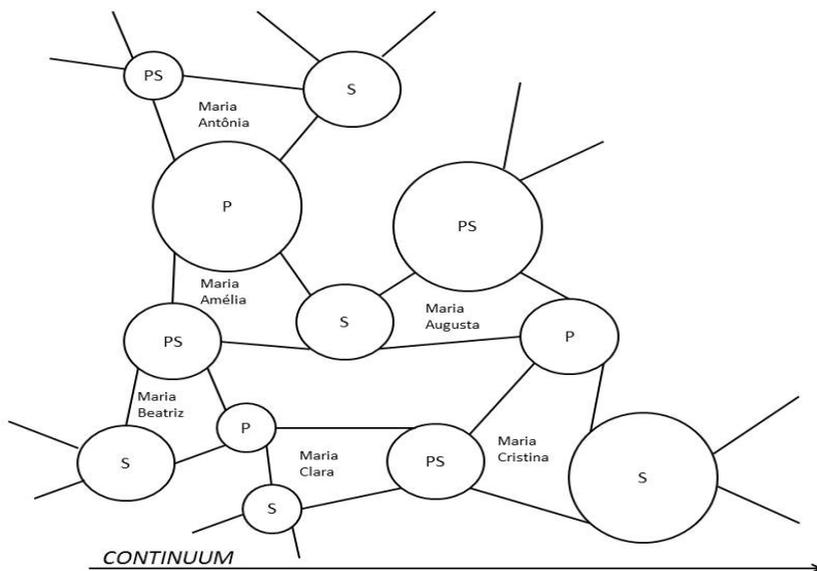
Entendo que não haja uma hierarquia de empoderamento, mas sim um *continuum* de graus de empoderamento, visto a multidimensionalidade desse conceito, corroborando Horochovski e Meirelles (2007). Seria uma escala de intensidade entre o ‘totalmente empoderada’ e ‘totalmente desempoderada’, em que os extremos são referências, são recursos heurísticos, uma vez que são pouco prováveis de acontecerem na realidade. Em uma ponta estariam mulheres mais inseguras, que ainda não alcançaram a dimensão das suas possibilidades, ainda são tímidas, não conseguiram estudar ou não estudaram muito, dependem financeiramente de alguém, não conseguiram desenvolver um senso crítico da realidade, ainda estão sob jugo de algum controle, seja familiar, seja econômico. Na outra ponta estão mulheres autoconfiantes, com um nível crítico acentuado, ocupando diversos espaços, bem instruídas, atuando em frentes distintas. Entre uma ponta e outra,

contudo, há uma gama considerável de conquistas no processo de empoderamento, que as mulheres vão alcançando à medida que tomam conhecimento e assumem o controle das possibilidades que suas vidas apresentam.

Com as mulheres que eu entrevistei, o que percebi foi exatamente esse *continuum* que elas iam preenchendo, sem me ater se havia alguém nos extremos – o que me interessava era o processo. Havia as mais falantes, as mais atuantes, as mais tímidas, as mais sorridentes, as nem tão sorridentes assim, as que assumiram importantes posições dentro do movimento, as que participam mais para saber quando tem feira, as que, de tão independentes separaram-se dos maridos, as que, apesar da independência permaneceram com os maridos, as que vivem da ESS, as que complementam renda com a ESS, as que conseguiram estudar e se formar, as que não conseguiram finalizar os estudos ou conseguiram fazer apenas os primeiros ciclos, as que já viajaram muito, as que mal saíram da cidade de origem. Enfim, um leque considerável de perfis, em diferentes estágios, dentro do andamento do empoderamento.

A partir da constatação desses graus de empoderamento, ressalto alguns pontos que influenciam diretamente essa percepção. É a composição entre um maior ou menor alcance desses pontos que diferenciam os estágios em que cada uma se encontra.

Figura 4: Continuum do empoderamento



Fonte: Elaborado pela autora

4.3.2 Inconformismo ou o rompimento da Síndrome Comportamentalista – poder psicológico

O empoderamento pode ser entendido, conforme Horochovski e Meirelles (2007), numa perspectiva em que indivíduos ou comunidades passam a ter voz e influência nas ações e decisões dos temas que afetam suas histórias, num processo de demanda da cidadania plena, consciente das dimensões de igualdade social, porém, reconhecendo as diferenças e, desse modo, flexível e inclusivo. No que Friedmann (1992, p. VIII, tradução nossa) ressalta por ser “todo acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania”.

Além disso, ao tomarem consciência de suas posições, passam a não viver mais sob a tutela ou a dependência, para tornarem-se sujeitos ativos que lutam por mais autonomia, como agentes e não pacientes nos seus próprios destinos ou de suas comunidades.

Essa necessidade de tomar as direções de suas vidas, de alterar a

situação em que se encontram foi recorrente nos relatos do campo, o que chamei de inconformismo - essa necessidade de não se conformar, de querer dar novas condições para elas mesmas, de assumirem 'as rédeas de suas vidas'. Tem relação com o que Guerreiro Ramos (1989) assinala da diferença entre comportamento e ação. O comportamento tem como base a racionalidade funcional e é uma conduta mecanomórfica, definida por imperativos exteriores, enquanto a ação é característica de indivíduos que decidem sobre as coisas porque têm consciência das finalidades intrínsecas, são atitudes de escolha, de reflexão. Sendo assim, essas mulheres passam a agir e, não mais, a comportar-se. Têm a sensação de que a vida tem mais a oferecer do que o que se apresenta para elas naquele momento, e, apesar da origem humilde, das necessidades da família, das dificuldades ou mesmo da juventude assumem o risco de tentar mudar a direção que estava sendo delineada para elas, percebem que poderiam traçar um caminho distinto daquele dos pais e dos irmãos, dos maridos ou de outras famílias. Esse sentimento em algumas aflora muito cedo, a partir do momento que optam por sair de casa para estudar, uma vez que a condição familiar que se apresentava não permitia, como é o caso da Maria Amélia que se mudou para Florianópolis aos 15 anos para estudar e trabalhar e também da Maria Antônia, que diz que *“tinha estudado só até a quarta série, meu pai não deixava eu estudar. Com 17 anos saí de casa para estudar.”* O pai precisava da ajuda dos filhos na roça de fumo, todos tinham que ajudar, pois era dali que saía o sustento da família.

Ambas eram de famílias humildes, que dependiam da ajuda dos filhos em casa, porém elas não se conformaram com essa condição e, mesmo com a pouca idade, resolveram mudar o curso de suas vidas. Tiveram que enfrentar grandes mudanças pessoais e familiares para conseguir redirecionar suas vidas.

Essas mulheres agiram conforme o que Lisboa (2007) propõe com relação ao empoderamento, ou seja, é a conquista de vez e voz dos indivíduos ao alcançarem importantes graus de autonomia e capacidade de fazer as próprias escolhas em diversos aspectos. Conceito que pode ser associado com a ideia do homem parentético de Guerreiro Ramos (1989), que tem como principal motivação sua liberdade e autonomia e, para isso, tem uma consciência crítica altamente desenvolvida e, assim, é reflexivo em relação a si mesmo e a suas ações, em contraposição à conformação do homem organizacional da sociedade moderna.

Refletia, à medida que as entrevistava, sobre esse inconformismo, essa necessidade de transformar suas vidas. Eram mulheres que tinham, em comum, essa vontade de ser e fazer diferente, apesar das inúmeras

dificuldades. E pensava: seria essa vontade delas o que permitia que fossem empoderando-se ao longo do tempo?; seria essa uma condição para o processo de empoderamento?; ou seríamos todos um pouco inconformados, uma vez que estamos sempre tentando mudar nossas vidas? Mas, nesse momento, lembro-me, como contraponto, da síndrome comportamentalista de Guerreiro Ramos (1989) - o sujeito, na sociedade de mercado, tende a conformar-se, a comportar-se de maneira não reflexiva, de aceitação. Chego à conclusão então, de que elas são mulheres que lutaram, que não se conformaram com o que a vida lhes impôs, que romperam com a síndrome. E, de alguma maneira, o processo de empoderamento, para mim, fica associado a esse rompimento, pois as pessoas que querem empoderar-se terão que lutar para serem diferentes do que são, terão que estabelecer outros parâmetros para suas vidas. Isso somente será possível a partir do momento que desenvolvem o senso crítico de si mesmas e do contexto em que vivem, atributos do homem parentético de Guerreiro Ramos (1989). Por outro lado, aproximam-se do conceito de fenonomia ao fazerem determinadas escolhas pessoais de maneira a incrementar a autonomia, por meio de tarefas automotivadas que permitam que elas ajam e não se comportem, em que suas singularidades apareçam.

4.3.3 Educação – poder social

Para Friedmann (1992), no processo de empoderamento, há a necessidade de consolidar-se o poder social, ou seja, incrementar o acesso à informação, conhecimento e habilidades e, como consequência, à participação social e aos recursos financeiros. Quando esses aspectos estão consolidados, as mulheres conseguem aprimorar a habilidade de estabelecer objetivos, encontrar os melhores caminhos para atingi-los e, em decorrência disso, um aperfeiçoamento nas garantias de sobrevivência e nas econômicas.

Horochovski e Meirelles (2007) ratificam Friedmann (1992), quando explicam os níveis de empoderamento. Salientam que no nível individual o sujeito percebe-se possuidor de recursos que o habilitam a controlar ou influenciar as ações que o afetam, o que confere maior habilidade em participar do processo decisório, sem muitas limitações e constrangimentos. Desenvolve a capacidade de não conformação, com um aprimoramento da consciência crítica, numa atitude reflexiva da sua própria condição e, também, da sua atuação, como descreve Guerreiro Ramos (1989) a respeito do homem parentético.

Portanto, a questão dos estudos, do grau de instrução está intimamente associada ao processo de empoderamento. É perceptível que, quanto mais formalmente instruída, mais ressaltadas as características de autoconfiança, de independência, de autoestima, do senso crítico, maior a participação nas esferas públicas, o que faz com que assumam o comando de suas vidas.

Algumas tiveram que sair de casa muito novas para estudar e outras somente conseguiram estudar já mais velhas. Percebia, nas entrevistas com elas, a consciência de que o estudo era algo muito importante em suas vidas, pois mesmo mais velhas, com a vida tomando rumos diferentes, ou com demandas de outra natureza, com filhos para sustentar, decidiam voltar a estudar e sujeitar-se a mais dificuldades do que teriam no tempo que seria o 'regular'.

O relato da Maria Elizabete evidencia isso quando conta que quando trabalhava no frigorífico queria estudar, mas somente pode voltar a estudar aos 17,18 anos, quando o frigorífico que a família trabalhava faliu, os irmãos seguiram seus caminhos, pois já tinham esposas e filhos, e ela ficou com a mãe e, apesar das dificuldades insistiu e conseguiu fazer até a especialização.

Outra que voltou a estudar depois de adulta – nesse caso depois de ter os filhos - foi a Maria Beatriz, que recomeçou a convite da filha, porque antes não conseguia achar condições de realizar essa etapa da vida. E isso foi tão importante para ela que, agora, está lutando para conseguir a implantação de uma escola no bairro, para poder continuar os estudos, por não ter condições de se deslocar para outros bairros.

E isso me faz pensar que as duas tiveram que se empenhar muito para conseguir estudar, e não fariam isso se acreditassem que não seria importante para a vida delas, que não faria diferença. No caso da Maria Elizabete, a questão do estudo foi tão importante, que acabou se tornando professora de nível universitário. O estudo é visto por elas como uma possibilidade grande de crescimento, de melhora de vida. As que tinham filhos contavam com orgulho que conseguiram que estes estudassem, alguns já estavam na faculdade, outros faziam curso de idioma. Empenhavam-se muito para que eles tivessem essa possibilidade, como uma oportunidade de uma vida melhor.

Esses relatos corroboram o exposto por Friedmann (1992) a respeito da importância do conhecimento e também da melhora na habilidade de traçar e atingir objetivos. Ambas definiram propósitos claros para estudar e, na sequência, para a vida - caso da Maria Elizabete, ou para a continuação dos estudos, para a Maria Beatriz. Corroboram também, a ideia de automotivação exposta por Guerreiro

Ramos (1989) ao falar das fenomenias. Os membros de uma fenomenia comprometem-se em atividades a fim de conseguir aquilo que, em termos pessoais, consideram relevantes e, para isso, dedicam-se intensamente. Entendem essas escolhas pessoais como maneira de incrementar sua autonomia, melhorando o que para elas seria um ganho em qualidade de vida. Ou seja, ao adquirirem acesso à informação, aprimorando habilidades por meio da instrução, aprimoram sua consciência crítica conseguem fazer escolhas de maneira mais esclarecidas, porém para isso precisam engajar-se intensamente nessa atividade que para elas é motivante e relevante, aproximando-se do conceito de fenomenia e, portanto, numa trajetória fenonômica de empoderamento.

4.3.4 Participação nos movimentos sociais – poder político

Continuo a observar as histórias das mulheres que entrevistei e notei que havia uma relação peculiar entre o grau de instrução, o envolvimento com os movimentos sociais e, conseqüentemente, o grau de empoderamento de cada uma, o que reitera a articulação entre os tipos de poder que Friedmann (1992) expõe e que formam uma estrutura que se liga a outras estruturas (figura 01), o que cria uma rede de relações que propicia o empoderamento feminino.

Isso, por conseguinte, apoia outra questão que surgia nas entrevistas com elas, o envolvimento com os movimentos sociais.

É necessário que as mulheres se apercebam do contexto desfavorável em que estão situadas, das condições de subordinação a que estão submetidas para quererem transformá-las. Como essa condição já está bem interiorizada, há a necessidade de fatores externos que atuem no sentido de mostrar a elas o direito a terem vez e voz, de terem mais dignidade, igualdade, explicam Lisboa (2008) e Sardenberg (2009). Os agentes externos auxiliam portanto, os desempoderados a definir o que fazer, capacitam essas pessoas e auxiliam-nas nas transformações necessárias no meio em que estão inseridas, afirmam Villacorta e Rodriguez (2002). Contudo, Horochovski e Meirelles (2007) ressaltam que esse processo não pode ser *top down*, porém, se não houver ajuda, esses sujeitos raramente conseguirão realizar esse processo. Conforme Sen (1997), os agentes externos de mudança podem ser necessários como catalisadores essenciais nesse procedimento. Entretanto, a dinâmica do empoderamento é definida pelo indivíduo, pela extensão e rapidez com que muda a si mesmo. Essa percepção

relaciona-se com o tempo salto que Guerreiro Ramos (1989, p.169) descreve como “um traço de certo tipo de íntima vida pessoal, quando envolvida em jornadas autoexploratórias e/ou em esforços culminados por importantes arrancadas”. É o impulso das fenomenias por ser uma experiência temporal muito pessoal, em que a qualidade e o ritmo são determinados pela intensidade que o sujeito procura por autoesclarecimento e criatividade.

Porém, fui a campo sem saber muito bem como isso acontecia na prática, se de fato procedia, e quem ou o que seriam esse fator externo. Imaginava que a ESS poderia ser esse fator externo, porém, antes de entrevistá-las, não tinha certeza disso, eram apenas impressões decorrentes do meu contato com movimento de ESS.

Ao final das entrevistas e relendo minhas anotações, percebi que elas estavam em estágios de empoderamento distintos, e que isso se devia, em grande parte, ao tempo que cada uma estava envolvida com algum tipo de movimento social – que concluí que funcionaria como esse agente externo, catalisador do processo de empoderamento, esse tempo entendido de maneira cronológica, mas também em relação ao ritmo e intensidade de cada uma no seu envolvimento como os movimentos, como no tempo salto característicos das fenomenias. Haveria portanto, uma relação entre o tempo de participação nos movimentos e o grau de empoderamento de cada uma o que de certa forma, corrobora a ideia de que esse movimento é catalisador e, pelo que encontrei, é por participar que elas continuam seus processos, ou seja, é no coletivo que aprimoram as características de crescimento individuais. O indivíduo precisa participar de uma comunidade, mas também precisa poder expressar suas singularidades, e os cenários adequados a isso são definidos por consenso ou de maneira livremente autoimpostas, afirma Guerreiro Ramos (1989) associando às ideias de fenomenias e isonomias. Ou seja, o crescimento é individual, no seu ritmo, no seu tempo – no tempo salto, de incursões autoexploratórias, porém a expressão disso acontece em espaços coletivos, de consenso, pois os membros são iguais, como nas isonomias.

A Maria Cristina, por exemplo, começou a participar dos movimentos ligados primeiro à Igreja e depois aos movimentos sociais propriamente ditos a partir dos 12 anos. Outra que começou cedo foi Maria Amélia que, logo que saiu de casa, aos 15 anos, aproximou-se dos movimentos pela igreja católica com os grupos de jovem. Assim como a Maria Rosa que não me contou com que idade começou, mas foi na juventude e também pela Igreja que os movimentos sociais começaram a fazer parte da sua vida, pela pastoral da juventude rural.

Pela história dessas três, vejo que começaram muito novas a se envolver com os movimentos, e a trajetória delas prossegue numa atuação constante nessa esfera. Todas, em algum momento, participaram de sindicatos, partidos políticos e de outros movimentos dentro da própria Igreja, ponto de partida para a maioria em razão provavelmente do que era possível em razão da ditadura militar. Com a ESS surgindo de maneira mais estruturada a partir dos anos 1990, todas migram para a ESS sem, contudo, afastarem-se dos movimentos de origem. Contam que, de alguma maneira, o crescimento pessoal ocorreu enquanto participavam desses processos e, claro, são vivências importantes e que não podem ser abandonadas em razão de algo mais novo.

Esse envolvimento em várias instâncias de movimentos relaciona-se ao que Friedmann (1992) caracteriza como poder político. As mulheres vão participando desses espaços e assim, exercitam as capacidades de expor suas opiniões, tomam parte de debates, envolvem-se nas decisões desses coletivos, ou espaços isonômicos. É pelo empoderamento político que se apropriam da capacidade de ter vez e voz na ação coletiva. A participação de maneira ativa e consciente estabelece uma cultura democrática que atende o grupo de que participam e que também está presente quando das escolhas de representantes nos processos eleitorais, asseguram Horochovski e Meirelles (2007). Isso reforça o exposto por Guerreiro Ramos (1989) em relação ao conceito de isonomia, uma coletividade em que a autorrealização pressupõe a consciência crítica do indivíduo em relação ao contexto em que está inserido, as implicações decorrentes dessa participação para si próprio e para o desenvolvimento social.

Várias dessas mulheres que entrevistei atuavam ativamente nos movimentos de que participavam. A Maria Beatriz foi, por alguns anos, representante da região no Fórum de ESS, saiu para deixar que outras pessoas tivessem oportunidade de participar desses espaços, mas hoje é representante no movimento nacional dos catadores. A Maria Augusta foi atuante no Fórum de ESS por muitos anos – tanto no estadual quanto local –, participou ativamente da criação do CEPESI, do qual foi gestora por alguns anos. A Maria Fernanda participa ativamente do Fórum de Florianópolis e do Fórum Estadual. A Maria Carolina atuou no Fórum de Florianópolis e no Estadual, e agora centra esforços na consolidação do Fórum de Palhoça. A Maria Elizabete foi presidente de sindicato por alguns anos, e desde que entrou para o movimento atuou no Fórum Estadual, mas, também, no Fórum Nacional, onde ainda é conselheira. A Maria Cristina foi ativa em diversos movimentos, conselhos estaduais e nacionais e, especificamente em relação à ESS, foi atuante no Fórum

Litorâneo, no Estadual e também no Nacional. A Maria Rosa, também, participa ativamente de sindicatos, federações e confederações estaduais, regionais e nacionais e também dos Fóruns de ESS do Oeste e do Estadual. Uma demonstração contundente de como envolveram-se com essa possibilidade de participar de espaços públicos de discussão e atuação.

Quando me contavam as histórias, havia sempre um realce da importância desse envolvimento na construção da história de cada uma, diziam, de certa maneira, que eram o que eram pela participação nos movimentos. As referências que tiveram são frutos da aproximação com as ideias dos movimentos sociais, dos partidos de esquerda, dos movimentos de esquerda dentro da Igreja.

Entretanto, percebi que algumas não tiveram uma aproximação anterior com outros movimentos sociais, iniciaram com a ESS, propriamente dita, e, por isso, têm histórias mais recentes de participação em movimentos, porém não menos engajadas.

4.3.5 A ESS como agente externo catalizador - poder social e político

De acordo com Gaiger (2003), são os princípios de livre associação do trabalho, de autogestão e de cooperação que atraem para a ESS os indivíduos que estão excluídos do mercado formal, seja por suas convicções, seja por procurarem alternativas coletivas, associativas para sobrevivência.

O que levou tanto a Maria Augusta quanto a Maria Rosa para a ESS foram suas convicções, a vontade de fazerem parte de algo que garantiria a sobrevivência delas e da família sem, contudo, abrir mão dos princípios que lhes eram caros como consumo consciente, não exploração do trabalho, espaços democráticos de decisão, trabalho autogestionário. A Maria Augusta não se adaptou ao trabalho formal e hoje trabalha como formadora de empreendimentos de ESS, e a Maria Rosa permaneceu no campo, trabalhando na cooperativa por acreditar ser esse o melhor caminho para ela e sua família.

Pelo que falaram, a entrada na ESS aconteceu pelas formas mais diversas, porém, nenhuma delas, após entender ou conhecer o movimento, afastou-se mais. Com exceção da Maria Tereza, que está se recuperando de um problema grave de saúde, e da Maria Júlia, cuja rotina do empreendimento não permite que se afaste, todas continuam participando, de alguma maneira, do movimento de ESS, e, não apenas,

atuando nos empreendimentos de ESS.

E isso reiterava o que eu pensava quando fui para campo fazer a pesquisa, de que o movimento social e, nesse caso específico, a ESS, seria o catalisador do processo de empoderamento. Ao participarem das atividades do movimento, das feiras, das discussões dos fóruns, encontravam alguma espécie de realização. Essa minha percepção sofreu variações à medida que observava as mulheres oriundas de outros movimentos, que já tinham uma visão diferente no entendimento da vida e do mundo ao redor, e aquelas que estavam conhecendo as novas possibilidades por meio da ESS.

Na ESS, como esclarece Laville e Gaiger (2009), as iniciativas valorizam as experiências de auto-organização, do trabalho desenvolvido a partir da associação das pessoas, de maneira coletiva, para que novas experiências, com diferentes convicções morais e éticas sejam valorizadas. Isso vai ao encontro dos anseios dos excluídos – as mulheres nesse caso – que procuram por um trabalho e renda por meio de um trabalho coletivo e solidário. Além disso, essa forma de organização, por sua configuração, poderia potencializar a igualdade entre os gêneros e um apoio equitativo na realização das possibilidades de ambos os gêneros.

Essa possibilidade, afirmam Culti (2004) e Cruz, Cavalcante e Pessoa (2013), permitiriam uma inclusão sociopolítica dessas mulheres, ao trabalharem em grupo, que as fortaleceria e auxiliaria no rompimento das dependências a que, normalmente, estão expostas, o que corrobora o processo de empoderamento explicado anteriormente.

Gaiger (2003) acrescenta que os empreendimentos da ESS podem ter diversas caracterizações, como cooperativas, associações, grupos de trabalho, por exemplo, porém, todos combinam as atividades econômicas com ações que promovem educação, cultura e sentido de comunidade no trabalho e compromisso com o coletivo. Os empreendimentos, para Mazzei e Crubellate (2011), representam a dimensão econômica e a social. Econômica, quando promove trabalho e renda sem a precedência do lucro em relação a outros valores, ou no que Guerreiro Ramos (1989) chama de ocupação. No social, os empreendimentos preocupam-se com a melhoria da qualidade de vida do associado, investindo em educação, saúde e inserção social.

O que contou Maria Beatriz a respeito da associação de catadores ilustra um pouco essa questão social dos empreendimentos, uma vez que a econômica é inerente à sobrevivência dos envolvidos e do próprio empreendimento. Ela descreve as conquistas do empreendimento nos últimos anos – na sua gestão – para ilustrar a

importância de preocupar-se com a qualidade de vida dos associados. Há agora convênio com supermercado, farmácia, dentista – todos do bairro – e, antes, quando usavam carroça, havia também com a agropecuária. Assim, alguns itens fundamentais são assegurados pela associação, ao pagar primeiro os convênios para depois pagar o catador. Com isso, eles conseguem organizar-se melhor financeiramente e garantir melhorias na qualidade de vida,

Esse envolvimento com a ESS, entendida como catalizadora desse crescimento, corrobora o conceito de poder social de Friedmann (1992) em relação ao acesso a informações sobre serviços públicos, sobre questões políticas, socioeconômicas, que reforçam o processo de aquisição de conhecimentos, fundamentais nesse nível. Isso, porque esses outros saberes, que não apenas o estudo formal, promovem o autodesenvolvimento das mulheres com informações, que permitem um melhor posicionamento na condução de suas vidas, bem como fornecem argumentos para suas demandas, solidificando a autonomia que vão alcançando. É o processo de autorrealização e desenvolvimento das capacidades de cada uma, característico das fenomenias que Guerreiro Ramos (1989) classifica como cenário social em que a cognição é do tipo personalística. Por outro lado, há uma socialização da experiência quando compartilham as dificuldades, os problemas e também as conquistas, por estarem organizadas em grupos, seja nos empreendimentos, seja nos fóruns, ou seja, nos espaços isonômicos em que a cognição é política, por terem interesse em estimular padrões de bem estar social de conjunto, afirma Guerreiro Ramos (1989).

De acordo com Horochovski e Meirelles (2007), o empoderamento do indivíduo é relacional, ou seja, está interligado a fatores externos e socioestruturais, e, no caso em estudo, relacionado a outros participantes da ESS e ao movimento propriamente dito. Ou associando ao paradigma paraeconômico de Guerreiro Ramos (1989), as mulheres traçam uma trajetória que se aproxima da fenomenia e que se consolida no coletivo, nas isonomias, ou seja, quando desenvolvem uma consciência social mais apurada, preocupadas com o incremento de suas autonomias, consolidam isso nas isonomias, o espaço em que convivem, em que têm vez e voz para buscar essa realização pessoal. Ademais, Horochovski e Meirelles (2007) asseveram também que esses espaços permitem que os envolvidos demonstrem suas capacidades de verbalização de seus posicionamentos e aspirações, o que acaba por legitimar o grupo e lhe dar coesão, associando ao poder político. Para isso, precisam estar ligados a instituições ou mecanismos associativos no âmbito da esfera política que pretendam empoderar-se. Para Dantas

(2006), esse pensamento complementa o da economia feminista ao entender que a autogestão dos empreendimentos proporciona maior autonomia para as mulheres, que passam a exercer suas atividades sob novas maneiras, com equidade de gênero, e que permitem reconhecer e valorizar o espaço doméstico.

É isso que demonstra o relato da Maria Fernanda a respeito do papel do Fórum de ESS no processo de empoderamento das mulheres - um espaço importante ao proporcionar discussões, questões que suscitem crescimento, - reconhece que seu crescimento veio desse espaço.

Para Meirelles e Ingrassia (2006), a participação desses agentes externos favorece as ações dos envolvidos – nesse caso as mulheres - e cria espaços em que elas encontram sustentação para desenvolver esse empoderamento, uma vez que as mudanças são profundas em suas vidas. Fornecem assistência para que elas consigam adquirir uma percepção mais crítica, tornando-se cidadãos conscientes de suas posições num processo histórico, em que não vivam mais sob tutela ou dependência, mas que se transformem em sujeitos ativos na luta por mais autonomia, afirmam Kleba e Wendhausen (2009). Isso reforça a ideia de Guerreiro Ramos (1989) de que numa isonomia os membros adquirem uma consciência social apurada apesar das suas singularidades, o que acaba por promover uma sensibilização dos envolvidos para as várias possibilidades ocultas numa sociedade de mercado.

O que muitas me contaram, quando falávamos ainda sobre essa aproximação com a ESS, foi sobre a mudança ocasionada em suas vidas após a participação na ESS, o que reitera o exposto pelos autores sobre o ganho de confiança e de consciência, os poderes psicológicos entrelaçando-se ao social e político. Elas diziam que, quando se envolveram com a ESS, constataram que eram capazes de realizar muito mais do que vinham fazendo até o momento, que teriam habilidade para assumir outros papéis, diferentes dos que vinham exercendo, que existia um outro mundo do qual elas poderiam participar ativamente.

Talvez o relato mais enfático tenha sido o da Maria Clara. Quando ela me contava sobre como trabalharam para montar a padaria, sobre os primeiros resultados alcançados, depois a doença que começou a afastá-la, e como luta, ainda hoje, para que a padaria continue a existir, muitas vezes os olhos enchiam de água, emocionava-se. É que para ela tudo isso passou a ser a razão de existir, porque percebe um ganho pessoal considerável em sua vida, a partir do envolvimento com a ESS.

Esses são alguns relatos para destacar a importância, para essas

mulheres, da participação no movimento de ESS. O que os vários autores apontaram sobre o papel do agente externo para a mudança das mulheres a serem empoderadas, é identificável nessas histórias. Suas vidas sofreram profundas transformações quando começaram a envolver-se com a ESS, desenvolveram percepções diferentes, passaram a analisar o mundo ao redor sob uma outra perspectiva, com um nível de consciência de suas possibilidades distinto do que tinham no início. Parece-me também, pelo que elas expõem, que é um processo sem volta, não tem mais como elas voltarem a ser o que eram. Podem, eventualmente, não avançar muito mais, além do que conseguiram até agora, porém, não tem como a Maria Júlia, por exemplo, voltar a ser tímida, inibida, voltar a trabalhar apenas em casa e, eventualmente, fazer algum artesanato. Nem a Maria Clara retornar à vida de pescadora e abrir mão das conquistas que obteve com o envolvimento com a ESS e com a padaria.

O empoderamento, quando entendido como ganho de poder, de autonomia pessoal, é irreversível. Como asseguram Kleba e Wendhausen (2009), processo e produto imbricam-se porque é um processo que promove equidade e qualidade de vida que ocorre por meio de práticas não tradicionais de aprendizagem, com suporte de outros, seja por cooperação, autogestão, participação em movimentos sociais, e que não pode ser medido em termos de dados concretos, mas em relação a sentimentos, saberes, desejos, conhecimentos, motivações. Reforça o que Guerreiro Ramos (1989) apresenta a respeito das fenomenias e isonomias – espaços singulares de crescimento individual ou coletivo, com tempos próprios de cada indivíduo ou grupo (salto ou convivial), com processos cognitivos personalísticos ou políticos, em espaços socioaproximadores em que os valores são distintos dos econômicos. O processo de empoderamento vai acontecendo à medida que vão ganhando mais conhecimento, participando mais dos movimentos sociais, nesse caso da ESS, ao desenvolverem suas autonomias, por meio de tarefas automotivadas, que impulsionam o crescimento pessoal numa trajetória fenomenômica que culmina nas isonomias (feiras e fóruns, por exemplo) quando partilham essas experiências e, com isso, ganham qualitativamente ao se sentirem gratificadas, sem pressões nesses espaços que impeçam a autorrealização de cada uma.

4.3.6 Solidariedade na ESS X Comportamento individualista utilitário da economia de mercado – poder psicológico e social

Uma vez que o destaque era para a participação na ESS como ponto de mudança de vida, tento compreender o que é a ESS para cada uma, como entendem esse movimento e sua participação nele. Mas, para isso, acho interessante mostrar primeiro o que os autores com que trabalhei pensam a respeito do tema.

Uma ideia recorrente entre eles é a solidariedade em contraposição ao comportamento individualista utilitário predominante na sociedade de mercado. As atividades da ESS, ao serem exercidas, não têm como prioridade o ganho individual, material, mas a socialização dos recursos com critérios mais igualitários. Não se configura como um setor à parte, mas como uma maneira de interagir com as formas econômicas dominantes, em que outros aspectos da ação organizacional estejam presentes de maneira que a atividade econômica aconteça com uma finalidade social (FRANÇA FILHO, 2003; LAVILLE; GAIGER, 2009). Esse pensamento vai ao encontro do que Guerreiro Ramos (1989) expõe a respeito do paradigma paraeconômico, ou seja, uma sociedade multicêntrica constituída de diversos enclaves (dos quais o mercado é apenas mais um), em que o sujeito se empenha em variedades integradas de atividades substantivas, ou seja, com valores que possam assegurar a realização pessoal ampla.

É interessante observar, nas várias concepções que apareceram nos relatos, a dimensão da diversidade da ESS e, para mim, reforçou a ideia de ‘movimento’ – tanto no sentido de movimento social, quanto no de contrário a estar parado - uma vez que pode ser percebido como um conceito em constante formação. Minha percepção pode ser corroborada em Costa e Carrion (2009), que entendem a ESS como uma construção contínua e, por isso, não favorece a um consenso sobre tema, o que possibilita um diálogo entre diferentes saberes, olhares e modos de pensar.

Cada uma das entrevistadas estabeleceu o conceito a partir das suas vivências, e não a partir da literatura, ou da SENAES, por exemplo. São elaborações de quem o vive cotidianamente. Sendo assim, o entendimento delas está intimamente relacionado com a forma de como estão inseridas no movimento – o que reitera a ideia exposta anteriormente, de que os estágios de empoderamento estão associados ao envolvimento com movimentos sociais e ao nível de instrução. Embora tenham conceitos próprios, as ideias que apresentam estão em

sintonia com o que é exposto na literatura, demonstrando uma aproximação entre teoria e práxis, que nem sempre é possível ou percebida enquanto tal.

O conceito elaborado por Maria Elizabete remete a um dos alicerces da ESS, qual seja o do trabalho cooperativo que prima pela democracia entre os membros, numa percepção mais justa das atividades e remunerações entre os membros. Num trabalho cooperativo, a distribuição ocorre de maneira mais equitativa, e todos têm voz nas decisões sobre o andamento do empreendimento. Com isso, há o reforço dos pilares solidariedade e democracia: a socialização da riqueza e dos resultados das atividades econômicas, e a gestão compartilhada na dimensão política, como afirmam Cunha e Santos (2011).

Maria Helena, por sua vez alude, na sua definição, ao que Lisboa (2002, 2009) destaca como a grande novidade da ESS: a posição solidária dentro da troca mercantil. Ela destaca a questão econômica, a venda do produto, porém ressalta a troca, o conhecimento, o apoio entre os membros, ou seja, a solidariedade.

O conceito de Maria Carolina vai ao encontro do que Lisboa (2002, 2009) expõe em relação a que os empreendimentos estão no mercado e não numa esfera não mercantil ou não monetária, ou seja, estão na dimensão da lucratividade. É essa presença que permite que o empreendimento reinvesta, renove e dê sustentabilidade à atividade econômica sem, contudo, assimilar os valores da sociedade de mercado, numa procura incessante por lucro, mas ao contrário, pela prática do preço justo. E isso, é o que ela explica nas formações para as pessoas da ESS - a possibilidade de trabalhar, comercializar, porém de acordo com práticas justas de comercialização. Mostra que a ESS não é caritativa, que tem a dimensão de lucro, mas pensa o lucro de outra forma, com outros limites, numa nova lógica econômica que incorpora o social, dentro de uma perspectiva de sociedade multicêntrica, como afirma Guerreiro Ramos (1989).

Lisboa (2009) afirma que o desafio da ESS é construir uma nova abordagem de estilo de vida com ética e consumo solidário, numa reforma da consciência humana, em que a ganância – móvel da sociedade atual – seja substituída pela convivência, o que pode ser associado à sociedade multicêntrica de Guerreiro Ramos (1989), em especial às isonomias, que são espaços sócio-aproximadores, em que o tempo é convivial. Isso é o que a Maria Augusta explica para as pessoas que estão se aproximando da ESS, fazendo formações para montar algum empreendimento. Explica que não basta ser cooperativo, tem que mudar a forma de estar no mundo, tem que estar dentro de princípios da

não exploração da mão de obra e da divisão dos lucros de maneira equitativa além da não exploração do meio ambiente e do consumo desnecessário.

Com esses depoimentos, vejo que há uma confluência de ideias das mulheres que participam do movimento e dos autores que escrevem sobre o movimento. Claro que as elaborações são de ordens diferentes, mas a essência é próxima. Como elas vivenciam isso nos empreendimentos e, também, nos espaços coletivos, como os fóruns, as feiras e os encontros, as ideias vão consolidando-se à medida que compartilham suas experiências, seus entendimentos, quando fazem formações, ou quando oferecem essas formações. É um entendimento construído, assim como o próprio conceito da ESS, o que reforça a ideia de que a trajetória fenonômica em convergência com o empoderamento das mulheres vai consolidando-se na participação nas isonomias.

Essa questão do coletivo está ligada também à ideia de solidariedade contida no próprio nome, como várias delas expressam: ‘afinal somos solidários, não?’

A parte ‘econômica’ do conceito não aparece muito quando elas falam sobre a ‘economia solidária’, porém a ‘solidariedade’ é recorrente. A questão econômica é incidental para esses indivíduos que participam da ESS ao valorizarem outros critérios substantivos individuais ou em relações interpessoais, o que reforça a ideia de ESS em aproximação à sociedade multicêntrica de Guerreiro Ramos (1989). Imagino que a questão econômica não seja destacada pela maioria porque Santa Catarina é um estado com características socioeconômicas diferentes das dos outros estados, e essa percepção é corroborada por algumas, que destacam a riqueza e diversidade do estado. A impressão que elas têm em suas regiões é de cidades de pequeno e médio porte, onde as diferenças socioeconômicas não são tão acentuadas. Além disso, percebem suas regiões como polos econômicos bem caracterizados, com os diferentes tipos de colonização, o que reforça essa ideia de singularidade no modelo de desenvolvimento do estado, que se reflete também na configuração da própria ESS. A aproximação com o movimento ocorre muito mais por questões ideológicas do que por questões financeiras, uma vez que, diferentemente de outras regiões do país, a ESS catarinense é predominantemente para complementação de renda. Sendo assim, a característica principal do movimento, para essas pessoas, acaba sendo a solidariedade e não a economia.

O depoimento da Maria Rosa expõe uma associação entre a solidariedade e o coletivo em que as ações individuais têm que estar associadas ao grupo de maneira a mudar as relações, a lógica

predominante para serem proveitosas para todos.

Para a Maria Amélia, o movimento estimula essa solidariedade, numa inversão de prioridades em relação a ‘trabalho x renda’, em que as pessoas optam por estar no movimento, aceitando os princípios propostos mesmo que com isso ganhem menos. É maior que comercialização, geração de renda, é o compartilhamento de tempo, atenção valor.

De maneira geral, os relatos podem indicar como a solidariedade na ESS é vista como um contraponto ao individualismo utilitário da economia de mercado. Os participantes do movimento estabelecem vínculos de proximidade, que se tornam alicerces de suas relações de cooperação, o que caracteriza a solidariedade com os desempoderados de toda ordem. E nesse ponto vejo uma aproximação consistente da ESS com a questão das mulheres e com a economia feminista. Essa ‘solidariedade para com os desempoderados’ pode ser entendida como um grande potencial de aproximação entre os grupos que trabalham com o empoderamento feminino e a ESS, como espaço propício para o desenvolvimento das potencialidades das mulheres. Porque, como esclarece Culti (2004), no processo participativo, característico da ESS, é possível trabalhar as questões de autoestima para que se sintam valorizadas, capazes e cidadãs. Além disso, a ESS, assim como a economia feminista, entende a necessidade de pensar a economia como um todo, com outros valores que não apenas o lucro, a competição e a eficiência da economia vigente. Esses não são aspectos naturais das pessoas, são resultados da maneira como a sociedade está se organizando social e economicamente, corroborando a necessidade de se pensar numa sociedade multicêntrica, com vários enclaves que não apenas o econômico (GUERREIRO RAMOS, 1989; NOBRE; FARIA, 2002; SANTOS, 2010).

É o caso da Maria Augusta que vive dentro dos princípios da ESS, participou de uma cooperativa por vinte anos, e expôs que não foi fácil montar a cooperativa, principalmente pela falta de uma legislação específica para esse tipo de empreendimento, e que, muito mais difícil, foi encerrar as atividades. A mudança ocorrida nela e na família, durante o período que trabalharam na ESS, foi de tal ordem, que ela e o marido tiveram muita dificuldade ao voltarem a trabalhar na economia formal, pois já estava muito arraigado nela o trabalho cooperativo, a autogestão, o lucro compartilhado, entre outras características da ESS. Ou seja, não conseguiu se conformar à unidimensionalidade da economia, precisava de um sistema mais amplo, com maiores potencialidades, como a sociedade multicêntrica de

Guerreiro Ramos (1989). Tentou vários tipos de ocupações e, por fim, conseguiu trabalhar como formadora dentro de um projeto da ESS, e agora está realizada, porque trabalha tanto formalmente quanto como voluntária na ESS, reaproximando-se daquilo que acredita como filosofia de vida, não conseguiu ‘conformar-se’.

Essa sua atitude vai ao encontro do pensamento de Lisboa (2009) quando assegura que as experiências de cooperação, apenas, não são suficientes para a inserção na ESS, é necessária uma mudança de estilo de vida que rompa com o modo econômico predominante. Autonomia e cooperação não são suficientes para invalidar o sistema vigente. É preciso o resgate da *oikonomia*, em que a ética, a austeridade e o consumo solidário estejam atrelados. Esses aspectos corroboram o que Quintela (2006) reflete sobre a economia feminista em sintonia com a ESS, a necessidade de pensar uma economia que seja centrada no trabalho, na cooperação e na solidariedade, de maneira a estabelecer novos valores, em que prevaleça a sustentabilidade ambiental, a igualdade, a justiça social, de gênero e de raça. Foi o que aconteceu com a Maria Augusta, que mudou seu estilo de vida quando da montagem da cooperativa e de sua vivência nela. Quando o projeto não progrediu, ela e o marido tiveram dificuldades em adaptarem-se a uma outra realidade. Ou como assegura Guerreiro Ramos (1989), tiveram dificuldades numa sociedade unidimensional, que privilegia o emprego, que realiza apenas valores econômicos, com os quais não estavam mais tão afinados, uma vez que estavam vivenciando algo mais próximo da sociedade multicêntrica preocupada com a realização pessoal, com a convivência, em que as pessoas ocupam-se e não se empregam.

Então me perguntei como seria para ela e a família, que viveram vinte anos lutando pelo sonho de ter uma cooperativa autossustentável financeiramente e em sintonia com um projeto de sustentabilidade ambiental, desistir desse projeto. Isso sob duas perspectivas – a do projeto que não deu certo, que por si só seria frustrante; e de readaptar-se a um modo de vida ditado por um modelo socioeconômico distante do que vivenciou por tanto tempo, e no qual não acredita. Como seria essa adaptação? E paralelamente a isso, fica a questão do porquê a ESS não ter conseguido ainda estruturar-se o suficiente para que casos assim não ocorram, sendo que existe até uma Secretaria Nacional específica (SENAES) para tratar da ESS. Não há ainda uma legislação específica para as cooperativas do tipo encontrado na ESS, a captação ou distribuição dos recursos ainda esbarram em pontos que seriam resolvidos caso houvesse legislação específica para os empreendimentos da ESS que não se formalizam, ou se configuram

de acordo com os preceitos vigentes na economia de mercado tradicional. Há ainda muito o que ser feito e refletido a respeito.

4.3.7 Coletivo - poder social e político

Como expus até aqui e relendo o material, vejo que cada uma tem um entendimento da ESS, até certo ponto, distinto umas das outras. Porém, alguns pontos comuns aparecem ao longo da entrevista. A ideia de coletivo perpassa todos eles de alguma maneira: trabalhar em conjunto nas feiras, a força do conjunto para alcançar alguma conquista, a importância de partilhar, de criar uma rede de trabalho. Todas, em algum momento em suas falas, realçam essa ideia associada à de um mundo diferente, melhor. Algumas expõem a ideia da ESS como uma alternativa econômica, porém, a maioria expõe apenas que, compartilhando, sendo solidário, a vida fica melhor, cria-se um mundo melhor. Apesar de dizerem que ao participar da ESS puderam aprimorar a própria vida, o que pode indicar um aparente sentimento egoísta de conquista pessoal, todas reforçam que sensação de melhora está associada ao coletivo, ou trabalhando *no e pelo* coletivo. Ideia que se aproxima da fenomenia, em que o indivíduo está interessado em sua singularidade, porém tem consciência social e, assim, não se isola da sociedade, mas sim procura tornar outros indivíduos sensíveis à experiências diferentes, como aquelas que vivência (GUERREIRO RAMOS, 1989).

Com isso, temos algumas ideias entrelaçando-se nessa avaliação. Nos conceitos sobre empoderamento, há constantemente a indicação de que o processo é do sujeito, ninguém pode empoderar ninguém, porém, cabe sempre a ressalva de que esse processo, para consolidar-se, passa pelo coletivo, é no grupo que as mulheres solidificam esse progresso. Friedmann (1992), ao montar a estrutura para o empoderamento, expõe a necessidade do empoderamento social, político e psicológico, que são processos intersubjetivos. Quando as mulheres participam dos espaços coletivos, estão referendando o que conseguiram em termos sociais e psicológicos. Os ganhos pessoais que conquistaram em relação a informações, habilidades e recursos financeiros, que fazem com que desenvolvam a consciência individual de maneira crítica e fortaleçam a confiança de cada uma, acontecem num espaço de decisão em que a direção, seja do empreendimento, seja do movimento, seja até mesmo da comunidade, vai ser discutida, e, assim, elas terão todas as condições de expor seus aprendizados,

conscientes ou não, em razão do empoderamento que conseguiram. Assim, traçariam uma trajetória fenonômica, nas experiências mais individuais para realizarem-se numa isonomia, ou seja, num espaço mais coletivo, de maior convivência, mais político.

A questão do coletivo está também relacionada ao que Horochovski e Meirelles (2007) chamam de empoderamento comunitário. Ocorre quando os indivíduos formulam estratégias e ações, de maneira coletiva, para o desenvolvimento do grupo. As mulheres têm que estar muito preparadas e autoconfiantes para atuar no grupo, tomando as decisões pertinentes. É nesse espaço que conseguem expor suas conquistas pessoais, ouvir ideias e informações das outras pessoas, relacionar, articular e decidir sobre o futuro de cada uma e/ou do grupo.

A solidariedade ocorre no coletivo, é nesse espaço que elas se realizam, porque, entre outras coisas, compartilham, dividem, apreendem, ou seja, as interações ocorrem nos espaços de isonomias, que Guerreiro Ramos (1989) afirma serem ambientes sociais igualitários que permitem a autorrealização de seus membros e também, altamente gratificantes.

A Maria Augusta relata que quando trabalha com as formações em ESS e as pessoas dizem que não querem se associar, que preferem trabalhar sozinhas, ela diz: *“então você não faz parte da Economia Solidária. Porque para fazer parte tem que pensar no coletivo: Eu vou ser dona, não. Tu não vai ser dona, tu vai ser sócia”*. Com isso, no momento da formação, ou seja, nos primeiros contatos com a ESS, deixa clara a importância do coletivo, porque a tendência das pessoas, por viverem num sistema que prega o individualismo, é manter essa condição, de maneira egoísta, competitiva. Porém, o que ela ressalta é a importância da cooperação e colaboração, o que pode ser entendido como possibilidade de trabalhar em espaços isonômicos, em que todos os membros são iguais e cujo objetivo essencial é a possibilidade de realização.

Quando começou a fazer parte da ESS, a Maria Fernanda conta que o que a faz permanecer no movimento é o coletivo, porque é muito difícil avançar sozinho, porém na diversidade isso acontece de maneira ampla e assim, o crescimento é incrementado. E esse crescimento, para ela, ocorre no coletivo, porque quando as pessoas expõem outras formas de perceber a realidade, isso faz com que reflitam sobre si mesmas e, partir daí, tenham um maior desenvolvimento. Rappaport (1995) explica que as narrativas são um recurso de empoderamento fundamental, pois é muito difícil sustentar um processo de mudança sem apoio da coletividade, que provê uma nova narrativa comunitária e, dessa

maneira, dão suporte às mudanças na própria história do indivíduo. Prá (2001) ressalta que as análises das experiências pessoais das mulheres, na reconstrução das histórias de suas vidas, em técnicas interativas nos grupos de que participam, possibilitam uma sensibilização crítica a respeito das discriminações, das subordinações, além de incorporar às discussões, temas que possibilitem um exercício mais amplo de cidadania.

4.3.8 Crescimento pessoal – poder psicológico

Os relatos estão intimamente associados aos conceitos de poder psicológico de Friedmann (1992) e Horochovski e Meirelles (2007), num reforço da associação dos três tipos de poderes para o processo de empoderamento. Reforçam a necessidade de aumento da autoestima, da autoconfiança, da consciência individual de cada uma, além de, ao valorizarem-se, perceberem a importância de suas ações para o grupo e para a mudança de condição no contexto em que estejam envolvidas.

A ideia do crescimento pessoal, da autonomia acontece quando participam das atividades da ESS, como a Maria Augusta conta ao falar dos grupos de mulheres que trabalham com formação. A participação faz com que ganhem autonomia financeira, mas também, autonomia para viajar, falar dos empreendimentos, posicionar-se frente ao grupo, aumento do sentimento de poder.

Outra manifestação interessante sobre, principalmente, autoconfiança é a da Maria Beatriz, quando expõe que foi várias vezes fazer palestra de Educação Ambiental para os funcionários da INFRAERO. Ressalto o inusitado de uma mulher, que recentemente terminou a oitava série e que é catadora de material reciclável, ser a responsável para esclarecer pessoas que, provavelmente, tenham uma formação superior à dela, visto que são funcionários públicos, concursados, e, independentemente disso, conseguir sustentar uma discussão sobre a questão ambiental, em que mostra o papel e a responsabilidade de cada um frente ao meio ambiente.

E vai além, quando descreve que, apesar dessas orientações, o material vinha com muito lixo, o que punha a saúde dos catadores em risco. Reclamaram, montaram um dossiê com fotos do material que chegava para eles, quiseram parar, a INFRAERO insistiu para que permanecessem, mas decidiram que não valia a pena e, apesar de terem tentado, por mais de sete anos, coletar o material deles, resolveram parar.

Precisa ter muita autoconfiança e se sentir muito capacitada, ter muita consciência de seu papel no mundo para enfrentar uma empresa grande, renomada, e da qual eles precisavam para trabalhar afinal, por isso persistiram por sete anos. É possível ver nesse relato da Maria Beatriz todas as três formas de empoderamento sugeridas por Friedmann (1992) - poderes psicológico, social e político - entrelaçando-se, numa clara demonstração do empoderamento dela.

A Maria Amélia tem uma história de enfrentamento que mostra um pouco dessa capacidade que adquirem de resistir aos padrões impostos – no caso dela em relação a ser mulher -, numa demonstração de crescimento pessoal, da autoconfiança, do sentimento crítico em relação à sua condição de mulher. Sua história retrata o que Carrasco (1999) afirma sobre a contribuição econômica das mulheres, ser decisiva para a família, mas invisível para os pensadores clássicos da economia, por ser considerada complementar ao trabalho masculino, uma vez que a obrigação primeira delas é o lar.

Ela conta que as empresas que compravam leite deles (eram produtores de leite nessa época) mandavam um convite para um churrasco de final de ano endereçado apenas ao marido, embora ela trabalhasse junto com ele no cuidado com o gado. Ela, indignada com essa situação, aliou-se a outras mulheres da região e pediram aos maridos que não aceitassem mais o convite – *“Ou vamos nós dois, ou você não vai, que é um absurdo, você não produziu leite sozinho. E isso eu brigava.”* As empresas, vendo o número de participantes diminuir, mandaram uma correspondência para saber o que estava acontecendo. Ela redigiu uma resposta na qual explicava que participavam da produção tanto quanto os maridos e não eram convidadas. Haviam então pedido a eles que não participassem, em solidariedade a elas. Conseguiu a assinatura das outras mulheres e enviou. Desse momento em diante, passaram a ser convidadas para todos os eventos dessas empresas e, alguns anos depois, com as mudanças no mercado, muitas dessas mulheres são hoje as produtoras, uma vez que os maridos foram para outro tipo de produção.

Esses relatos exemplificam, de alguma maneira, o nível de crescimento ocorrido com essas mulheres ao longo de suas histórias. Desde conseguirem comprar sozinhas material para a padaria – algo tido como muito simples –, até enfrentamentos maiores, que exigiam um nível de conhecimento e de autoconfiança consideráveis, inconcebíveis para essas mulheres em momentos anteriores de suas vidas. E o interessante era vê-las contando essas histórias, o orgulho em suas vozes, a alegria retratada em seus rostos quando chegavam ao final, a

satisfação de terem conseguido, de terem modificado uma situação. E, independentemente do grau de empoderamento de cada uma, a sensação para elas, e para mim, ouvindo aquilo, era de que uma grande batalha havia sido travada dentro delas para alcançarem essas conquistas.

A reflexão a respeito de suas conquistas era inevitável nesses momentos. Ouvindo essas histórias e outras, eu pensava em como retratar esse processo sem menosprezar ou supervalorizar essas conquistas, porque havia muita emoção no momento dessas considerações, e era importante que eu refletisse sobre isso para não deixar que nenhum fato passasse, para poder retratar essas ocasiões de maneira adequada. Afinal, essas eram as demonstrações desse crescimento, eram os fatos do empoderamento de cada uma. Era nesse momento do trabalho que eu poderia fazer as conexões com a teoria, mas não queria perder a riqueza das exposições delas – como balancear isso? O envolvimento com as histórias era grande, e afastar para ter um olhar distanciado que me permitisse a reflexão não era uma tarefa fácil.

Esse crescimento pessoal de cada uma reforça a ideia de que elas se aproximam do conceito de homem parentético de Guerreiro Ramos (1989) que consegue refletir sobre si mesmo e sobre o ambiente em que está inserido desenvolvendo uma atitude reflexiva em relação à sua condição e proativa em sua ação, ou seja, não se ‘comporta’. Que é o que propicia o processo de empoderamento e, conseqüentemente a trajetória fenonômica das mulheres aqui descritas.

4.3.9 Críticas à ESS – poder psicológico

Entretanto, há também análises críticas em relação ao movimento de ESS, o que ratifica o senso crítico desenvolvido por elas nesse processo de empoderamento. Participam do movimento, crescem no movimento, porém, refletem sobre o movimento, seus rumos, suas indicações e não aceitam como dado, pronto. Horochovski e Meirelles (2007) apontam que o processo de empoderamento passa por trabalharem de maneira coletiva nas decisões dos interesses consensuais dos grupos. Porém, o consenso é resultado de tensões, discussões e conflitos entre os envolvidos e não de um processo harmônico, acrescentam os autores. Com isso, o grupo ou a comunidade acabam por empoderar-se, pois ao ouvirem outros pontos de vistas, outros entendimentos e terem que expor os seus conseguem um ganho individual e coletivo. Os relatos das entrevistadas mostram um pouco dessas tensões dentro do movimento, de entendimentos distintos ou

sobre a condução do movimento ou sobre o motivo das pessoas participarem.

A Maria Elizabete comenta que há um desvirtuamento no entendimento das pessoas a respeito da ESS, que escuta muita crítica em relação à cooperativa. O empreendimento de que participa é autossustentável, está bem estruturado, tem um número considerável de participantes (18/19 mulheres), e as pessoas, às vezes, encaram essas condições como contrárias aos princípios da ESS, como se estivessem adequando-se ao modelo econômico vigente.

Essa crítica que a Maria Elizabete faz é coincidente com o que Lisboa (2009, p. 110) expõe de que a ESS não pode ser pensada como se fosse uma “...economia pobre para pobres...”. Isso que ela crítica em algumas pessoas dentro do movimento decorre de que muitos não percebem - como por exemplo, a economia feminista percebe - a ESS como uma nova lógica econômica, que incorpora em seus princípios, e na atitude dos envolvidos, a preocupação constante com o social e, conseqüentemente, com questões, culturais, políticas, éticas, promovendo um avanço, ao desenvolver formas sustentáveis de produção, como na sociedade multicêntrica e seus diferentes enclaves. Assim, ficam apenas na dimensão do lucro, o que mostra ainda uma visão associada ao modelo vigente (GUERREIRO RAMOS, 1989; QUINTELA, 2006; LISBOA, 2009; SANTOS, 2010).

Outra que faz um contraponto à ESS é a Maria Tereza. Ela conta que, quando se aproximou da ESS, foi pela ideologia do movimento “*de tentar um mundo diferente*”, pela possibilidade de trabalhar associada a outras pessoas. Entretanto, relata que hoje as pessoas aproximam-se pelo interesse. E, com isso, perdem força. Conseguiram aprovar uma lei municipal da ESS em Joinville. Porém, não conseguiram um centro de comercialização que pudesse tornar real, palpável o que é a ESS, e isso foi muito decepcionante para ela. No seu comentário mostra a frustração de que o movimento não conseguiu articular-se bem o suficiente para que isso acontecesse e, por outro lado, a frustração também em relação ao desinteresse, à falta de comprometimento do poder público com relação à ESS. E como consequência, as pessoas, principalmente aquelas que não são do movimento, não conseguem ter a ESS tangível, e isso dificulta o entendimento e a participação.

As explicações para essa falta de interesse do poder público são várias. As iniciativas são individuais ou familiares, de pessoas de idade avançada e/ou baixa instrução, que desenvolvem atividades de subsistência ou artesanais – o que caracterizaria uma fragilidade para a

ESS ser entendida como uma alternativa forte ao que está estabelecido. Porém, são práticas inovadoras sob a ótica qualitativa e ética e, somente por isso, deveria ser alvo de interesse (COSTA; CARION, 2009). A ESS não ser economicamente representativa na economia do Brasil - 2% de acordo com Henriques (2014), pode ser um deles. Mas quem disse que querem ser predominantes num cenário socioeconômico distinto do que acreditam como possibilidade, ou seja, são contrários aos moldes econômicos vigentes e querem ser representativos dentro desses moldes? De qualquer maneira, há ainda muito que avançar na relação com os poderes públicos. A criação da SENAES foi um avanço para o movimento, porém, ele ainda é muito frágil, visto que a Secretaria ainda não conseguiu, nesses doze anos de existência, encontrar mecanismos efetivos que consolidem o movimento, que facilitem o acesso do empreendimento ao crédito, que viabilizem a participação real e não apenas nas leis da parceria entre os empreendimentos e o poder público (caso da merenda com produtos da agroecologia, por exemplo). Mesmo dentro do movimento não percebi muita crítica ao desempenho da SENAES. Mas acho que isso é discussão para outro estudo.

Sobre essa conquista da lei e dos centros de comercialização no relato da Maria Tereza, de acordo com Romano e Antunes (2002), é o empoderamento acontecendo pela conquista dos direitos de cidadania. Ou seja, o indivíduo ou o coletivo utilizam os recursos econômicos, sociais, políticos e culturais para operar nos espaços públicos em defesa dos seus direitos e, dessa maneira, influenciar nas ações do Estado, seja no caso da criação da lei de ESS, seja na criação de um centro de comercialização como o CEPESI. Foi a atuação do grupo em conjunto, em prol de um objetivo, que tornou essas conquistas possíveis. Entretanto, estas não seriam possíveis se os indivíduos desse grupo fossem desempoderados, não politizados, desconhecedores de suas possibilidades.

Ainda falando sobre as dificuldades do movimento, Maria Fernanda faz uma reflexão a respeito da dificuldade, de participação na ESS, dos empreendimentos rurais no interior do estado e dos maricultores e pescadores no litoral. Primeiro, porque muitos não se reconhecem como ESS, apesar de serem classificados como tal, e a dinâmica e a falta de pessoal no empreendimento faz com que eles não possam passar uma tarde reunidos, discutindo sobre a ESS. Por outro lado, os rumos do movimento vão sendo discutidos em várias instâncias, mas são definidos na plenária nacional, e cabe aos fóruns regionais, posteriormente, acatarem e desenvolverem o que foi estabelecido, adequando-se às orientações, de um lado, e à realidade de outro. Isso

cria algum descompasso.

Essa percepção ressalta o quanto a ESS ainda tem que avançar em termos numéricos, porém, talvez o mais importante, seja dentro do próprio movimento, no entendimento das especificidades, pelos que estão envolvidos, reconhecendo-se ou não como ESS. Seria preciso conscientizar essas pessoas e levar o movimento até elas de maneira que possam contribuir para a ESS, engrandecendo o movimento, mas, principalmente, para que se beneficiem das perspectivas humanizadoras, solidárias e econômicas dessa outra maneira de pensar a economia. Talvez respeitar o que se decide na esfera nacional, porém, dando liberdade suficiente para os grupos locais atuarem de acordo com suas especificidades, sem comprometer, claro, os princípios e indicações do movimento.

Essas considerações que são feitas a respeito da ESS mostram uma consciência crítica das envolvidas que percebem que, apesar do crescimento alcançado por elas ao participarem do movimento, e que afirmam durante as entrevistas, há problemas que precisam ser revistos para melhoria e crescimento da ESS.

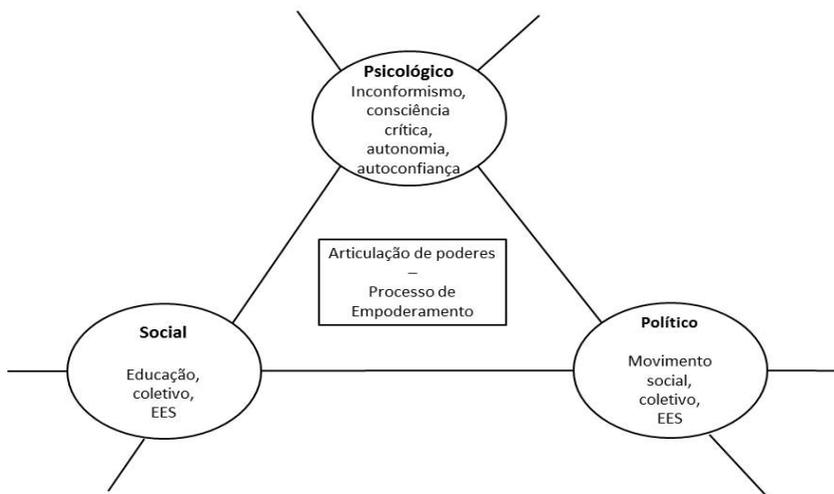
4.3.10 Articulação entre os poderes do empoderamento – social, político e psicológico

Essa capacidade das mulheres em vincular o que vivenciam cotidianamente, nos seus empreendimentos, ao que entendem por ESS, ao que aprendem nas formações, ao que discutem nos fóruns, nas feiras, nos encontros, está intimamente relacionada ao processo de empoderamento por que estão passando. É a articulação entre as esferas individuais, sociais e políticas da figura 01 traçada por Friedmann (1992). Nas definições que apresentam, está a capacidade de elas encadear as informações e conhecimentos que adquirem das mais diferentes fontes, com a consciência crítica e a autoconfiança que vão assumindo, com o poder de ter vez e voz nos espaços coletivos – o que caracterizaria o processo de empoderamento. Entendo essa articulação das esferas, portanto, como o processo de empoderamento, mas também, como um processo de autorrealização. Elas precisam estar realizadas, exercendo sua criatividade – entendida não apenas no sentido ‘artístico’ do termo, mas como quando encontram alternativas ‘criativas’ para sobreviverem, com o máximo de opção pessoal, de automotivação, em sintonia com o coletivo, em que possam também realizar-se, de maneira autogratificante, que possam tomar decisões de modo consensual, em

relacionamentos interpessoais que contribuam para o conjunto. Com isso, asseguram um ganho de autonomia, fundamental para o empoderamento, mas também, para os indivíduos das fenomenias e isonomias de Guerreiro Ramos (1989).

Nesses apontamentos, percebo a consolidação de várias etapas desse processo. Sempre faço a ressalva dos estágios distintos em que se encontram, para que não se tenha a sensação, nas minhas análises, de que elas estão empoderadas apenas por conseguirem articular seus recursos e poderes. Como mostrado na figura XX, elas vão ganhando autoconfiança, vão crescendo, porém não de maneira uniforme e linear, por isso a trajetória de cada uma é única, singular pautada nas escolhas pessoais, o que assegura esse crescimento de autonomia, definindo uma trajetória fenonômica.

Figura 5: Processo de empoderamento



Fonte: Elaborada pela autora a partir de Friedmann (1992)

4.3.11 Papel das mulheres

Esse processo de empoderamento estava acompanhado do entendimento que elas tinham de seu papel enquanto mulheres e

enquanto mulheres no movimento. E retomo alguns pontos que destaquei na literatura.

A ESS está associada à participação da população marginalizada, desempoderada, o que mostra uma sensibilização maior para os problema e necessidades das pessoas – cenário propício para a participação feminina, que ainda é marginalizada, de maneira geral. Além disso, os fundamentos da ESS de democracia, equidade, igualdade, solidariedade têm uma relação direta com os da igualdade de gênero, uma vez que são contrários à discriminação (BONET; MORENO, 2004; LARIO; HERNANDEZ, 2011).

Nas entrevistas com as mulheres, esse tema vinha nas entrelinhas, numa frase, numa afirmação, não era um tópico que aparecia explícito em todas as entrevistas. Algumas, que trabalham efetivamente, com o empoderamento dos grupos, citavam essa questão de maneira destacada, mas nem todas. Como eu entendia ser pertinente para esse estudo a percepção delas do assunto, obrigava-me a perguntar, sempre que isso não era claro, afinal, como comenta Guérin (2005), é premente desvelar o papel da mulher no movimento de ESS. E, como acrescenta Quintela (2006), quem sabe aliar ao movimento da economia feminista, que, assim como a ESS, contribui para a valorização das mulheres, o aumento da autoestima, o desenvolvimento de uma posição crítica em relação tanto à questão da discriminação da mulher quanto, noutra esfera, em relação ao sistema vigente, e ainda a possibilidade de elas associarem-se em grupos autogestionários, numa ação concreta para o desenvolvimento (CULTI, 2004; MENDONÇA; FILIPE; LIRA, 2010).

A Maria Amélia falou muito sobre esse assunto. Ela trabalha muito a questão de gênero e de empoderamento nos grupos que auxilia e nas reuniões da cooperativa. Achei interessante ressaltar vários relatos dela, porque dizem respeito não apenas ao que pensa sobre esse assunto, como também à sua percepção do entendimento de outras mulheres sobre o processo de empoderamento e a participação no movimento, o que dá uma amplitude maior a esse tema. Ela relata que observa muito a atuação e participação das mulheres nas feiras e reuniões e que percebe um crescimento delas dentro da ESS. Há diferenças entre o meio rural e urbano, mas de maneira geral ganham autonomia, passam a ser referências umas para as outras, aumentam a participação. E uma questão que é importante é a independência financeira dos maridos, pois passam a ter mais possibilidades pela receita que geram e isso permite a criação de um espaço mais igualitário dentro da própria casa.

Cruz, Cavalcanti e Pessoa (2013) destacam o papel da ESS

como espaço de organização das mulheres como um contraponto à ideia, que ainda é bastante consolidada na sociedade, de que a mulher está sempre dependendo de alguém, como se não fossem capazes de construir uma trajetória própria em relação a direitos e cidadania. E o que a Maria Amélia conta é a ascensão das mulheres nos espaços de ESS, do crescimento individual e da importância que é sair dessa dependência.

A inserção na ESS ocorre por motivos diferenciados, contudo, ao promoverem a geração de renda, oferecem uma possibilidade de pertencimento a um grupo com ideário comum e, por ser autogestionário, a divisão de poder, ganho, decisões são coletivas, o que faz com que se desenvolvam como sujeitos sociais (MENDONÇA; FILIPE; LIRA, 2010). E essa nova condição, relacionada ao processo de empoderamento social de Friedmann (1992), permite que tomem as decisões sobre o que ganham, como vão gastá-lo e como vão investir novamente no empreendimento, como a Maria Amélia contou.

Sardenberg (2009) assegura que o primeiro passo para a mudança seria ter a consciência desse cenário de subordinação, dominação, discriminação e ter consciência dos motivos dessa situação para, então, indignar-se e querer transformá-lo. Depois, num nível grupal, acaba encontrando mulheres em situação semelhante, o que, posteriormente, pode acabar numa mudança estrutural, num embate entre grupos organizados e esfera pública (FRIEDMANN (1992); LISBOA (2007).

Maria Amélia fala também sobre a pressão sofrida por ser mulher e a importância da participação dos homens nas discussões sobre gênero. Conta que no início eram mais homens associados e havia um preconceito velado sobre a participação das mulheres. Atualmente, com a participação quase paritária de mulheres, acabaram aceitando e hoje nas discussões sobre gênero há a participação dos homens para a conscientização e a real mudança do entendimento da participação feminina.

De acordo com Costa (2006) e com León (2009), o empoderamento feminino acaba por empoderar aos homens também, apesar de eles não terem essa consciência, e isso também, não ser muito explicitado. Quando as mulheres têm acesso a recursos materiais e passam a colaborar com a família ou com a comunidade, elas desoneram os homens de assumirem toda essa responsabilidade. O mesmo em relação ao compartilhamento das responsabilidades, ao sentirem-se confiantes e capazes, as mulheres libertam os homens de determinadas atitudes tidas como 'de responsabilidade do homem'. Isso possibilita ao

homem um ‘alívio’ da carga de provedor e de detentor de todas as decisões, o que pode até criar novas formas de poder dentro das famílias, com decisões mais compartilhadas, com responsabilidades mais coletivas. Esse pensamento reforça a importância do trabalho da Maria Amélia de querer levar os homens também para as reuniões de empoderamento. Ela demonstra essa preocupação para que eles entendam o que está acontecendo com as mulheres e participem desse processo. Montaña (2001) explica que quando as noções de empoderamento consolidam-se dentro das famílias e comunidades, isso reverte-se num equilíbrio maior das relações de poder entre homens e mulheres nesses espaços. Ao final, é benéfico para todos, precisa de fato que essa maneira de pensar seja difundida para que se consolide.

Aproveito um comentário da Maria Elizabete, numa reunião do Fórum Nacional, no qual é conselheira, para reforçar a questão das dificuldades enfrentadas pelas mulheres, mesmo dentro do movimento.

Eu acho que a mulher tem mais dificuldade para se colocar no mercado, a confiabilidade eu acho que em um empreendimento de mulheres demora mais para chegar. Esses dias o Professor Paul Singer dizia: "não, na economia solidária não tem isso", digo, "tem sim, tem homens que chegam lá e olham para nós, 'nossa, grupo de mulheres, vocês não brigam, não tem fofoca?'" . Porque assim, a concepção de que mulher é isso, é vazia, só briga, só faz fofoca. Então como você se coloca no mercado quando você tem uma sociedade que tem essa concepção de mulheres? Como mulher vai negociar, vai estar à frente de um negócio?

Bonet e Moreno (2004) asseveram que a ESS, por estar inserida numa sociedade com valores e princípios distintos aos propostos por ela, não está imune às influências desses valores. As pessoas carregam esses preconceitos, discriminações quando passam a participar do movimento por virem dessa outra realidade, com outros princípios, reproduzem as estruturas familiares e sociais na ESS. Entretanto, López (2005) alerta que a discriminação de gênero é um fato que não apenas impossibilita as mulheres de terem as mesmas oportunidades que os homens, como, também, suscita uma perda da contribuição feminina em relação ao mercado de trabalho como valor social para as organizações de maneira geral, quanto para a sociedade como um todo. E a ESS, por seus princípios, pode acenar como um espaço de mudança, ao permitir que as

mulheres participem, ascendam e possam exercer suas atribuições de maneira plena, o que promoveria um desenvolvimento participativo e equitativo. Seria uma possibilidade de mudança de estruturas a partir do movimento, mas para isso, esse pensamento precisa estar nítido para o movimento.

Os depoimentos das entrevistadas mostram a tomada de consciência dessas mulheres e a noção que vão alcançando do seu espaço enquanto indivíduo e enquanto mulheres. É um descortinar das potencialidades de cada uma, da não dependência, associado a um processo semelhante em relação a ser mulher – caminham em paralelo.

Especificamente com relação às mulheres e a ESS, Maria Cristina, que é atuante no movimento, tanto no nível local quanto no nacional, relata que há alguns problemas a serem debatidos dentro da ESS, que o papel da mulher ainda não é uma pauta específica de discussão, discutisse as pautas gerais da ESS – políticas, econômicas, mas nada que seja específico para as mulheres, seus anseios, suas dificuldades, os problemas enfrentados no dia a dia de cada uma e mesmo dentro da ESS e até para participar dela.

Percebi essa lacuna ao analisar os dados mapeados sobre a ESS. Não há uma sistematização específica dentro do levantamento com relação a esse tema, ou seja, não existe um realce para a questão de gênero no movimento de ESS. Essa mesma reflexão é feita por Santos (2010), que aponta para a falta de um maior tratamento dos dados em relação à realidade das mulheres da ESS, o que pode sugerir uma necessidade de aproximação entre os estudos da economia feminista e os da ESS.

Então, ressalto o apontado por Guérin (2005, p. 13), de que “as mulheres são frequentemente as primeiras atrizes das práticas da economia solidária ...”, e que a ESS oferece uma oportunidade de luta contra as desigualdades entre os sexos, e, por isso, a relevância de analisar o lugar e o papel das mulheres no movimento, apesar de toda a dificuldade da inserção das mulheres. Em consonância a esse pensamento, Nobre (2014) destaca que o desafio da ESS, e nesse aspecto pode estar associado à economia feminista, é retirar as mulheres do isolamento em que, muitas vezes, se encontram, politizá-las, auxiliá-las a criar novas práticas que as possibilitem organizar o cotidiano de um modo distinto do delineado pela sociedade de mercado, de tal maneira que terminem criando seus próprios espaços, num processo de empoderamento. Embora os números não tratem da participação feminina especificamente, a representatividade nos empreendimentos, nas feiras, nos fóruns é predominantemente feminina. Há um número

considerável de empreendimentos em que a presença feminina tem ganhado destaque, o que está atraindo os homens para assumir essas atividades antes discriminadas por eles, mas que agora, ao perceberem que geram renda, tornam-se interessantes (CULTI, 2004).

Pelo que expus até agora, é perceptível o empoderamento das mulheres associadas ao movimento da ESS. Acredito que as potencialidades, apesar dos problemas e dificuldades relatadas, podem ser exploradas em conjunto.

Conforme Lagarde (1996), a não equidade de gênero é uma das mais enraizadas atitudes humanas e, como tal, não é fácil de ser alterada. Esse fato, aliado ao processo de empoderamento associado à ESS, tem eventualmente, consequências maiores para a vida pessoal quando são casadas. É o que a Maria Augusta conta, ao falar da experiência de mais de vinte anos trabalhando com capacitação na ESS. Percebe que quando ganham autonomia acabam entrando em conflito com os maridos que antes tinham o controle total da vida delas e da casa e, assim, muitas acabam separando-se para conseguirem continuar seu processo de empoderamento.

A Maria Rosa reitera essa percepção da dificuldade no processo de crescimento das mulheres, do desacerto entre homens e mulheres ao longo do caminho. Nos movimentos sociais os pontos feministas muitas vezes acabam atrapalhando a participação das mulheres porque a mulher tem que abrir mão da família, do companheiro, ou trata o companheiro como adversário, e isso é ruim porque não constrói relações de participação igualitária, ou de conquista de direitos, constrói uma ruptura, então as pessoas têm que se conscientizar que a participação social de homens e mulheres é importante para o crescimento e consolidação da ESS.

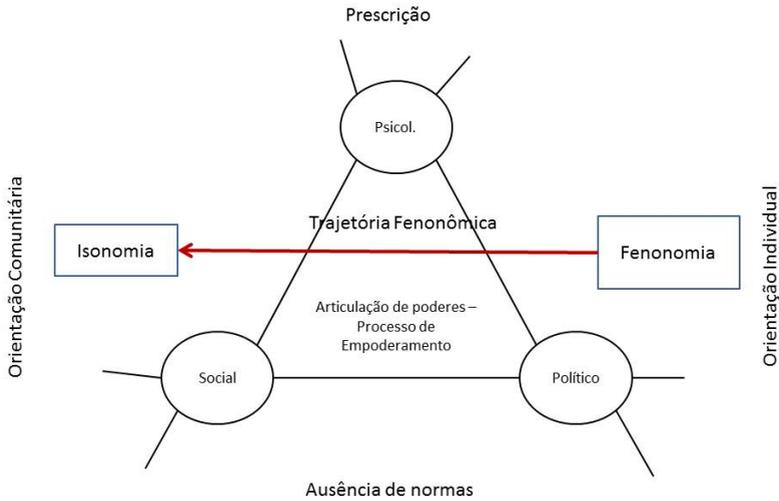
Ao final dessa etapa, retomo o que foi analisado e vejo que há de fato um processo de empoderamento com essas mulheres que entrevistei. Algumas começaram mais cedo, outras nem tanto, umas desde novas participaram dos movimentos sociais, outras começaram já com mais idade, umas começaram na Igreja, outras na ESS, umas conseguiram estudar até a pós-graduação, outras conseguiram apenas finalizar o fundamental, umas trabalham mais sozinhas, outras trabalham mais em grupo - porém, todas valorizam o coletivo, porque vem desse espaço o crescimento delas. Umam entendem a ESS como economia e solidariedade, outras ressaltam mais a solidariedade. Todavia, todas entendem a importância de a mulher conquistar seu espaço, crescer, tornar-se independente, autoconfiante, assumir o controle de sua própria vida - quanto a isso, não percebo discrepância no

entendimento delas.

Como repetido algumas vezes, elas estão em estágios distintos, contudo, é possível perceber que transitam entre os recursos de empoderamento apresentados por Friedmann (1992) e Horochovski e Meirelles (2007). Há um movimento entre esses aspectos nas histórias das vidas dessas mulheres. Assim como o conceito de ESS é algo em construção, o processo delas também. Então tudo é muito fluido, o que não quer dizer inconsistente. As relações existem e algumas são verbalizadas, todavia há ainda muito a ser erigido ao tratar de ESS e empoderamento feminino. Os conceitos encaixam-se muito bem, articulam-se com desenvoltura, mas as considerações, os estudos relacionando esses dois campos teóricos ainda estão em elaboração. E, se pensar em acrescentar a isso as pesquisas empíricas, fica ainda mais restrito o número de estudos a esse respeito. Ou, como afirmam Costa e Carrion (2009), há a necessidade de se estabelecer uma análise adequada para a complexidade da ESS que não consegue ser devidamente captada, entendida e explicada nos paradigmas atualmente existentes e, por isso, associei a outros estudos importantes como a economia feminista e o paradigma paraeconômico.

Por isso, acredito que as teorias que abordei ajudaram também a refletir sobre o que encontrei no campo. Elas permitiram que eu aproximasse a teoria e os dados empíricos de maneira a relacioná-los, mostrando as coerências e/ou incoerências dessas relações. O campo ajudou muito a entender o que já havia estudado a respeito desses assuntos tratados aqui, e, como disse a Maria Cristina, quando falava do seu mestrado: ‘eu queria teorizar a minha prática, mas essa teoria científica assim de universidade [...]’, eu tentei teorizar sobre as práticas dessas mulheres que encontrei pelo caminho. As histórias delas serviriam para ilustrar os livros de qualquer dos autores com os quais trabalhei, porque são muito fartas em informações que complementam aquilo que eles tratam. Eu penso que a riqueza é muito grande nesse tipo de trabalho, que dialoga com a teoria e a prática e, especificamente, nesses estudos que trabalham com as histórias - e infelizmente, não consegui tratar de tudo o que estudei ou de tudo o que ouvi - dariam volumes e mais volumes de reflexões. Entretanto, acredito que sinalizo aqui com alguns pontos importantes que não acabam nesse estudo, pelo contrário, são apenas a ponta de um novelo de possibilidades.

Figura 6: Trajetória fenonômica em convergência com o processo de empoderamento



Fonte: Elaborada pela autora a partir de Friedmann (1992) e G. Ramos (1989)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo discutiu o processo de empoderamento das mulheres associadas à ESS. Para isso, trouxe alguns aportes teóricos que julguei pertinentes para o enriquecimento desse trabalho, por perceber uma confluência dos temas: ESS, economia feminista, empoderamento feminino, fenonomia/isonomia. Esses temas possuem em comum, resumidamente, a percepção do mundo de uma outra maneira, com menos desigualdades, discriminação, exploração, em consonância com as possibilidades de uma estrutura de sociedade que privilegia a equidade, os fatores sociais e não apenas econômicos, com espaços coletivos em que a participação possa ser centrada em relações horizontais. Estudar esses temas em conjunto foi enriquecedor e acredito que novos estudos, com outros ângulos de observação ou de aprofundamento poderão ser bastante profícuos.

As histórias das mulheres que entrevistei permitiu-me perceber que o empoderamento não é um processo pronto e acabado. É um *continuum*, em que as mulheres se encontram em graus ou estágios diferentes. Cada uma avançou em temas próprios e, nesse sentido, não é possível categorizar quem está mais empoderada que quem, e esse não foi um objetivo desse estudo. Porém, quando trago os recursos de empoderamento elencados por Friedmann, é possível identificar que algumas conseguem transitar por entre os recursos sociais, políticos e psicológicos de maneira mais intensa que outras. Há uma maior desenvoltura de algumas em razão principalmente, do envolvimento com os movimentos sociais e com o nível de educação alcançado.

Assim, percebo que, para que o processo de empoderamento ocorra, a articulação entre os tipos de poderes ou recursos propostos por Friedmann, e desenvolvido por Horochovski e Meirelles, é fundamental. A partir do momento em que as mulheres conseguem acesso à informação, ao conhecimento e desenvolvem habilidades, participação social e recursos financeiros, há um incremento na capacidade de estabelecer e atingir objetivos e, também, torna-se uma garantia de sobrevivência e independência econômica. Por outro lado, há um ganho efetivo quando têm acesso ao processo de decisão, principalmente, àquele que afeta o seu futuro, e isso está intimamente relacionado à conquista de autoconfiança.

O processo de empoderamento está associado a um inconformismo dessas mulheres entrevistadas em se manterem numa situação desfavorável, discriminatória ou subordinada. Ao não se 'conformarem', rompem com a síndrome comportamentalista exposta

por Guerreiro Ramos e passam a ter atitudes de conscientização, autorrealização e autonomia que se aproximam do conceito de fenomenia, descrevendo assim, uma trajetória fenonômica.

Nos relatos das mulheres que entrevistei, um dos primeiros pontos apontados por elas nesse processo é a importância dos estudos. Isso corrobora o exposto anteriormente sobre o acesso à informação e ao conhecimento e ao desenvolvimento de habilidades como recursos sociais importantes para o empoderamento. A relevância da educação formal foi assinalada por várias delas e muitas tinham essa condição como objetivo de vida. E, no *continuum* do empoderamento, as que estão mais instruídas formalmente ocupam mais os espaços coletivos, são mais atuantes em várias esferas, articulam melhor os recursos do empoderamento.

Há ao longo de todo esse processo um ganho considerável em termos de autoconfiança, autonomia, consciência crítica em relação ao ambiente e a si próprias – um crescimento pessoal, importante recurso psicológico.

O envolvimento nos movimentos sociais é condição que elas mesmas assinalam como potencializador desse processo, ou seja, as mulheres empoderam-se ao participar de um movimento social. umas mais, outras menos, umas de modo consciente, outras não, umas de maneira mais ativa, outras nem tanto. Afinal, o movimento oferece espaço para isso, é nos momentos coletivos que elas podem trocar experiências, expor seus pensamentos e saberes, escutar sobre a realidade de outras mulheres. Com isso, consolida-se o poder político. Essas vivências propiciam o empoderamento e é necessário um agente externo, catalisador desse processo e o movimento social, nesse caso a ESS, apresenta-se como esse agente promotor. É nesse espaço coletivo, nas isonomias, que elas consolidam seu processo de empoderamento.

Por isso, o coletivo é fundamental para o processo de empoderamento. A ESS é um espaço em que, pelas características autogestionárias, pelos princípios de equidade, de não discriminação, possibilita que as mulheres autorrealizem-se, além de ser autogratificante, por permitir com que desempenhem atividades recompensadoras. Esses espaços, dentro da ESS, aproximam-se, portanto, ao conceito de isonomia desenvolvido por Guerreiro Ramos e, desta maneira, também ao de sociedade multicêntrica, com seus vários enclaves, sem domínio de um em detrimento de outro.

O processo de empoderamento acontece, portanto, quando elas conseguem articular os recursos psicológicos, sociais e políticos. Ao ganharem autonomia, autoconfiança, adquirirem conhecimento, terem

acesso a informação, transitarem nos espaços coletivos atuando efetivamente, conseguem desenvolver esses poderes e concretizar o empoderamento.

Além disso, o processo de empoderamento, na minha percepção, pode estar associado a uma “trajetória fenonômica”. As mulheres, ao não se conformarem com os destinos “escolhidos” para elas, rompem com a síndrome comportamentalista descrita por Guerreiro Ramos. Passam a “tomar as rédeas” de suas vidas, a decidirem – mesmo com todas as limitações impostas – os caminhos que irão percorrer. Essa decisão advém de uma busca por realização, por autonomia e, dessa maneira, a opção pessoal é máxima. Assim, esse rompimento com o que está posto, associado às escolhas que passam a fazer, descreve uma nova direção na vida de cada uma e essa “trajetória” aproxima-se ao conceito de fenonomia delineado por Guerreiro Ramos, por isso a ideia de uma “trajetória fenonômica”. Essa trajetória/processo de empoderamento, portanto, consolida-se a partir do momento que essas mulheres participam do coletivo, nesse caso entendido como os espaços isonômicos. Assim, há uma confluência entre o que Guerreiro Ramos apresenta em relação a esses conceitos e os conceitos de empoderamento feminino. E, nesse caso especificamente, aos conceitos de ESS, uma vez que esse espaço coletivo pode ser considerado como as reuniões, os empreendimentos, os fóruns, as feiras da ESS.

Dessa maneira, acredito que consegui compreender como ocorre o processo de empoderamento das mulheres, ou seja, por meio das conquistas ou aprimoramentos dos recursos político, social e psicológico que se articulam entre si e com outros indivíduos e, com isso, traçam uma trajetória fenonômica, que se inicia no indivíduo e consolida-se no coletivo. Por isso, a importância nesse caso, da ESS como espaço e impulsionadora desse processo, apesar das suas contradições e limitações práticas.

Com isso, os conceitos da sociedade multicêntrica e ESS também associam-se, a partir do momento que ambos entendem que não pode haver uma primazia do econômico sobre as demais características da sociedade. A sociedade multicêntrica, assim como a ESS, valoriza aspectos para além do econômico, uma economia plural que articula as dimensões econômica, sociais, políticas, culturais e ambientais de outra maneira. De algum modo, a combinação dessas duas ideias, no meu ponto de vista, promove um ganho teórico e prático para ambos os conceitos, uma vez que se pode estudar o que acontece nos empreendimentos sociais e solidários, a partir de uma visão multicêntrica de sociedade – ganham ambos.

E a ESS é um movimento com muita diversidade, pois congrega, em seus quadros, vários tipos de pessoas, provenientes de realidades socioeconômicas distintas, com objetivos os mais diferentes (complemento de renda, subsistência, outra forma de perceber o mundo, etc.), com perspectivas de atuação também diversas. Essa amplitude que o movimento oferece é muito valiosa para o desenvolvimento de uma outra percepção da sociedade, e para o incremento dos estudos, seja do empoderamento feminino, da própria ESS, da economia feminista, e de uma sociedade multicêntrica.

Apesar da diversidade e das possibilidades apresentadas pela ESS, não há ainda, um realce para a mulher e sua atuação nesse cenário. Pelo que os dados apresentados mostram, há um número consistente de mulheres no movimento e, pelo relatado pelas pessoas com que conversei, esse número é ainda maior. Entretanto, não existe, dentro do movimento, de maneira sistematizada, uma pauta exclusiva das mulheres e discussões específicas sobre esse tema. Há iniciativas importantes, principalmente no Nordeste do país, com essa preocupação explícita, porém, são movimentos isolados. Além disso, como apontado ao longo do estudo, as pessoas que vão para o movimento são provenientes de uma realidade com valores distintos dos da ESS e, dessa maneira, trazem consigo esses princípios embutidos nas suas ações e acabam perpetuando algumas atitudes discriminatórias ou mesmo de não aceitação da equidade, diferente da proposta do movimento. Então, as mulheres, também na ESS, precisam lutar para ocupar seus espaços, terem suas reivindicações atendidas, assim como na sociedade tradicional.

Dessa maneira, vejo um campo grande de atuação para se desenvolver trabalhos sobre empoderamento feminino dentro do movimento. Essa atuação, por tudo o que foi exposto ao longo desse trabalho, poderia tratar dos princípios da ESS, associados aos conceitos de empoderamento feminino, aliados ao entendimento da economia feminista a respeito do assunto, numa perspectiva de uma sociedade multicêntrica. Minha contribuição neste estudo, portanto, seria essa aproximação entre esses conceitos e as possibilidades a partir disso. Para os estudos organizacionais especificamente, acredito que contribuo com a teoria da delimitação de sistemas ao estudar alguns de seus conceitos (isonomia e fenonomia) associado a outros temas como ESS, gênero, economia feminista, porém não trazendo algo acabado, até porque são conceitos ainda muito pouco desenvolvidos e por isso, com possibilidade de ampliação do entendimento – um pouco do que tentei fazer.

Entretanto, esse foi um aspecto difícil durante as interpretações: trabalhar os temas fenonomia e isonomia. Como já foi dito em mais de um trabalho sobre a obra de Guerreiro Ramos, ele morreu sem conseguir desenvolver muitas de suas ideias e, com isso, alguns conceitos foram pouco aprimorados por ele. Então, desenvolver as análises nesse estudo não foi tarefa simples, e acredito que em uma nova abordagem desses temas, mesmo um aperfeiçoamento deste estudo, novos ângulos poderão surgir.

Outra consideração importante é que não há “neutralidade de pesquisador” em relação ao que vivenciei. Tentei, quando me aproximava do movimento, manter um distanciamento, não me envolver muito, para assegurar uma ausência de viés nas interpretações. Entretanto, isso foi impossível. Nas reuniões do Fórum, eu era instigada a participar constantemente, tanto pelo número reduzido de pessoas, mas principalmente, pelo meu “saber”. Com isso, envolvi-me com a criação da lei da Ecosol, com as comissões de planejamento estratégico, com os momentos de formação das reuniões, com a feira de Santa Maria. Hoje sou atuante dentro do movimento local. De qualquer maneira, ao tentar evitar um estranhamento do movimento a mim e ao meu trabalho, acabei aproximando-me e participando ativamente, o que pode ter provocado um enviesamento (que tentei evitar no início) nas interpretações, uma leitura mais afetiva do que racional em relação ao movimento e, quem sabe, às trajetórias fenonômicas das mulheres. Porém, essa aproximação, sob meu ponto de vista, foi muito benéfica para esse estudo, porque permitiu entender o lugar do qual essas mulheres falam e, com isso, compreender melhor os processos de empoderamento. Conseguia perceber as confluências, as incongruências, o próprio entendimento que elas tinham do que é o movimento. Entretanto, essa aproximação não ocorreu de maneira acrítica, o tempo todo refletia sobre como isso ocorria, as influências disso no estudo, mas também, sobre como é esse movimento.

Esse foi um aspecto muito positivo do tipo de metodologia que escolhi. Eu era “obrigada” constantemente, a refletir sobre tudo o que estava acontecendo, sobre o material que encontrava, sobre as entrevistas e conversas que tinha. Com isso, minhas crenças de pesquisadora eram construídas e desconstruídas frequentemente, o que me tirava, de certo modo, o “argumento de autoridade do pesquisador”. A cada entrevista revia, de alguma maneira, alguns dos temas que iria tratar para ver a proximidade entre teoria e prática, mas também, para rever a teoria, a partir da prática.

Acredito importante ressaltar que, apesar de toda a minha

participação no movimento - primeiramente para a conquista da confiança e, depois, pelo próprio interesse do movimento e meu enquanto pesquisadora - tive a preocupação de distanciar-me do que o movimento prega. Ou seja, o que retrato aqui é o meu olhar sobre a ESS, e não essencialmente, o que o movimento apresenta enquanto ideologia. Há obviamente confluências de percepção, porém, não necessariamente, segui as diretrizes da Economia Solidária. Essa ressalva é importante principalmente, para mostrar que não há um viés do movimento nas análises que realizei, apesar de todo o meu envolvimento. Além disso, não foi meu propósito durante este trabalho, entrar nas análises das políticas do Fórum, do governo e da SENAES, apesar de fazer referências a alguns aspectos tratados por eles. Também não foi objetivo aprofundar o estudo a respeito das relações do movimento com interlocutores como o próprio governo, a Igreja e suas derivações, as ITCPs, os movimentos indígenas e dos sem terra, por exemplo. Apresentei as relações à medida que eram relevantes para esta pesquisa, porém sem me ater a detalhes sobre essas relações ou sobre as instituições propriamente ditas.

Outro enfoque que não trabalhei nesse estudo foi com relação aos empreendimentos das mulheres que entrevistei. Aceitei que eram empreendimentos de ESS por elas e as pessoas que as indicaram entenderem como tal. Não fiz nenhum tipo de questionamento a esse respeito. Além disso, não propus nenhuma discussão sobre os empreendimentos propriamente ditos tais como a perenidade, a produção, a gestão, por entender que não seria relevante para os objetivos desse trabalho que eram as mulheres e não os empreendimentos.

Um aspecto, e que está associado ao tipo de metodologia que escolhi, é que a história dessas mulheres mexeu profundamente comigo, com minhas posições de vida.

Fui para campo acreditando que encontraria mulheres simples, de origem humilde, que estavam na ESS por falta de alternativa ou por ser apenas aquilo que se apresentava. Pensava que essas mulheres estavam montando algum empreendimento, teriam alguma noção de questões políticas, de gênero, de trabalho coletivo. Imaginei que teria que conduzir as entrevistas com muito cuidado para não induzir os depoimentos delas, uma vez que tinham esse perfil mais simples, ingênuo.

O que encontrei foi muito além disso. A grande maioria sabia muito bem o seu lugar no mundo, o que queria, pelo que lutava, as dificuldades do caminho, as incompreensões das pessoas em relação às

suas escolhas. Eram mulheres fortes, lutadoras que, se ainda eram tímidas, não era por desconhecimento, mas sim por característica de personalidade. Trabalharam muito, conquistaram muito, mas também, perderam muito nesse processo – diferente do que eu imaginava. Não fui tão ingênua a ponto de achar que não haveria conflitos, porém não imaginei que, mais que haver conflitos, houve perdas. Olhando os relatos, vê-se que há muitos problemas de saúde entre elas, alguns em decorrência da vida que levaram, das adversidades que passaram, das escolhas que fizeram entre o conforto do lar e as intempéries da rua, quando escolheram lutar politicamente por seus ideais. Algumas tiveram que abrir mão de suas casas, quando jovens, para estudar, outras tiveram que abrir mão de confortos para suas casas ao continuarem investindo naquilo que acreditavam – seus empreendimentos. Umas tiveram que escolher entre suas opções ideológicas e os maridos, outras não tiveram o apoio de suas famílias com relação às suas escolhas ideológicas. E elas continuaram.

Eram mulheres que, de alguma maneira, modificaram suas vidas e seu entorno. E eu me incluo nesse processo, pois com certeza modificaram a mim. Acreditava que teria o que contribuir na vida delas, porque afinal estava desenvolvendo um estudo para a universidade – centro de excelência do saber. Eu era a pesquisadora, a que detinha o conhecimento. Porém, o que de fato aconteceu é que elas alteraram consideravelmente meu olhar. Fui eu quem aprendi com elas, no mínimo a ser persistente e buscar, independentemente de posição ideologia, um mundo diferente, com outros valores.

Este estudo apresentou alguns desafios operacionais, que acho importante relatar, para servir como referência para estudos semelhantes. O primeiro foi utilizar uma forma mais narrativa de apresentação. Essa opção faz com que o pesquisador aproxime-se ainda mais do estudo, propriamente dito. Não tem o distanciamento que um texto em terceira pessoa permite, há um desvelar do pesquisador durante todo o tempo em que ele elabora o texto – são suas análises de fato, que estão sendo apresentadas. Isso coincide com a metodologia escolhida. A metodologia reflexiva de Alvesson e Sköldbberg faz com que o pesquisador exponha-se constantemente. Apesar dos níveis propostos, não há uma linearidade entre as reflexões, elas vão acontecendo durante todo o período de pesquisa e análise. Relendo o trabalho, vejo que, até nos momentos descritivos, algumas reflexões já se apresentam. É uma metodologia que aproxima muito o pesquisador do objeto de estudo e, por isso, não tem como não ser contada em primeira pessoa. Entretanto, para quem teve anos de aprendizado procurando por uma neutralidade,

por um distanciamento – como eu aprendi ao longo dos meus estudos – foi um prazeroso desafio reunir esses aspectos mencionados.

Ao final desse trabalho, algumas questões apresentam-se: como incentivar a participação feminina no movimento?; como fazer com que as questões discutidas no nível nacional alcancem as bases de fato?; que tipo de projetos poderiam ser desenvolvidos localmente para isso?; quais as alternativas para uma política de empoderamento dentro do movimento?; que políticas públicas poderiam ser desenvolvidas para o real aproveitamento dos produtos dos empreendimentos de maneira a consolidar do empreendimento, a ESS e favorecer o empoderamento?; que ações poderiam ser tomadas numa aproximação entre universidade e movimento para incrementar o processo de empoderamento? haveria uma consolidação da ESS como alternativa, numa perspectiva de sociedade multicêntrica? Essas são algumas das muitas questões que ficam ao final deste trabalho.

Esse estudo reforçou, para mim, a necessidade de estarmos atentos a outras possibilidades, enquanto sociedade. Há muito o que se caminhar quando o assunto é a participação das mulheres, em qualquer cenário. Entretanto, as histórias que ouvi sinalizaram que é possível pensar diferente e lutar por isso, afinal foi o que elas fizeram ao longo de suas vidas. São mulheres simples, porém fortes, delicadas e guerreiras, que transitam entre uma realidade difícil e o sonho de conseguirem ser e fazer diferente. E, numa trajetória única, singular juntam-se a outras trajetórias únicas, singulares para, num espírito coletivo, empoderarem-se e assim, romperem com o comportamento esperados delas, em busca de uma autorrealização, de um crescimento pessoal.

Acredito que há muito que ser estudado nas histórias dessas mulheres que estão espalhadas pelo país, e que esperam uma oportunidade de contar o muito que conseguiram em suas vidas.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALVES, J. E. D. **As mulheres no poder no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro: ENCE/IBGE, 1996. 08/10/2010.

ALVES, S. S. **Saberes das mulheres veteranas na economia solidária:sororidade a outra educação**. 2014. 171f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

ALVESSON, M.; SKÖLDBERG, K. **Reflexive methodology**: new vistas for qualitative research. Londres: Sage, 2009.

ANDION, C. A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. **RAC**, v. 9, n. 1, jan./mar. 2005.

ANDION, C.; SERVA, M.; LÉVESQUE, B. O debate sobre a economia plural e sua contribuição para o estudo das dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável. **Eisforia**, Florianópolis, v. 1, n. 1, jan./jul. 2003.

ARAÚJO, G. E. F. **Caracterização da economia solidária à luz do ambiente isonômico de Guerreiro Ramos**: um estudo no grupo mulheres decididas a vencer. 2010. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Socioeconômicas, Natal, 2010.

ARAÚJO, L. Cooperativismo e economia solidária sob o olhar filosófico latino-americano : a crítica da colonialidade. **Lex Humana**, v. 6, n. 2, p. 82–101, 2014.

ARRUDA, A. Despertando do pesadelo: a interpretação. In: MOREIRA, A. S. P.; CAMARGO, B. V.; JESUÍNO, J. C.; NÓBREGA, S. M. (Orgs). **Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais**. 2 ed. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 2005.

AZEVEDO, A.; ALBERNAZ, R.O. A Paraeconomia como modelo e paradigma para a análise e a formulação de políticas públicas: o resgate de uma possibilidade. **Em Tese**, Vol. 2, n. 1 (2), p. 20-32, jan – jun, 2004.

BAQUERO, R. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. **Revista debates**, v. 6, n. 1, p. 173–187, 2012.

BARRETO, R. DE O.; PAULA, A. P. P. DE. “Rio da Vida Coletivo”: empoderamento, emancipação e práxis. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 1, p. 111–130, 2014.

BARTLETT, A. **Entry points for empowerment**. Draft report submitted to CARE Bangladesh as part of CARE’s Rural Livelihoods Programme (RLP), funded by DFID (2004).

BESEN, F. **As fenomenias e a economia plural**: o olhar da gestão na dimensão territorial. 2010. 201 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Socioeconômicas, Florianópolis, 2010.

BONET, M. A. R.; MORENO, A. S. La desigual participación de hombres y mujeres en la economía social: teorías explicativas. **Ciriec – España: Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, n. 50, p. 77-103. nov. 2004.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano nacional de políticas para as mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2015. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>>. Acesso em: 15. ago. 2015.

BULGACOV, Y. L. M.; CASTIGLIA, F. Z. Dialogando com os princípios de uma abordagem substantiva das organizações. **Revista Psicologia, Organizações e Trabalho (rPOT)**, v. 3, n. 2, p. 1-34, jul./dez 2003.

CAEIRO, J. M. C. Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia. **Revista Katálysis, Florianópolis**, v. 11 n^o1, p. 61–72, 2008.

CALBINO, D.; PAULA, A. P. DE P. DE. Economia solidária: uma investigação sobre o estado da arte. **Gestão Contemporânea**, v. 10, p. 371–397, 2013.

CALVELLI, H. G.; LOPES, M. de F. A teoria do conhecimento e a epistemologia feminista. **Minas Gerais**, 2012.

CAPRA, F. **A ciência de Leonardo da Vinci**: um mergulho profundo na mente do grande gênio da Renascença. São Paulo: Cultrix, 2008.

CARRASCO, C. Introducción: hacia una economía feminista. In: Carrasco, C. (Ed.). **Mujeres y economía**. Barcelona: Icaria, 1999.

CASTRO, A. M. Â.; EGGER, E. Alguns apontamentos sobre a epistemologia feminista. **Sociais e Humanas**. V. 25, n. 02, jul/dez. p. 231-238. Santa Maria, RS, 2012.

CHAVES, R.; DEMOUSTIER, D.; MONZÓN, J. L. La economía social: un nuevo concepto con dos décadas de experiencia en generación de empleo, tejido productivo y cohesión social en Europa. In: ARUFE, J.E.F; GARCÍA, J.J.G; ORTEGA, A.R. (Coord.). **Estudios de economía social**. Universidade de Valladolid. 2010.

CITELI, M. T. Mulheres na ciência: mapeando campos de estudo. **Cadernos Pagu**, n. 15, p. 39-75, 2000.

COSTA, A. A. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. **Núcleo de estudos interdisciplinares sobre a mulher**. Salvador: NEIM/UFBA, 2006.

COSTA, P. D. A.; CARRION, R. D. S. M. Situando a Economia Solidária no campo dos estudos organizacionais. **Otra Economía**, v. III, n. 4, p. 66–81, 2009.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ, L. A.; CAVALCANTE, L. M. A.; PESSOA, S. C. Economia Solidária e gênero no processo de construção da cidadania. **XXIX Congresso ALAS**, p. 1–13, 2013.

CULTI, M. N. Mulheres na Economia Solidária. **IV Congresso Europeo CEISAL de Larinoamericanistas**, n. Iv, p. 1–22, 2004.

CUNHA, G. C.; SANTOS, A. M. Economia solidária e pesquisa em ciências sociais: desafios epistemológicos e metodológicos. In: HESPANHA, Pedro; SANTOS, Aline Mendonça dos. (Org.). **Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas**. Coimbra: CES/Almedina, 2011.

DANTAS, I. Contribuição sobre economia solidária pra o grupo de alternativas econômicas Latinoamericano da Marcha Mundial das Mulheres. **Sempre Viva Organização Feminista** - Publicado em 28/03/2014, p. 1–5, 2006.

DEFOURNY, J. Economia social. In: HESPANHA et al. (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

DEMOUSTIER, D. **A economia social e solidária: um novo modo de empreendimento associativo**. São Paulo: Loyola, 2006.

DESLAURIERS, J. P.; KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FEUERSCHÜTTE, S. G. **Competências do empreendedor do setor hoteleiro**: caracterização e análise baseadas na metodologia da história oral. 2006. 274 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL (FEM). **Empoderamento das mulheres**. Avaliação das disparidades globais de gênero. p. 1- 25, Genebra, 2005.

FRANÇA FILHO, G. Esclarecendo terminologias: as noções de terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular em perspectiva. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, ano II, n. 5, p. 52-60, dez. 2001.

FRANÇA FILHO, G. Terceiro Setor, economia social, economia solidária e economia popular. **Bahia Análise & Dados**, v. 12, n. 1, p. 9-19, jun. 2002.

FRANÇA FILHO, G. A temática da economia solidária e suas implicações originais para o campo dos estudos organizacionais. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 11-31, jan./fev. 2003.

FRANÇA FILHO, G. C. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, p. 155-174, 2007.

FRANÇA FILHO, G. C. Decifrando a noção de paraeconomia em Guerreiro Ramos: a atualidade de sua proposição. **O&S**, v. 17, n. 52, p. 175-197, jan-mar, 2010.

FRIEDMANN, J. **Empowerment: the politics of alternative development**. Malden, Massachusetts, USA: Blackwell, 1992.

GAIGER, L. I. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

GAIGER, L. I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, p. 81-99, mar. 2009.

GIFFIN, K. M. Produção do conhecimento em um mundo “problemático”: contribuições de um feminismo dialético e relacional. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 635-653, set./dez. 2006.

GODOY, A.S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C.K; MELLO, R.B.; SILVA, A.B.(orgs). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: Paradigmas, Estratégias e Métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 20-31, 2004.

GONZÁLEZ, M.R., GARCÍA, J.M.G. Economía social e igualdade de oportunidades en el ámbito rural. Un análisis aplicado a la comunidade autónoma de Castilla y León. **Revesco**, 2011, n.105, p. 85 – 114.

GUÉRIN, I. Sociologia Econômica e relações de gênero In: EMÍLIO, Marli (org). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher, 2003

GUÉRIN, I. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Loyola, 2005.

GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

HENRIQUES, F. C. As disputas em torno do conceito de economia solidária: experimentação de uma utopia ou retrocesso na luta dos trabalhadores. **Latitude**, v. 8, n. 1, p. 63–91, 2014.

HOROCHOVSKI, R. R. Empoderamento : definições e aplicações. **30 Encontro Anual da Anpocs**, p. 1–30, 2006.

HOROCHOVSKI, R. R.; MEIRELLES, G. Problematizando o conceito de empoderamento. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2007, Florianópolis. **Anais...**, Florianópolis, 2007. p. 485 - 506.

ICHIKAWA, E.Y.; YAMAMOTO, J. M.; BONILHA, M. C. Ciência, Tecnologia e Gênero: Desvelando o Significado de Ser Mulher e Cientista. **Serviço Social em Revista**, v. 11, n. 1, jul/dez, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sc>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

IORIO, C. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: ROMANO, Jorge & ANTUNES, Marta (Orgs.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil, 2002. p. 21-44.

JAGGAR, A. Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. In: JAGGAR, A.; BORDO, S. (Orgs.).

Gênero/corpo/conhecimento, Rio de Janeiro, 1997.

JAPIASSU, H. O projeto masculino-machista da ciência moderna. In: SOARES, L. C. (Org.). **Da revolução científica à big (business) science**: cinco ensaios de história da ciência e da tecnologia. São Paulo: Hucitec; Niterói: EdUFF, 2001.

JAPIASSU, H. **Ciências**: questões impertinentes. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2011.

JOHNSON, W. **La era de la frugalidade**: la alternativa ecológica a la crisis. Barcelona: Kairós, 1981.

KLEBA, M. T.; WENDHAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009.

LAGARDE, M. Identidad de género y derechos humanos. La construcción de las humanas. In: STEIN, G.; PACHECO, L.; PACHECO, S. (Comps.). **Estudios básicos de derechos humanos**. San José, Costa Rica: Instituto Interamericano de Derechos Humanos, 1996.

LAMAS, I. A. Economia social: possibilidades emancipatórias. **Revista académica PROCOAS - AUGM**, v. 1, n. 5, p. 78–102, 2013.

LANG, A. B. S. G. História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, J. C. S. B. (Org.). **(Re)introduzindo história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

LAPERRIÈRE, A. Os critérios de cientificidade dos métodos qualitativos. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. Economia solidária. In: HESPANHA et al. (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

LECHAT, N. M. P. Economia social, solidária, terceiro setor: do que se trata? **Civitas**, ano 2, n. 1, p. 123-140jun. 2002.

LEÓN, I. M. M.; LARIO, N. A.; HERNÁNDEZ, M. G. La influencia del género sobre la responsabilidad social empresarial en las entidades de economía social. **Revesco**, n. 105, p. 144-172, 2011.

LEÓN, M. de. Poder y empoderamiento de las mujeres. **Región y sociedad**, v. XI, n. n. 18, 1999.

LEÓN, M. de. Empoderamento: relaciones de las mujeres con el poder. **Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, 2009.

LISBOA, A. de M. **Economia solidária hoje**: significado e perspectivas (Texto para discussão) - Centro Socioeconômico – Departamento de Ciências econômicas - Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

LISBOA, A. de M. Economia solidária: incubando uma outra sociedade. **Proposta**, n. 97, p. 50–58, 2003.

LISBOA, A. de M. Economia solidária e autogestão: imprecisão e limites, **RAE**, p. 109-115, jul./set. 2009.

LISBOA, T. K. Empoderamento de mulheres e participação na gestão de políticas públicas. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2007. p. 640-652.

LISBOA, T. K. Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. In: FAZENDO GÊNERO, 2008, Florianópolis. **Anais...**, 2008. p. 1 - 6.

LÓPEZ, A. R. Mujeres directivas: un valor en alza para las organizaciones laborales. **Cuad. de Geogr**, Valencia, n. 78, p.191-214, 2005.

LOZANO, J. E. A. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MAGESTE, G.; MELO, M.; CKAGNAZAROFF, I. Empoderamento de Mulheres: uma proposta de análise para organizações. **Encontro de Estudos Organizacionais**, p. 1–15, 2008.

MATOS, M. Teorias de gênero ou teoria e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 333-357, maio/ago. 2008.

MATURANA, H.; VERDEN-ZOLLER, G. **Amar e brincar**: fundamentos esquecidos do humano. São Paulo: Palas Athena, 2004.

MAZZEI, B. B.; CRUBELLATE, J. M. Autogestão em empreendimentos econômicos solidários: um estudo comparativo de casos em cooperativas de reciclagem de lixo de Maringá/PR. **Revista Inteligência Organizacional**, v. 1, n. 1, jul./dez. 2011.

MENDONÇA, D. F.; FILIPE, O. A.; LIRA, R. A. Empreendimentos de economia solidária – alternativa de socialização e renda da mulher. **Perspectivas online**, v. 4, n. 4, p. 53–68, 2010.

MEIRELLES, M.; INGRASSIA, T. Perspectivas teóricas acerca do empoderamento de classe social. **Revista Eletrônica “Fórum Paulo Freire”**, ano 2, n. 2, 2006.

MESORREGIÕES DE SANTA CATARINA. Disponível em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/f/f2/SantaCatarina_Mesoregions.svg/350px-SantaCatarina_Mesoregions.svg.png>. Acesso em 15 mar 2014.

MONJE-REYES, P. Economía solidaria, cooperativismo y descentralización: la gestión social puesta en práctica. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, Rio de Janeiro, set. 2011.

MONTAÑO, S. Políticas para el empoderamiento de las mujeres como estrategia de la lucha contra la pobreza. In: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). **Trigésima tercera reunión de la Mesa Directiva de la Conferencia Regional sobre la Mujer en América Latina y el Caribe**. Puerto España, Trinidad y Tabago, oct. 2001.

MORIN, E. **Le paradigme perdu**: la nature humaine. Paris: Editions du Seuil, 1973.

NAMORADO, R. Para uma economia solidária – a partir do caso português. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 84, n. 84, p. 65–80, 2009.

NEAMTAN, N. The Social and Solidarity Economy: Towards an “ Alternative ” Globalisation Citizenship and Globalization: Exploring Participation and Democracy in a Global Context. **Anais...**2002.

NOBRE, M. Interação entre economia feminista e economia solidária nas experiências de grupos de mulheres. **Sempre Viva Organização Feminista** - Publicado - SOF - em 25/03/2014, p. 1–11

NOBRE, M.; FARIA, N. Introdução à economia feminista. **Economia**, p. 1–4, 2002.

OLIVEIRA, A. L. de. A trajetória de empoderamento de mulheres na economia solidária. **Revista Gênero**, v. 05, n. 2, p. 1–14, 2013.

OLIVEIRA, E. M. O feminismo desconstruindo e reconstruindo o conhecimento. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 229-245, jan./abr. 2008 (a).

OLIVEIRA, J. P. de. Mulheres na economia solidária: possibilidade de reconhecimento. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 325–332, 2008(b).

OLIVEIRA, J. M.; AMÂNCIO, L. Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 597-615, set./dez. 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Country profiles and international human development indicators**. Disponível em: < <https://data.undp.org/dataset/Table-1-Human-Development-Index-and-its-components/myer-egms> >. Acesso em: 15 ago. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Country profiles and international human development indicators**. Disponível em: <

<https://data.undp.org/dataset/Table-4-Gender-Inequality-Index/ku9i-8fxp> >. Acesso em: 15 ago. 2015.

PAULA, A. P. P. Guerreiro Ramos: resgatando o pensamento de um sociólogo crítico das organizações. **O&S**, v. 14, n. 40, p. 169-188, jan./mar. 2007

PERKINS, D. D. Speaking truth to power: Empowerment ideology as social intervention and policy. **American Journal of Community Psychology**, v. 23, n. 5, p. 765–794, 1995.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

PESSOA, C.; RAMOS, J. F. P.; PEIXOTO, S. L. F. Economia solidária e feminista: reflexões em torno da autonomia econômica das mulheres. **<http://www.fbes.org.br/>**, 2004

POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PRÁ, J. R. Cidadania de gênero, capital social, empoderamento e políticas públicas no Brasil. In: BAQUERO, M. (Org.). **Reinventando a sociedade na América Latina: cultura, política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre/Brasília: Ed. Universidade/UFRGS/ Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), 2001.

PRÁ, J. R.; EPPING, L. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 344, jan./abr. 2012.

QUINTELA, S. **Economia Feminista e Economia Solidária: sinais de outra economia**. Rio de Janeiro: PACS, 2006.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. **Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Ed. Mulheres**, p. 25-37, 1998.

RAPPAPORT, J. Empowerment meets narrative: listening to stories and

creating settings. **American Journal of Community Psychology**, v. 23, n. 5, Research Library Core, p. 795, Oct. 1995.

RATTNER, H. Economia solidária – por quê? In: Vários autores. **Desafios da economia solidária**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

REINTJES, C. Outra economia, além do capital. In: Vários autores. **Desafios da economia solidária**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

ROMANO, J. O. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. (Orgs.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. Introdução ao debate sobre empoderamento e direitos no combate à pobreza. In: ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. (Orgs.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

SÁNCHEZ, P. A. Perfil de la situación de la mujer en las cooperativas de trabajo en España. **Revesco**, n. 105, p. 115-142, 2011.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Conheça Santa Catarina**. Disponível em < <http://www.sc.gov.br/conheca-sc>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 1987.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, G. Economia Solidária e Feminista: um encontro possível. **Cadernos Feministas de Economia e Política**, 2010.

SANTOS, L. W. dos; ICHIKAWA, E.Y. Para iniciar o debate sobre o feminino na relação ciência-sociedade. In: SANTOS, L. W. dos; YAMAMOTO, J. M., ICHIKAWA, E. Y. Representações Sociais da Ciência: O que Dizem as Mulheres Pesquisadoras da Universidade Estadual de Maringá. **Revista Alcance** 14.1 (2008): 27-48.

SARDENBERG, C. M. B. Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista. **NEIM/UFBA**, p. 1–12, 2009.

SAUVAGE, P. S. **OCDE: réconcilier l'économique et le social – vers une économie plurielle**. Paris: OCDE, 1996.

SCOTT, J. W. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 13, p. 216, jan./abr. 2005.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, G. Empowerment as an approach to poverty: background paper to the Human Development Report. **Working Paper Series**, n. 97, dec. 1997.

SENAES, 2013. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>> Acesso em: 05 ago. 2015.

SINGER, P. **Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. Economia solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

SPECHT, A. A. Economia Feminista. **Cadernos Brasil Local: Desenvolvimento e Economia Solidária**, v. Suplemento, n. 2002, p. 4–12, 2009.

SERVA, M. O Estado e as ONGs: uma parceria complexa. **Revista de Administração Pública**, v. 1, n. n. 6, p. 41–54, 1997.(a)

SERVA, M. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.37, n.2, p.18-30 Abr./Jun.1997 (b)

SERVA, M.; JAIME, P. Observação participante e pesquisa em administração: uma postura antropológica. **RAE**, v. 35, n. 3, Mai./Jun. 1995.

TABAK, F. **O laboratório de Pandora**: estudos sobre a ciência no feminino. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

TAQUES, F. J. O empoderamento mitigado. **Em Tese**, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 67-85, ago./dez. 2006.

TONET, R. S. **Fenonomias, economia plural e desenvolvimento local**: um estudo na feira de artesanato do Largo da Ordem em Curitiba – PR. 2004. 160 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

UNFPA. **Situação da da população mundial, 2014**. Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/swop2014/link/indicadores.pdf>>. Acesso em: 1. ago. 2015.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2010.

VIANNA, H. M. Metodologia da Observação. In: VIANNA, H. M. **Pesquisa em educação: a observação**. Brasília: Plano Editora, p. 9-41, 2003.

VILLACORTA, A. E.; RODRIGUEZ, M. Metodologias e ferramentas para implementar estratégias de empoderamento. In: ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. (Orgs.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

VILLARDI, B. Q. **Um estudo reflexivo sobre microprocessos de aprendizagem e mudança coletiva docente com a aprendizagem e mudança organizacional resultantes [recurso eletrônico]**: para uma gestão sustentável do desenvolvimento de docentes em instituições educação superior privada em administração e marketing - Tese (doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Administração, Rio de Janeiro, 2004.

YAMAMOTO, Juliana Mônica; ICHIKAWA, Elisa Yoshie;
"Representações Sociais da Ciência: O que Dizem as Mulheres
Pesquisadoras da Universidade Estadual de Maringá." **Revista
Alcance** 14.1 (2008): 27-48

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista

- Dados pessoais
 - Nome; idade; local de residência, lembranças de infância, adolescência, fase adulta
 - Grau de escolaridade; tipo de escola
 - Casamento e filhos
- Dados profissionais
 - Quando começou a trabalhar
 - Atividades profissionais exercidas (formal)
 - Atividades atuais
 - Trabalho doméstico X trabalho fora
 - Renda (independência financeira)
- ESS
 - Como e quando conheceu
 - O que entende por ESS
 - Envolvimento (quanto está envolvida, acontecimentos, eventos críticos)
 - Fatores de influência (pessoas, familiares, profissionais)
 - Empreendimentos (como são, estrutura, recursos, dinâmica interna, liderança, decisões)
 - Cotidiano no empreendimento
- Participação Social
 - Participação no movimento (atividades sociais, entidades que está envolvida, etc)
 - O que entende por solidariedade
- Participação política
 - Que tipo de participação política tem (Envolvimento com partidos políticos; movimentos sociais)
 - Relação com a comunidade
 - Obtenção de recursos (ações coletivas)

- Consciência individual
 - Como percebe seu crescimento individual ao longo do tempo
 - Em relação à participação na ESS
 - Controle de situações específicas e mobilização de recursos

- Autoconfiança e empoderamento
 - Se sente autoconfiante
 - Que pessoas influenciaram nesse processo
 - Acontecimentos, eventos críticos, fatos que contribuíram
 - Consciência crítica
 - A influência da ESS nessa autoconfiança e consciência crítica
 - Como fez os enfrentamentos e a influência da ESS nesse processo

- Identificação com grupo
 - Como ocorreu a identificação com os grupos que participa – no que se sente atraída
 - Crescimento do empreendimento

- Agentes externos
 - Quais agentes externos participaram desse processo de empoderamento
 - Quais ainda participam
 - Tutela X autonomia

- Características das mulheres dos empreendimentos solidários de maneira geral
 - Perceber como vê o espaço da mulher na ES
 - Ações coletivas de desenvolvimento desse espaço